

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GUILHERME MENDES CRUZ SILVA

**O Conselho Universitário da USP: construção e embates na  
reforma universitária (1968-1969)**

São Paulo  
2022

GUILHERME MENDES CRUZ SILVA

O Conselho Universitário da USP: construção e embates na reforma universitária (1968-1969)

**Versão Original**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação

Orientador: Bruno Bontempi Junior

São Paulo  
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

#### Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)  
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

S586c      SILVA, Guilherme  
            O Conselho Universitário da USP - Construção e  
embates na reforma universitária (1968-1969) /  
Guilherme Cruz; orientador Bruno Bontempi Junior. -  
- São Paulo, 2022.  
            p. 211

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação  
em Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade  
de São Paulo, 2022.

1. História da Educação Brasileira. 2. História da  
USP. 3. Reforma da USP. 4. Ditadura Militar e a  
USP. I. Bontempi Junior, Bruno , orient. II. Título.

Nome: SILVA, Guilherme Mendes Cruz

Título: O Conselho Universitário da USP: construção e embates na reforma universitária (1968-1969)

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Instituição \_\_\_\_\_  
Julgamento \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Instituição \_\_\_\_\_  
Julgamento \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Instituição \_\_\_\_\_  
Julgamento \_\_\_\_\_

Em memória de minha avó, Rosa Cruz.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho não poderia ser feito sem a enorme contribuição das pessoas queridas que estiveram comigo ao longo desse tempo todo.

Ao meu amigo mais antigo, Rafael Pires, que sempre teve que conviver com minhas manias, ansiedades e projetos mirabolantes. Compartilhando comigo textos, reflexões e as dores da vida. Apesar de tudo o que passamos, nossa amizade é algo que nunca deixou de ser fundamental para mim.

Dedico também a meus pais, que sempre me apoiaram, me respeitaram e se alegraram – às vezes mais do que eu mesmo – com minhas conquistas. Meus irmãos, que mesmo não compartilhando as mesmas áreas de interesse, sempre tiveram o dom de me fazer relaxar e esquecer o peso das obrigações do trabalho acadêmico. Agradeço especialmente à minha avó, falecida em 2021 sem poder estar comigo nesta conclusão, foi ela a primeira pessoa da família a saber da minha opção por história e pela sala de aula, teria sido sem dúvida a pessoa mais animada na sala da minha defesa.

Ao meu orientador, Bruno Bontempi Jr., pela imensa paciência em corrigir meu texto – sempre cheio de palavras desnecessárias – e por sempre reiterar que orientar não é apenas sugerir caminhos, é estar junto, tornar-se exemplo de trabalho e dedicação. Agradeço pelo enorme e incalculável aprendizado durante esses mais de três anos.

Agradeço também à equipe da Biblioteca Celso de Rui Beisiegel, da FEUSP, sempre tão dedicada a enviar os textos digitalizados que tanto necessitei. Reconheço igualmente o grande e prestativo trabalho da Secretaria Geral, me fornecendo os arquivos digitalizados das atas das sessões do Conselho Universitário, sem elas, este trabalho não existiria.

Agradecimento especial aos grandes homens Eduardo Moacyr Krieger e Pedro Wongtschowski, que não apenas foram imensamente gentis em me ceder suas memórias em nossas entrevistas, mas também pela atuação corajosa na luta pela defesa da autonomia da USP. Espero que minha dissertação possa ajudar a registrar seus esforços de maneira digna.

Por fim, aos autores e autoras que constam na bibliografia, sem seus enormes esforços intelectuais, eu nem mesmo saberia como começar e seguir com meu trabalho.

## RESUMO

SILVA, Guilherme M. C. O Conselho Universitária da USP: Construção e embates na reforma universitária (1968-1969). 2022. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2022.

Esta dissertação estudou a reforma empreendida pela Universidade de São Paulo nos anos 1968 e 1969, no contexto da ditadura militar, mapeando os projetos em disputa dentro do Conselho Universitário da USP, órgão encarregado de fazer a reforma e adaptá-la às diretrizes definidas pelo governo federal. Para compreender esse processo foram utilizadas como fontes principais as atas das sessões, complementadas com entrevistas, documentos oficiais, do governo ou da universidade, leis e decretos. O trabalho foi focado nas sessões ordinárias e extraordinárias, cotejando a leitura com eventos externos ao Conselho. Foi possível identificar as forças políticas e as dinâmicas internas ao Conselho, grosso modo, dividido entre representantes das faculdades tradicionais e representantes das faculdades científicas. Além dessas divisões existentes, puderam ser identificados grupos mais progressistas e conservadores, defensores da autonomia universitária e um grupo mais próximo ao regime. De tais embates sobressai uma estrutura arquitetada pelo regime para executar a “reforma controlada”, articulando governo federal e estadual, órgãos como o Conselho Estadual de Educação, além de um vasto arcabouço legislativo e da colaboração direta dos membros do Conselho. Registrou-se o protagonismo de conselheiros raramente mencionados em estudos sobre o tema, e cujos nomes, falas e votos foram trazidos à luz neste trabalho. Este estudo pretendeu contribuir para a ampliação do conhecimento sobre os debates e os acontecimentos que marcaram a reforma universitária na USP e sua relação com o regime militar, mediante a consideração das nuances no comportamento dos agentes, que, especialmente em situações extremas, não se explicam mediante a aplicação de categorias binárias, tais como situação-oposição ou adesão-resistência.

Palavras-chave: História da Educação Brasileira. História da USP. Reforma da USP. Ditadura Militar e a USP



## **ABSTRACT**

SILVA, Guilherme M. C. The University Council of USP: Construction and clash in university (1968-1969). 2022. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2022.

This dissertation studied the reform undertaken by the University of São Paulo in 1968 and 1969, in the context of the military dictatorship, mapping the disputed projects within the University Council of USP, the body in charge of carrying out the reform and adapting it to the guidelines defined by the federal government. In order to understand this process, the minutes of the sessions were used as main sources, complemented with interviews, official documents from the government or from the university, laws and decrees. The work was done focusing on ordinary and extraordinary sessions, comparing the reading with events that do not belong to the Council. It was possible to identify the political forces and internal dynamics of the Council, roughly speaking, divided between representatives of traditional colleges and representatives of scientific colleges. In addition to these existing divisions, more progressive and conservative groups could be identified, defenders of university autonomy and a group closer to the regime. From such clashes, a structure devised by the regime to carry out the “controlled reform” emerges, binding the federal and state governments, bodies such as the State Council of Education, a vast legislative framework and the direct collaboration of Council members. It was recorded the protagonism of counselors rarely mentioned in studies on the subject, whose names, speeches and votes were brought to light in this work. This study intended to contribute to the expansion of knowledge about the debates and events that marked the university reform at USP and its relation with the military regime, by considering the nuances in the behavior of agents, which, mainly in extreme situations, cannot be explained through the application of binary categories, such as situation-opposition or adherence-resistance.

Keywords: History of Brazilian Education. USP History. USP reform. Military Dictatorship and USP.

## LISTA DE SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ASI – Assessoria de Segurança e Informações

CCC – Centro de Caça aos Comunistas

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEP – Comissão de Ensino e Pesquisa

CEPESC – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade

CFE – Conselho Federal de Educação

Co – Conselho Universitário

CPDIDP – Conselho Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa

CRUSP - Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo

CSE – Conselho Superior de Ensino

CTA – Conselho Técnico Administrativo

Dops – Departamento de Ordem Política e Social

ECC – Escola de Comunicações Culturais

EE – Escola de Enfermagem

EEF – Escola de Educação Física

EE-RP – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto

EE-SC – Escola de Engenharia de São Carlos

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FD – Faculdade de Direito

FEA – Faculdade de Economia e Administração

FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

FHSP – Faculdade de Higiene e Saúde Pública

FM-RP – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

FM-SP – Faculdade de Medicina de São Paulo

FO-Ba – Faculdade de Odontologia de Bauru

FO-SP – Faculdade de Odontologia de São Paulo

FV-SP – Faculdade de Veterinária de São Paulo

GTRU – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária

IAG – Instituto de Astronomia e Geofísica

IPM – Inquéritos Policiais Militares

IQ – Instituto de Química

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

Poli – Escola Politécnica

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SNI – Serviço Nacional de Informação

UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. Apresentação.....	15
2. Objetivo.....	20
3. As fontes.....	23
4. Os capítulos.....	30
<b>Capítulo I: Reforma universitária: uma história de embates.....</b>	<b>34</b>
<b>Capítulo II: A reforma entra na pauta do Co.....</b>	<b>46</b>
II. 1. O início da reforma e suas diretrizes.....	48
II. 2. As forças fora dos muros: o regime militar e a universidade.....	70
II. 3. A defesa da reforma como um imperativo.....	79
<b>Capítulo III: Debate democrático.....</b>	<b>84</b>
III. 1. Definição e encaminhamento da reforma.....	84
III. 2. Os projetos que dão vida à reforma.....	90
III. 3. A luta pela autonomia universitária e o controle do movimento estudantil.....	103
III. 4. A saída do vice-reitor e a eleição de Hélio Lourenço de Oliveira.....	106
III 5. A invasão da USP e a busca por continuar a reforma.....	121
III. 6. A cassação dos membros do Conselho Universitário.....	135
<b>Capítulo IV. Reforma controlada.....</b>	<b>142</b>
IV. 1. Alfredo Buzaid, o novo reitor em exercício.....	142
IV. 2. A reforma da reforma sob Alfredo Buzaid.....	147
<b>Conclusão.....</b>	<b>159</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>168</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>174</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>176</b>

Professores, alunos e suas instituições.....	175
Entrevista com Pedro Wongtschowski.....	179
Entrevista com Eduardo Moacyr Krieger.....	201

# INTRODUÇÃO

*Nunca, como hoje a memória foi um tema tão espetacularmente social. E não se trata apenas da memória dos crimes cometidos pela ditadura, situação na qual a lembrança social preserva o desejo de justiça. Trata-se, também, da recuperação das memórias culturais, da construção de identidades perdidas ou imaginadas, da narração de versões e leituras do passado.*

Beatriz Sarlo

## 1. Apresentação

Ingressei no curso de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo tendo muito mais interesse em romances do que em livros de história. Foquei minha formação, portanto, nas escolhas das optativas, direcionando-as para o campo cultural e filosófico. Fiz cursos sobre variados assuntos, tais como os debates culturais no século XX, a cultura na ditadura militar e as relações entre literatura e história.

Nas poucas matérias que fiz como ouvinte, tentei sair da faculdade de história: cursei introdução à psicanálise, introdução à filosofia política e história da música popular brasileira.

Entre todas as matérias, sempre me interessou a perspectiva de estudar as ações humanas nas situações-limite, ou seja, quando as possibilidades estão cerceadas de alguma maneira e somos obrigados a agir pelas brechas. Sempre me encantou essa perspectiva, pois nesses momentos o mais surpreendente é capaz de nascer.

Isso ficou claro com relação à cultura brasileira nos anos 1960, em plena ditadura militar. Por mais superficiais que fossem meus conhecimentos à época, ficava me questionando como teria sido possível, em um país subdesenvolvido, sob o peso de uma ditadura brutal, ter produzido algo como o Tropicalismo, com toda sua genialidade e modernidade, que em nada devia nada à música feita na Inglaterra.

Cursava a disciplina obrigatória “Brasil Contemporâneo”, com o professor Marcos Napolitano, que muito gentilmente me aceitou para uma conversa. Eu

não fazia ideia exata sobre o que queria estudar, mas me intrigava a ideia entender a relação entre sociedade, ditadura e música no Brasil. Ele me indicou alguns livros sobre a Tropicália, como o de Celso Favaretto, e sobre o cenário musical do período, como o de Frederico Coelho, além de uma obra do próprio Napolitano, que explorava a indústria fonográfica brasileira dos anos 1950 até 1980.

Nesse livro (2001), Napolitano afirma que a maior fatia financeira da indústria musical brasileira cabia aos “cantores cafonas”, que vendiam discos e arrastavam multidões às boates e “inferninhos”, porém, eram mal vistos pela crítica, que os considerava sem valor artístico, descartáveis e rasos.

Fiquei imensamente curioso para entender como era possível que uma música adorada por tantos, pudesse ser desqualificada pela crítica. Propus ao professor Napolitano investigar a questão, escolhendo um campeão de vendas nos anos 1970: Odair José.

Me propus a entender a crítica especializada da época, a ouvir todas as canções de Odair e de vários outros, e a entender como se relacionaram com o regime. A principal obra sobre a relação entre música cafona e ditadura foi escrita por Paulo César de Araújo, chamada *Eu não sou cachorro não*, título de uma canção de Waldick Soriano, outro artista de sucesso na época.

Uma das dificuldades que enfrentei foi quanto à escuta, pois não sou músico e entendo pouco desse universo técnico e estético. Uma boa análise, porém, me obrigava a abordar não apenas a letra, mas a interpretação e os arranjos, partes indissociáveis de uma canção. Para isso contei com a ajuda inesperada de uma matéria: “América pré-colombiana”, com o professor Eduardo Natalino. O curso era montado em três eixos: historiografia, fontes espanholas e fontes iconográficas das populações nativas. Na terceira parte, ele nos mostrava como olhar para o todo, depois separar as imagens em suas menores partes e reuni-las ao fim do processo, construindo uma descrição e análise detalhada e rica.

Ainda que tratasse de outra linguagem, usei o mesmo método em minhas análises musicais, tendo conseguido um resultado interessante. Juntando-se a isso, o cantor e compositor Odair José revelou-se uma personagem muito

instigante. Segundo ele próprio, seu trabalho artístico tentava tocar em feridas, falar sobre coisas que não eram comuns em rodas de conversa. Cantou, por exemplo, a pílula anticoncepcional, que, nos anos 1970, enchia todos de constrangimento; sobre a liberdade feminina contra a violência praticada pelos homens. Defendeu, em mais de uma canção, o divórcio; compôs e gravou uma das primeiras canções populares que defendiam abertamente a liberdade e a beleza do amor entre homossexuais.

Meu trabalho de iniciação científica se pautou nessa figura extraordinária e pouco conhecida, que, mesmo massacrada pela crítica, fazia muita gente chorar e refletir, trazendo temas que extrapolavam o horizonte de pensamento de uma população culturalmente conservadora.

Além da pesquisa, participei dos movimentos políticos da FFLCH e me envolvi com o cursinho popular do bairro onde morava. Essas experiências deram vida a um antigo desejo de ensinar outras pessoas.

Ao fim do bacharelado em história, como a grande maioria dos estudantes da USP, me inscrevi em licenciatura, pois queria dar aulas. No período de um ano, em que me dediquei à licenciatura, uma questão era muito forte: decidir sobre o tema de pesquisa para o mestrado. Havia feito uma iniciação científica sobre a importância da música “cafona” dos anos 1970 entre as classes trabalhadoras, mas não consegui me imaginar dando continuidade a esse tema. Foi durante o período da licenciatura na Faculdade de Educação que acabei mergulhando em debates que me encantaram: as questões sobre educação e política; a capacidade e potencialidade formadora da educação; conheci Hannah Arendt e Michel Foucault, além de outras obras e experiências que me despertaram um verdadeiro interesse pela área.

Quando precisei fazer a matéria Introdução aos Estudos de Educação desejei escapar do enfoque histórico, talvez pelo cansaço de quatro anos de curso, e, por curiosidade, me matriculei em Introdução aos Estudos de Educação: Enfoque Filosófico, com o Professor José Sergio Fonseca de Carvalho. Ele construiu o curso pautado em um pequeno e difícil texto de Hannah Arendt, um dos poucos que a autora dedica à educação, chamado *A crise na Educação*. A disciplina foi fundamental por dois motivos: porque me fez conhecer uma pensadora muito interessante, e porque a perspectiva do professor sobre



educação me fez repensar os cânones escolanovistas, tão enraizados nos discursos educacionais.

Arendt, para arrepio de muitos educadores, contradiz o discurso então hegemônico, e sua rebeldia e proposta de questionamento me fizeram reconstruir o que imaginava como sendo educação. Nesse aspecto, pensar a escola como um entre-lugar, que conecta e separa o espaço público/político e o espaço privado, ia de encontro à visão da escola como uma dimensão política da existência humana, cujo foco era ensinar para “a vida”. Isso me levou a uma questão: como e por que a escola nova havia se tornado uma das principais correntes educacionais em debate no Brasil?

Uma segunda matéria fundamental foi Psicologia da Educação, com a professora Cintya Regina Ribeiro. Nessa matéria, fui introduzido a Foucault, ao pensamento desse autor sobre a educação. Novamente, apareceu a escola nova, lida à luz de Foucault como um poderoso saber-poder, ou, como a professora tantas vezes repetiu, um “controlador de almas”.

Ao fim dessas matérias, percebi meu interesse em entender a escola nova, seus efeitos como saber-poder, suas implicações, não apenas na cultura escolar, mas também na própria concepção de escola e de sua função social e política.

Faltava apenas o impulso de um desconhecido, amigo de um amigo, que me contou sobre seu doutorado na FEUSP. Esse desconhecido me indicou meu atual orientador, Bruno Bontempi Jr., dizendo que eu deveria aproveitar minha formação em história e meu gosto por política para pensar em algo que os unisse.

Foi então que comecei a saga de mandar e-mail ao professor, de encarar a intimidadora primeira reunião, onde tentei esboçar o que queria, sem ter, porém, muita certeza. Queria estudar a escola nova e o que a fez ganhar força nos discursos educacionais no Brasil. Os anos 1920-30 me interessavam, a questão política e discursiva, também. Sai da reunião com uma lista: Marta de Carvalho, Clarice Nunes, Carlos Monarcha, além de outros textos que me colocaram em contato com análises que penetravam nos discursos

escolanovistas, sua estrutura e impacto no âmbito educacional e político, bem como as disputas internas ao movimento renovador.

Ao mesmo tempo em que buscava um tema, o Brasil passava por um abalo político, afetando as diretrizes democráticas estabelecidas após Constituição de 1988. O discurso da extrema direita havia ganhado as luzes da ribalta, assim como saiu vitorioso das eleições de 2018. Com isso, muitos passaram a olhar para a universidade em busca de um posicionamento diante do que parecia se apoderar das instituições. No meu caso e no de alguns amigos, nos refugiamos na cidade universitária, suposta bolha que nos protegeria dos ataques desferidos por esse novo poder político que voltou seu arsenal discursivo contra as ciências, a cultura, a universidade e seus conhecimentos.

Como estudantes da FFLCH, frequentadores das rodas de conversa da FAU e da ECA, tínhamos a absoluta certeza de que a universidade estava compartilhando de nossa indignação e do medo do que se fortalecia nas redes sociais e no Palácio da Alvorada.

Contudo, para nossa surpresa – fruto de uma imensa ingenuidade – percebemos que a USP era muito maior do que as faculdades de ciências humanas. Passamos a ouvir gritos, do *campus*, de comemoração com o resultado da eleição. E encaramos, aturdidos, o fato de que também dentro da USP havia um forte apoio à extrema direita.

Essa surpresa me fez perceber que se tomada como instituição, as posições da USP serão sempre o resultado de resoluções de conflitos internos, que, é claro, tangenciam ideologias que extravasam o meio acadêmico. Meus amigos da FFLCH e eu habitávamos uma espécie de país do continente uspiano, em que há outros países, posicionados nos mais diversos pontos cardeais.

Diante disso, das leituras e da orientação, passei a me interessar não por uma posição que houvesse sido tomada “pela USP”, até porque a unidade da Universidade de São Paulo, instituição formada por milhares de pessoas e centenas de prédios, é uma abstração. Meu interesse se voltou para os conflitos políticos que se travavam no coração da universidade, cuja vitória de um

discurso poderia impor um rumo à universidade, fazendo-a, por fora, parecer coesa e harmoniosa, e, por dentro, capaz de apagar dissidências.

São exatamente essas contradições que me interessaram quando das eleições de 2018, uma vez que o retorno do espectro da ditadura militar deveria causar incômodo a todos os membros da USP, principalmente em face da violência com que o regime lidou com o ensino superior de forma geral, pela cassação de seus membros, pelo desaparecimento de professores e alunos, pelo controle da produção intelectual, pela censura e, enfim, pelo fato de a liberdade primordial para o trabalho de uma universidade ter sido muitas vezes barrada pelo governo militar. Mesmo assim, diante da iminência de um governo restaurador daquelas diretrizes ditatoriais, professores e alunos comemoravam.

Diante disso, decidi retornar, como historiador, a um período delicado, complexo e instigante da história da Universidade de São Paulo: os anos 1968 e 1969, quando se concluiu sua reforma, processo que já se desenrolava havia alguns anos e que ganhou urgência e impulso no contexto e diante da pressão exercida pelo regime militar. Esse momento foi paradigmático da relação universidade *versus* ditadura, pois enquanto os membros do Conselho Universitário se reuniam, em diversas sessões, para decidir os rumos da USP, os governos federal e estadual se articulavam com aliados da universidade para barrar reformas que fossem mais profundas, para excluir membros críticos e desmontar a autonomia universitária. Para mim, a retomar a memória desse período seria um modo de fazer frente ao fantasma que voltava a nos assombrar. Propus-me me a examinar o estatuto de 1969, não como um projeto harmônico, mas como um resultado de conflitos internos.

## **2. Objetivo**

O problema para o qual este trabalho de mestrado se volta é responder como se desenrolou o processo de reforma da USP por meio da atuação de seus autores e no decorrer das sessões do Conselho Universitário (Co), instância incumbida de formular e aprovar a reforma instituída em 1969. Importantes autores, como Macioniro Celeste Filho, Beatriz Fétizon e Luiz Antônio Cunha, ajudaram a compreender esse momento, não apenas no que tange ao contexto,

como sobre o desenvolvimento da reforma universitária no período, em especial na USP, bem como os resultados desse processo. Em específico, meu trabalho se debruçou sobre o dia-a-dia das sessões do Co dedicadas à reforma, tentando captar as estratégias, os projetos, argumentos e, afinal, por que razões e como se deu o conflito entre uma universidade que defendia autonomia e liberdade para se reformar e as forças de uma ditadura que atuava para controlar as instituições de educação superior, fazendo delas parte integrante de seus planos de segurança, difusão de ideologias e desenvolvimento econômico.

Investiguei, para tanto, os movimentos feitos pelos conselheiros no decorrer do processo da reforma, ou seja, as estratégias de progressistas e conservadores visando a imprimir suas marcas na reestruturação em andamento. Minha intenção foi, principalmente, trazer à luz as pessoas envolvidas nesse momento histórico. Hélio Lourenço de Oliveira, professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, vice-reitor em exercício durante parte da reforma, importante figura na liderança do grupo mais progressista e defensor da autonomia universitária, que foi cassado na esteira do Ato Institucional nº 5. Alfredo Buzaid, professor e diretor da Faculdade de Direito, sucessor de Hélio na presidência do Conselho Universitário, maior expoente do grupo mais conservador e próximo ao regime, que liderou a submissão da reforma ao projeto do governo federal e que foi, ao fim, premiado com o cargo de ministro da justiça.

Além dessas figuras emblemáticas, procurei ressaltar a fundamental atuação de outros personagens, cujos nomes, no entanto, não são lembrados com destaque ou frequência. Conselheiros como Eduardo Moacyr Krieger, professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, defensor de uma reforma ampla e aberta; Pedro Wongtschowski, estudante e contrário ao movimento de desmonte da reforma que vinha sendo inicialmente gestada. Dentre os mais de quarenta conselheiros que passaram pelas cadeiras do Co, destaco Oswaldo Fadigas Fontes Torres, diretor da Escola Politécnica, que defendeu a Universidade de São Paulo do assédio do regime; a professora Elza Salvatori Berquó, uma das poucas mulheres no Conselho, defensora do diálogo com os discentes, apoiando a escuta do movimento estudantil e a construção de assembleias paritárias, que terminou sendo cassada; Antônio Barros de Ulhôa Cintra e Paschoal Ernesto Américo Senise, os professores mais velhos do

Conselho, que emprestaram serenidade e inteligência pela construção da “Universidade integrada” e pela defesa da liberdade da USP no ato de se reformar. Destaco, igualmente, conselheiros como Antônio Guimarães Ferri, Paulo de Toledo Artigas, que, atuando segundo suas convicções ou ambições pessoais, acabaram permitindo a decisiva ingerência do regime sobre a reforma universitária na USP.

Sobre a interpretação dos agentes históricos com relação à ditadura, apropriei-me do alerta de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), sobre a tendência de simplificar o significado de suas ações em um esquema binário, quer de resistência ou de adesão. Segundo o autor, nas narrativas históricas sobre a ação dos grupos que lidaram em seus países com as forças de ocupação nazistas na Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se um modelo interpretativo binário, que simplificava a variada e complexa atuação das diversas personagens, por exemplo, no episódio da ocupação da França por tropas alemãs. Motta (2014) propõe, em vez disso, uma leitura com maior amplitude analítica, pelo prisma da *adesão, resistência e acomodação*. O adesismo e a resistência são termos claros na história da ditadura brasileira, expressos em ações como as guerrilhas urbanas ou a Passeata dos Cem Mil, que se encaixam na resistência; o Comando de Caça aos Comunistas ou a subscrição de Luís Antônio da Gama e Silva, reitor licenciado da USP e Ministro da Justiça ao AI-5, que podem ser classificadas como adesistas. Motta, porém, busca romper o simplismo binarista, propondo a possibilidade de *acomodação*:

Para dirigentes e demais membros da comunidade universitária, entre os dois polos, resistência ou adesão, havia a possibilidade intermediária. Muitos procuraram maneiras de se acomodar ao novo sistema de poder, sem que isso significasse, a seus olhos, qualquer compromisso com a ditadura, mas que também não tinham intenção de resistir frontalmente ao Estado autoritário – por medo da punição ou por achar inútil –, buscaram estratégias de conviver com ele, inclusive como forma de reduzir os efeitos da repressão (MOTTA, 2014, p. 310).

Nesse campo, e no recinto universitário, podem se situar, por exemplo, Lucio Penna de Carvalho Lima, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, claramente contrário à ditadura militar, mas que não atuou frontalmente no combate ao regime, buscando se colocar na oposição e, dentro da estrutura universitária, diminuir o quanto possível a interferência e a repressão imposta pelo governo.

Para além das decisões pessoais, a acomodação pode também ser pensada como um dos aspectos constituintes da cultura política brasileira. Segundo Motta (2018, p. 7) essa característica se institui pelas “tentativas de escamotear conflitos e buscar a integração social, cujo ponto culminante é a conciliação/acomodação”, o que explica, na estrutura da ditadura, uma atuação por vezes ambígua, tal como exposta por Ridenti (2010, p. 106),

Essa ambiguidade – em parte responsável pela longevidade da ditadura – marcaria todas as esferas artísticas e também intelectuais, como a própria universidade: o governo reprimia professores e estudantes considerados subversivos, mas o projeto de desenvolvimento exigia investimentos significativos em ciências e tecnologia, portanto, também na universidade. Ora, os debates e a crítica próprios da atividade acadêmica acabaram por gerar questionamentos crescentes à ditadura, que não deixava de oferecer uma alternativa de acomodação institucional a setores acadêmicos de oposição, como a criação de sólido sistema nacional de pós-graduação e de apoio à pesquisa que perdura até hoje.

Em suma, neste trabalho busquei trazer à tona os nomes dos conselheiros, suas unidades, projetos e vinculações ao longo daqueles dois anos, tão intensos quanto curtos. Para que, dessa forma, o trajeto tortuoso que os membros do Conselho Universitário da USP percorreram na reforma seja entendido como um campo de embates e que o estatuto final surja como o resultado possível de um processo que se deu em plena ditadura.

### **3. As fontes**

Para contar essa história, utilizo-me de quatro conjuntos de fontes: trabalhos historiográficos, legislação, entrevistas e atas das sessões do Conselho Universitário.

A bibliografia utilizada contribuiu para entender o contexto histórico em que a reforma se inseria e quais eram os seus principais protagonistas, individuais e coletivos. Para que fosse possível compreender o “clima” do Brasil no instante em que os conselheiros se reuniram, era necessário entender como se deu o golpe militar, a construção do regime em suas ideologias e projetos para o país. Autores como José Murilo de Carvalho, Marcelo Ridenti, Ângela de Castro Gomes e Jaime Mansan, só para citar alguns, foram indispensáveis. Os trabalhos de colegas historiadores como Maria de Lourdes Fávero, Bruno

Bontempi Jr., Alexsandro Tavares Lira, José Carlos Rothen, Alexandro do Nascimento Santos, dentre tantos outros, também foram fundamentais para uma compreensão da história da USP, do movimento estudantil e do conjunto legislativo que pautou o ensino superior desde a fundação das primeiras universidades brasileiras, nos anos 1930.

Por serem fundamentais para uma maior aproximação das pessoas diretamente envolvidas nas sessões, utilizei dois conjuntos de entrevistas: as que foram feitas por José Roberto Gnecco (2005), em seu doutorado; as entrevistas que realizei exclusivamente para este trabalho. Gnecco, focado na história da Escola de Educação Física (EEF) e de como foi incorporada à USP no período da reforma, entrevistou diversas pessoas, dentre as quais professores da EEF e membros do Conselho Universitário, tornando disponíveis depoimentos de conselheiros que hoje são falecidos.

Entrevistei Pedro Wongtschowski e Eduardo Moacyr Krieger<sup>1</sup>, respectivamente representante dos discentes e representante dos professores associados. Construí as entrevistas menos preocupado com a precisão de “fatos” ou “datas”, do que interessado em captar as sensações e os sentimentos, evocados pela memória de ambos com relação ao que viveram naquele período. Por exemplo, interessava-me saber como eram as relações entre os conselheiros, como se davam os trabalhos do Co, como a pressão do regime era sentida, que ideias defendiam para a reforma, como compreenderam a aprovação final do estatuto. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas, constando em anexo neste trabalho.

Fiquei sabendo que ambos fizeram parte do grupo mais progressista, ligados a uma ideia de fortalecimento da autonomia universitária, assim como de uma maior integração das unidades, o que os colocou em oposição à reforma liderada por Alfredo Buzaid. As atas, com efeito, registram suas atuações, muitas vezes corajosas, contra a interferência do regime militar e de seus aliados.

Outra fonte utilizada é o conjunto legislativo tão fundamental na atuação do regime. Tanto na gestão e controle das universidades e da reforma, quando

---

<sup>1</sup> Ambos foram os únicos membros do Conselho com que conseguimos contato.

na repressão ao movimento estudantil, o governo lançou mão de leis que buscavam legitimar suas ações, mesmo as mais arbitrárias. Dessa forma, tomo as leis utilizadas nesse período para entender não apenas de que forma o regime se colocou no enfrentamento aos tidos subversivos, mas também como os conselheiros lidaram, às vezes contornando ou enfrentando, a legislação que lhes era imposta.

O *corpus* principal deste trabalho são as atas das sessões do Conselho Universitário, nos anos 1968 e 1969, que por essa razão são objeto de ponderações sobre suas virtualidades e limites como fontes documentais de um trabalho histórico.

As atas são registros escritos de uma reunião oficial, comumente a cargo do secretário ou de algum membro escolhido para fazê-lo. Uma ata adquire caráter oficial por ser composta durante uma reunião, compilando os temas tratados, as falas e os votos e, tendo, por fim, a assinatura dos participantes. Isto não quer significar, entretanto, que as atas sejam o registro genuíno, transparente e objetivo de tudo o que tivesse ocorrido nas sessões. No caso do Conselho Universitário da USP, a ata da reunião anterior era votada pelos conselheiros e submetida a correções. Essa característica faz com que as atas difiram de outros documentos oficiais, pois sua aprovação pelos participantes lhe atribui maior confiabilidade. Afinal, a praxe supõe que qualquer membro poderia, na reunião seguinte, corrigir erros, complementar informações ou apontar eventuais omissões, como neste caso:

O Conselheiro João Alves Meira pede a palavra para dizer que, embora não conste da Ata, houve engano ao se declarar, na Sessão anterior, que a representação de docentes da Faculdade de Medicina, transcrita na citada Ata, havia sido aprovada pela Congregação. Esclarece que a representação foi somente apresentada e, como não consta da Ordem do Dia, não foi discutida em Congregação, apesar de encerrar a vontade dos membros signatários.<sup>2</sup>

Ainda que a possibilidade de revisão permita uma “correção” em prol da fidelidade ao que fora dito, adicionando credibilidade ao documento, ao crer

---

<sup>2</sup> Para que o corpo do texto não ficasse poluído com a grande quantidade de vezes que as atas foram citadas, mantive as referências nas notas de rodapé. *Atas do Conselho Universitário da USP*, 20 jan. 1969, livro 36, 634ª sessão, fl. 1.



cegamente no texto oficial como reflexo da realidade, o historiador pode se deixar cair em armadilhas.

Inicialmente, é preciso considerar que, nos anos 1960, as sessões do Conselho Universitário não eram áudio-gravadas, e sua transcrição era feita com base nos registros do secretário-geral. Portanto, quando um conselheiro pedia alguma alteração, em grande medida fazia uso da memória para corrigir a ata quanto ao que “realmente” havia sido dito. Por exemplo, na reunião do dia 13 de janeiro de 1969, quando o reitor colocou em votação a ata da reunião anterior, há a seguinte transcrição:

O Conselheiro Oswaldo Fadigas Fontes Torres solicita ratificação à página 8, linha 7: onde se lê: “proponho seja o ensino aprovado”, leia-se: “proponho seja o mesmo aprovado”.<sup>3</sup>

A memória, entretanto, pode falhar, especialmente pelo intercurso do tempo e dos fatos. A citação corresponde à reunião de 13 de janeiro de 1969, em que se estava votando a ata da reunião de 17 de dezembro de 1968. Ora, entre a reunião de dezembro e a votação de sua ata havia-se passado quase um mês, espaço de tempo em que houve a invasão do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) pelas Forças Armadas e que se deram as reuniões permanentes para deliberar sobre as suas consequências, a continuação dos trabalhos da reforma e as pausas de Natal e Ano Novo. O tempo e os acontecimentos que separam a reunião e a votação nos levariam, portanto, a questionar a precisão com que a memória do conselheiro buscou corrigir a ata.

Outro ponto, mais objetivo, é pensar no esforço e no tempo dispendidos pelos conselheiros para lerem as atas de forma minuciosa, relembrem o que havia sido dito e proporem sua correção, tudo isso ocorrendo juntamente com os trabalhos relacionados à reforma profunda que a universidade estava empreendendo. É plausível supor que omissões de algumas falas, por exemplo, teriam passado despercebidas pelos conselheiros em suas leituras. Afinal, o tempo para a leitura era escasso:

Com a palavra, o Conselheiro Oswaldo Fadigas Fontes Torres apresenta requerimento no sentido de ser adiada essa discussão

---

<sup>3</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 13 jan. 1969, livro 36, 632ª sessão, fl. 2.

[sobre a ata da reunião anterior], tendo em vista o pouco tempo havido para estudo da mesma, sendo seu pedido deferido pela mesa.<sup>4</sup>

Não obstante, são frequentes os exemplos de leituras detidas das atas e de propostas de alteração:

O Conselheiro Domingos Pizanelli, aludindo a emenda do Conselheiro Ariosto Mila [sobre a ata da reunião anterior] (fls. 16, 15ª linha), solicita seja acrescentado, na 18ª linha, logo após a expressão “Concurso”, o seguinte: “ a questão foi remetida para o Regimento Geral”, o que foi aprovado pelo Conselho.<sup>5</sup>

Outro exemplo:

O Conselheiro José Francisco de Camargo solicita ratificação da Ata relativamente às últimas 4 linhas da folha 5, para que fique constando: “determine, como se fez em relação à Escola de Engenharia de São Carlos [...]”<sup>6</sup>

Sendo redigida pelo secretário-geral, nesse caso, o servidor José Geraldo Soares de Mello, a ata contém um caráter subjetivo. Em princípio, porque cada uma delas, de extensão média de trinta páginas, reproduz uma sessão de cerca de três horas. Dessa maneira, são resumos que não poderiam conter todas as falas, relatórios, propostas e votações ocorridas. Diante da necessidade de resumir, o secretário-geral toma certas liberdades sobre o que registrar e sobre como transcreverá o conteúdo da reunião. Assim sendo, deve-se atentar para o fato de as falas dos conselheiros não serem transcritas em sua forma integral ou *ipsis litteris*. Se compilarmos, por exemplo, todas as referências a falas do conselheiro Adolpho Ribeiro Netto no período reitoral de Hélio Lourenço de Oliveira, teremos que, em 35 vezes, o secretário-geral escolheu o discurso indireto, de modo que apenas cinco falas foram transcritas integralmente<sup>7</sup>. Esse caráter do discurso indireto pode ser visto no seguinte trecho: “O Conselheiro Adolpho Ribeiro Netto declara que votou contra a permanência de Medicina Legal e Psicologia Judiciária no Instituto de Ciência Jurídica”<sup>8</sup>.

Abre-se um espaço manipulativo, seja pela possibilidade de o relator dar ênfase a trechos talvez ausentes ou menos evidentes no discurso oral, seja pela

<sup>4</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 19 set. 1968, livro 34, 606ª sessão, fl. 1.

<sup>5</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 13 out. 1969, livro 39, 651ª sessão, fl. 1.

<sup>6</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 1º abr. 1968, livro 33, 595ª sessão, fl. 1.

<sup>7</sup>Adiante, analisarei mais detidamente o uso do discurso direto e indireto nas atas..

<sup>8</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 11 fev. 1969, livro 36, 635ª sessão, fl. 8.

ocultação dos argumentos do conselheiro em sustento de seu voto, posto o caráter resumido que as falas citadas de modo indireto acabam adquirindo.

Ainda sobre as escolhas do secretário-geral, quando se evidencia que os debates se estenderam em demasia, com muitos conselheiros se pronunciando, há a necessidade de resumir tudo em poucas linhas, como, por exemplo: “O Conselheiro Lucio Penna de Carvalho Lima e *outros* manifestam-se pela alternativa B”<sup>9</sup> [grifo nosso]. Outro exemplo emblemático é este: “Apartearam o orador *vários Senhores Conselheiros*, notadamente os professores Paulo de Toledo Artigas e Antônio Adamastor Corrêa, além do Cons. Gilberto Luciano Belloque”<sup>10</sup> (grifo nosso).

O recurso de resumir as falas, selecionando nomes e ocultando outros, foi muito utilizado pelo secretário-geral ao longo do período analisado. Nos limites de espaço que as pouco mais de trinta páginas o permitiam, o secretário fazia sínteses e, nesse caso, selecionava, de modo algo arbitrário, falas e nomes de conselheiros. Embora os critérios e as intenções que pautaram inclusões e exclusões não estejam acessíveis, é preciso tê-las em vista na análise, justamente para matizar qualquer expectativa de considerar essa fonte como um reflexo da “realidade” dos debates.

Por fim, atas são documentos oficiais de caráter público. Portanto, as falas, propostas e votos dos conselheiros ficam registrados em arquivos, aos quais os governos têm acesso. No biênio estudado, 1968-1969, a reforma foi conduzida em pleno processo de recrudescimento da ditadura militar, o que certamente afetava o teor das manifestações no Conselho, tanto quanto seu registro. Como as sessões eram registradas em atas, as falas e os votos eram transcritas e poderiam ser consultados por agentes da inteligência e da repressão do governo, podendo se tornar provas contra os próprios conselheiros. Assim sendo, o receio de que as atas pudessem fomentar peças de acusação poderia fazer de sua escrita um espaço de embates pelo controle do que seria registrado ou ocultado.

---

<sup>9</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 21 out. 1968, livro 35, 616ª sessão, fl. 11.

<sup>10</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 11 mar. 1968, livro 33, 593ª sessão, fl. 18

Por conseguinte, uma estratégia bastante utilizada nas sessões do Co veio a ser o pedido de votação nominal. No decorrer do período, sempre que havia votação de um assunto de grande impacto, algum conselheiro solicitava à mesa que os votos e as posições dos votantes fossem transcritas em ata. Esse expediente, na grande maioria das vezes, foi utilizado por conselheiros mais afeitos ao regime ou que defendiam propostas alinhadas ao governo, talvez para que o nome dos que votaram em contrário, ao serem registrados em atas, pudessem eventualmente ser utilizados como prova.

Outra questão acerca da dinâmica do Conselho Universitário, que permeiam todas as reuniões e decisões tomadas, é o aspecto lacunar das atas. Em entrevista a José Roberto Gnecco (2005, v.2, p. 32), o conselheiro Antônio Adamastor Correa afirmou que existiam conversas de bastidores, que, ocorridas fora das sessões, obviamente não constavam de nenhum documento, pois “quando alguém tem uma ideia boa e sabe que o outro é a favor e que é do Conselho Universitário, a vantagem é falar antes. Quanto mais indivíduos você puder carregar antes, a favor, é melhor”.

Em suma, embora as atas sejam documentos oficiais e confirmados pelos presentes, elas não são um reflexo fiel e objetivo da realidade. Em sua forma textual padronizada e sumária, configuram registros resumidos de horas de discussão, que passaram pelo filtro ora minucioso, ora apressado, dos próprios conselheiros. Além disso, seu registro se dá pelas mãos e pelas escolhas do secretário-geral e, evidentemente, pelo reitor, seu primeiro leitor e censor. Tudo isso, finalmente, elaborado e dado a público sob o espectro sempre vigilante da ditadura e de seus órgãos de informação.

Por conseguinte, “o fato de uma fonte não ser ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável” (GINZBURG, 2006, p.16). Assim sendo, trabalhei com as atas cotejando-as com a bibliografia levantada, me aprofundando em eventos e informações citadas pelos conselheiros, como manifestações estudantis ou decisões do governo. Não obstante o tempo e as possíveis imprecisões da memória, pude enriquecer os documentos oficiais do Co com as entrevistas feitas por Gnecco e por mim mesmo. Nas diversas leituras para este trabalho, separei as falas de cada autor, contabilizei os projetos, as vitórias e derrotas para estabelecer uma

compreensão da capacidade de cada conselheiro de expressar suas ideias ou imprimir o projeto que defendia, para perceber o desequilíbrio na correlação de forças, ocorrido após as cassações de professores da USP. Tudo isso me permitiu fazer das atas uma fonte histórica capaz de sustentar a narrativa proposta nesta dissertação.

#### **4. Os capítulos**

A fim de investigar aspectos referentes à reforma universitária nos debates ocorridos no Conselho Universitário da USP, nos anos 1968-1969, propus uma partição das atas com base em fases internas às dinâmicas do Conselho, por sua vez balizadas pelo próprio processo de reforma.

Não obstante a incidência dos acontecimentos externos<sup>11</sup> que exerceram influência no desenrolar da reforma e que, por isso, serão cotejados, entendo que o processo de reforma tenha se dividido em três fases: 1) a reforma entra na pauta do Co; 2) debate democrático; 3) reforma controlada, trabalhadas respectivamente nos capítulos dois, três e quatro.

No primeiro capítulo faço um breve panorama a respeito da reforma universitária que vinha sendo pensada desde o início dos anos 1960, antes mesmo do golpe e que acabou desaguando na aprovação do Estatuto da USP, em 16 de dezembro de 1969.

No segundo capítulo, desenvolvo a primeira fase, que teve início na sessão ordinária de 05 de fevereiro<sup>12</sup> – primeira reunião do ano. Nela, temos os passos iniciais e indiretos da reforma, quando entra em discussão o provimento de cátedras para a Faculdade de Veterinária. No debate, com relevante participação de Hélio Lourenço de Oliveira, foi cogitada uma reforma do estatuto da universidade quanto ao provimento de cargos, buscando uma uniformização

---

<sup>11</sup> Refiro-me, por exemplo, à pressão do Governador do Estado Abreu Sodré para que houvesse maior celeridade na reforma; as questões financeiras envolvendo a USP; o Ato Institucional nº. 5, que levou à aposentadoria compulsória importantes quadros docentes.

<sup>12</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 05 fev. 1968, livro 33, 592ª sessão.

entre as instituições, o assunto que foi encerrado com um pedido de vistas do conselheiro Antônio Guimarães Ferri<sup>13</sup>.

Houve, nessa reunião, uma referência à Comissão de Reestruturação da USP, que já vinha estudando a reforma universitária, tendo produzido um Memorial cuja função fora a de contribuir com diretrizes para a reforma. Foi na reunião de 1º de abril<sup>14</sup>, porém, que a discussão sobre a reforma começou a ganhar corpo no conselho. Nessa sessão, refletiu-se sobre a dissolução da cátedra de Antropologia e sua reformulação como um “pré-departamento”. Embora as pautas dessa primeira fase só tenham se dado em reuniões ordinárias, no interior de deliberações acerca de processos que não estavam diretamente ligados à reestruturação, elas vieram a constituir uma massa crítica inicial que subsidiou as demais fases.

Ainda na reunião de 1º de abril, sobre a cátedra de Antropologia, o conselheiro Eduardo Moacyr Krieger foi o primeiro a argumentar diretamente pela necessidade urgente da reforma universitária:

[...] por que não a extinção? [da cátedra] A Faculdade de Filosofia tem se manifestado, tem se expressado várias vezes, sobre a conveniência de se fazer a reestruturação da Universidade de São Paulo, assumindo nítida posição nesse sentido. Ora, essa posição permitiria sem dúvida, uma opção pela extinção da cátedra em apreço (p. 8).

Essa primeira fase teve seu termo no dia 02 de setembro<sup>15</sup>, data da última sessão ordinária antes da série de extraordinárias dedicadas à reforma. Nessa reunião, a proposta que definiu o andamento inicial dos trabalhos foi dada pelo conselheiro Hélio Lourenço de Oliveira, que advogou a ideia de o Conselho começar partindo de amplo debate sobre os pontos fundamentais, para depois entrar nas propostas concretas.

A segunda fase, tratada no terceiro capítulo, se inicia na reunião de 09 de setembro<sup>16</sup>, abrindo a série de sessões extraordinárias, que ocorreram duas vezes por semana e se estenderam até pouco antes da conclusão da reforma. Partindo dos trabalhos iniciados nos reitorados sucessivos de Mário Guimarães

---

<sup>13</sup> Ibid, p. 22-23.

<sup>14</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 01º abr. 1968, livro 33, 595ª sessão

<sup>15</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 02 set. 1968, livro 34, 602ª sessão.

<sup>16</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 09 set. 1968, livro 34, 603ª sessão.

Ferri e Hélio Lourenço, em que teve o seu maior esforço, a reforma se estendeu pelo que denomino como “fase do debate democrático”.

A dinâmica mantida é de ampla discussão sobre todos os pontos, o que marcará a diferença principal entre esse momento e o ulterior. Essa fase teve como principal característica um exaustivo exame de cada proposta, artigo e formulação do estatuto colocados pelos conselheiros, submetendo, por fim, ao voto todos os projetos defendidos. Foi na segunda fase que a primeira proposta do Estatuto da USP acabou sendo formulada, antes de ser levada à análise do Conselho Estadual de Educação.

Por fim, a terceira fase, no quarto capítulo desse trabalho, tem início na sessão de 07 de maio<sup>17</sup>, após as cassações de membros do CO, ação permitida e sustentada pelo AI-5. Um dos docentes aposentados foi o próprio vice-reitor Hélio Lourenço de Oliveira. Com sua saída e a subsequente eleição de Alfredo Buzaid para vice-reitor e presidente das sessões do Conselho Universitário, a forma democrática e minuciosa com que a deliberação havia se desenrolado na segunda fase foi drasticamente alterada.

A terceira fase finaliza-se com a saída de Buzaid da vice-reitoria, para assumir o cargo de Ministro da Justiça, tendo seu lugar ocupado por Miguel Reale. A característica principal desse momento foi a mudança na dinâmica com a qual a reforma fora construída. Em lugar da argumentação ampla no Conselho, foi uma comissão especial, escolhida pelo próprio Alfredo Buzaid, que redigiu diversas alterações ao primeiro estatuto votado. Quando essas alterações chegaram ao Conselho, restou a todos os membros votarem-nas em bloco, praticamente sem debate.

Não por acaso, ao fim das votações do projeto da Comissão Especial, o conselheiro Lucio Penna de Carvalho Lima expôs um protesto, subscrito por Paulo Carvalho Ferreira, Marcello de Moura Campos, Oswaldo Fadigas Fontes Torres e Paschoal Ernesto Américo Senise, com o seguinte teor:

Voto contra a aprovação global do novo Estatuto, elaborado pela Comissão designada pelo Magnífico reitor, por discordar totalmente do critério adotado pela mesma que não se limitou a adaptar o projeto elaborado anteriormente por este Colendo Conselho às sugestões do Conselho Estadual de Educação. Introduziu aquela Comissão

---

<sup>17</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 07 mai. 1969, livro 37, 645ª sessão

modificações profundas de mérito, não contempladas no parecer do Conselho Estadual de Educação e, muitas vezes, em total desacordo com resoluções anteriormente aprovadas pelo Conselho Universitário.<sup>18</sup>

Resta evidente que a terceira fase se caracterizou pelo cerceamento da liberdade de fala e por certa imposição – mesmo que legítima nos limites do Estatuto vigente – de um projeto muito mais centralizador e com menos participação do corpo discente nas instâncias decisórias da universidade.

Com base nessa periodização, trarei detidamente das atas de cada fase, buscando entender, além dos conteúdos, suas dinâmicas internas e resultados. Dentre os diversos assuntos em pauta, como a renovação de contrato de professores, a concessão de bolsa de estudos para alunos estrangeiros, as variadas questões orçamentárias e os embates políticos entre a gestão da universidade, o governo e o movimento estudantil, atendo-me aos debates diretamente relacionados à reforma da Universidade de São Paulo.

Na exposição das intervenções dos conselheiros, destaco a unidade e o cargo de origem<sup>19</sup>, de modo a relacionar esses pertencimentos aos respectivos discursos e aos votos, a fim de explorar a hipótese de que, como representantes, poderiam estar expressando culturas acadêmicas e políticas relativas à suas unidades, portanto, assumindo posicionamentos condizentes. Como exemplo, pode-se mencionar o projeto modernizador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, identificado e falas de Hélio Lourenço, representante da Congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FM-RP) e Eduardo Moacyr Krieger, representante dos professores assistentes e professor da FM-RP, mais voltadas para a valorização da pesquisa científica (CARLOTTO, 2014) quando comparadas às posições emitidas por membros das faculdades tradicionais, mais voltadas à profissionalização.

---

<sup>18</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 30 set. 1969, livro 39, 650ª sessão, fl. 20.

<sup>19</sup> Infelizmente, não foi possível descobrir os cargos de vários conselheiros, pois as atas não os registravam, e os arquivos da USP não contém essa informação. Por conseguinte, para esses constam apenas as unidades que representavam.



## **CAPÍTULO I: REFORMA UNIVERSITÁRIA: UMA HISTÓRIA DE EMBATES**

Antes mesmo das Reformas de Base tornarem-se instrumento de disputa política nas mãos do presidente João Goulart e de parte expressiva das esquerdas (FERREIRA; GOMES, 2014), o tema da reforma universitária já vinha sendo posto, principalmente nas próprias universidades. Essa querela ganhou força nos anos 1950, como afirma Florestan Fernandes (1984), discutindo temas como a democratização das universidades. Outros pontos fundamentais, que colocaram em movimento diversas forças políticas na reforma do ensino superior em 1968, são as questões da cátedra, do lugar da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) no conjunto da universidade, do ensino superior privado e o movimento estudantil, tema de grande preocupação do governo.

As universidades brasileiras vinham sendo regidas pelo Estatuto das Universidades (1931), tendo como núcleo básico a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Essa unidade deveria servir como o centro da universidade, a partir do qual, as demais faculdades se estruturariam (ANTUNHA, 1974). Além disso, o ensino superior tinha como menor unidade as cátedras, regidas por professores catedráticos, com poder vitalício sobre suas respectivas áreas. Ademais, que o reitor e o vice-reitor eram escolhidos pelo presidente da República, no caso das universidades federais, ou pelos governadores, no caso das instituições estaduais, o que cerceava sua autonomia.

Esses aspectos foram discutidos na longa tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Inicialmente, a estrutura universitária foi mantida na primeira versão da lei, aprovada pelo Congresso. Contudo, ela irá passar por substanciais alterações em suas determinações, com diversos vetos do presidente Goulart (CELESTE FILHO, 2013, p. 42).

Dois artigos da LDB, em especial, foram profundamente modificados: os artigos 74 e 79. O primeiro definia que “o ensino das disciplinas obrigatórias dos cursos de graduação será ministrado por professor catedrático”, e no art. 79, “as universidades constituem-se pela reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior, um dos quais *deve* ser uma

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (CELESTE FILHO, 2013, p.42, grifo nosso). Os vetos excluem a redação do art. 74 e a menção à FFCL no art. 79. Como afirma Celeste Filho (2013), o projeto da FFCL foi o mais afetado pelas alterações.

Essas alterações se inserem em um antigo ponto crítico do sistema de ensino superior brasileiro: o embate entre faculdades profissionais tradicionais, como o Direito, a Politécnica e a Medicina, e faculdades de filosofia e ciências humanas que compunham a FFCL. Esses embates, no âmbito da USP, vinham desde sua fundação, diante da unificação das faculdades isoladas. Isso ficou claro no discurso de Mesquita Filho, para a formatura da FFCL na década de 1930, quando afirmou a superioridade destes formandos em relação ao “‘ato banal e corriqueiro’ pelo qual os formandos em Direito, Medicina ou Engenharia eram considerados aptos a exercer suas profissões” (BONTEMPI Jr., 2008, p.176) e que se mostrava evidente nos atos de resistência das faculdades tradicionais frente “à ideia de uma Universidade cujo centro fosse a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (BONTEMPI Jr., 2001, p. 37).

No Brasil, a parte ilustrada da elite política era oriunda das faculdades tradicionais. Esta tradição remonta o Império, como se vê em vários personagens dos romances machadianos, os políticos bacharéis. A faculdade de Direito de São Paulo, por exemplo, tem a tradição de formar “ministros, conselheiros de Estado, deputados, senadores, presidentes de província e juízes de notoriedade nacional” (ADORNO, 2019, p. 141). Posteriormente, com a elevação da formação profissional superior de médicos e engenheiros, esses três grupos assumiram lugares e legitimidades na política brasileira. Segundo Bontempi Jr. (2015, p. 225, grifo nosso), essa presença permitiu que se observassem fissuras conjunturais interclassistas, bem como reorientações de toda ordem em políticas públicas, pois

é plausível supor que um Estado coordene suas políticas conforme valores e propriedades *orientados por grupos circunstancialmente influentes*, como os médicos, que representam a sociedade como um organismo doente; os advogados, fiadores do estado de direito; os engenheiros, para quem o progresso e o trabalho são panaceias neutras para o bem-estar geral.

Parte considerável da pressão para o enfraquecimento e a fragmentação que o projeto da FFCL irá sofrer provém dessa disputa pelo poder dentro das universidades, historicamente ocupada pelas faculdades tradicional-profissionais, mas que passaram a ser ameaçadas pelo crescimento da importância da FFCL, com seu foco na pesquisa e na formação de professores.

Quando a matéria sobre a LDB ganhou relevância, as forças políticas mais influentes, originárias das faculdades profissionais, conquistaram uma importante vitória, ao tornar desnecessária a existência de uma Faculdade de Filosofia como núcleo da universidade.

Ainda que se possa considerar que a LDB tenha enfraquecido a FFCL, ela consagrou a pesquisa como objetivo primeiro da universidade. Por paradoxal que possa parecer, isto é o resultado das constantes críticas que a FFCL vinha sofrendo por ter supostamente se tornado uma formadora de professores de grau médio, portanto, uma faculdade profissional. Em outras palavras, a Faculdade de Filosofia era um projeto combatido, de um lado pelas faculdades tradicionais, temendo seu aumento em termos de corpo docente e discente, por consequência um crescimento da sua influência na universidade e, por outro lado, abandonada por apoiadores da cultura científica, que viam na FFCL uma instituição corrompida pela tradição profissional comum nas faculdades brasileiras (CELESTE FILHO, 2004, p.165).

Outro espaço em que o debate acontecia, com diferentes acepções sobre o problema, era o Conselho Federal de Educação (CFE). Criado no começo dos anos 1960, como órgão de construção de políticas públicas, o CFE era responsável por corrigir e dar respostas não apenas a possíveis lacunas da LDB, mas por, futuramente, analisar e aprovar as reformas das universidades federais.

O CFE se tornaria mais um lugar de disputa entre as faculdades profissionais e as acadêmicas. Havia nele um grupo que defendia a manutenção das cátedras, uma reforma universitária capaz de adaptar o ensino superior ao mercado de trabalho e a conservação do *status quo* no estabelecido desde o fim do império. Esse grupo era encabeçado por Antônio Ferreira Almeida, catedrático da faculdade de Direito. Outro grupo, representado por Maurício

Rocha e Silva, catedrático da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, identificada com o grupo acadêmico-científico, defendia mudanças “intensas na estrutura das universidades”, sendo favorável aos departamentos em substituição das cátedras e ao foco nos estudos desinteressados e no ensino. Maurício Rocha era membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade de peso nas universidades brasileiras e nos debates sobre os seus rumos, defendendo os chamados estudos desinteressados (CELESTE FILHO, 2013).

Essa emblemática disputa dentro do CFE acerca dos caminhos do ensino superior acabou sendo severamente impactada pelo golpe civil-militar e pela ingerência do regime sobre esses assuntos, dos quais muitos não serão resolvidos nem mesmo com as reformas de 1968-69.

Em cada estado da federação havia o respectivo Conselho Estadual de Educação (CEE), fundado pela lei nº. 7.940 de 1963. A esse órgão cabiam funções normativa, fiscalizatória e deliberativa, estando sob o controle do governador. O CEE foi reformado em 1967, no bojo da nova constituição pela Lei nº. 9.865, que, com a Lei nº. 5.540/68, deu a ele poderes para intervir e influenciar as reformas universitárias. As mudanças da Lei nº. 9.865 foram importantes por consolidar o CEE e aumentar o controle do Secretário de Educação sobre o órgão, mantendo, inclusive, o poder do governador de nomear os membros do conselho (NUNES, 2014).

No fim dos anos 1960, a demanda pela reforma universitária retorna com força, já sob a ditadura. Duas comissões foram criadas pelo Executivo Federal para repensar toda a estrutura do ensino superior: a Comissão Meira Mattos (instituída pelo Decreto nº. 62.024, de 29 de dezembro de 1967) e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) (instituído pelo Decreto nº. 62.937, de 2 de julho de 1968). Quanto à primeira, o nome se explica em razão de seu presidente, o General-de-Brigada Carlos de Meira Mattos, o que já indica o fato de ter sido controlada por militares, com pouca presença e influência de profissionais da educação.

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, por sua vez, deu-se como resposta do regime aos movimentos reformistas internos às universidades, como

maneira de controlá-los (CARLOTTO, 2014, p.218) e, ao mesmo tempo, de negociar com as correntes intelectuais que compunham os técnicos do CFE, do MEC, do SBPC e das universidades, tendo a participação de Roque Spencer Maciel de Barros, também envolvido na construção do Memorial Ferri. O objetivo do GTRU foi propor uma reforma técnica e modernizante do ensino superior, unindo as propostas que já estavam em relevância no Brasil desde antes do golpe de 1964, a influência das ideologias estadunidenses e a necessidade de uma administração competente.

José Carlos Rothen (2008, p. 460-1), sobre as diferenças entre a Comissão Meira Mattos e o GTRU, aponta que:

a) os membros da Comissão [Meira Mattos] e do GTRU eram diferentes, sendo que na primeira não constava a participação do Ministério da Educação e Cultura, nem de representantes do Ministério do Planejamento e da Fazenda, enquanto que o GTRU foi presidido pelo ministro da Educação e contou com representantes do Ministério do Planejamento e da Fazenda. C) o CFE não participou da Comissão Meira Mattos; o GTRU, por sua vez, contou com membros do CFE (Newton Sucupira e Valnir Chagas) que atuaram ativamente na fase jurisprudencial e na elaboração dos Decretos-Lei. D) A Comissão Meira Mattos, em seu relatório, entre outras teses, defendia que a atuação do CFE seria uma das causas da não expansão das vagas no ensino superior e que o poder do CFE seria maior que o do Presidente da República. Por sua vez, o GTRU ressaltou o papel central do CFE nas políticas públicas para a educação.

A Comissão Meira Mattos representou uma visão mais intervencionista, propondo a constituição de uma reforma que privilegiasse a centralização administrativa e um aparato repressor sobre o ensino superior, principalmente sobre o movimento estudantil. Cunha (1988, p. 100-103) analisa o relatório da Comissão Meira Mattos, salientando três principais diretrizes.

A primeira é o controle sobre o movimento estudantil. A Comissão propunha despolitizar o movimento, controlar seus espaços de atuação, desmobilizar suas formas de organização e reforçar a hierarquia de comando universitário, dando maior poder a reitores e diretores. A segunda diretriz seria a incorporação do pensamento modernizador, na perspectiva de profissionalizar a administração e promover um gerenciamento eficaz de recursos da universidade. A terceira diretriz parte de uma crítica aos altos valores cobrados pelos cursinhos e à constante falta de investimento nas universidades. Para suprir os baixos recursos disponíveis para o ensino superior, o relatório propõe a supressão da gratuidade nas universidades.

A Comissão e o Grupo de Trabalho foram instrumentos de intervenção do regime nas universidades, quando não de forma incisiva, pela busca de consensos supostamente assentados em critérios técnicos. As propostas do Grupo de Trabalho tinham como meta a modernização racional da administração universitária, visando a uma maior produtividade e eficiência, buscando maior produção de capital humano (CARLOTTO, 2014, p.219-20).

O relatório do GTRU foi enviado para debate e aprovado no Congresso, que propôs emendas, tais como as que aumentassem a participação estudantil e fortalecessem a autonomia universitária, principalmente em relação a intervenções do Estado, por exemplo, na escolha de seus dirigentes. Todavia, as emendas foram vetadas pelo presidente Costa e Silva quando da promulgação da Lei 5.540/68, de modo que o relatório final do GTRU deu corpo às leis e decretos que estruturaram a reforma universitária em âmbito nacional.

Cunha (1988, p. 243) vê os debates internos ao GTRU como divididos em dois pontos de vista: o idealista e o tecnicista, o que obrigava o Grupo, para que fosse possível a conciliação de ambos os ideais, a colocar o Estado como entidade que “exercesse, sobre ela [as universidades], ‘ação estimuladora e disciplinadora’ sem prejuízo da autonomia universitária”. No entanto, para o regime, esse resultado permitiu obter um maior controle sobre o ensino superior, pois o limite entre “exercer ação estimuladora e disciplinadora” e manter a autonomia universitária era impreciso. O Grupo de Trabalho terminou por, efetivamente, criar mecanismos de poder para a ação da ditadura, pois:

na formulação do grupo de trabalho, a autonomia de qualquer universidade, não só oficial como particular, poderia ser suspensa, por tempo determinado, por infringência da legislação do ensino ou do seu próprio estatuto. Essa suspensão seria determinada pelo Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, que resultaria na nomeação, pelo conselho, de um reitor *pro tempore* (CUNHA, 1988, p.287).

Fortalecia-se, assim, o poder de intervenção institucional do regime sobre o ensino superior público ou privado, tendo no Conselho Federal de Educação seu principal instrumento.

Segundo análise de Celeste Filho (2013), entre a proposta do GTRU, do Congresso e a versão final da Lei nº.5.540 existem significativas diferenças. Uma das diferenças entre o projeto do GTRU e do Congresso é que, se do primeiro

não consta o objetivo do ensino superior, na proposta do legislativo afirma-se que “o ensino superior tem por objetivo o desenvolvimento das Ciências, Letras e Artes e a formação de profissionais de nível universitários” (CELESTE FILHO, 2013, p.145). Além disso, enquanto o GTRU e o Executivo construíram uma proposta genérica sobre a autonomia universitária, a proposta do Congresso é bastante detalhada, ao propor a possibilidade de a universidade “indicar o reitor; contar com autonomia financeira para gerir seus próprios recursos e patrimônios” (CELESTE FILHO, 2013, p. 145).

O Grupo de Trabalho propôs que o ensino superior deveria seguir as leis nº. 53 e 252, e o Congresso, pelo contrário, defendeu que sua aplicação não fosse obrigatória (CELESTE FILHO, 2013). O Congresso procurava fortalecer a autonomia financeira da universidade, propondo que sua verba não fosse passível de ser contingenciada, o que foi vetado pelo Executivo, de modo a permitir que a questão financeira se tornasse mais um instrumento de controle. Ainda segundo Celeste Filho (2013), o Executivo terminou por vetar a proposta do Congresso de que os reitores fossem eleitos pelas universidades, tema a respeito do qual o GT nada havia proposto.

Com relação ao CFE e aos CEE, há ainda diferenças:

A proposta do GTRU estabelecia o Conselho Federal de Educação – CFE – como única instância interpretativa da LDB. O parlamento e a Lei n.5.540/68 compartilham tal competência com os conselhos estaduais de educação (CELESTE FILHO, 2013, p. 147).

O Congresso, por sua vez, propôs que os membros do CFE fossem aprovados pelo Senado, o que foi vetado pelo Executivo, a fim de permitir que o Conselho se mantivesse o sob controle do governo central. Quanto à extinção das cátedras, aponta o autor que “tanto o GTRU quanto o Parlamento concordavam com a extinção da cátedra, porém concediam aos ex-catedráticos a equivalência ao nível final da carreira docente” (CELESTE FILHO, 2013, p. 147).

Assim como o corpus legal, as comissões e grupos de trabalho formados tiveram como papel criar um aparato de intervenção e controle sobre as reformas universitárias, conformando-as ao projeto modernizador-conservador, em que as universidades seriam produtoras de capital humano, fornecido para alimentar a engrenagem capitalista dependente, na forma de trabalhadores e consumidores.

Outra forma de controle exercido sobre as universidades viria a ser a de natureza financeira, permitida nas brechas que a constituição deixara com respeito à autonomia universitária. Trata-se de uma questão antiga, como afirma Heládio Antunha (1974, p. 129):

Por tê-la fundado e por mantê-la, o governo estadual sempre dispôs de meios para interferir na USP nos primeiros tempos, de forma aberta e direta, e nos últimos, de maneira mais velada, discreta e indireta, sobretudo através do controle econômico e financeiro que continua a exercer.

Antunha expressa o uso das medidas financeiras como maneira de o governo estadual intervir na universidade sem precisar recorrer a ações violentas, uma vez que as verbas destinadas serviam como um importante instrumento de controle e silenciamento da oposição nas universidades.

Não só o Congresso propunha, sem ter tido sucesso, proteção do orçamento universitário para lhe fornecer maior autonomia, como a própria universidade, no âmbito das reformas de 1968, havia buscado criar um orçamento que não fosse passível de contingenciamento e que fosse livre do arbítrio do Executivo (CUNHA, 1988, p. 208). Esses esforços foram, porém, duramente reprimidos, indiciando o peso do controle do orçamento sobre os rumos das universidades, fosse para influenciar decisões dos poderes internos, fosse para operar a regulação dos salários e verbas, ao controlar os aportes financeiros segundo necessidades e interesses do governo.

No caso da Universidade de São Paulo, a reforma estatutária vinha sendo discutida desde 1962, na gestão do reitor Antônio Barros de Ulhôa Cintra (1960 a 1963), e professor da FM-SP (GNECCO, 2006). Por mais que acreditar na plena liberdade universitária antes de golpe de 1964 seja “desconhecer o que de fato acontecia” (CUNHA, 1988, p.22), é certo ter havido um caldo de cultura que deu substância à construção da reforma. Avançavam no Conselho Universitário reformas periféricas, que, juntas, irão compor a reforma do estatuto. Muitos dos tópicos discutidos estiveram no horizonte do movimento reformista liderado por Ulhôa Cintra. Segundo Beatriz Fétizon (1968, p. 488), a USP buscou pensar sua modernização a partir de pontos como: “a valorização da pesquisa básica em todos os campos”; “reformular o projeto universitário de formação profissional”; “repensar a função docente”; incluindo o aprofundamento da departamentalização.



Essa reforma, porém, foi barrada com a quebra de um acordo firmado nos bastidores do Conselho Universitário entre o grupo mais conservador, do Gama e Silva, e o grupo mais progressista, de Ulhôa Cintra (FÉTIZON, 1986). Ao fim da reitoria deste último, Gama e Silva seria eleito com apoio dos dois grupos, para dar continuidade à reestruturação. Contudo, o acordo foi desfeito quando, na esteira do golpe de 31 de março,

Gama e Silva passaria a ser um homem do governo [...] e, “estribando em fontes de poder alheias à Universidade [...] pôde dispensar o apoio e livrar-se do controle do grupo que o elegera, atuando na reitoria como porta-voz da revolução” – o que não estancaria, na USP, o movimento pela reforma universitária (FÉTIZON, 1986, 490).

Após o golpe, a USP constituiu uma comissão especial, fundada pelo próprio vice-reitor em exercício, Mário Guimarães Ferri, no ano de 1966, para a reestruturação da Universidade de São Paulo e redigir as bases da reforma que se implantaria. O relatório final, conhecido como Memorial Ferri (FÉTIZON, 1986; CUNHA, 1988), foi concluído em 1968, tendo como membros o próprio vice-reitor, como presidente; Roque Spencer Maciel de Barros, como relator; Adalberto Mendes dos Santos; Carlos da Silva Lacaz; Erasmo Garcia Mendes; Eurípedes Malavolta, diretor da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ); Guilherme Oswaldo Arbens, representante da Congregação da FO-SP; Luiz de Freitas Bueno; Paulo Carvalho Ferreira, professor do Instituto de Química (IQ); Tharcisio Damy de Souza Santos, professor da EP. Segundo Cunha (1988) o Memorial forneceu as diretrizes para os debates da reforma no Conselho Universitário, propondo a constituição de departamentos, reforma no vestibular, etc.<sup>20</sup>; bem como se tornou ponto de partida para as discussões que ocorreram no âmbito dos conselhos paritários em diversas unidades. A partir de então, muitas faculdades tiveram projetos elaborados por paritárias e a reforma passou a ganhar cada vez mais força. Para impedir, entretanto, que esse

---

<sup>20</sup> Tal documento, dividido em 11 capítulos, buscou constituiu-se como uma tentativa de traçar as diretrizes para a reforma. Além do citado, no Memorial há uma proposta de divisão dos institutos, já concebendo a ideia de dividir básicos e profissionais. A partir disso, se defende a criação das Câmaras Curriculares que construiriam o que o próprio Memorial chama de “universidade integrada”. No documento também há projetos sobre o redesenho da administração da universidade, reforma da carreira docente e o reforço à necessidade básica da autonomia universitária.

processo reformista lhe escapasse ao controle, a ditadura civil-militar lançou mão do Ato Institucional nº. 5, buscando:

impedir a implantação de várias propostas aprovadas pelo Conselho Universitário, por meio do AI-5, foram aposentados compulsoriamente o reitor que dirigia o processo de reformulação, Hélio Lourenço de Oliveira, e dezenas de professores protagonistas das discussões para a reforma da USP. A reestruturação da Universidade de São Paulo foi então bloqueada, revertida e interrompida (CELESTE FILHO, 2017, p. 29).

Como forma de legitimar o poder e ampliar a capacidade do governo de intervir nas universidades, surgiu a Lei nº. 5.540/68, promulgada meses antes do AI-5, que estruturou a reforma no sistema de ensino superior e descartou parte do que estava sendo gestado pela USP nesse longo processo.

Segundo Celeste Filho (2013, p.130-144), o anteprojeto de lei fora enviado ao Congresso em outubro de 1968, mês atípico, conhecido como “recesso branco”, ou seja, período de eleições municipais. Com isso, boa parte dos deputados e senadores esvaziaram o parlamento para voltarem suas atenções ao pleito; além disso, o assunto ficou ofuscado pelas discussões sobre a repressão contra estudantes e sobre a cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves, feita pelo Executivo.

A reforma, por conseguinte, acabou sendo tratada de forma apressada pelo Congresso (CELESTE, 2013, p.131). Outro fato bastante relevante na estratégia do regime era uma lei, aprovada na reforma constitucional de 1967, que definia um prazo de 40 dias para as deliberações acerca dos anteprojetos enviados pelo Executivo. Após esse prazo, se não houvesse decisão dos congressistas, os anteprojetos seriam automaticamente aprovados. Após dois meses de discussão “acelerada” no Congresso, a Lei nº. 5.540 pôde ser votada e aprovada, em grande medida por haver na época “um consenso mínimo no Conselho Federal de Educação sobre os princípios básicos da reforma” (CELESTE FILHO, 2013, p. 137).

Por essa lei, o governo tornou-se capaz de interferir nas reformas universitárias, sem que uma intervenção violenta fosse necessária. Além da participação do CFE, garantida pelo art. 5º, há o art. 11º, pelo qual se atribuíam mais poderes deliberativos aos órgãos centrais, diminuindo a autonomia de outros núcleos internos às universidades. Atrelado a esse artigo, havia o art. 16º,

que estipulava a exclusividade do Executivo Federal ou do Estadual na escolha do reitor, por meio de uma lista de indicados pelas universidades. Somados os dispositivos, o governo central passou a ter uma imensa capacidade de controle sobre o ensino superior, atingindo seu objetivo de tornar a universidade um instrumento fundamental para o projeto econômico.

O conjunto de artigos 12º, 32º e 33º, que versavam sobre a extinção das cátedras e a definição do departamento como menor fração do sistema universitário, segue o pensamento de que as cátedras simbolizavam uma estrutura de poder arcaica, o que era consenso entre as forças de direita e de esquerda (FÁVERO, 2000). Os artigos 38º e 39º buscavam controlar o movimento estudantil, diminuindo seu espaço de atuação no âmbito da universidade e submetendo seus diretórios à aprovação e fiscalização por instâncias oficiais da burocracia universitária.

No corpo jurídico desenhado para controlar as universidades, a lei nº. 477, de fevereiro de 1969, constitui “um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar” (MOTTA, 2014, p. 156). Em seu art. 1º são estabelecidas as ações proibidas para docentes, discentes e servidores administrativos. Em seu inciso VI, consta a seguinte redação: “[fica vedado o uso da] dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário a moral ou à ordem pública”. O termo “subversão” é apresentado de maneira vaga e ampla, para tornar legítima a perseguição e repressão de qualquer ação tida pelo regime como contrária a seu projeto.

O mesmo decreto estipulava que, diante da infração, seria instaurado um processo de investigação sumário, a ser dirigido por um funcionário da universidade escolhido pelo dirigente. Ou seja, a investigação e a punição eram submetidas ao controle do poder central da universidade, que tinha no cargo mais importante, o reitor, escolhido pelo Executivo.

As leis representavam, portanto, papel fundamental no discurso do governo, que, para se caracterizar como “democrático”, as usava para legitimar atos arbitrários. Outrossim, parte do aparato de negociação e de construção de consenso, bem como os instrumentos de intervenção do governo se davam exatamente mediante aparato legal. Por exemplo, a Lei nº.5.540/68 concedia ao Executivo o poder de escolher o reitor das universidades federais, o que foi

largamente utilizado para a colocação de dirigentes universitários simpáticos e funcionais aos ideais do regime.

## CAPÍTULO II: A REFORMA ENTRA NA PAUTA DO CO

O estatuto da Universidade de São Paulo, vigente em 1962, definia, em seu art. 30º, o Conselho Universitário como órgão que tinha dentre suas funções deliberar sobre questões gerais da universidade, bem como estruturar as eventuais reformas do próprio estatuto. É justamente em razão do poder reformador atribuído ao Conselho que suas atas tornam-se fonte histórica fundamental para compreender os trâmites e os jogos de força envolvidos no processo de reforma universitária da USP, no final da década de 1960.

Em seu artigo 28º, o estatuto estabelecia que o Conselho Universitário deveria ser composto

- I – Pelo Reitor;
- II – Pelos diretores dos estabelecimentos de ensino superior;
- III – por um delegado da Congregação de cada Estabelecimento de ensino superior;
- IV – Por um representante do conjunto dos Institutos Universitários referidos na Secção II do Capítulo I do Título I;
- V – Por um representante dos professores associados;
- VI – Por um representante dos professores de disciplina das Instituições universitárias;
- VII – por um representante dos professores assistentes dos Estabelecimentos de ensino superior;
- VIII – por um representante dos instrutores dos Estabelecimentos de ensino superior;
- IX – Por um representante dos docentes livres dos Estabelecimentos de ensino superior;
- X – Por um representante dos antigos alunos dos Estabelecimentos de ensino superior;
- XI – Por um delegado do Conselho de Representantes do Diretório Central de Estudantes;
- XII – Pelo Presidente do Diretório Central de Estudantes.

Em que pese sua composição variada, há uma evidente predominância numérica de diretores de unidades, além disso o estatuto (Decreto nº. 40.346, de 07 de julho de 1962) definia, em seu art. 46º, que o diretor de unidade seria escolhido pelo reitor, sendo necessariamente um professor catedrático. Posto que os diretores seriam sempre majoritários no Conselho, cria-se um circuito fechado: os diretores são escolhidos pelo reitor e os membros da lista tríplice ao cargo de reitor têm, nos diretores, um peso numérico maior na votação.

Além do poder direto sobre a escolha dos diretores, a reitoria detinha uma grande influência sobre diversos membros. Por exemplo, o Co também era

composto de delegados das Congregações, espaço de grande ingerência dos diretores das Unidades que, por serem escolhidos pelo reitor, poderiam fornecer a pressão necessária na eleição de um representante da Congregação amigável à reitoria. Da mesma forma, órgãos como os Institutos Universitários, que detinham uma cadeira no Conselho, eram supervisionados pela reitoria, como definido no artigo 5º, dando-lhe igualmente influência na escolha de seu representante. Outro fator relevante é que os discentes possuíam apenas duas cadeiras, em um universo de 40 conselheiros, sendo esses estudantes oriundos do Diretório Central de Estudantes, órgão criado e controlado por rígida legislação instituída pelo próprio regime militar.

As sessões do Conselho podiam ser ordinárias ou extraordinárias. O primeiro tipo ocorria uma vez por mês, geralmente na primeira segunda-feira. Já as extraordinárias, poderiam ser divididas em dois subtipos: havia reuniões convocadas para resolver questões pontuais diante de fatos de potencial impacto na universidade, a exemplo da reunião de 18 de março de 1968<sup>21</sup>, em que o Conselho se reuniu para decidir a melhor atuação diante da greve dos alunos da Faculdade de Veterinária. Outro tipo de sessão extraordinária teve como objetivo debater exclusivamente a reforma universitária. Essas, como restou estabelecido pelos conselheiros, deram-se todas as segundas e terças-feiras, em período integral, reservando as manhãs das primeiras segundas-feiras de cada mês para as sessões ordinárias.

Nas sessões ordinárias, a ordem do dia era previamente definida, estruturada pelo reitor e entregue aos conselheiros com alguns dias de antecedência. O modo como se organizam as suas atas expressa o seu formato burocrático, por exemplo, a sessão do dia 16 de dezembro de 1968:

Processo 26618/68 – Entra em discussão o processo relativo ao convênio entre a Faculdade de Medicina e a Escola de Enfermagem de São Paulo e a Prefeitura do Município de Osasco, a fim de ser instalada uma área de Treinamento e Demonstração de Medicina Preventiva. O parecer da Comissão de Ensino e Pesquisa é o seguinte: “No mérito de pleno acordo, exaltando o alto valor da realização, quer no sentido do benefício social, quer no que concerne à complementação escolar oferecida aos estudantes. 9-XII-68. as) Paulo

---

<sup>21</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 18 mar. 1968, livro 33, 594ª sessão.

de Toledo Artigas – João Alves Meira. 10.12.68 Glete de Alcântara – 10.12.68”. Em votação, o parecer é unanimemente aprovado”<sup>22</sup>

As sessões ordinárias eram divididas em três *ordens do dia*, sendo a primeira composta por um assunto de maior complexidade, e as outras, divididas em *processos*, como no exemplo citado. Os processos são debatidos mediante os pareceres das comissões competentes, entretanto, salvo poucas exceções, como quando um conselheiro expressa um posicionamento mais contundente, os argumentos não são expostos. Em vista disso, as atas, bastante sucintas e diretas, representam sessões de caráter eminentemente burocrático.

As sessões extraordinárias, por geralmente tratarem de apenas um tema, seja a greve de estudantes na Faculdade de Veterinária, seja a própria reforma, geraram atas um pouco mais ricas e completas. Entretanto, ao longo do período analisado, ocorreram sessões extraordinárias em período parcial e integral, e em ambos os casos as atas contém cerca de trinta páginas, de modo que as relacionadas às sessões vespertinas são as mais detalhadas.

Nesse contexto, as sessões do Conselho Universitário se desenrolam nos espaços de liberdade existentes dentro da malha de legislação (LIRA, 2009) criada pelo governo federal. Os militares buscaram, durante todo o trabalho da reforma, controlar o andamento do processo, esse esforço fica bastante visível nas grandes ações violentas, como as invasões da UnB ou mesmo a invasão da USP no fim de 1968, bem como as sucessivas prisões e sequestros. Entretanto, o regime buscou sempre se pautar através de um intrincado conjunto de leis que visavam tornar legítimo o ilegítimo (MANSAN, 2014).

## **II. 1. O início da reforma e suas diretrizes**

No Conselho Universitário da USP, os primeiros debates em torno da reforma tendem a tangenciar o tema, voltando-se a aspectos pontuais da universidade que mais demandavam atenção. Havia, contudo, sinais de uma cultura reformista, que se podem identificar na primeira sessão de 1968<sup>23</sup>,

---

<sup>22</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 16 dez. 1968, livro 35, 630ª sessão, fls.16-17.

<sup>23</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 05 fev. 1968, livro 33, 592ª sessão.

presidida por Alfredo Buzaid, diretor da Faculdade de Direito (FD). Buzaid a presidiu em razão da ausência do reitor, Gama e Silva<sup>24</sup>, licenciado para o cargo de Ministro da Justiça, e do vice-reitor, Mário Guimarães Ferri<sup>25</sup>, em decorrência de problemas de saúde<sup>26</sup>. Esteve em pauta um conjunto de propostas para reorganizar as disciplinas da Escola de Comunicações Culturais (ECC), sem que se mencionasse, entretanto, a reforma da universidade.

A ECC havia se tornado, nesse período, um laboratório. Tratava-se de uma unidade bastante recente, fundada em 17 de julho de 1966 (PINTO, 1994), através do Decreto Estadual nº. 46.419 (instituído em 16 de junho de 1966), portanto, após a LDB/1961 ter reduzido a força da cátedra no ensino superior. Fora fundada, além disso, cinco meses antes de ser baixado o Decreto nº. 53, ou seja, no momento em que se debatiam a proibição da duplicação de meios para fins idênticos e de uma estrutura baseada em departamentos.

Na reorganização das matérias da ECC, a Comissão de Ensino e Pesquisa (CEP) teve posicionamento favorável à “organização das disciplinas em Departamentos”<sup>27</sup>. O conselheiro Antônio Guimarães Ferri<sup>28</sup>, então diretor da ECC, propôs que as reformas das matérias fossem decididas pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA) da ECC e que a proposta final fosse votada no CO. Esse ponto fortaleceu a defesa da departamentalização, que a universidade vinha construindo desde os anos 1940, em especial na Faculdade de Filosofia (SANTOS, 2015) e na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FÉTIZON, 1986). Esse processo tem continuidade nos anos 1960, com a reorganização das cátedras, unindo-as em departamentos. Alexsandro do Nascimento Santos (2015, p. 83) salienta que

a superação do regime de cátedras na Universidade de São Paulo não deve ser compreendida como uma ruptura institucional inesperada ou

---

<sup>24</sup> Segundo o Estatuto da USP de 1962, na vacância do reitor e do vice-reitor, o presidente da sessão do Conselho será o diretor do instituto segundo a ordem definida pela lista de institutos presente no artigo 3º, no caso I – Faculdade de Direito, II – Escola Politécnica, III – Faculdade de Medicina, IV – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e assim sucessivamente.

<sup>25</sup> Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

<sup>26</sup> Nesse período, o professor Mário Guimarães Ferri era o vice-reitor da USP, sendo eleito em 1967. Durante o ano de 1968, ocorreram diversas faltas de Guimarães Ferri, em razão de problemas de saúde que, entre outros fatores, o levaram a renunciar ao cargo de diretor da FFCL e, em consequência, a deixar a cadeira de vice-reitor.

<sup>27</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 05 fev. 1968, livro 33, 592ª sessão, p. 11.

<sup>28</sup> Professor da Faculdade de Medicina Veterinária.



unanimemente indesejada por seu corpo docente. A departamentalização que encontrou sua forma final em decorrência da Reforma Universitária de 1968 e da reestruturação dos estatutos da USP em 1969 foi produzida lenta e contraditoriamente nas duas décadas anteriores, com o acúmulo e a sucessão de soluções parciais para os problemas relacionados à carreira docente e à gestão administrativa e acadêmica das faculdades.

Beatriz Fétizon (1986, p. 477) aponta que nos anos que imediatamente precederam o golpe militar, a USP passava por diversas modernizações, sendo as duas principais “a criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em 1951/52, e a introdução, em 1962, da departamentalização (ainda amarrada ao instituto constitucional da cátedra vitalícia)”.

Outro efeito foi o fortalecimento da tendência de descentralização da USP, defendida pelos membros das unidades profissionais, pela qual se deram maiores poderes às unidades, em detrimento da reitoria e do Conselho. A proposta, aprovada pelo Conselho, de atribuir ao CTA da Escola de Comunicações a prerrogativa de planejar as matérias da unidade, serviu como balão de ensaio para a criação da Câmara Curricular, pilar da proposta de reforma universitária segundo o Memorial Ferri.

Em seguida, levantou-se no Conselho o problema do provimento de um cargo para Professor Associado de uma cátedra regida a título precário. A dúvida foi levada à pauta pela Escola Politécnica, porque o estatuto conferia ao catedrático o poder de escolha do professor associado, mas não deixava evidente como isso seria feito caso a cátedra, como neste caso, não tivesse um professor catedrático plenamente instituído. Propostas de emenda ao Estatuto foram levantadas, vencendo a defendida por Hélio Lourenço de Oliveira, com o apoio do representante dos professores associados, Eduardo Moacyr Krieger. A proposta de emenda vencedora versava, em seu parágrafo primeiro, o seguinte texto: “a abertura dos concursos para a escolha dos professores associados será decidida pela Congregação, por proposta do Conselho Departamental, ouvido o Professor Catedrático, quando houver”<sup>29</sup>.

Ainda que se mantivesse a cátedra na estrutura da USP, a vitória da proposta de Hélio Lourenço e Eduardo Moacyr indicava que estava em curso o

---

<sup>29</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 05 fev. 1968, livro 33, 592ª sessão, p.16.

processo de enfraquecimento desse sistema, uma vez que a antiga prerrogativa na escolha do professor associado passaria a ser meramente consultiva.

Uma série de reformas pontuais estava em andamento, e a reforma do estatuto se fez pela junção de diversas delas. O Conselho Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (CPDIDP), presidido por Antônio Guimarães Ferri, emitiu um anteprojeto para o regime especial de dedicação exclusiva. Outros conselheiros, como José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira Filho, professor do Instituto de Astronomia e Geofísica (IAG), e Achille Bassi, professor da engenharia do *campus* São Carlos, propuseram enrijecer a exclusividade e as exigências acadêmicas para esse regime especial.

Esse tema colocava em oposição as unidades tradicionais e as mais voltadas para a pesquisa. As posições dos conselheiros Hélio Lourenço, Achille Bassi e José Luiz de Almeida, alinhados às unidades acadêmico-científicas, seguiam o espírito de tornar a universidade um centro de pesquisa<sup>30</sup>, enquanto as unidades Politécnica e Direito defendiam a possibilidade de cada professor poder, além de lecionar na USP, manter trabalhos remunerados em paralelo, sendo aceito pelo conselheiros deixar a decisão sobre o assunto para mais adiante, sendo pedido outro relatório sobre o assunto para a Comissão Especial designada. Como apontou Carlotto (2014, p. 233),

o Conselho Universitário [...] se dividiu entre, de um lado, as unidades profissionais tradicionais, lideradas pela Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Politécnica, e, de outro, pelas unidades que na época representavam o polo acadêmico-científico com destaque para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e para a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

No contexto reformista uma demanda era incontornável: as vagas nas universidades. A questão vinha crescendo de importância desde os anos 1950, quando, no bojo da industrialização, a expansão de vagas no ensino superior tornou-se uma pressão de alcance nacional, com a qual o governo federal se posicionava favoravelmente, em grande medida para dar resposta aos anseios da classe média, que ajudava a sustentar o regime. A demanda por vagas cresceu principalmente porque a educação “passou a ser encarada como o único

---

<sup>30</sup>Achille Bassi, mesmo pertencendo à faculdade de engenharia, era professor do departamento de matemática, ajudando a fundar, em 1971, o Instituto de Ciências Matemáticas e Computação, tornando-se seu diretor. Assim se pode explicar o fato de suas posições estarem mais afeitas às da FFCL do que à Politécnica.

caminho disponível para as classes médias, de conquistar postos e, para as empresas, de preencher os seus quadros” (ROMANELLI, 1986, p. 206).

Esse foi o tema inicial da reunião de primeiro de abril<sup>31</sup>, levantado pelo presidente da sessão, o diretor da FD, Alfredo Buzaid, demandando que os diretores de cada unidade trabalhassem em projetos para expandir o número de vagas, sem fazer aumentar os custos da universidade.

Esse assunto, além de tocar à administração de vagas e orçamento, era de grande relevância política. A existência de um considerável número de excedentes – jovens que foram classificados em vestibulares, mas que estavam impedidos de ingressar por inexistência de vagas – tornou-se uma das principais bandeiras de luta do movimento estudantil<sup>32</sup>, e não por acaso, a sessão da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras havia sido invadida pelos estudantes durante uma sessão que tratava exatamente do tema do aumento de vagas. Segundo Eurípedes Simões de Paula<sup>33</sup>:

a Congregação [da FFCL], reunida no dia 21 de março de 1968, para estudar o aumento das vagas, a fim de ser absorvido o maior número de excedentes, teve sua reunião suspensa, em virtude da invasão da sala por alunos que exigiam da Faculdade o recebimento de todos os excedentes<sup>34</sup>

As reuniões da congregação não eram abertas à participação do público, por conseguinte, os estudantes só poderiam participar dela por meio de seus representantes regimentais. No entanto, essa representação era diminuta, e os universitários não se viam influentes nas instâncias decisórias, como as congregações das unidades, os CTAs e o próprio Co, cuja representação discente era de apenas duas vagas. A invasão é elucidativa desse sentimento de exclusão, já que a congregação se reunia para tratar de um tema muito relevante para os estudantes, mas sua estrutura impedia que suas posições ganhassem força nas deliberações.

---

<sup>31</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 01 abr. 1968, livro 33, 595ª sessão, p.3.

<sup>32</sup> Vale ressaltar que o movimento estudantil não incluía todos os estudantes. A politização não fazia parte da vida de muitos discentes, ainda que pudessem concordar com pautas do movimento. O foco será, portanto, na parcela mais politizada e mobilizada dos estudantes que, mesmo comportando inúmeros conflitos internos, divisões e antagonismos, construíram uma importante força política nos embates travados durante a ditadura militar.

<sup>33</sup> Inicia o ano como representante da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tornando-se, posteriormente, o diretor da FFCL.

<sup>34</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 01 abr. 1968, livro 33, 595ª sessão, p.3.

Além da luta pelo fim dos excedentes, o movimento estudantil pautou-se pela “exigência de paridade, representação igualitária em número de alunos e professores em todos os níveis decisórios” (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2018, p.63).

Outro ponto que colocava o movimento estudantil em linha de confronto com o regime era a contestação do lado “moderno” dos militares, ou seja, a confluência da elite brasileira e do governo com as diretrizes tecnocráticas (THOMÉ, 2016) impostas a diversas áreas da administração pública, principalmente no ensino superior, o que fez com que os universitários se impusessem como atores políticos nas decisões interno às universidades no decorrer da reforma. Os discentes mais politizados, em grande medida organizados pela UNE – tornada clandestina pelo governo pós-golpe de 1964 – buscaram construir uma oposição ao regime que se instalara.

Atividades proibidas, como a pichação de muros, a impressão e distribuição de panfletos, as reuniões e assembleias clandestinas e, sobretudo, as manifestações de rua, tornaram-se, todas elas, atividades revolucionárias em si (HAGEMEYER, 2016, p.33).

Manifestações como a Passeata dos Cem-mil, em resposta à morte do secundarista Edson Luís, geraram intensos confrontos entre manifestantes e a polícia, colocando, em muitos desses momentos, o “povo” junto dos estudantes (VENTURA, 1988, p.134). Projetos como a “Universidade Crítica”, fruto da ocupação do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras localizada na rua Maria Antônia, por estudantes, acabou sendo palco de um conflito com alunos da Faculdade Mackenzie, onde havia forte atuação do Centro de Caça aos Comunistas (CCC) (SANTOS, 1988).

Em suma, a mobilização dos estudantes, principalmente nos grandes centros urbanos, foi intensa nos primeiros anos do regime militar (BRINGEL, 2009). Seja em projetos culturais de conscientização do “povo” como o Centro Popular de Cultura (RIDENTI, 2014), seja na distribuição de panfletos nas portas das fábricas, ou mesmo mobilizando assembleias e protestos de rua através da organização clandestina da UNE.

Por conseguinte, o movimento estudantil se impôs como um dos mais importantes “inimigos” do regime. A pauta conservadora defendida pelo governo era atacada não apenas através do discurso, mas pelas atitudes da juventude:

as minissaias e a guitarra elétrica, a defesa dos métodos anticoncepcionais e os homens de cabelos compridos, bem como a música e outras expressões artísticas (COELHO, 2010; NAPOLITANO, 1999, 2014; MERHEB, 2012). Por sua vez, o projeto de sociedade acalentado pelo movimento estudantil confrontava o hegemônico assentado na manutenção de uma estrutura excludente, ao priorizar a defesa da educação pública, da reforma agrária e o combate às profundas desigualdades sociais (TELES, 2018).

Na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, os estudantes, que na expectativa do projeto desenvolvimentista deveriam representar o “futuro”, como resultado virtuoso do investimento em mão de obra qualificada para uma economia industrial em expansão, encarnavam, em contrapartida, o “terror vermelho”, posto que seus discursos estavam eivados de conceitos marxistas, pensamento revolucionário e, até mesmo movimentos armados (VILLARES, 2010; CHAVES, 2021). Ademais, era composto por jovens entusiasmados, capazes de se colocar em risco por uma causa, construindo clandestinamente formas de organizar a comunicação entre grupos, a proteção de indivíduos perseguidos e manter a mobilização nas ruas e guerrilhas (SANTOS, 2019).

Uma das estratégias usadas pelo regime para conter o avanço do movimento estudantil foi despolitizá-lo. Na sessão de 3 de junho<sup>35</sup>, quando foi lido um ofício do governador Abreu Sodré, estava evidente não apenas uma forma de buscar intervir no processo de reforma, mas também de pautar a questão estudantil, que, naquele momento, era uma das prioridades do regime (MANSAN, 2013).

Abreu Sodré “sabe”, segundo seu ofício, que a juventude “desejosa de estudar, aspira a melhores condições de acesso, a fim de preparar sua formação profissional”<sup>36</sup>, portanto, sua presença no processo de reestruturação não era necessária, o que exclui dela o movimento estudantil. Esse discurso ventilava uma visão de que “determinados dotes representativos da juventude estudantil deviam ser observados, capturados e usados para o benefício do desenvolvimento do país” (BRAGHINI, 2010, p. 199). O governador defendia que

---

<sup>35</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 03 jun. 1968, livro 33, 598ª sessão.

<sup>36</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 03 jun. 1968, livro 33, 598ª sessão, p. 2.

havia uma divisão entre os estudantes bons, que representavam a juventude estudiosa, capaz de levar o país ao desenvolvimento e um “estudante profissional [...] sinônimo de mau elemento, [...] porque tornava sua permanência nos meios universitários um momento para ação contrarrevolucionária [referente à assim chamada revolução de 64]” (BRAGHINI, 2010, p. 112) que levaria o Brasil ao caos comunista.

Para neutralizar o discurso da oposição, a alternativa autoritária foi procurar corporificar o conflito por um lado (tratava-se de uma questão estudantil, não político-social), e demonizar os protestos contra a ordem vigente por outro. Tratava-se de encarar a crise desencadeada pelo movimento estudantil como um problema [...], explorado por lideranças comunistas infiltradas dentro das universidades com o objetivo de promover um clima artificial de guerra revolucionária (HAGEMeyer, 2016, p.38).

Outro fator influente foi a própria cultura política conciliatória do regime (MOTTA, 2018), que buscou se pautar sempre que possível em acordos e cooptações em detrimento da repressão, mesmo utilizando-a com extrema violência quando achasse necessário. No caso dos estudantes, era fundamental desmobilizá-los, para naturalizar a ideia de que o estudante é “apenas um estudante” (BRAGHINI, 2010), ou seja, de que o papel do universitário e do secundarista é focar-se exclusivamente nos estudos e não em questões políticas que não lhe “dizem respeito” (ANTUNHA, 1974, p.150). Como expressou o então governador de São Paulo, Abreu Sodré, depois da ocupação do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo pelo regime:

Após examinar o material apreendido naquela residência e exposto pelo II Exército, o então governador do Estado de São Paulo, Abreu Sodré, declarou que: “Isto é a confirmação do que já dissemos. O CRUSP, ao invés de ser uma vivência de estudos, era uma reunião de subversão. Não estavam lá para estudar, mas se preocuparam em dissolver os costumes morais, históricos e culturais da nossa pátria” (*Folha de S. Paulo*, 1968, apud SILVA, 2019, p.83).

Apresentar o movimento estudantil como “subversivo”, amoral, destruidor da família e da tradição, esquerdista, e outros adjetivos condenatórios tinha o poder de desconstruir o discurso e a ação do movimento. Além disso, a afirmação de que os estudantes não estavam na universidade “para estudar”, acabou dando ao governo e à reitoria a oportunidade de expulsá-los, afirmando que estavam lá apenas para “dissolver os costumes morais, históricos e culturais de nossa pátria” e não cumprindo seu “verdadeiro propósito” como estudantes.

Na luta contra os estudantes mais politizados, todo um aparato legal foi mobilizado, buscando, a princípio, o seu controle, não se furtando quando necessário, ao uso da violência institucional, com apoio velado ou explícito das universidades<sup>37</sup>.

Nesse conjunto de legislações, ao menos três indicam a maquinaria criada para controlar e despolitizar o movimento estudantil “no berço”, em outras palavras, desde a universidade, para que a movimentação extramuros fosse esvaziada.

a Lei nº 4.464 [de 1964]. Popularizada como *Lei Suplicy*, foi responsável por colocar da UNE na ilegalidade e instituir órgãos oficiais para a representação estudantil no ensino superior. [...]. Com o Art. 14º da *Lei Suplicy*, estava vedado aos órgãos de representação estudantil “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, tal como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares. (SILVA, 2019, p. 62)

O regime instituiu novos órgãos de representação estudantil, obrigando todos os discentes a participar das eleições, o que gerava uma série de registros e documentos tanto dos candidatos quanto dos eleitores, permitindo ao governo manter controle e vigilância sobre o processo eleitoral e sobre os grupos estudantis envolvidos na vida política universitária.

Com o recrudescimento do regime, o movimento respondeu com a elevação da radicalidade de suas ações, ampliando as passeatas, panfletagem na porta de fábrica, pichações, confrontos físicos com a polícia e um processo de ocupação de espaços produtores de cultura de massa, como televisão, tendo um grande exemplo os festivais da canção (VILARINO, 1999).

Para a fúria dos militares, os estudantes tiveram a capacidade, não apenas de fazer barulho, como de pautar o debate nacional e conquistar simpatias de parcela da sociedade, muito porque o enfrentamento aberto e violento era um problema, pois o escalonamento da violência repressiva contra as manifestações estudantis fazia com que “parte da população se un[isse] aos estudantes, tanto na capital federal quanto nos demais Estados, em repúdio à violência da polícia” (VALLE, 2018, p. 83). A isso, o governo respondeu com a lei nº. 228/67, conhecido como *Decreto Aragão*, que reorganizou as instituições

---

<sup>37</sup> Como exemplo a Operação Limpeza, de 1964, a invasão da UnB e do CRUSP, apoiado por alguns conselheiros do Co, bem como a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), este último com claro apoio da reitoria da USP (MOTTA, 2008).

criadas pela *Lei Suplicy*, tornando mais rígidas as punições para ações políticas por parte dos estudantes, bem como, tornando mais complexo e eficiente o aparato policial, tanto de investigação quanto de repressão.

A despeito das duas leis citadas, a mais violenta foi, no bojo do AI-5, o Decreto-Lei nº. 477:

A partir da edição do Decreto-Lei 477, de acordo com seu Art. 1º, estavam classificadas como infrações disciplinares: a incitação ou deflagração de paralisações das atividades nas instituições; o atentado contra “pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele”; a prática de “atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe”; a confecção ou distribuição de “material subversivo de qualquer natureza”; o sequestro de algum funcionário do estabelecimento de ensino; ou o uso do recinto escolar “para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública”. As limitações estabelecidas legalmente foram extensas e criminalizaram até mesmo as práticas de militância do estudante fora da instituição de ensino – possibilitando que o indivíduo vinculado à mesma, mesmo que exercendo atividades políticas externas às universidades e ao movimento estudantil, pudesse ser enquadrado tanto na Lei de Segurança Nacional, como no DL-477 (SILVA, 2019, p. 71).

Quando se afirma serem puníveis os “atos subversivos”, torna-se difícil decifrar a que exatamente se referia (MENDES, 2004), bem como, a punição a “ato contra a moral”, igualmente obscuro em relação a qual ato e a qual moral. Colocado em seu contexto histórico, anos 1960, a liberdade sexual feminina, por exemplo, poderia ser tomada como um ato “contra a moral”.

Outro ponto está na construção do decreto, visando ao controle e à despolitização do movimento estudantil, dentro ou fora da universidade, buscando impedir os atos de jovens em espaços públicos, por meio de sanções que poderiam ser a expulsão ou o impedimento de matrícula nas universidades.

Nesse contexto, o movimento estudantil recebia simpatia e apoio de uma parcela dos intelectuais e docentes universitários, por exemplo, Florestan Fernandes e Leandro Konder. Este último, em artigo de 1967, para a revista *Civilização Brasileira*, afirmava: “Juntos, os intelectuais e os jovens irão aprofundar a legítima conduta revolucionária, desfazendo os equívocos românticos e superando os graus inconsequentes da rebeldia” (Konder citado por MOTA, 2014, p. 262).



Essa união “perigosa” aos olhos do regime, no contexto da reforma, foi a justificativa para o decreto federal nº. 62.024/67, que criou uma comissão especial para redigir propostas de reforma das universidades, conhecida como Comissão Meira Mattos. Essa comissão, liderada pelo general Carlos de Meira Mattos, teve como projeto propor formas mais rígidas para controlar o movimento estudantil que se fortalecia no âmbito do ensino superior (CUNHA, 1988, p.103-4).

Em suma, “o regime militar encontrou no problema estudantil um dos principais desafios à sua política universitária” (MOTTA, 2014, p. 62). Nesse conflito, o regime lançou mão de duas formas de atuação: a repressão, com prisões, torturas, invasão de alojamento, etc., e o intenso uso de métodos mais institucionais, legalizados por um conjunto jurídico construído na busca pela despolitização do movimento, diminuindo sua força mobilizadora e, por consequência, seu impacto na universidade, principalmente no contexto da reforma universitária. Com o aprofundamento da repressão, a partir de 1968 e, principalmente com o AI-5, a luta dos estudantes acabou sendo obrigada a seguir:

duas formas de resistência que foram empregadas no repertório do ME. Concomitantemente à luta armada, que foi exterminada pelos militares até 1974, o ME procurou realizar uma resistência pacífica nas universidades, voltada para seus problemas internos (MÜLLER, 2021, p. 11)

Dessa forma, o regime conseguia manter restritos os espaços de ação do movimento estudantil, impedindo-o não apenas de participar dos debates que lhes eram relevantes, como a reforma universitária, mas também de silenciar seus discursos (MÜLLER, 2010). Entretanto, era necessário algum grau de concessão e a busca por ampliar as vagas na universidade se encaixava nessa necessidade.

Na Universidade de São Paulo existia uma imensa distância entre o movimento estudantil e o centro das decisões a respeito da reforma. Como exemplo, na sessão de 03 de julho<sup>38</sup>, Júlio Garcia Morejon, representante da Congregação da ECC, pediu ajuda ao Co para resolver um conflito que, segundo ele, armava-se na Escola de Comunicação. Segundo o conselheiro, estava

---

<sup>38</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 03 jun. 1968, livro 33, 598ª sessão. pp. 2-3.

marcada pelo movimento estudantil uma conferência no mesmo dia em que seriam inaugurados os departamentos que estruturavam a Unidade. Morejon temia que essa conferência, convocada pelos discentes para discutir os rumos da ECC, previamente proibida pela Congregação da Unidade, se tornasse um estopim de conflitos. O evento aconteceu sem grandes problemas, mas o fato é que a Escola de Comunicação não abriu espaço para ouvir os estudantes sobre as modificações que se operavam na Unidade.

Somam-se a esse episódio a tumultuada invasão da reitoria da USP, no dia doze de junho<sup>39</sup>, o que levou o reitor a convocar uma sessão extraordinária do Co para discutir o ocorrido<sup>40</sup>, e a permissão dada por Alfredo Buzaid e Roque Spencer Maciel de Barros para que a polícia reprimisse os movimentos estudantis em suas respectivas unidades.

Os conflitos entre a estrutura de poder da universidade e o movimento estudantil se avolumavam em 1968:

É evidente que o movimento estudantil não encarava as autoridades universitárias e seus órgãos representativos, quer seja a reitoria, as congregações das diversas unidades, entre elas a Congregação da FFCL, ou o Conselho Universitário, como possíveis aliados na Reforma Universitária (CELESTE FILHO, 2013, p. 168).

As respostas da estrutura de poder da USP quase sempre seguiam a linha da repressão. Seja convocando a polícia, proibindo manifestações ou mesmo, como resposta à invasão da USP de doze de junho, aceitando a instauração de uma sindicância coordenada por um promotor escolhido pelo Procurador Geral de Justiça para investigar os responsáveis. Tendo apenas os conselheiros Rodolfo dos Santos Mascarenhas e José Ferreira Fernandes se colocado contrários à essa interferência externa e ao uso desse expediente para punir alunos<sup>41</sup>.

A Universidade de São Paulo, em suas instituições decisórias, estava muito mais inclinada a reprimir o movimento estudantil do que a abrir-se para que os discentes participassem. Entretanto, algumas unidades assistiram ao

---

<sup>39</sup> Nessa invasão, por um grande número de alunos, o vice-reitor em exercício, Mário Guimarães Ferri, foi obrigado pelos estudantes a descer ao saguão principal do prédio da reitoria e a debater com eles os passos da reforma (CELESTE FILHO, 2013, p. 170)

<sup>40</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 17 jun. 1968, livro 33, 599ª sessão.

<sup>41</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 17 jun. 1968, livro 33, 599ª sessão, p. 10.

surgimento das paritárias<sup>42</sup>, que se impuseram como uma forma de romper com a repressão e inserir os estudantes e os professores, especialmente os que não estavam no topo da hierarquia docente, na constituição da nova universidade.

Esse episódio demonstrou haver ambiguidades nas relações entre as instâncias de poder da USP e as demandas do movimento estudantil, pois figuras importantes do Co, como o próprio vice-reitor Mario Guimarães, o ex-reitor Antônio Barros de Ulhôa Cintra, Hélio Lourenço de Oliveira e Eurípedes Simões de Paula deram apoio aberto às paritárias. Um exemplo foi dado em sessão do Conselho, quando Ariosto Mila, diretor da FAU, requereu<sup>43</sup> que os resultados da Comissão de Reestruturação da USP fossem divulgados o quanto antes para que suas bases pudessem ser debatidas no Fórum da FAU, proposta que recebeu o apoio do vice-reitor em exercício.

Contudo, “esta proximidade entre corpo docente e discente provocou medo nos professores conservadores” pois poderia possibilitar “projetos alternativos viáveis para os destinos” (CELESTE FILHO, 2006, p. 7) da universidade como um todo, dando corpo a conflitos que serão constantes no desenrolar da reforma.

Na mesma sessão, de primeiro de abril, colocou-se em pauta o debate em torno da reformulação do ensino de antropologia na FFCL, proposta pelo ex-catedrático, professor Egon Schaden, e levada ao Co pelo conselheiro Eurípedes Simões de Paula, professor da Faculdade de Filosofia. O projeto propunha a criação da cadeira de Antropologia Geral, tornando-a um departamento e reunindo os cursos relacionados, extinguindo a cátedra de Antropologia, que se encontrava vaga.

O diretor da ECC, Antônio Guimarães Ferri, pronunciou-se em oposição à proposta, defendendo a manutenção da cátedra, enquanto o conselheiro Luiz

---

<sup>42</sup> Foram assembleias constituídas nas faculdades, que congregaram professores e estudantes para pensar a reforma universitária. Não há uma fonte confiável que liste todas as comissões e fóruns paritários do período. Entretanto, Cunha (1988), Celeste Filho (2006, 2013), Antunha (1974), Zuardi (2009) e a própria ata do Conselho citam diversas paritárias, tais como as da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências; Faculdade de Economia, Faculdade de Higiene, Faculdade de Direito, Politécnica, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina de São Paulo, Escola de Comunicação e também o Conselho Paritário Geral constituído pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE-USP).

<sup>43</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 17 jun. 1968, livro 33, 599ª sessão. p. 3.

Ferreira Martins, vice-diretor da Faculdade de Odontologia de Bauru (FO-Ba), colocou-se no outro polo, argumentando que “a Antropologia constitui hoje ciência complexa que não pode um só cientista dominá-la na amplitude de suas diferentes áreas de especialização”<sup>44</sup>. A posição foi consolidada por Hélio Lourenço de Oliveira, ao afirmar que o assunto dava início à conceituação de departamento, sendo a cadeira de Antropologia a melhor maneira de dar corpo a essa estrutura. Por fim, pela primeira vez no ano de 1968, de maneira nítida, o espírito de uma reforma geral do ensino superior foi pensado, nas palavras do representante dos professores assistentes da FM-RP, Eduardo Moacyr Krieger, quando se posicionou favorável ao fim da cátedra de Antropologia e à constituição do departamento de Antropologia Geral:

Por que não a extinção [da cátedra de Antropologia]? A Faculdade de Filosofia tem se manifestado, tem se expressado várias vezes, sobre a **conveniência de se fazer a reestruturação da Universidade de São Paulo**, assumindo nítida posição nesse sentido. Ora, essa posição permitiria sem dúvida, uma opção pela extinção da Cátedra em apreço”<sup>45</sup> (grifo nosso).

A proposta foi aprovada por unanimidade, marcando o direcionamento que a reforma iria tomar. Dava-se início à necessidade de definir qual instância deveria cuidar, não apenas da reforma, mas da futura administração da universidade. Até o estabelecimento das sessões ordinárias, afora o Conselho Universitário, apenas a Comissão de Reestruturação trabalhava exclusivamente na reforma da USP.

Na sessão de seis de maio<sup>46</sup>, entretanto, entrou em pauta um parecer da Comissão de Legislação da universidade, favorável a uma das raras propostas do diretor da FD, Alfredo Buzaid, em relação à reforma<sup>47</sup>. Buzaid propunha a criação da Comissão de Planejamento, como um órgão permanente da USP. Diante do projeto, o conselheiro José Francisco de Camargo, diretor da Faculdade de Economia e Administração (FEA), questionou a verdadeira função

<sup>44</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 17 jun. 1968, livro 33, 599ª sessão, p. 7.

<sup>45</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 17 jun. 1968, livro 33, 599ª sessão, p. 8.

<sup>46</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 06 mai. 1968, livro 33, 596ª sessão, p. 13.

<sup>47</sup> A escassa participação de Alfredo Buzaid foi ressaltada por Hélio Lourenço de Oliveira: “Toda a sua atuação nesse período [da reforma] praticamente se resumiu no episódio da discussão final, para votação das propostas do próprio conselho relativas à Faculdade de Direito e à sua integração, como instituto de ciências jurídicas, na nova estrutura geral da universidade” (OLIVEIRA, 2016, p. 20).

dessa comissão, pois, segundo ele, o texto não deixava claro se lhe caberia “elaborar o programa das atividades da USP no curto, médio e longo prazo”<sup>48</sup> como um órgão decisório, e nem mesmo se seria a Comissão de Planejamento a instância na qual a reestruturação haveria de ser debatida. O conselheiro deixou subentendida a possibilidade de essa comissão, da maneira proposta por Alfredo Buzaid, ter um poder possivelmente maior do que o próprio Conselho Universitário, esvaziando-o e transferindo o controle da reforma para a Comissão de Planejamento.

Em resposta, Buzaid não escondeu que seu projeto era criar um órgão de “grande alcance [...] no plano cultural, econômico e financeiro”<sup>49</sup> da universidade. A ata não deixa transcrito<sup>50</sup>, porém, se Buzaid teria afirmado algo em relação ao possível conflito de poderes entre essa comissão e o CO. Na sequência, Oswaldo Fadigas Fontes Torres indagou acerca da relação de membros dessa comissão, ao que Buzaid respondeu “que a Comissão de Planejamento será constituída por elementos da USP **ou não**, sendo que, dela deve fazer parte **um planejador**, mesmo que fora dos quadros desta Autarquia”<sup>51</sup> (grifo nosso).

Não obstante a obscuridade da figura do “planejador”, que não recebeu especificação alguma sobre quem seria, ou quais seriam os pré-requisitos para a função, muito menos quem ou como seria escolhido, ressalte-se que o termo “planejador” liga-se mais ao mundo dos negócios e das empresas do que ao meio acadêmico e científico<sup>52</sup>. Ademais, a possibilidade de criar uma comissão de tamanha importância, que pudesse vir a ser ocupada por membros que nem mesmo pertencessem à universidade, reforça o que Maria Carlotto (2014, p. 213) analisa como efeito resultante da ascendência do pensamento estadunidense de modernidade:

A racionalização da universidade passa justamente pela negação da dimensão política das decisões acadêmicas que, reinterpretadas como escolhas técnicas, devem estar concentradas em pequenos grupos de altos dirigentes cuja competência não deriva mais da experiência

---

<sup>48</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 06 mai. 1968, livro 33, 596ª sessão, p. 14.

<sup>49</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 06 mai. 1968, livro 33, 596ª sessão, p. 15.

<sup>50</sup> Foi registrada apenas uma curta resposta de Buzaid, deixando evidente que o conselheiro dissera bem mais do que se registrou.

<sup>51</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 06 mai. 1968, livro 33, 596ª sessão, p. 15.

<sup>52</sup> Ao fim é aprovado um parecer para se estudar a viabilidade da Comissão de Planejamento, mas o Conselho Universitário não volta a este assunto dentro do período analisado por este trabalho.

universitária compartilhada [...], mas, antes, do controle de conhecimentos gerenciais especializados sobre o funcionamento da universidade e de dispositivos materiais a eles associados.

A Comissão de Planejamento, como sugerida pelo diretor da Faculdade de Direito, é similar à descrição de Carlotto, por ser um órgão dirigido por um pequeno grupo de *experts* em gerenciamento e planejamento, sem que o campo da experiência científica e política fossem requisitos básicos. Pelo contrário, acabam sendo características tidas como problemáticas e dispensáveis. Em verdade, essas duas dimensões do ensino superior estavam sendo esvaziadas em benefício do controle gerencial, pretensamente apolítico.

Soma-se a isso a estratégia de diminuir o poder decisório do próprio CO, em benefício de uma comissão controlada por membros externos à universidade e que, portanto, não detinham a proteção da carreira pública, nem da estrutura autárquica, tornando-se um órgão poderoso e mais facilmente controlado por forças políticas fora da USP. Essa estratégia de diminuir a força do Conselho será tentada novamente por Buzaid, porém, com êxito, quando se tornou vice-reitor da USP, em 1969.

Esse aspecto é reflexo do projeto construído pelo regime militar, tanto no âmbito econômico, em que a elite tecnocrática teve na ditadura o ambiente perfeito para a implantação de sua “orientação pretensamente racional e eficiente” (MACARINI, 2000, p.2) quanto na esfera educacional, com a presença dos “técnicos” instituindo um “caráter de racionalidade e eficiência” (MARTINS, 2000, p. 11).

A ideia de tornar a gestão educacional eficiente justificava-se na necessidade de aumentar o capital humano, ideia segundo a qual o desenvolvimento econômico e social de um país estaria diretamente ligado ao investimento no sistema educacional. Esses investimentos visavam a reformar a educação segundo diretrizes modernizadoras, técnicas e maleáveis, a fim de gerar um aumento significativo do capital humano (GATTI, 2010).

Segundo Theodore W. Schultz (1973a, p.53), o capital humano é a capacidade inerente ao ser humano de produzir “satisfação” ou “rendimento”.

A característica definitiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. [...], [deve] ser adquirido, não como

um elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo (grifos do original).

Esse conceito foi pensado por Schultz, ao constatar que havia um grau de crescimento da produção de um país que não poderia ser explicado, simplesmente, pelo aumento da capacidade industrial ou pelo acréscimo da força quantitativa dos trabalhadores empregados na produção. Segundo o autor, havia uma expansão econômica “residual” (SCHULTZ, 1973b, p.11) que só poderia ser explicada pelo aumento do capital humano. Esse aumento se dá pela expansão do conhecimento que cada trabalhador acumula, o que é fruto de investimento em educação:

Para a Teoria do Capital Humano, a educação tem influência determinante na renda do trabalhador. Ela melhora as habilidades e conseqüentemente a produtividade, o resultado pode ser observado no aumento de sua renda (KELNIAR; LOPES; PONTILI, 2013, p.6).

Theodore Schultz (1973a) defende o desenvolvimento do capital humano como forma de diminuir as desigualdades sociais, desde o momento em que todos pudessem investir em si mesmos, expandindo suas capacidades de produzir riquezas e consumo. Outro aspecto do conceito de capital humano é sua compreensão da educação como investimento. Schultz (1973b, p. 19) entende as escolas como produtoras de instrução (GOMES; SOUZA; PITA; ZANELATO, 2020), encarando o sistema escolar – tanto o ensino básico como o superior – de um país como uma “indústria”. Isso colocava, portanto, o sistema educacional no centro do projeto econômico desenvolvimentista.

O investimento em capital humano fundamenta não só a sua própria expansão, como amplia o consumo (SCHULTZ, 1973b). Ao se expandir esse raciocínio de forma global, aumentar o capital humano no mundo é aumentar a produção, o consumo e, por consequência, a circulação financeira. Para Schultz (1973b, p. 52) era importante que os Estados Unidos dessem “assistência aos países de baixa renda, a fim de que recebam ajuda para o seu crescimento econômico”, projeto que vinha sendo posto em prática, segundo o economista, graças à “exportação de doutrinas do crescimento”.

Rudolph Atcon foi um consultor norte-americano de políticas públicas na área de educação, que, designado para analisar a situação, os condicionantes e as possibilidades de modernização do sistema universitário brasileiro, produziu o relatório *Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira* (ATCON,

1966), no qual defende um projeto reformista cujas diretrizes gerais seriam “a autonomização administrativa e financeira das universidades em relação ao Estado e o conseqüente desenvolvimento de controles internos efetivos através da construção de uma estrutura administrativa centralizada e inspirada no modelo empresarial, que era então praticamente inexistente nas universidades” (CARLOTTO, 2014, p. 205). Para Atcon (1966, p. 82), “um sistema administrativo tipo empresa privada e não do serviço público [...] porque é um fato implacável que uma universidade autônoma é uma empresa grande e não uma repartição pública”.

A composição do pensamento educacional formulado pelo governo militar constituiu-se sobre dois princípios norteadores: “o controle político das universidades brasileiras e a formação de mão de obra para a economia” (ANTUNES; SILVA; BANDEIRA, 2011). Os dois princípios convergiam, posto que a construção da educação sustentada no conceito de capital humano demandava reorientar e controlar as universidades em seus processos reformistas. Segundo Gatti Jr. (2010, p. 55), em grande parte pela atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES),

foi tomando corpo a pedagogia tecnicista, articulada aos ditames da economia da educação (modernização via capital humano), com seus principais articuladores e divulgadores no IPES, cujos tecnocratas ocupavam cargos importantes no governo do regime militar.

Quando se juntam as peças, entende-se porque o regime passou a adotar a violência como recurso contra as universidades e os universitários, em seu esforço de controlar o espaço e seus rumos, principalmente no contexto da reforma. Uma universidade diversa ou não confluyente aos desígnios do projeto político e econômico seria ao mesmo tempo ineficaz ao modelo de desenvolvimento e inimiga da política do regime. A necessidade da modernização implicava a redefinição do paradigma universitário, convertendo o ensino superior em produtor de capital humano qualificado para o mercado de trabalho, assim como de tecnologia.

Quando a demanda salarial dos docentes entra em pauta, em sessão extraordinária<sup>53</sup>, convocada diante de um projeto de lei estadual que alteraria o vencimento dos docentes, mas sem contemplar a demanda salarial da USP, o

---

<sup>53</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 27 mai. 1968, livro 33, 597ª sessão.



conselheiro Hélio Lourenço de Oliveira afirmou que a USP deveria ter como foco principal de suas preocupações os “problemas da reestruturação”<sup>54</sup>, cuja resolução considerava “urgente”. Esboçou, então, o que pode ser considerada a primeira diretriz da reforma. Fazendo uso da palavra, leu ao conselho a seguinte moção, considerando

urgente a reestruturação da Universidade de São Paulo com os objetivos principais de: a) aumentar a capacidade docente; b) incrementar e **melhorar a produção científica**; c) estabelecer condições favoráveis à flexibilidade dos currículos e à revisão de opções pelos estudantes dentro da Universidade, favorecendo sua diversificação, **tendo em vista as novas profissões** [...]. Tais objetivos melhor serão atingidos pela organização de grandes unidades responsáveis pelas disciplinas básicas de cada um dos grandes setores da Universidade, tais como o tecnológico, o das ciências naturais, o das ciências exatas, o das ciências humanas, etc. (grifo nosso).

Para Hélio Lourenço de Oliveira, as metas principais seriam aumentar a produção científica e a capacidade da universidade de responder às necessidades do mercado de trabalho. Ambas se coadunam, quando se entende que o ponto “c” se refere à formação de mão de obra. Soma-se a isso, o fato de a produção científica ter como objetivo final o desenvolvimento econômico<sup>55</sup>. Essa ideia esteve presente entre os conselheiros e torna-se clara, por exemplo, em fala do diretor da ESALQ, Eurípedes Malavolta, a respeito do aumento da produção agrícola na cidade de Piracicaba, na qual “sublinhou que resultados dessa ordem só foram possíveis porque os agricultores aplicaram o conhecimento tecnológico que graduandos da USP conseguiram obter através de experimentações.”<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 27 mai. 1968, livro 33, 597ª sessão, p. 7.

<sup>55</sup> A defesa de uma universidade que buscasse conectar pesquisa e mercado de trabalho vai ao encontro do projeto também defendido pelo regime militar, quando estruturou, por exemplo, a pós-graduação. Por conta da generalidade do texto da LDB de 1961, em seu artigo 69º, que versava sobre a pós-graduação, sem defini-la, o ministro da educação Moniz Aragão pediu, em 1965, um parecer ao CFE para que construísse uma conceituação mais clara (FRAUCHES, 2014). Como resposta, foi publicado o Parecer nº 977/65. Newton Sucupira, seu relator, estabeleceu que a pós-graduação teria como objetivo “de um lado a instrução científica e humanista para servir de base a qualquer ramo, e doutra parte teria por fim a formação profissional” (Parecer CFE nº 977/68, p. 3). Essa definição, que se encontra também na argumentação de Hélio Lourenço, tem ecos no pensamento do governo militar, em que “os responsáveis pela política educacional buscaram também vincular o sistema educacional ao desenvolvimento econômico que passava a ser comandado por uma lógica de crescente internacionalização econômica” (MARTINS, 2018, 15).

<sup>56</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 25 nov. 1968, livro 35, 624ª sessão, p. 10.

Dessa forma, Hélio Lourenço buscou reforçar a necessidade da reforma, assunto de grande importância em alguns círculos, principalmente entre estudantes, educadores e cientistas, e recolocar o debate na perspectiva de uma reforma “modernizante”, voltada para a formação de mão de obra qualificada, portanto, produtora de capital humano, além de pesquisas que contribuíssem para o avanço do país. Esse discurso atualizava a ideia fundadora da USP, de modo que o objetivo inicial de formar a elite que lideraria o país para a modernidade preconizada pelo norte global passou a ser definido pela formação de melhores trabalhadores e para a pesquisa voltada ao avanço tecnológico e econômico.

No imaginário fundador e construtor dos primeiros anos da USP, há nos discursos um conjunto de ideias que se somam, cruzam e, por vezes, conflitam, sobre o papel da universidade, como de “construir uma elite para dirigir o país”, “introduzir a nação na modernidade”, “guiar o povo brasileiro”. Isso foi observado, entre outros autores, por Bontempi Jr (2008, p. 179-80):

É notável a semelhança entre os discursos de politécnicos e “filósofos”: em ambos aparece a ideia de missão em nome da ciência e da modernidade, tendo como adversários os bacharéis e como quimera o alinhamento ao mundo civilizado. No caso dos filósofos, o saber considerado mais importante para a formação das elites e, conseqüentemente, para a condução da política, era o “conhecimento científico da sociedade”, detido pelo sociólogo. [...]. Já na Escola Politécnica de São Paulo, assim como na do Rio de Janeiro e na Escola de Minas de Ouro Preto, a ideia de produzir elites “modernas” e dotadas de conhecimentos científicos fez prevalecer outro modelo, dito politécnico, que marca “o projeto de formação e a consolidação de uma elite técnica e científica capaz de responder a uma perspectiva de modernização, então em curso na vida brasileira, ainda sob o regime imperial”.

Com o avanço do capitalismo industrial no Brasil, a partir dos anos 1930, o desenvolvimento de “um novo mundo do trabalho urbano, caracterizado pela presença da classe operária” (RIDENTI, 2010, p. 22), a que se seguiu, nos anos 1950, a expansão do “capital privado nacional e suas empresas estatais, a internalização de um bloco de investimentos estrangeiros capaz de completar a industrialização nacional” (POCHMANN, 2017, p. 317) passou a haver alterações no aspecto econômico e social do país, os quais, segundo Carlotto (2014, p. 128), teriam impactado de modo significativo a universidade, pois

foi o processo de urbanização que impulsionou as classes médias urbanas e, com elas, a pressão pela expansão do ensino superior, assim como foi o avanço da industrialização, dentro e fora do país, que

impôs novas demandas para a universidade e para o tipo de pesquisa por ela produzida.

O reconhecimento dessas mudanças pode ter afetado as representações dos conselheiros a respeito do papel da Universidade de São Paulo. Isso é patente em falas proferidas no Co, já no âmbito da reforma universitária, que expressaram a associação entre educação e a “produção de uma mercadoria, que, como todo processo econômico, implicava em um custo e um benefício” (CUNHA, 1988, p. 257). Por exemplo, sobre a extinção das cátedras, os conselheiros Antônio Adamastor Corrêa, diretor da Faculdade de Odontologia de São Paulo (FO-SP), e Reynaldo Furlanetto, professor da FO-SP, ao criticarem essa possibilidade, expressaram o seguinte argumento:

Como os argumentos contrários à cátedra não nos convenceram e como a Universidade de São Paulo, com o regime de cátedra, prestou serviços relevantes à sociedade brasileira, entre os quais ressaltamos a formação de **profissionais de alto nível – técnico e cultural** – manifestamo-nos pela manutenção da cátedra<sup>57</sup>.

Diferentemente do argumento tradicional acerca da contribuição desse regime para a preparação de “uma nova elite ilustrada e modernizadora” (FÁVERO, 2000, p. 2), os conselheiros lançaram mão da defesa de que as cátedras vinham sendo responsáveis por formar “profissionais de alto nível”, aparentemente indicando uma atualização discursiva quanto aos ideais que haviam pautado os primeiros anos da universidade. Por conseguinte, Carlotto (2014, p. 176) chama atenção para o fato de o ensino superior, principalmente após o impacto da pressão “modernizadora” dos EUA, ter se tornado um centro formador de mão de obra e

de uma nova elite burocrática, constituída por economistas e administradores, que construíram e legitimaram um novo saber de Estado que, no Brasil, foi se tornando aos poucos predominante. Esse predomínio conduziu esses profissionais a ocupar um lugar privilegiado nos espaços de poder antes hegemônicos pelo direito, pela engenharia e pela medicina social.

Essa mudança se expressa na representação de um ensino superior, pautado em “formar uma elite moderna para guiar o país”, para a função dominante de formação de “profissionais de alto nível para gerenciar o país”. Não por acaso, a expressão “formar a elite”, muito em voga nos discursos sobre o ensino superior entre os anos 1920 e 1940 (BONTEMPI Jr., 2017), quase não

---

<sup>57</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 20 set. 1968, livro 34, 607ª sessão, p. 5. Grifo nosso.

aparece nos discursos dos conselheiros, em contrapartida, a ideia de “formar profissionais” deu o tom às intervenções feitas no período.

Quando a cátedra é finalmente extinta e se constitui a departamentalização e a criação de institutos, o conselheiro Oswaldo Fadigas Fontes Torres, diretor da Escola Politécnica (Poli), defendendo o isolamento e poder da Escola Politécnica, argumentou contrariamente à ideia de que um profissional não pudesse ser formado em apenas um instituto. Segundo o conselheiro,

Imprimir caráter restritivo aos Institutos, proibindo que eles formem profissionais, **é contrário à Universidade**, principalmente quando se acena com a construção de novos currículos. **Impedir um Instituto de formar profissionais é voltar àquele tema de que a Universidade não deve formar profissionais**. O Brasil precisa de profissionais bem formados<sup>58</sup> [Grifo nosso].

Trocando em miúdos, não se poderia negar, segundo o diretor da Poli, que o objetivo último da universidade fosse formar profissionais, estando o Brasil necessitado de mão de obra “bem formada” para o mercado de trabalho em expansão. Em consequência, a força motriz para a reforma, em seus vários projetos, convergia para a modernização e o fortalecimento do preceito de que a universidade teria como objetivo alimentar de modo qualificado o mercado de trabalho, estando presente no imaginário dos conselheiros, mesmo que de maneira secundária, o ideal de formar a elite ilustrada que lideraria o desenvolvimento da nação. O que fazia, por conseguinte, com que diversos projetos propostos para a reestruturação da USP não divergissem em essência ao acalentado pelo regime militar.

## II. 2. As forças fora dos muros: o regime militar e a universidade

Após o golpe, todo o peso repressivo sobre o que era considerado “subversivo”, “inimigo interno”, “perigo vermelho”, etc., explodiu pelo país (MOTTA, 2000). “As repartições públicas, as universidades e as empresas estatais passavam a ser vasculhadas por comissões de investigação em busca de subversivos” (CUNHA, 1988, p.24). Os militares estenderam ao máximo seu poder, intervindo em sindicatos, entidades civis, partidos e, junto a isso, emitindo

---

<sup>58</sup>Atas do Conselho Universitário da USP, 23 set. 1968, livro 34, 608ª sessão, p. 5.

o Ato Institucional nº. 1, que cassou os direitos políticos de 55 membros do Congresso, incluindo três ex-presidentes; demitiu cerca de dez mil funcionários públicos e colocou outras dezenas de milhares sob investigação.

O discurso de caça aos subversivos permitiu que o regime justificasse as investigações e diversas formas de repressão pautadas na ideia de que seriam para o bem maior. Dito de outra forma, em nome da segurança nacional e da democracia, o governo militar se deu “prerrogativas autoritárias” (ULTRA, 2001, p.10), com o argumento de que ao expurgar da estrutura estatal os identificados com o comunismo, a população se encontraria fora de perigo. Nas universidades, foi deflagrada a Operação Limpeza (MOTTA, 2014, p.25), pela qual diversos docentes e funcionários administrativos, considerados simpáticos ao governo anterior, foram destituídos de seus cargos.

Jaime Mansan (2014) dissecou o aparato de poder do regime em quatro grandes engrenagens: a vigilância; a repressão; a propaganda; e a formação de intelectuais. Esses quatro aspectos, alimentando-se mutuamente, dependem uns dos outros para que possam funcionar. O autor trabalha com o conceito de *sistema de controle*, definido como

a relativa constância com que tais mecanismos exercem certas funções e auxiliam-se mutuamente em ações cujo *resultado*, a despeito de interesses, planos, vontades, confluía no sentido da manutenção de uma ordem social e de um regime político específicos. (MANSAN, 2014, p.35)

Vigiar, reprimir, construir uma imagem de si e de seus inimigos e formar intelectuais tornou-se o muro com o qual o regime buscou cercar a sociedade.

O sistema de controle, alimentado pela Doutrina de Segurança Nacional, procurou perseguir múltiplos alvos, de operário a artista, de intelectual a líder religioso. Mansan (2014) defende a hipótese de que a longa duração do regime se deveu a seu empenho em manter o sistema de controle sempre maleável e negociável diante das contingências, cuja flexibilidade permitiu um sistema capaz de se modificar e de perseguir quaisquer opositores ao regime.

Parte substancial da política de vigilância, repressão e negociação do regime se fez intensamente sobre as universidades. Como afirma Mansan (2014), o ensino superior ameaçava a Segurança Nacional por constituir um espaço de relativa autonomia em relação aos poderes políticos e, assim sendo,

passou a se tornar um “foco” de “subversão comunista”, onde alunos e professores, ao refletirem sobre o país, passavam a ecoar uma oposição nas ruas, com as manifestações, bem como no campo intelectual. Não por acaso, a ação do movimento estudantil “vai exigir do Governo medidas no sentido de buscar ‘soluções para os problemas educacionais mais agudos, principalmente dos excedentes’” (FÁVERO, 2006, p.10). Para Mansan (2014, p.320), o controle sobre o ensino superior era fundamental ao regime, uma vez que

A educação superior era um segmento social considerado prioritário por aquela estrutura, tanto por seu caráter estratégico para o processo de desenvolvimento nacional (excludente e conservador, como já foi assinalado) quanto por constituir área especialmente sensível do ponto de vista dos setores de “segurança”, em função da mobilização estudantil em ações de oposição não consentida e pelo entendimento de que os docentes, através de proselitismo, poderiam usar as aulas para incitar à “subversão.

Para o autor, a universidade não se constituiu apenas como um espaço perigoso de subversão, mas parte inerente do processo de modernização capitalista, capaz de superar o subdesenvolvimento, a partir de um projeto desenvolvimentista que requeria um consistente contingente de “capital humano” (MINTO, 2006, p.98-9). Para isso, se fazia essencial a participação das universidades, mesmo que sua autonomia precisasse ser desconsiderada. Heládio Antunha, que tinha severas críticas ao movimento estudantil e aos professores que participaram das paritárias, caracterizando seu movimento como “delírio coletivo” (1974, p.183), entretanto defendeu, assim como eles, uma ampla autonomia universitária:

A condição para o exercício, por parte da Universidade, das atividades e funções que lhes são próprias é a conquista da autonomia universitária, isto é, da liberdade de ação em tudo o que diz respeito à consecução de seus objetivos específicos e inalienáveis (ANTUNHA, 1974, p.48).

Miguel Reale (apud CARLOTTO, 2014, p.46), aliado do regime militar e, quando reitor, responsável pela implantação da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) na USP, afirma, em suas memórias, que o “progresso institucional” das universidades está na própria expansão da autonomia.

Logo, esse tema foi extremamente importante ao longo da história do ensino superior brasileiro e, principalmente, durante a ditadura militar, quando essa autonomia mais sofreu abalos e, dada a reforma em gestação, nada poderia assegurar sua continuidade.

O debate acerca da autonomia universitária, aliás, se desenrolava no Brasil desde a constituição do Estado republicano, em relação às nascentes faculdades isoladas e, posteriormente, às universidades (FERRI; SCHMIDT; BARROS; ANDRADE, 2013). A primeira formulação mais concreta sobre a autonomia universitária se deu no Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931. Nele, havia a ideia de “autonomia relativa”, tendo o recém-criado Ministério da Educação e Cultura enorme ingerência sobre o ensino superior. Como justificativa para essa pouca autonomia, “Dizia que, pelo fato de estar o regime universitário brasileiro em sua fase nascente, [...], não seria prudente nem seguro dar autonomia total às universidades” (CUNHA, 2006, p.26).

No processo de construção do Estado Novo, tampouco a autonomia universitária foi apoiada pelo poder central, visto como um local de “comunistas” (FÁVERO, 2000, p.4). Dessa forma, diante de um processo de burocratização do Estado, a autonomia se tornou um espaço de disputa (DURHAM, 2005). Portanto, a intervenção, maior ou menor, do poder Executivo sobre as universidades já existia desde antes do golpe de 1964.

Com a instauração do regime militar, entretanto, esse sistema de autonomia frágil que se construiu ao longo da república “revelou a vulnerabilidade da universidade à intervenção estatal numa extensão desconhecida” (CUNHA, 2006, p.27), a partir da qual o governo construiu uma complexa relação com o ensino superior, através de negociação, intervenção, do poder de escolha dos reitores ou mesmo da repressão violenta.

O próprio Conselho Estadual de Educação, engrenagem do sistema de controle legítimo do governo sobre as universidades, fazia parte dessa estrutura. Laerte Ramos de Carvalho, escolhido pelo governador como um de seus conselheiros, posicionou-se de maneira adversa à autonomia plena, retomando o mesmo argumento utilizado no Estado Novo para justificar a intervenção do Estado no ensino superior:

A autonomia requer prática, experiência e critérios seguros de orientação. Ora, *o regime universitário ainda se encontra entre nós na sua fase nascente*, tentando os primeiros passos e fazendo os seus ensaios de adaptação. Seria de mau conselho que nesse período inicial e ainda embrionário, rudimentar, da organização universitária, se tentasse, com riscos de graves danos para o ensino, o regime de autonomia integral. (Parecer do Conselho Estadual de Educação de

São Paulo n.43/69-C. PI – Procs. 452/69 e 412/69 – Aprov. Em 23/07/1969, p. 241. Grifo nosso)

Heládio Antunha afirma que: “Embora relativamente distante, o governo federal fez sentir permanentemente a sua presença através da minuciosa legislação” (ANTUNHA, 1974, p.128). No início do regime – até mesmo após o AI-5 – havia um esforço real para construir uma autoimagem democrática. A máquina de propaganda do governo era essencial (MANSAN, 2014), pois através dela, o aparato de comunicação trabalhou para que o golpe fosse visto como “um mal necessário para proteger a democracia”.

Investiu-se em uma “profusão de instrumentos legais ilegitimamente impostos à sociedade, bem como a manutenção meramente formal das instituições democráticas e da ‘oposição consentida’” (MANSAN, 2014, p.47), tais como a Lei de Segurança Nacional, os Atos Institucionais e a própria Constituição de 1967. No âmbito do ensino superior, esse mesmo aparato legislativo foi largamente utilizado, vindo a se tornar uma das formas de impor os projetos do governo sobre o ensino superior e, ao mesmo tempo, manter a flexibilidade que permitia algum grau de negociação.

Essa ambiguidade – em parte responsável pela longevidade da ditadura – marcaria todas as esferas artísticas e também intelectuais, como a própria universidade: o governo reprimia professores e estudantes considerados subversivos, mas o projeto de desenvolvimento exigia investimentos significativos em ciência e tecnologia, portanto, também na universidade. Ora, os debates e a crítica próprios da atividade acadêmica acabaram por gerar questionamentos crescentes à ditadura, que não deixava de oferecer uma alternativa de acomodação institucional a setores acadêmicos de oposição, como a criação de um sólido sistema nacional de pós-graduação e de apoio à pesquisa que perdura até hoje (RIDENTI, 2010, p. 106).

Claro que sobejam exemplos de atos mais duros de repressão nos *campi*: a invasão da UnB, onde professores que liam na biblioteca foram fisicamente agredidos, a ocupação do CRUSP, e o sequestro de professores e alunos na USP (CUNHA, 1988). Porém, para o regime eram inerentes a seu projeto, principalmente porque era fundamental a participação do ensino superior no programa econômico do regime, a negociação e a ocupação dos núcleos decisórios das universidades, com a alocação de seus aliados em posições de reitor ou diretor de departamento, além do uso de leis.



O Conselho Federal de Educação, órgão criado pela LDB de 1961 (Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961), contribuiu imensamente para a vestimenta de legalidade aos atos “ilegítimos”. O artigo 8º da LDB definia que o CFE deveria ser composto por 24 membros, todos escolhidos pelo Presidente da República, o que conferia uma centralidade ainda maior sobre as questões educacionais. O artigo 9º trazia uma lista das atribuições do Conselho Federal, cujas atribuições “a”, “b”, “g” e “h” são exemplos da capacidade de interferência que o CFE tinha sobre o ensino superior:

- a) decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares;
- b) decidir sobre o reconhecimento das universidades, mediante a aprovação dos seus estatutos e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, depois de um prazo de funcionamento regular de, no mínimo, dois anos;
- [...]
- g) promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, em quaisquer estabelecimentos de ensino, sempre que julgar conveniente, tendo em vista o fiel cumprimento desta lei;
- h) elaborar seu regimento a ser aprovado pelo Presidente da República.

Juntamente com o Conselho Estadual, o CFE se tornou um instrumento legítimo de intervenção como forma de balizar as intervenções do regime sobre o ensino superior (MOTTA, 2014). Dois exemplos nos permitem entender essa afirmação. Quando o golpe foi dado, a Universidade de Brasília passou a ser um alvo privilegiado das preocupações do novo governo em relação ao seu potencial “subversivo”<sup>59</sup>. Diante disso, foi iniciada uma das mais violentas ocupações feitas pelo exército em um espaço universitário, com diversas prisões, lista de

---

<sup>59</sup> O projeto da Universidade de Brasília, capitaneado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, buscou a construção de uma instituição moderna, descartando o sistema de cátedras como aspecto arcaico, substituindo por um sistema onde “cada instituto central agrupava todas as atividades de ensino, pesquisa e outras em sua área de saber” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2017, p.595). Ademais, aspectos que balizaram a reforma de 1968 estavam na estrutura da UnB, como o sistema de créditos, reforma na carreira docente e a ampliação dos cursos de pós-graduação. Outra dimensão do projeto construído por Darcy Ribeiro, que se tornou alvo da repressão da ditadura, foi a tentativa de criar uma vida universitária visando à “participação responsável dos estudantes na cogestão do cotidiano acadêmico com vistas à sua democratização (p. 595-596). Esses aspectos modernos e democráticos iam de encontro ao projeto reacionário gestado pelo governo pós-golpe civil-militar, o que levou à invasão do *campus* universitário, criando um verdadeiro “campo de batalha” (MOTTA, 2014, p.32), onde alunos, professores e funcionários administrativos foram agredidos, presos e demitidos (VALLE, 2018), o que fez o projeto da UnB ser conhecido como uma “utopia vetada”. Outra característica da Universidade de Brasília foi seu forte movimento estudantil, com a presença de filhos e filhas de congressistas e a proximidade com o poder central, tornando o Movimento Estudantil da UnB presente na luta contra a ditadura militar (VALLE, 2018).

professores para expurgo e a derrubada do reitor, Anísio Teixeira. A ação que destituiu o reitor e instalou um reitor *pro tempore* teve como base o artigo 84º da Lei de Diretrizes e Bases:

O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender, por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular, por motivo de infringência desta lei ou dos próprios estatutos, chamando a si as atribuições do Conselho Universitário e nomeando um reitor *pro tempore*.

Segundo Cunha (1988, p. 42), entretanto, não houve inquérito administrativo precedente, como a lei exigia. Na busca por sanar esse “erro” e dar legitimidade ao ato, o governo convocou o CFE para referendar a intervenção e sustentar a nomeação de Zeferino Vaz, reitor escolhido pelos militares (MOTTA, 2014, p. 39).

Outro exemplo do uso do Conselho Federal de Educação como instrumento legitimador do controle sobre o ensino superior é dado pela lei nº. 5.540/68, da reforma universitária. Por seu artigo 5º, “A organização e o funcionamento das universidades serão disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem, os quais serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente” (Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968), exigia que os estatutos construídos por cada universidade fossem submetidos ao CFE ou ao CEE competente. O regime usou do art. 5º como forma de controlar o andamento das reformas sem que fosse necessário um uso extensivo da força, pois o governo central dispunha de mais poder sobre os tais conselhos do que sobre as universidades. As reformas, como veremos na USP, foram feitas sob a vigilância do CFE/CEE, juntamente com negociações, cooptações, imposições e colocação de agentes simpáticos ao regime em postos-chave, como foi o caso de Alfredo Buzaid<sup>60</sup>.

Antunha (1974, p.196), divide a “minuciosa legislação” que controlou e reformou o ensino superior em duas categorias: a primeira, pautada no controle do movimento estudantil, corporifica-se no Relatório Meira Mattos; a segunda, para reformar a estrutura da universidade, implementando o que se impunha como modelo moderno, pautado nos referenciais estadunidenses.

---

<sup>60</sup> Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e apoiador de primeira hora da “Revolução”. Após os expurgos consequentes do AI-5, Buzaid se tornou vice-reitor da USP e liderou a implantação da reforma.

Nesse caso, o CFE contribuiu com a matéria intelectual, posto que muitas das discussões que ocorreram em seu interior deram corpo a essas leis.

O Executivo, desejando aumentar o controle sobre as instituições federais, e coerente com a opção de aumentar o dirigismo, solicitou, mediante Aviso Ministerial, que [o CFE] elaborasse “anteprojeto de lei que promovesse a reestruturação das universidades federais”. (ROTHEN, 2008, p.458)

Esse trabalho ficou a cargo do CFE, que apresentou o Parecer/Indicação nº. 442/1966, depois aprovado como lei nº. 53 de 1966, que vedava a duplicidade de meios para fins idênticos, abolia as cátedras iguais em unidades diferentes e instituía o departamento como unidade mínima das universidades.

Na sequência, a lei nº. 252/67 buscou normatizar aspectos ainda não definidos no anterior. Dentre outros assuntos, o decreto definia:

Instituição obrigatória do sistema departamental e a conseqüente eliminação da cátedra autônoma, permanecendo, contudo, a figura do catedrático como um posto da carreira do magistério. Definição do departamento como “a menor fração” da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoa (Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967).

Logo após esse decreto, que definiu os departamentos, entrou em vigor a constituição de 1967, que suprimiu qualquer menção às cátedras (FÁVERO, 2000, p.11). Outras leis, como a Lei Suplicy e a Lei Aragão, entram na lógica do controle e da intervenção por meio da legislação que acabava por criar mecanismos através dos quais se fazia possível o eventual uso da força e que progressivamente minavam a autonomia universitária.

Foi nesse rumo de interferências e de controle sobre as reformas universitárias que o governador de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, eleito de maneira indireta para o executivo estadual, em 1967, buscou se colocar no andamento do trabalho de reestruturação da USP. Como aponta Gnecco (2005, p. 119), “dentro da política implantada durante a gestão de Abreu Sodré no Governo do Estado, a questão educacional estava na agenda do dia”, e um exemplo disso foi a carta que, em 1968, enviou ao Conselho Universitário<sup>61</sup>, desvendando o projeto que o regime militar buscava implantar:

Quanto ao ensino superior, procurei manter assíduo contato com a Universidade, manifestando a minha inquietação sobre o destino da juventude que, desejosa de estudar, aspira a melhores condições de

---

<sup>61</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 03 jun. 1968, livro 33, 598ª sessão. pp. 2-3.

acesso a fim de preparar sua **formação profissional**. [...]; e em várias orações ressaltai sempre a necessidade de intensificar os trabalhos da reforma da Universidade, lembrando a implantação de cursos básicos comuns, ainda que funcionando simultaneamente com os cursos tradicionais; reconhecendo a legitimidade de co-participação no uso dos laboratórios e equipamentos; e solicitando a reforma de calendários e horários, com utilização em revezamento de salas de aulas para permitir os aumentos de vagas. Mas o setor há que requer dinamização imediata: a da reestruturação da Universidade. **Racionalizar-se a organização, de modo que ela preencha a sua finalidade no plano da docência e da pesquisa**; planejar-lhe o crescimento ordenado e metódico a fim de que ela esteja em íntima correspondência com as necessidades vitais da sociedade e absorva o maior número de alunos; promover inquérito de opinião, **verificando quais os campos mais reclamados pelo progresso** crescente do país; [...]; **preparar os profissionais** para o encontro com a vida, sem surpresas nem desencantos, **criando, inclusive, órgão adequado que lhes proporcione a colocação nas empresas**; reagrupar ainda que a título provisório, cadeiras e disciplinas, departamentos e cursos, institutos e sessões, de forma a desde já assegurar para o próximo ano letivo o funcionamento de cursos fundamentais comuns e assegurar substancial ampliação de vagas, eis aí algumas ideias que sugiro a Vossa Magnificência e ao Colendo Conselho Universitário de São Paulo [...] **Preocupado com o estado de insatisfação da mocidade** exorto a instituição universitária paulista **a se adaptar urgentemente ao mais eficiente processo de organização e de funcionamento** e, aproveitando o seu imenso potencial de energia criadora e de irrealizável idealismo, **transmitir aos jovens, pela ação e pela palavra, a mensagem de confiança e de fé na formação de uma grande Nação autenticamente democrática**. [Grifos nossos].

A despeito do respeitoso termo “sugestão”, a carta enumerou os principais pontos da estrutura de reforma do ensino superior desejada pelo governo. Sua intenção era induzir uma reforma dentro dos limites planejados pelo regime, impedindo qualquer aventura subversiva. Nesse sentido, a reforma deveria conter, como “sugere” o governador, “a implantação de cursos básicos comuns, ainda que funcionando simultaneamente com os cursos tradicionais; o reconhecimento da co-participação no uso dos laboratórios e equipamentos; a reformulação de calendários e horários, com revezamento de salas, a fim de se adequarem aos aumentos de vagas”.

Ademais, o espírito do projeto defendido pelos militares é o de “racionalizar-se a organização, de modo que ela preencha a sua finalidade no plano da docência e da pesquisa [...]; [preparando] os profissionais para o encontro com a vida”. Portanto, a reforma aspirada por Abreu Sodré, tem como pilares a pesquisa e a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, dois aspectos que estariam umbilicalmente conectados e que perfazem todo o projeto dos militares para o ensino superior.

Ainda que características como modernização administrativa, construção de departamentos e institutos, não duplicação de matérias ou instalações para fins idênticos estivessem presentes no horizonte de reflexão desde a promulgação da LDB, em 1961, as diretrizes reveladas por Abreu Sodré serão defendidas, de forma quase idêntica, pelo conselheiro Hélio Lourenço de Oliveira.

### **II. 3. A defesa da reforma como um imperativo**

Quando, na sessão de três de junho<sup>62</sup>, foi lido o ofício do governador, o representante da congregação da FM-RP, Hélio Lourenço de Oliveira, sustentou a necessidade de alterar a forma sobre a qual a reforma vinha sendo estudada. Primeiro, afirmou que as atividades das Comissões Especiais eram muito morosas e sugeriu a alteração de sua dinâmica, lembrando que a reformulação da carreira docente e de pesquisa havia demorado três anos para ser elaborada. Conforme a ata, o conselheiro

Salienta, entretanto, que estamos todos presos a uma formalística que se preocupa muito em não ser inepta no sentido jurídico, e por isso mesmo pode se apresentar inepta no sentido da incapacidade de dar soluções com rapidez e profundidade proporcionais à urgência e à gravidade dos problemas que se oferecem. Mas é também, e principalmente, que confiamos demais nos resultados de Comissões Especiais que se reúnem aleatoriamente, quando coincidem as conveniências dos seus membros<sup>63</sup>

Na sequência, reiterou que seria necessário eleger um grupo capaz, focado exclusivamente na reforma, para que se pudesse finalizar o seu estudo integral. A discussão prosseguiu, tendo o conselheiro José Ferreira Fernandes, professor da FM-RP, apoiado Hélio e defendido uma votação para que se definissem prazos fatais para a entrega dos resultados das Comissões Especiais.

A sessão do dia primeiro de julho foi a primeira após a publicação do Memorial Ferri. O texto recebeu diversas manifestações de apoio dos membros do Conselho, o que levou Hélio Lourenço de Oliveira a propor que cópias fossem enviadas às unidades, a fim de que seus fóruns pudessem debatê-lo e delinear

---

<sup>62</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 03 jun. 1968, livro 33, 598ª sessão.

<sup>63</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 03 jun. 1968, livro 33, 598ª sessão, pp. 10-11.

propostas específicas. Finalmente, de sua posse, o Conselho Universitário poderia iniciar os trabalhos de reestruturação.

A asserção de Hélio Lourenço, buscando um debate amplo entre os setores da universidade, tornou-se um padrão de conduta relativa ao processo de reforma em seu reitorado, o que pode ter sido uma das motivações para que o regime o cassasse de seu cargo. Além disso, àquela altura, os fóruns, as paritárias e comissões mistas eram uma realidade na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, entre várias outras. Hélio Lourenço, Achille Bassi e Eurípedes Malavolta mantiveram-se abertamente favoráveis à proposta de apenas iniciar o processo colegiado depois de considerar os resultados oferecidos pelas unidades em suas plenárias. Foi aprovado, por unanimidade, o seguinte calendário:

O mês de julho ficará reservado ao exame da matéria por parte dos Conselhos Departamentais, Congregações, corpos docentes e demais órgãos das Instituições Universitárias. No mês de agosto, seriam realizados nas Faculdades que assim o decidirem, fóruns de debates com integrantes dos corpos docentes e discentes; a partir de 1º de setembro o Conselho realizará sessões contínuas, até mesmo diárias, se for necessário, até final deliberação<sup>64</sup>.

O tema da reforma retornaria na sessão de 2 de setembro<sup>65</sup>. Nessa, delineou-se o arranjo oficial para dar início aos trabalhos da comissão. Programou-se o calendário das sessões extraordinárias e definiu-se a concepção de comissões especiais para medidas específicas, relativas aos assuntos em discussão. Dentre as decisões organizacionais, Ariosto Mila, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), propôs, como resultado de deliberação do fórum paritário da Faculdade de Arquitetura, que fosse convocada uma assembleia universitária, no âmbito da qual se desenvolveria a construção da reforma. O pedido de Mila amparava-se no artigo 149 do estatuto da USP<sup>66</sup>, e teve apoio de Rubens Lima, diretor da Escola de Engenharia de São Carlos (EE-SC), Adolpho Ribeiro Netto, professor da Faculdade de Veterinária

---

<sup>64</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 17 jun. 1968, livro 33, 599ª sessão, p. 7.

<sup>65</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 02 de set. 1968, livro 34, 602ª sessão.

<sup>66</sup> Artigo 149: "A Assembleia Universitária é a reunião de todo o corpo docente da Universidade". Nada se afirma sobre a participação de discentes e servidores na Assembleia, outro ponto debatido foi o artigo 150, inciso III, que define que a Assembleia apenas poderia se reunir mediante convocação exclusiva do reitor.

de São Paulo (FV-SP) e Elza Salvatori Berquó, professora da Faculdade de Higiene e Saúde Pública (FHSP), que, por sua vez, propôs que se construísse a assembleia a partir da união das paritárias de todas as unidades.

O conselheiro Eurípedes Malavolta, diretor da ESALQ, observou que se criasse uma comissão paritária, de alunos e professores<sup>67</sup>, para coligir o material recebido das unidades, que seria remetido ao Co, proposta que buscava a concordância dos que defendiam a assembleia com os mais conservadores, que pretendiam preservar o poder nas mãos do Conselho Universitário. Victor Froilano Bachmann de Mello, vice-diretor da FAU, afirmou, em contrário, que as balizas fossem debatidas pelo Co, para depois serem remetidas à assembleia, a qual levaria a reforma a cabo. O primeiro conselheiro a manifestar sua oposição foi o vice-diretor da Faculdade de Odontologia de Bauru, Luiz Ferreira Martins, afirmando que o estatuto não previa uma assembleia paritária e que não se deveria retirar do Co um trabalho que lhe era próprio. Ao final, o vice-reitor Mário Guimarães Ferri disse que, a menos que dois terços do Conselho decidissem alterar o estatuto, estaria em suas mãos a convocação da assembleia. Neste caso, ele não o faria, alegando que “cabe ao Conselho decidir sobre a Reforma Universitária”<sup>68</sup>.

Na sequência, os conselheiros Antônio Adamastor Corrêa, Maria Rosa Souza Pinheiro, diretora da Escola de Enfermagem (EE), Luiz Ferreira Martins, Rodolfo dos Santos Mascarenhas, professor da FHSP, e Orlando Marques de Paiva, diretor da FV, fizeram propostas que, segundo Hélio Lourenço de Oliveira, levariam ao atraso do processo, o que “causará grande intranquilidade”<sup>69</sup>, sendo nisso apoiado por José Francisco de Camargo, diretor da FEA. Em relação a qual órgão caberia a reforma, Hélio acredita

não ser o momento para o Conselho decidir sobre que órgão deverá discutir ou deliberar sobre o plano de reestruturação da Universidade de São Paulo, pois em virtude da deliberação anterior deste mesmo Conselho ele já se encontra hoje reunido para iniciar essa tarefa e prosseguir nela em sessões contínuas. Se este entendimento, que lhe parece inegável, não for ponto pacífico, e se puser em votação a

---

<sup>67</sup> Quando se organizaram as paritárias, os funcionários administrativos não foram convocados, tratando-se de fórum exclusivo de professores e alunos.

<sup>68</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 02 de set. 1968, livro 34, 602ª sessão. p. 12.

<sup>69</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 02 de set. 1968, livro 34, 602ª sessão. p. 12.

proposta de delegar a mesma função à Assembleia Universitária, declara que então votará por essa proposta<sup>70</sup>.

Ao final, são votadas as diversos pleitos colocados na sessão, com os seguintes resultados:

- 1) a proposta de alterar o estatuto para convocar uma assembleia universitária foi derrotada por 21 votos contra 13;
- 2) o adiamento do início da reforma foi aprovado, dando-se um prazo para que as unidades da USP entregassem relatórios finais sobre os projetos de reforma debatidos em seus âmbitos;
- 3) a sugestão de estruturação do debate, feita por Hélio Lourenço de Oliveira, foi aprovada com 31 votos contra três.

Esse resultado destruiu qualquer possibilidade de discussão da reforma em um espaço que pudesse congregiar uma grande parcela do universo uspiano, mantendo todo o trabalho e todo o poder no Conselho Universitário.

Em seguida, Hélio Lourenço estabelece a espinha dorsal que ordenou os trabalhos do Co:

Que, inicialmente, se discutam os aspectos mais gerais e básicos de uma possível reestruturação da Universidade de São Paulo, sem particularização de pormenores múltiplos em que cada um daqueles aspectos se desdobrará. Sugiro como aspectos gerais da discussão inicial e votação preliminar: a) Estrutura geral da Universidade de São Paulo; b) princípios da organização curricular; c) carreira docente, em face da nova estrutura e da nova organização curricular.<sup>71</sup>

Por fim, nessa mesma sessão<sup>72</sup> vem à pauta a invasão da Universidade de Brasília por forças governamentais<sup>73</sup>. O conselheiro Rubens Lima Pereira trouxe a notícia e afirmou que, quando da invasão da reitoria da USP por estudantes, o Conselho repudiara o evento e a destruição do patrimônio, apoiando claramente o reitor. Segundo o conselheiro, o Co deveria dar o mesmo apoio ao reitor da UnB, posto que a destruição do patrimônio público fora bem

---

<sup>70</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 02 de set. 1968, livro 34, 602ª sessão, p. b13.

<sup>71</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 02 de set. 1968, livro 34, 602ª sessão, p.11.

<sup>72</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 02 de set. 1968, livro 34, 602ª sessão, p. 9.

<sup>73</sup> “Foi uma verdadeira operação de guerra, que matou um estudante à bala e feriu muita gente, inclusive parlamentares presentes, alguns dos quais haviam se dirigido ao local na tentativa de proteger os filhos. A polícia desejava prender estudantes procurados pela Justiça Militar, e não obteve concordância do reitor Caio Benjamin Dias. Embora a invasão da UnB tenha sido justificada pela busca de foragidos da Justiça, é provável que a intenção real fosse tumultuar o ambiente político para preparar o Ato Institucional” (MOTTA, 2014, pp. 96-7).



maior por parte dos invasores, ou seja, “Polícia Militar, Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Polícia Federal, Serviço Nacional de Informação (SNI) e Polícia do Exército” (VALLE, 2018, p. 82). Ainda, Pereira emitiu a seguinte manifestação, a ser publicada em nome do Conselho:

O Conselho Universitário da USP, em reunião do dia 2.9.68 envia protesto contra os atos de **barbarismo** cometidos pelas autoridades policiais no ‘campus’ da Universidade de Brasília, e apoia a atitude do Magnífico Reitor dessa Universidade em face aos acontecimentos [grifo nosso].

O conselheiro José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira Filho, professor do Instituto de Astronomia e Geofísica, ponderou pela alteração da palavra “barbarismo” por “violência”. O Presidente submeteu à votação a primeira proposta, aprovada com a alteração dos termos. Logo após, o conselheiro Eduardo Moacyr Krieger, professor da FM-RP e representante dos docentes associados, fez duas sugestões de emenda, a primeira apoiando abertamente o reitor da UnB e reforçando a importância da autonomia universitária como indispensável para a vida universitária (aprovada por 31 a 3); a segunda, que “as autoridades competentes apurem as responsabilidades e processem os culpados”<sup>74</sup> (aprovada por 20 a 14).

Ao comparar as duas votações, nota-se que a primeira, sobre defender a autonomia da universidade, teve ampla aprovação, o que é de se esperar vindo do Conselho Universitário. Contudo, a segunda proposta, defendendo a investigação e a consequente punição dos culpados, que nesse episódio eram as forças repressoras do governo, teve oposição bem maior. Como não se identificam os votantes, resta especular que essa maior oposição se deveu à concordância com a ação policial ou ao receio de seu enfrentamento.

Em seguida, os conselheiros Adolpho Ribeiro Netto, Erwin Theodor Rosenthal, diretor da FFCL<sup>75</sup>, Eurípedes Simões de Paula e Luiz Ferreira Martins assinaram a seguinte declaração de voto: “Que o Conselho Universitário adote a mesma atitude, relativamente ao desejo de serem apuradas as

---

<sup>74</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 02 de set. 1968, livro 34, 602ª sessão., p. 10.

<sup>75</sup> Ele ocupará o cargo de diretor apenas nos primeiros meses de 1968, sendo substituído por Eurípedes Simões de Paula, que ocupava o cargo de representante da Congregação.

responsabilidades, quando os atos de vandalismo, de desrespeito à autoridade, forem praticados por estudantes”<sup>76</sup>.

Esse conflito na UnB teve um efeito de “terror” sobre o meio universitário. Era um aviso dos militares, uma verdadeira demonstração de força, tanto para o movimento estudantil quanto para as reitorias e seus conselhos, explicitando que nem a autonomia universitária, nem o espaço de debate amplo que se buscava criar para pensar a reforma estavam apartados do poder e do autoritarismo constitutivo do regime.

---

<sup>76</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 02 de set. 1968, livro 34, 602ª sessão, p. 10.

## CAPÍTULO III – DEBATE DEMOCRÁTICO

### III. 1. Definição e encaminhamento da reforma

Este capítulo tem como início a primeira sessão extraordinária para tratar exclusivamente da reforma<sup>77</sup>. É nesse momento que o conselheiro Hélio Lourenço de Oliveira irá delinear, com aprovação do CO, o andamento dos trabalhos.

A primeira proposta da sessão foi do diretor da ECC, Antônio Guimarães Ferri<sup>78</sup>. Quanto ao tema “estrutura universitária”, propôs que “todo o ensino superior oficial do Estado funcione em uma única universidade”, ou seja, que todos os Institutos isolados e faculdades que existiam no estado de São Paulo, e os que poderiam vir a ser criados, deveriam ser integrados à USP. Essa proposta indica que, além de uma disputa sobre o controle da reforma no Conselho Universitário havia uma disputa pelo controle, pela USP, de todo o ensino superior público do estado.

Não há registro sobre falas acerca dessa proposta, no entanto, o diretor da ESALQ, Eurípedes Malavolta<sup>79</sup> defendeu uma estrutura menor, na qual a USP seria composta de forma harmônica pelos *campi* Cidade Universitária Armado de Salles Oliveira, Bauru, Piracicaba, Ribeirão Preto e São Carlos. Antônio Adamastor Corrêa, entretanto, colocou-se em oposição às duas propostas. Sobre a primeira, afirmou ser bastante cedo para tal projeto e, contra a segunda, afirmou ser inconcebível que a Cidade Universitária representasse apenas 1/5 da USP, posto ser ela a maior parte da universidade. Diante disso, manifestou-se a uma Comissão Especial para construir um projeto sobre o assunto, a ser posteriormente submetido ao CO.

Outro aspecto que impactou a dinâmica dos trabalhos foi a diminuição temporária do quórum mínimo para alterar o estatuto, inicialmente de dois terços, passando para maioria simples. Isso porque, segundo apontou conselheiro Luiz Ferreira Martins, “se se pretender que tudo seja aprovado mediante a

---

<sup>77</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 09 set. 1968, livro 34, 603ª sessão.

<sup>78</sup> *Ibid*, p. 1.

<sup>79</sup> *Ibid*, p. 2.

observância do quórum especial, não se conseguirá aprovar nada”<sup>80</sup>, o que acabou sendo aceito por unanimidade.

Essa aprovação tem, além de efeito prático, um caráter simbólico, porque, como afirmou o conselheiro Antônio Barro de Ulhôa Cintra durante a votação, seria necessário dar ao Conselho a “liberdade de ação no momento em que se cogita tão magno problema”<sup>81</sup>. Mediante a aprovação dessa “liberdade”, o Co pôde, de fato, dar início à reforma.

Antônio Adamastor Corrêa chamou a atenção para o fato de que não se poderia começar a construção da reforma sem que fossem conhecidos os pareceres de cada unidade, possibilidade que já estaria gerando “intranquilidade na Faculdade de Odontologia”<sup>82</sup>. Ainda que as congregações, as paritárias, os fóruns mistos ou outros agrupamentos que se constituíram no período não tivessem representação no Co, era necessário ouvir as unidades, em vista de seu poder na universidade.

Diante do impasse, Hélio Lourenço de Oliveira apresentou um encaminhamento, afirmando que, mesmo aguardando os relatórios, seria possível ao Co começar a refletir de forma “genérica” sobre os aspectos constituintes da reforma. A citação é longa, porém relevante, posto que, tendo sido aprovada, passou a dar o tom de toda a construção da reforma:

I – A USP adotará uma organização departamental. 1 – O Departamento será a menor unidade universitária diretamente responsável pela pesquisa e pelo ensino, congregando docentes com interesses afins, em torno de recursos comuns de trabalho. 2 – Constituindo-se como um sistema de Departamento, a Universidade não comportará cátedras, pressupondo-se um novo conceito de carreira docente.

II – Conjuntos homogêneos de Departamentos constituirão Institutos. 1 – Os Institutos serão as grandes unidades constitutivas dos *campi* da USP, e se organizarão em função de uma classificação das atividades literárias, filosóficas, científicas e tecnológicas. 2 – Nenhum Instituto se constituirá tendo em vista a formação completa de um profissional, ainda que cada um contribua, em sua área de conhecimentos, para a formação de profissionais.

III – A USP abrangerá diversos *campi*, cada um constituído por Institutos reunidos em área geográfica que permita seu inter-relacionamento para o desenvolvimento de diferentes currículos. 1 – Os diversos *campi* terão a mesma autonomia, dotando-se cada um de

---

<sup>80</sup> Ibid, p. 3.

<sup>81</sup> Ibid, p. 4.

<sup>82</sup> Ibid, p. 5.

uma hierarquia uniforme de órgãos de decisão. 2 – Os *campi* se subordinarão a órgãos superiores da Universidade, integrados por seus representantes.

IV – Um currículo é um conjunto articulado de disciplinas, entendidas estas como unidades de ensino ou programas de estudo. 1 – Caberá aos Departamentos e Institutos fixar os respectivos elencos de disciplinas. 2 – A articulação de diferentes disciplinas, em função de objetivos definidos de graduação ou de formação universitária, caberá a uma Câmara Curricular em que todos os Institutos estarão representados. 3 – Transferência de aluno de um currículo para outro se fará com aproveitamento dos estudos já feitos.

V – Na carreira docente, o acesso a todos os degraus dependerá exclusivamente do mérito dos docentes e não da existência de vagas em qualquer dos escalões. 1 – Em qualquer degrau de carreira, no mesmo Departamento, poderá sempre existir mais de um docente. 2 – A transferência de docentes de um para outro Departamento, outro Instituto ou outros *campi*, respeitados os interesses do ensino e da pesquisa, será sempre possível, respeitando-se o nível já atingido na carreira.<sup>83</sup>

Segundo Celeste Filho (2004, p. 204), a respeito dessa intervenção,

A estratégia de Hélio Lourenço de Oliveira é apresentar o cerne da proposta da Comissão Paritária da faculdade da qual representava a Congregação sem mencionar sua procedência; como se fosse apenas sua contribuição pessoal à reforma. Tal procedimento não causaria preconceito entre os membros mais conservadores do Conselho Universitário.

Sua proposta não era definir propostas concretas sobre as estruturas contidas nos tópicos, mas discutir conceitos, tais como o exposto pelo conselheiro Victor Froilano Bachmann de Mello, que era contrário à definição do Departamento como a menor unidade, “realçando, em primeiro lugar, a posição do homem em todos os ramos do conhecimento, fundamentando suas considerações na famosa máxima de Descartes, ‘cogito, ergo sum.’”<sup>84</sup>.

Hélio Lourenço de Oliveira concordou, sugerindo uma alteração nos seguintes termos: “o Departamento será a menor unidade da estruturação universitária.”<sup>85</sup> A mudança é extremamente sutil, mas no texto apresentado inicialmente por Lourenço de Oliveira apontava o departamento como “a menor unidade universitária”, contudo, para o vice-diretor da FAU, Victor Froilano, essa menor unidade deviria ser o “homem”, no que Hélio muda, portanto, afirmando ser o departamento a menor unidade da “estruturação universitária”. Realço esse

---

<sup>83</sup> Ibid, pp. 7-8.

<sup>84</sup> Ibid, p. 8.

<sup>85</sup> Ibid.

ponto, como uma significativa representação do esforço travado pelos conselheiros para repensar a USP em seus mínimos detalhes.

Embora a discussão estivesse posta em termos conceituais, já surgiam conflitos, como foi o caso do debate sobre o Item II<sup>86</sup>: “Nenhum Instituto se constituirá tendo em vista a formação completa de um profissional, ainda que cada um contribua, em sua área de conhecimentos, para a formação de profissionais”<sup>87</sup>. Essa formulação definia dois pontos que afetavam diretamente as faculdades profissionais tradicionais, como a Medicina, Politécnica e Direito. O primeiro ponto é que a proposta assim formulada determinava a perda das matérias básicas, que fortalecia a integração da universidade em detrimento da autonomia das faculdades tradicionais. O outro ponto está contido na constituição da universidade por institutos, não apenas estruturalmente, de modo que instituições antigas, como a Faculdade de Medicina ou Escola Politécnica, perderiam seu relativo isolamento, como seus próprios nomes, e ficariam no mesmo nível dos demais institutos da Universidade de São Paulo.

Em razão desses pontos, o diretor da FM-SP, João Alves Meira, reforçou a necessidade de haver um maior cuidado no tratamento da questão das faculdades. Retomando o Memorial Ferri, afirmou que não se poderia atropelar a estrutura das faculdades existentes, “verificando, do exposto, que uma ou outra Faculdade da Capital poderá conservar sua estrutura e localização”<sup>88</sup>. Outro diretor de faculdade profissional, Antônio Adamastor Corrêa, também se opôs, afirmando que não se deveria extinguir as faculdades.

Havia um consenso, entretanto, a respeito do *espírito* que deveria guiar a reforma. Sobre o Item IV, o conselheiro Eurípedes Malavolta, para ponderar a questão de alterações no currículo, defendeu que o cerne deveria ser “a melhor utilização dos recursos pessoais e materiais da Universidade de São Paulo, para que acolha maior número de alunos e **forme maior número de profissionais**”<sup>89</sup> [grifo nosso]. Ainda que o conselheiro não tenha mencionado eficiência,

---

<sup>86</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 10 set. 1968, livro 34, 604ª sessão, p. 2.

<sup>87</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 09 set. 1968, livro 34, 603ª sessão, p. 7.

<sup>88</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 10 set. 1968, livro 34, 604ª sessão, p. 3.

<sup>89</sup> *Ibid.*

modernização ou termos correlatos, sua fala denota o imperativo de pautar a reforma para a eficiência na formação em massa de profissionais.

Esse tópico expõe, ainda, outro conflito: a disputa entre centralização e descentralização do poder decisório. A proposta de Hélio Lourenço concedia um enorme poder para a Câmara Curricular na estrutura universitária. Se a USP seria composta de institutos, os quais não poderiam, sozinhos, formar profissionais, tornava-se necessário que os discentes construíssem suas formações em dois ou mais institutos. Dessa forma, seria necessário conectar as disciplinas entre os diferentes institutos, o que caberia à Câmara Curricular. Essa estrutura permitiria que os alunos percorressem as diferentes disciplinas, contidas nos diferentes institutos para construir currículos dos mais variados, tornando a universidade capaz de formar profissionais com diversas formações acadêmicas e possibilitando a criação de formações não previstas nas grades curriculares fechadas, em uma faculdade ou escola, como então era feita.

Antônio Adamastor Corrêa, diretor da Faculdade de Odontologia, definiu-se de maneira antagônica a essa centralização, propondo que cada instituto tivesse a sua própria Câmara. Corrêa, com essa posição, mantinha-se coerente com suas outras manifestações, todas marcadas pela tentativa de manter a independência das faculdades profissionais tradicionais. Viu-se contraditado, contudo, por Hélio Lourenço de Oliveira e por Oswaldo Fadigas Fontes Torres, o qual, mesmo pertencendo a uma faculdade profissional, a Poli, declarou que houvesse alguma centralização nas decisões sobre as disciplinas, pois, em caso contrário, “haverá um colapso de tudo”<sup>90</sup>.

A própria constituição das disciplinas a serem oferecidas nos departamentos acabou se tornando, afinal, um debate ligado ao mercado de trabalho. O conselheiro Adolpho Ribeiro Netto, Faculdade de Veterinária, defendendo a centralização do planejamento das disciplinas no âmbito da Câmara Curricular, afirmou que: “Dada a diversificação profissional em Institutos, é preciso pensar na estrutura da Câmara Curricular, que deverá ter sessões para a elaboração dos currículos, para **a formação de profissionais**”<sup>91</sup> (grifo nosso).

---

<sup>90</sup> Ibid, p. 5.

<sup>91</sup> Ibid, p. 6.

Nesse mesmo sentido seguiu o representante dos professores associados, Eduardo Moacyr Krieger, ao afirmar que “toda a reestruturação está baseada no profissional e visa formar o maior número deles nas Faculdades já existentes”<sup>92</sup>. Seu argumento foi reforçado por Antônio Adamastor Corrêa e Elza Salvatori Berquó, professora da FHSP, que reconheceram ser imprescindível que na Câmara Curricular houvesse um “representante profissional”, externo à universidade.

Na mesma sessão 604<sup>o</sup>, o Co organizou-se em dois grupos, um para cada item da proposta. A ideia era que cada grupo construísse um projeto concreto para o item designado e que houvesse um confronto entre as propostas. A composição dos grupos foi a seguinte<sup>93</sup>:

Itens I e II – 1<sup>o</sup> grupo: Erwin Theodor Rosenthal (então diretor da FFCL), Eduardo Moacyr Krieger (FM-RP), José Moura Gonçalves (diretor da FM-RP). 2<sup>o</sup> grupo: Maria Rosa Souza Pinheiro (diretora da EE), Antônio Adamastor Corrêa (diretor da FO-SP), Eurípedes Simões de Paula (representante da Congregação da FFCL).

Item III – 1<sup>o</sup> grupo: Orlando Marques de Paiva (diretor da FV-SP), Eurípedes Malavolta (diretor da ESALQ), Luiz Ferreira Martins (vice-diretor da FO-Ba). 2<sup>o</sup> grupo: Paulo de Toledo Artigas (diretor da FO-Ba), Rubens Lima Pereira (diretor da EE-SC), Martha Vannucci (representante dos institutos, FFCL).

Item IV – 1<sup>o</sup> grupo: Antônio Barros de Uihôa Cintra (FM-SP), Gleite de Alcântara (EE-RP), Hélio Lourenço de Oliveira (representante da Congregação FM-RP). 2<sup>o</sup> grupo: Elza Salvatori Berquó (FHSP), Adolpho Ribeiro Netto (FV-SP), José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira Filho (IAG).

Item V – 1<sup>o</sup> grupo: Paulo Carvalho Ferreira (Instituto de Química), Lucio Penna de Carvalho Lima (professor do Instituto de Farmácia e Bioquímica), José Ferreira Fernandes (FM-SP). 2<sup>o</sup> grupo: Achille Bassi (professor EE-SC), Antônio

---

<sup>92</sup> Ibid.

<sup>93</sup> Ibid, p. 13.



Guimarães Ferri (diretor da ECC), Admar Cervellini (representante da Congregação da ESALQ).

Os projetos desses grupos foram levados à consideração dos conselheiros na 606ª sessão<sup>94</sup>. O trabalho do Co desenvolveu-se na seguinte dinâmica: cada conselheiro defendia o projeto de seu grupo, e em seguida o Conselho confrontava suas semelhanças e divergências. Dava-se a oportunidade para que quaisquer outros conselheiros apresentassem emendas ou alterações do texto. Por fim, as semelhanças, divergências e propostas seriam votadas para constituir a estrutura dos itens.

### **III. 2. Os projetos que dão vida à reforma**

Partindo de indicação do conselheiro Luiz Ferreira Martins, o Co deu início aos trabalhos pelo Item III<sup>95</sup>. Este versava sobre a constituição de cada *campus* da USP, seus órgãos e respectiva composição; as necessidades mínimas para que se constituísse um *campus*. Além da elaboração da estrutura central da Universidade de São Paulo, tanto sobre a composição do Conselho Universitário, Câmara Curricular, quanto sobre as conexões a serem estabelecidas entre os *campi* e a administração central. Nesse caso, em vista das semelhanças, ambos os grupos acabaram formando apenas um parecer. A proposta do Item III, todavia, previa que o reitor e o vice-reitor seriam eleitos em votação interna, estando todos os docentes em estágio final da carreira aptos a votar, e o docente com maior número de votos se elegeria. Ou seja, assim se excluiria o poder de o governador escolher a reitoria, indo ao encontro do anseio por mais autonomia universitária. Contudo, o conselheiro Reynaldo Schwindt Furlanetto, da Faculdade de Odontologia, propôs que o artigo que definia a forma da eleição para reitor e vice-reitor fosse retirado do projeto para discussão posterior, tendo sido Paulo de Toledo Artigas, diretor da FO-Ba, um dos proponentes do Item III<sup>96</sup>, favorável a Furlanetto, levando à retirada do texto.

---

<sup>94</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 19 set. 1968, livro 34, 606ª sessão, p. 3.

<sup>95</sup> Não está registrado em ata que argumento o conselheiro teria usado; apenas que o Conselho aceitou a alteração.

<sup>96</sup> Não foi possível saber se o grupo do qual fazia parte já não fosse favorável à retirada desse item.

Ainda sobre a estrutura da USP, retornou à pauta a ideia de unificar o ensino superior paulista na Universidade de São Paulo, o que foi proposto por Antônio Guimarães Ferri e subscrito por Orlando Marques de Paiva e Eurípedes Simões de Paula, todos diretores, sendo os dois primeiros de faculdades profissionais. A proposta era a de que

Todo o ensino superior oficial do Estado funcione em uma única Universidade, ficando disperso em diferentes “*campi*” e que providencie legislação adequada para que as Prefeituras sejam obrigadas a colaborar na manutenção financeira da Universidade<sup>97</sup>.

O conselheiro se justificou, afirmando que assim poder-se-ia garantir a boa qualidade de todo o ensino superior no estado de São Paulo. O assunto seguiu sem que a ata tenha registrado as falas dos outros conselheiros, até que Eurípedes Malavolta reiterou que primeiro se deveria finalizar a reforma, para que depois se pensasse em tamanho empreendimento, conseguindo, por 23 votos contra seis, que a decisão fosse adiada. Todavia, o tema não voltou a ser discutido, ao menos no período abrangido nesta pesquisa.

Ainda sobre o Item III, Hélio Lourenço propôs que a definição de *campus* contivesse uma demarcação geográfica. Após aprovado, o conselheiro João Alves Meira, diretor da FM-SP, defendeu que a região de Pinheiros, bairro da cidade de São Paulo em que localizava a Faculdade de Medicina, fosse considerada um *campus*. Sua proposta sustenta-se no fato de que um *campus* detém enorme independência, o que permitiria à Faculdade de Medicina escapar, por exemplo, da perda de suas disciplinas básicas e, mesmo, de ter de se integrar aos demais como um instituto.

Essa manobra, porém, foi barrada em votação. A conselheira Elza Salvatori Berquó, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, afirmou que não havia sentido em separar os cursos da área de saúde existentes na cidade de São Paulo, o que acarretaria em maiores dificuldades para a formação dos discentes. Buscando se justificar, João Alves Meira afirmou que “por mais que se reforme[m] [os] currículos, a Faculdade de Medicina só formará médicos, pois é esse o seu único objetivo”<sup>98</sup>. Esse argumento expressa a clara oposição do diretor de uma das faculdades profissionais tradicionais, em relação a um dos

---

<sup>97</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 19 set. 1968, livro 34, 606ª sessão, p. 8.

<sup>98</sup> *Ibid.*

pilares do projeto de reforma, pelo qual nenhum instituto poderia, sozinho, formar um profissional, permitindo que em uma estrutura de institutos homogêneos, os alunos pudessem criar seus currículos de maneira flexível.

Quando o conselho retornou aos itens I e II, ou seja, sobre qual deveria ser a estrutura adotada para departamentos e institutos, fica patente uma grande divergência. O conselheiro Antônio Barros de Ulhôa Cintra deixou claro a centralidade desses itens, que correspondem à base de toda a estrutura da universidade<sup>99</sup>. Depois de longa altercação, prevalecem os argumentos de Ulhôa Cintra e Hélio Lourenço de Oliveira, de que primeiro se deveria deliberar sobre os conceitos de departamento e instituto, para depois discutir e votar projetos concretos de reformulação estatutária.

Até esse ponto do processo de reforma, a principal questão era a extinção das cátedras, que evidentemente se relaciona com a proposição da estrutura departamental. Erwin Theodor Rosenthal, diretor da FFCL, com o apoio da conselheira Maria Rosa Sousa Pinheiro, da Escola de Enfermagem, fez a proposta, que foi aprovada, sobre o que passaria a ser *departamento* na estrutura geral na USP:

Departamento será a menor unidade administrativa, didática e científica da estrutura universitária, responsável pelo desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, intimamente ligados, e que se utilizam de recursos comuns de trabalho<sup>100</sup>.

Tendo o departamento definido como a menor unidade universitária, encontrava-se implícita a extinção das cátedras, que se tornou incontornável.

Na sessão do Conselho Universitário que extinguiu a cátedra na USP, estrategicamente, estavam ausentes e, portanto, não votaram Mário Guimarães Ferri – reitor, Alfredo Buzaid – diretor da Faculdade de Direito – e Oswaldo Fadigas Fontes Torres – diretor da Escola Politécnica. A sessão foi presidida por João Alves Meira – diretor da Faculdade de Medicina, que votou contra a extinção da cátedra (CELESTE FILHO, 2013, p. 205).

O primeiro a desferir o golpe fatal nas cátedras foi Hélio Lourenço de Oliveira. Em complemento, os professores Adolpho Ribeiro Netto e José Ferreira Fernandes, respectivamente, da Faculdade de Veterinária e de Medicina, deixaram manifesto que a estrutura departamental, pela lógica, não poderia

---

<sup>99</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 20 set. 1968, livro 34, 607ª sessão, p. 2.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 3.

comportar as cátedras, pois “sendo o departamento a menor unidade na estrutura universitária, desaparecem a cátedra e o conceito vigente de disciplina integrante, subordinadas e autônomas”.<sup>101</sup>

Esta foi uma escolha estratégica, pois não se votaria diretamente a extinção das cátedras, o que poderia levantar uma maior oposição. O que se fez foi votar uma estrutura em que elas não mais caberiam. Este era um tema sensível, principalmente para os diretores das faculdades profissionais, como deixou óbvio o conselheiro Orlando Marques de Paiva, diretor da FV, que sustentou o adiamento do tema para o momento em que fosse debatida a carreira universitária, proposta prontamente descartada. Portanto, não era mais possível manter a cátedra, nem adiar a discussão. Diante disso, foi pedido a votação nominal.

No contexto de ditadura, a votação nominal poderia ser uma estratégia para coibir os votos contrários aos projetos do regime. Essa hipótese se sustenta pelo potencial de os registros se converterem em prova, uma vez que a presença do nome do votante poderia ser usada pelos órgãos policiais do governo para futuras investidas. As atas são documentos públicos, e a USP já havia experimentado investigações político-policiais, como a Operação Limpeza, em 1964 e, posteriormente, com a Assessoria de Segurança e Informação, criada pelo MEC, em 1971 (MOTTA, 2014). Ou seja, já se sabia da existência e da atividade de espiões, delatores, investigações e cassações no recinto da universidade, como fica registrado no livro *O Controle Ideológico da USP* (2018). Dessa forma, pedir votação nominal passou a ser um instrumento usado sempre que houvesse uma decisão muito importante e que existisse alguma chance de o projeto do regime ser derrotado.

Como a tática de adiamento da discussão, pelo diretor da Faculdade de Medicina Veterinária, não surtiu efeito, o diretor da Faculdade de Odontologia, Antônio Adamastor Corrêa, pediu que a votação fosse nominal. A cátedra foi extinta por 21 votos contra sete<sup>102</sup>. Votaram a favor de sua extinção os conselheiros Elza Salvatori Berquó, Rodolfo dos Santos Mascarenhas,

---

<sup>101</sup> Ibid, p. 4.

<sup>102</sup> Ibid, p. 5.

Eurípedes Simões de Paula, Erwin Theodor Rosenthal, Adolpho Ribeiro Netto, Luiz Ferreira Martins, Eduardo Moacyr Krieger, Ariosto Mila, Achilli Bassi, Paulo Carvalho Ferreira, Lucio Penna de Carvalho Lima, Eurípedes Malavolta, Admar Cervellini, Maria Rosa Sousa Pinheiro, Gleite de Alcântara, Martha Vannucci, Hélio Lourenço de Oliveira, Antônio Barros de Ulhôa Cintra, José Francisco de Camargo, José Ferreira Fernandes, Kunio Suzuki. Votaram contra a proposta Antônio Guimarães Ferri (professor da FV-SP, diretor da ECC), Orlando Marques de Paiva (diretor da FV-SP), José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira Filho (IAG), João Alves Meira (diretor da FM-SP), Telêmaco de Macedo Van Langendonck (vice-diretor da Poli), Antônio Adamastor Corrêa (diretor da FO), Reynaldo Furlanetto (FO).

Nas declarações de voto, os conselheiros Eurípedes Malavolta e Admar Cervellini, respectivamente, diretor e representante da Congregação da ESALQ, sustentaram que a cátedra era uma estrutura superada:

Votei a favor do desaparecimento do regime de cátedra por considerar que a) o mesmo já está superado, b) a nova concepção de Universidade não necessita do regime em questão para o seu funcionamento e desenvolvimento<sup>103</sup>.

Antônio Guimarães Ferri e Reynaldo Furlanetto, em contrapartida, expressaram a sua defesa do sistema de cátedras nos seguintes termos:

A cátedra é o cerne de uma vida universitária digna, garantidora da liberdade de pensamento e de expressão de cultura, a serviço da Ciência; só ela dá a responsabilidade e a autoridade necessária ao bom desenvolvimento do ensino e da pesquisa, mantendo a unidade dentro de um setor do conhecimento humano. Consideramos a extinção da Cátedra como uma das formas de destruição da Universidade, no que ela tem de mais legítimo; que a sua desaparecimento concorrerá para a perda, em tempo curto, da autonomia universitária. Como os argumentos contrários à Cátedra não nos convenceram e como a Universidade de São Paulo, com o regime de Cátedra, prestou serviços relevantes à sociedade brasileira, entre os quais ressaltamos a formação de profissionais de alto nível – técnico e cultural – manifestamo-nos pela manutenção da Cátedra<sup>104</sup>.

O argumento do medo, ou seja, que o fim da cátedra levaria ao fim da própria universidade, foi utilizado também por João Alves Meira:

Votei contra porque não reconheço na cátedra a responsável pela crise do ensino e da Universidade; [...] finalmente porque o desaparecimento da cátedra leva a uma nova organização Departamental de que não se tem experiência suficiente nos Estabelecimentos de Ensino Superior

---

<sup>103</sup> Ibid, pp. 4-5.

<sup>104</sup> Ibid, p. 5.

onde, até aqui, o Departamento tem sido estruturado no regime de cátedras e prerrogativas do catedrático, isto quer dizer, na existência de autoridade e respeito a hierarquia na carreira universitária. Expresso sinceramente minha esperança que a nova experiência venha a demonstrar ser totalmente errôneo o meu modo de pensar<sup>105</sup>.

O recurso ao medo de um futuro incerto, a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a tradição e a modernização e a tese de que a autonomia universitária poderia ruir sem as cátedras perpassam as falas de seus defensores, agora derrotados.

Na sessão de três de dezembro<sup>106</sup>, foi retomada a constituição dos departamentos e institutos. O departamento passou a ser a menor unidade da universidade, principalmente após a extinção das cátedras ter sido instituída pelo Grupo de Trabalho Federal, confirmado pela Lei 5.540/68. O conselheiro Paschoal Senise reforçou o papel do departamento para a reforma: “O Departamento é um dos pontos fundamentais da reforma. Se se pensar em **Universidade integrada**, deve-se fazer todo o trabalho através dos Departamentos”<sup>107</sup> [grifo nosso].

O termo “Universidade integrada” é frequentemente utilizado para descrever o objetivo da reforma pelo grupo mais alinhado ao projeto do vice-reitor Hélio Lourenço. A pauta sobre a configuração dos departamentos não teve nenhuma oposição, ao menos registrada em ata, por dois motivos: a lei, ao extinguir as cátedras, obrigava a criação de uma nova estrutura, e o departamento era praticamente inescapável; o embate principal não era no âmbito dos departamentos e sua composição, mas sim na perda de departamentos básicos dentro dos institutos profissionais.

Quando entra em pauta a constituição dos institutos, um fantasma continua rondando o Co:

Tenta-se transformar todas as unidades da USP em institutos; no entanto, mesmo após votações majoritárias que estabelecem homogeneidade para as diversas unidades, a divisão entre ensino básico e formação profissional retorna continuamente (CELESTE FILHO, 2013, p. 206).

---

<sup>105</sup> Ibid, pp. 5-6.

<sup>106</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 3 dez. 1968, livro 35, 627ª sessão, p. 1.

<sup>107</sup> Ibid, p. 3.

A questão, que irá colocar as faculdades científicas e as faculdades profissionais em lados opostos, está presente na fala do conselheiro Antônio Adamastor Corrêa, diretor da FO, dizendo, em nome do grupo do qual fez parte, que fosse construída uma distinção entre *Institutos Centrais*, responsáveis por estudos básicos nas diversas áreas do conhecimento humano, além da pesquisa básica e extensão; e *Faculdades e Escolas*, encarregadas dos estudos profissionais, pesquisa aplicada e extensão:

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desaparece no seu conteúdo porque é fundamentalmente básica. A Universidade de São Paulo ainda terá órgãos complementares, de natureza técnica, cultural, recreativa, de assistência e de extensão<sup>108</sup>.

Em oposição, Eurípedes Malavolta, diretor da ESALQ, ponderou que seria ideal a institucionalização radical da universidade, como proposta no Memorial Ferri e, segundo esse conselheiro, em várias propostas formuladas pelas congregações, paritárias e fóruns da USP. Em seguida, Malavolta apoia o parecer do outro grupo<sup>109</sup> que se debruçou sobre o tema.

Fica claro, portanto, que a composição dos grupos teve impacto direto no resultado da proposta, mas a ata não informa quem, e por quais critérios, definiu os grupos. Em tese, é atribuição do presidente fazer essa escolha, e nessa sessão o presidente era João Alves Meira. Todavia, a ata registra que a escolha teria sido feita em colaboração com o plenário. Assim, só é possível especular, mas compreendo que a própria composição é suscetível a estratégias de poder que visam ao controle do processo de reforma.

Retornando à discussão dos institutos, Orlando Marques de Paiva, diretor da FV-SP, se colocou contrário, reforçando o argumento de que não era necessário mudar completamente as estruturas em vista do desconhecido, sendo preferível reformar o existente. Em concordância, o conselheiro João Alves Meira, diretor da Faculdade de Medicina, evidenciou que

---

<sup>108</sup> Ibid, p. 7.

<sup>109</sup> Ressalte-se que o grupo era composto por José Moura Gonçalves, Maria Rosa de Sousa Pinheiro e Eduardo Moacyr Krieger. Ainda que não seja possível saber o posicionamento da conselheira Maria Rosa, diretora da EE, os outros membros são oriundos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que teve um posicionamento bastante radical em relação à reforma, distante da Faculdade de Medicina de São Paulo e das outras faculdades tradicionais, ao pautar uma reestruturação mais profunda.

No que se refere à questão da transformação das Faculdades, seja sob a forma de transformação em Instituto, extinção ou qualquer que venha a ser a sua modificação, quero declarar-me favorável à manutenção das Faculdades Profissionais. Reconheço a importância dos Institutos como órgãos de pesquisa e de ensino. Mas se forem aliadas as escolas profissionais vamos encontrar sérias dificuldades. [...]. Vai ser uma transformação tão radical, se desaparecer a Faculdade de Medicina, que o ensino e a formação do médico vão ser profundamente prejudicados<sup>110</sup>.

Novamente se apresenta o argumento do medo, como se a reforma mais profunda fosse, de fato, capaz de destruir a universidade. Mesmo pertencendo à mesma unidade, o conselheiro Antônio Barros de Ulhôa Cintra rebateu a fala de Meira, desmontando o temor sobre a reforma e propondo, em contrapartida, um aprofundamento do processo, afirmando não ter nenhum medo

dessa reestruturação porque ela não nos induz a destruir coisas úteis: disporemos de porta aberta para outras atividades. [...] A transformação deve ser radical e rápida [...]. Uma universidade reestruturada possibilitará, inclusive, e isso é muito importante, a **participação dos alunos** em todas as suas atividades<sup>111</sup> [grifo nosso].

É a primeira vez que se coloca indubitavelmente a intenção de reformar a universidade, a fim de que a participação dos alunos pudesse ser mais efetiva, o que intensificava a oposição às faculdades tradicionais – mesmo que Ulhôa Cintra pertencesse a uma delas –, contrárias a essa possibilidade.

O debate se desenrolou sem que as falas houvessem sido transcritas, até que o conselheiro Reynaldo Schwindt Furlanetto, professor da Faculdade de Odontologia, consolidou o que propunha Antônio Adamastor Corrêa, defendendo que houvesse duas estruturas a congregar departamentos: o Instituto, com a pesquisa e o ensino básico, e as Faculdades e Escolas, com a parte profissional. Tal proposta foi derrotada por 21 a nove, sem que tenha havido votação nominal. No fim, a proposta vencedora, formulada em conjunto pela conselheira Maria Rosa Sousa Pinheiro – diretora da Escola de Enfermagem – e Eurípedes Malavolta – diretor da ESALQ – tinha a seguinte redação: “Os Institutos, formados por conjuntos homogêneos de Departamentos, serão as grandes unidades constitutivas dos “campus”, organizadas em função da classificação de suas atividades”<sup>112</sup>.

---

<sup>110</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 20 set. 1968, livro 34, 607ª sessão, p. 9.

<sup>111</sup> *Ibid.*

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 11.



A “vitória” dos que propunham a institucionalização total da universidade pode ser pensada em duas perspectivas: esse texto ainda não era o estatuto, mas um projeto que daria base ao texto final, e que, portanto, poderia ser mudado, como será visto. Além disso, o próprio texto vencedor permitia que as instituições fossem “organizadas em função da classificação de suas atividades”, sem que se houvessem definido essas atividades organizadoras. Isso daria uma considerável brecha para os defensores de uma reforma conservadora que mantivesse as faculdades tradicionais.

Ainda sobre os institutos, o conselheiro Eduardo Moacyr Krieger, professor da FM-RP, fez a seguinte proposta substitutiva à que o grupo de trabalho havia apresentado: “Para cada “campus” será organizada a lista dos Institutos dentro do critério de melhor e mais racional aproveitamento dos recursos humanos e materiais existentes nos Departamentos”<sup>113</sup> [grifo nosso]. Nota-se a influência do pensamento modernizante, que coloca como diretriz uma reforma “racional”. Outro ponto, mais sutil, é que a proposta do grupo de trabalho dava para cada *campus* a prerrogativa de escolher seus institutos integrantes, enquanto Krieger defendia uma centralização maior do Conselho, responsável pela criação de cada instituto dos *campi*. Trata-se de outra face do conflito, dentro do CO, entre centralistas, ligados aos institutos básicos e os descentralistas, ligados às faculdades profissionais.

O conselheiro Oswaldo Fadigas Fontes Torres colocou-se frontalmente em oposição ao posicionamento da maioria. Segundo o diretor da Politécnica, não se poderia pensar em constituir institutos sem antes terem-se definido os departamentos. Apenas a partir dessa construção se aglutinariam os departamentos em institutos. Segundo o conselheiro,

o Conselho já aprovou que a unidade será o Departamento, que os Institutos serão formados por conjuntos homogêneos de Departamentos. Agora quer que se fixe os Institutos, extirparam as disciplinas e as cátedras e os Departamentos afins passaram a constituir Institutos. Agora inverte-se o processo; o Conselho Universitário vai fixar, baseado não se sabe em que, a lista dos Institutos. A proposta como está posta é inaceitável, pois contraria a lógica<sup>114</sup>.

---

<sup>113</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 23 set. 1968, livro 34, 608ª sessão, p. 1.

<sup>114</sup> *Ibid*, p.2.

Hélio Lourenço de Oliveira e Elza Salvatori Berquó propuseram, em resposta, a criação de uma Comissão Especial para construir um projeto concreto sobre quais seriam os institutos componentes da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira. Ficou decidido que caberia ao presidente da sessão a escolha dos nomes. Esse era Alfredo Buzaid, que, dentre três dezenas de conselheiros, escolheu Oswaldo Fadigas Fontes Torres como um dos três membros. Durante a sessão, o diretor da Faculdade de Direito não defendeu nenhuma posição, mas o fato de ter escolhido o diretor da Politécnica para uma Comissão Especial que abordaria um tema sobre o qual esse mesmo conselheiro havia se manifestado contrariamente pode ser interpretado como uma estratégia para buscar controlar o processo de institucionalização da USP. Outro escolhido foi Antônio Adamastor Corrêa – diretor da Faculdade de Odontologia –, ou seja, de três membros, dois pertenciam às faculdades profissionais, que se opunham a uma institucionalização radical.

Ainda a respeito da constituição dos institutos, o conselheiro Antônio Guimarães Ferri, diretor da ECC e ex-diretor da Faculdade de Veterinária, propôs o adiamento da votação sobre o conceito que definiria que “Nenhum Instituto se constituirá tendo em vista a formação completa de um profissional, ainda que cada um contribua, em sua área de conhecimento, para a formação de profissionais”<sup>115</sup>. O conselheiro também intercedeu pelo adiamento (proposta que será rejeitada por 15 a 14), para que retornasse quando a Comissão Especial tivesse finalizado sua proposta para os institutos. Teve o apoio de Oswaldo Fadigas Fontes Torres, que novamente mostrou seu descontentamento quanto aos rumos que o Co estaria tomando:

[esta proposta] tem caráter restritivo. Imprimir caráter restritivo aos Institutos, proibindo que eles formem profissionais, é contrário à Universidade, principalmente quando se acena com a constituição de novos currículos. Impedir um Instituto de formar profissional é voltar àquele tema de que a Universidade não deve dar formação profissional. O Brasil precisa de profissionais bem formados. O que se propõe é a anti-reforma<sup>116</sup>.

A visão majoritária no Conselho era a da necessidade e premência de “modernização” e “eficiência”, tendo como base principal a formação de

---

<sup>115</sup> Ibid, p. 5.

<sup>116</sup> Ibid.

profissionais. Inclusive, a concepção de que a formação de um profissional não pudesse ser feita em um só instituto, como sempre teria sido feito<sup>117</sup>, ia exatamente nesse sentido. Portanto, a crítica do diretor da Politécnica, de que se defendia uma reforma em que “a universidade não deve[ria] formar profissionais” não se sustenta nas falas de outros conselheiros.

Diante disso, o conselheiro Hélio Lourenço de Oliveira explicou o argumento que sustentaria a redação da proposta:

Quanto à adequação da forma, julga que esta está suficientemente clara quando se diz “Nenhum Instituto se constituirá tendo em vista a formação completa de um profissional...”. Não se pode deduzir daí que um Instituto não possa dar formação completa a um tipo de profissional; se um estudante encontrar, dentro de um Instituto, todas as disciplinas para a sua formação profissional, poderá permanecer apenas nesse Instituto. Assim, desde que o seu currículo o permita, pode um Instituto formar um profissional. Todavia, não será constituído para, obrigatoriamente, ter em vista a formação completa de um tipo profissional. A redação é adequada no sentido de exprimir essa ideia básica<sup>118</sup> [grifo nosso]

Por fim, foi aprovado o substitutivo da conselheira Martha Vennucci, professora da FFCL: “Os institutos serão constituídos tendo em vista contribuir em sua área de conhecimentos para a formação de profissionais, sem se constituir tendo em vista a formação completa de um profissional”<sup>119</sup>. Essa proposta teve votação nominal, pedida pelo próprio conselheiro Oswaldo Fadigas Fontes Torres, estando novamente ele e Antônio Adamastor Corrêa contrários à proposta.

Tanto o Memorial Ferri, quanto parte dos conselheiros, propunham que todas as unidades da USP levassem a nomenclatura “Instituto”, como forma de uniformizar toda a estrutura da universidade. Isso é abordado na mesma sessão 608<sup>o</sup>, quando novamente o diretor da Politécnica, Oswaldo Fadigas Fontes Torres, afirmou que a reforma deveria ser na mentalidade, mas sem alterar os

---

<sup>117</sup> A formulação de que um instituto não poderia formar sozinho um profissional buscava combater o clássico isolamento das faculdades profissionais tradicionais. Ao entrar na Faculdade de Direito, o aluno se formava advogado sem nunca ter necessitado fazer um curso em outra unidade da USP, o que contribuía para uma universidade fragmentada.

<sup>118</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 23 set. 1968, livro 34, 608<sup>a</sup> sessão, p. 6.

<sup>119</sup> *Ibid*, p.7.

nomes de algumas faculdades de prestígio internacional. Segundo afirma o conselheiro, isso não seria nem ética nem legalmente correto<sup>120</sup>.

A proposta de uniformização de nomenclatura foi trazida para o Co por Hélio Lourenço de Oliveira, professor da FM-RP. Na mesma proposição, o conselheiro acrescentou que: “na organização dos institutos do ‘campus’ será obedecido o princípio da não duplicação de órgãos do mesmo conteúdo e objetivo universitários”<sup>121</sup> tendo sido aprovada. Essa proposta apoiava-se em crenças consolidadas sobre a forma de reestruturação do ensino superior. A oposição do diretor da Politécnica se deu, não apenas pela perda do nome Escola Politécnica, mas em relação à perda de matérias básicas, o que acarretaria a integração das engenharias à universidade e, conseqüentemente, à perda de poder político das faculdades tradicionais profissionais na USP<sup>122</sup>.

O Item V, que buscou definir a carreira docente, avançou sem grandes problemas, inclusive, tendo sido aprovada a proposta da conselheira Martha Vannucci, com apoio de Hélio Lourenço de Oliveira e Eurípedes Malavolta, que definia uma única carreira docente na USP, “obedecendo ao princípio de integração de ensino, pesquisa e extensão”<sup>123</sup>.

A divergência de fato estava na dedicação exclusiva, isso porque colocava as faculdades tradicionais profissionais e as faculdades científicas em lados opostos. A primeira defendia que a dedicação exclusiva fosse de opção do docente, não sendo obrigatória, resultado do fato conhecido de que muitos médicos, advogados e engenheiros atendiam em estabelecimentos próprios, trabalhavam em grandes empresas e tinham na docência, em certos casos, uma ponte para alavancar seus nomes ou um complemento de renda. Já o segundo grupo, das faculdades científicas, defendia a obrigatoriedade da dedicação exclusiva, entendendo ser necessário a todos os professores, posto que a docência na USP tinha a pesquisa e o ensino como indissociáveis, terem a

---

<sup>120</sup> Ibid, p. 9.

<sup>121</sup> Ibid.

<sup>122</sup> O tema seguinte foi a definição de currículo. Esse tema e alguns outros não foram analisados, pois as atas não contém material interessante, seja por falta de informação transcrita, seja, como é o caso do currículo e das disciplinas, seja por não estarem diretamente relacionados ao escopo desta pesquisa.

<sup>123</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 30 set. 1968, livro 34, 610ª sessão, p. 5.

universidade como foco absoluto. A resolução é adiada, uma vez que o Co não estava, nesse momento, conseguindo chegar a uma decisão.

Ao retomar o tema<sup>124</sup>, aprofunda-se a divisão entre as faculdades profissionais e científicas. O conselheiro Alfredo Buzaid é o primeiro a manter um discurso forte contra a dedicação exclusiva como única categoria para os docentes, argumentando, inclusive, que isto seria inconstitucional<sup>125</sup>. Juntaram-se a ele Oswaldo Fadigas Fontes Torres<sup>126</sup> e José Almeida Junqueira Nogueira Filho, respectivamente diretor da Poli e representante do Instituto de Astronomia e Geofísica, este último, afirmando que “Há certas disciplinas que não poderia ser ministradas em Escolas como, por exemplo, Politécnica, Direito, etc., por quem não tenha exercício profissional”<sup>127</sup>.

O assunto se estende repisando os mesmos argumentos: do lado das faculdades profissionais, a necessidade de haver regimes flexíveis, para que os docentes pudessem expandir seus conhecimentos no exercício profissional externo, e que a universidade pudesse manter os professores que, do contrário, prefeririam abandonar a docência pelo baixo salário. De outro lado, os docentes das faculdades científicas defendiam que a essência da universidade é a pesquisa e o ensino, não podendo ser uma forma de renda extra e nem o simples aumento de currículo profissional.

A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, novamente, se distancia de sua congênere paulistana, pois tanto Eduardo Moacyr Krieger quando José Moura Gonçalves<sup>128</sup> colocaram-se contra a existência de formas flexíveis de carreira docente, defendendo que apenas com dedicação exclusiva seria possível expandir a qualidade dos trabalhos universitários. Ao fim da discussão, a dedicação exclusiva foi aprovada, por 21 votos a 14, como única possibilidade de carreira docente<sup>129</sup>, caracterizando uma insuspeita vitória das faculdades científicas sobre as profissionais tradicionais.

---

<sup>124</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 04 nov. 1968, livro 35, 620ª sessão, p. 10.

<sup>125</sup> *Ibid*, p. 11.

<sup>126</sup> *Ibid*, p. 12.

<sup>127</sup> *Ibid*, p. 13.

<sup>128</sup> *Ibid*, p. 15.

<sup>129</sup> *Ibid*, p.17.

### III. 3. A luta pela autonomia universitária e o controle do movimento estudantil

No efervescente ano de 1968, conflitos vários ocorreram entre a Faculdade de Filosofia, localizada na rua Maria Antônia, e alunos da faculdade Mackenzie. Um confronto entre estudantes, ocorrido no dia 2 de outubro e que teve a morte de um secundarista, foi levado à sessão seguinte do Co por Eurípedes Simões de Paula<sup>130</sup>. Após um breve relato, o conselheiro afirmou que não havia convocado a polícia, pois “poderiam ocorrer muitas mortes”<sup>131</sup>. Em apoio a atitude do conselheiro, Antônio Barros de Ulhôa Cintra fez uma importante defesa da autonomia universitária:

a Universidade de São Paulo precisa ter autoridade e assumir a responsabilidade para resolver a presente crise, sem ser necessário apelar às autoridades governamentais, porque, se isso acontecer, estaremos entregando a nossa autonomia. A Universidade tem que ser livre aqui e em qualquer parte do mundo<sup>132</sup>.

Na sequência, o conselheiro Eduardo Moacyr Krieger, professor da FM-RP, reforçou o discurso de Ulhôa Cintra, apelando para que a reitoria e o Co tomassem a situação como prioritária e que tudo fosse feito para reforçar a autonomia universitária. Essa reação expunha as diferentes maneiras de encarar o movimento estudantil na USP. Poucos meses antes da sessão, o conselheiro Alfredo Buzaid, como diretor da Faculdade de Direito, havia convocado a polícia para entrar no Largo São Francisco e retirar à força os alunos em greve, outro exemplo ocorreu quando diretor da Faculdade de Filosofia, Erwin Theodor Rosenthal, havia esboçado a ideia de convocar a polícia para retirar estudantes manifestantes, sem obter apoio.

A questão *autonomia universitária* é um dos temas centrais em um contexto ditatorial, em que as fronteiras do poder e da legalidade estão borradas. Em resposta aos “problemas” causados pelo movimento estudantil, inclusive, sobre uma ameaça de nova invasão à reitoria, o presidente da sessão, conselheiro João Alves Meira, fez a seguinte defesa:

---

<sup>130</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 7 out. 1968, livro 34, 612ª sessão, p. 3.

<sup>131</sup> *Ibid.*

<sup>132</sup> *Ibid.*, p. 4.

Primordialmente, o Conselho, face à gravíssima situação da Universidade de São Paulo, deve tratar de resolver a crise [dos conflitos estudantis e invasões dos prédios universitários]; assim, deve decidir qual a posição que vai tomar. Como Professor e Diretor da Faculdade de Medicina e como membro do Conselho acho que devemos reconhecer que os estudantes da Universidade de São Paulo, na sua maioria se acham empenhados em estudos e trabalhos e a estes, como professor, deve emprestar o seu apoio, reconhecendo-os como verdadeiros estudantes. E um grupo menor, afastado de seus estudos, vem trazendo interrupções contínuas às aulas, em várias Instituições, fazendo ameaças e realizando ataques às Faculdades e aos prédios e instalações, causando danos ao patrimônio da Universidade de São Paulo. Estes alunos não podem receber mais do que uma manifestação de censura. Estão trazendo intranquilidade<sup>133</sup>.

O discurso do diretor da Faculdade de Medicina retoma um argumento bastante utilizado pelos adversários do movimento, de que os manifestantes eram a minoria absoluta, existindo uma divisão entre bons e maus alunos (BRAGHINI, 2010). Esse argumento pode até representar a realidade de que um pequeno número de discentes da USP efetivamente fazia as invasões, greves e ocupações, mas não se poderia afirmar que apenas uma minoria estivesse contrária ao modo como a reitoria conduzia a reforma. O discurso não apenas buscava a despolitização da classe estudantil, como interditava qualquer espaço de diálogo com os “maus alunos”, posto que, segundo o conselheiro João Alves, esses nem mesmo deveriam ser considerados alunos, o que abria a porta para expulsões.

A punição aos “maus alunos” foi aventada por Oswaldo Fadigas Fontes Torres e José Francisco de Camargo, respectivamente diretores da Politécnica e da Faculdade de Economia, que sugeriram lançar mão do Regimento Disciplinar, que permitia punições mais severas aos discentes, dispositivo cuja retirada já havia sido proposta pelo vice-reitor Mário Guimarães Ferri<sup>134</sup>. Na sequência, diante da ameaça de invasão da reitoria, o conselheiro Reynaldo Schwindt Furlanetto afirmou que o reitor em exercício deveria solicitar às

---

<sup>133</sup> Ibid, p. 4-5.

<sup>134</sup> Na sessão do dia 03 de julho, o vice-reitor Mario Guimarães Ferri, ausente no momento, enviou um pedido para que a Portaria nº 373, de 04 de julho de 1967, fosse encerrada, argumentando que com isso seria possível uma aproximação com o movimento estudantil. O presidente da sessão naquela ocasião, Alfredo Buzaid, não o colocou em votação, o que permitiu a manutenção da portaria, denominada Regimento Disciplinar. Esse documento estipulava proibições e punições a atos cometidos por discentes. No artigo 2º, inciso V, por exemplo, ficava vedado aos alunos “praticar ato atentatório à moral e aos bons costumes”, com punição de suspensão. Outro exemplo é o inciso III, do artigo 1º, exigindo “tratar com o devido respeito os docentes da Universidade e as Autoridades do Poder Público”, a despeito da indefinição do que seria o “devido respeito”, cujo descumprimento poderia levar à expulsão.

autoridades a proteção ao prédio da reitoria, em outras palavras, a permissão para que a polícia entrasse na cidade universitária para impedir a ocupação do prédio onde ocorreria a sessão do Conselho Universitário.

Diante do alerta feito por Eduardo Moacyr Krieger, FM-RP, e Antônio Adamastor Corrêa, diretor da FO, de que os conselheiros estavam pensando mais na punição do que na resolução do problema em sua origem, Elza Salvatori Berquó asseverou ser contrária à convocação da polícia, visto que essa decisão “enfraqueceria demais sua posição [a do reitor em exercício] e o afastaria dos alunos”<sup>135</sup>. A conselheira propôs a criação de um órgão específico, constituído principalmente por psicólogos, para dialogar com os estudantes e levar suas demandas aos conselheiros. Na mesma linha, Antônio Barros de Ulhôa Cintra sustentou ser oposição à convocação de policiais ou à expulsão de alunos, defendendo o diálogo, pois “a mocidade precisa ser melhor orientada”<sup>136</sup>.

Ao fim, a possibilidade de convocação da polícia foi rejeitada, bem como a proposta de cancelar a sessão até que o suposto perigo de invasão da reitoria passasse. Em outras palavras, a sessão girou em torno de debater o que era necessário ser feito; todavia, a única decisão foi a de solicitar ao reitor licenciado, Luís Antônio da Gama e Silva, que retomasse o cargo, pois, segundo Oswaldo Fadigas Fontes Torres, um dos problemas da universidade era a ausência da autoridade representada pelo reitor<sup>137</sup>.

A sessão torna patente a completa incompreensão dos conselheiros quanto às demandas dos estudantes, uma vez que as propostas se resumiam à convocação da polícia, ao uso de dispositivos legais para punição e ao silenciamento dos estudantes. Enquanto um lado entendia a defesa da autoridade do Conselho Universitário mediante o silenciamento violento e repressivo, o outro, ao propor a mediação de psicólogos, ou a postular que os discentes só estariam se mobilizando por falta de “orientação”, propunha uma

---

<sup>135</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 7 out. 1968, livro 34, 612ª sessão, p. 6.

<sup>136</sup> *Ibid*, p. 7.

<sup>137</sup> Depois desse pedido, o Ministro da Justiça afirmou que não voltaria ao cargo de reitor. Isso porque acreditava que o Conselho Universitário tinha suficiente autoridade para lidar com os problemas da USP e porque seu trabalho no ministério tinha uma importância nacional, o que superava as demandas específicas da Universidade de São Paulo.



modalidade de diálogo que despolitizasse os estudantes, silenciando-os a partir de uma relação desigual.

Em nenhum momento, nas atas, identifica-se um esforço de entender as demandas estudantis. Nenhum conselheiro propôs ouvir os estudantes de maneira direta, trazê-los para a sessão do Conselho ou compreender as motivações das violentas mobilizações que ocupavam os prédios da universidade. Celeste Filho (2013, p. 173-4) afirma que havia então uma

aversão estudantil a qualquer mediação entre o conjunto dos estudantes e as autoridades universitárias. [...]. Essa ideia de democracia sem intermediação, sem representantes, com participação direta, inspirada na Revolução Cubana e na Revolução Cultural na China, foi levada a consequências extremas pelo movimento estudantil francês nos acontecimentos então recentes de maio de 1968.

### **III. 4. A saída do vice-reitor e a eleição de Hélio Lourenço de Oliveira**

No dia 8 de outubro<sup>138</sup>, o vice-reitor em exercício e diretor da Faculdade de Filosofia, conselheiro Mário Guimarães Ferri, pediu exoneração do cargo, abrindo o processo de escolha da lista tríplice a ser submetida ao governador.

A votação ocorreu em três turnos, até que os três membros da lista alcançassem o quórum mínimo. No primeiro turno<sup>139</sup>, ninguém alcançou o número, tendo Hélio Lourenço de Oliveira ficado em primeiro lugar, com vinte votos<sup>140</sup>. Na mesma votação, Alfredo Buzaid recebeu apenas seis votos. Em um segundo escrutínio<sup>141</sup>, Hélio, novamente em primeiro lugar, angariou os 21 votos necessários para entrar na lista tríplice, ficando Alfredo Buzaid com dois votos. Por fim, no terceiro turno<sup>142</sup>, ficaram em segundo e terceiro lugar na lista, Eurípedes Malavolta, diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, e João Alves Meira, diretor da Faculdade de Medicina da cidade de São Paulo,

---

<sup>138</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 8 out. 1968, livro 34, 613ª sessão.

<sup>139</sup> *Ibid*, p. 12.

<sup>140</sup> No momento, Hélio Lourenço de Oliveira estava no Rio Grande do Sul, em um congresso, o que torna sua eleição uma amostra do movimento que o Co fazia em direção à autonomia em relação aos candidatos mais claramente alinhados ao regime.

<sup>141</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 8 out. 1968, livro 34, 613ª sessão, p. 12.

<sup>142</sup> *Ibid*, p. 13.

ficando sem votos o conselheiro Buzaid<sup>143</sup>. Com a lista tríplice formada, os nomes foram enviados ao governador. Havia claramente uma pressa na escolha do vice-reitor que, naquele momento, seria o presidente do Conselho Universitário a coordenar os trabalhos da reforma.

Segundo Celeste Filho (2013, p. 211) Hélio Lourenço “foi o mais votado por ter fornecido a lógica de discussão da reforma da USP”. Essa ideia é reforçada pelo conselheiro Eduardo Moacyr Krieger, para quem, em entrevista dada a Gnecco (2005), a vitória de Hélio deveu-se a sua atuação forte no processo da reforma e pela rede de apoio político que lhe era favorável:

Ele [Ulhôa Cintra] estava apoiando a Reforma e as mudan... Ele não... participou do dia a dia da Reforma, certo? Mas, ele dava total apoio, tanto que, foi ele que digamos, assegurou a escolha do Hélio Lourenço... A escolha pelo governador... O Hélio Lourenço tinha prestígio no Conselho Universitário. Foi eleito pelo Conselho, porque tinha uma... presença e uma atuação no Conselho, muito bom, mas o fato de... estar ligado ao Ulhôa Cintra, é que facilitou que o governo o escolhesse (GNECCO, 2005, v. 2, p. 111).

Isso revela o quanto Hélio Lourenço de Oliveira estava conectado ao grupo político de Antônio Barros de Ulhôa Cintra, que se colocava como oposição ao grupo liderado pelo reitor Gama e Silva. Segundo Gnecco (2005, v. 1, 136),

Hélio Lourenço de Oliveira era da mesma Unidade de Zeferino Vaz, adversário de Gama e Silva nas eleições de 1963 e 1966 para a Reitoria – a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Também era amigo, colega e ex-orientando de Ulhôa Cintra na Faculdade de Medicina de São Paulo, outro adversário de Gama e Silva, com quem houvera conflitado após a sucessão em 1963/1964 e sido adversário também na eleição de 1966.

Hélio Lourenço foi eleito, a despeito de sua oposição ao reitor e Ministro da Justiça, talvez em razão da influência que Ulhôa Cintra, como secretário de educação do governo Abreu Sodré, tinha sobre o chefe do executivo estadual. Além disso, pela importância inquestionável que Lourenço de Oliveira teve na construção dos passos iniciais da reforma da USP e, como igualmente esclarece o conselheiro Moacyr Krieger (GNECCO, 2005, v. 2, p. 114), pela intenção de barrar a influência do Governo Federal, que buscava interferir nos caminhos da reforma:

---

<sup>143</sup> Explícito os votos de Buzaid, para que adiante se possa comparar o resultado de sua eleição para vice-reitor, após a cassação do conselheiro Hélio Lourenço.

**José Roberto** – O senhor falou que havia pressão do Governo Federal, sobre o governador Abreu Sodré...

**Eduardo Krieger** – Não! Deu para neutralizar o Abreu Sodré, não avisaram que queriam o Buzaid, não é? Quando... entrou o Hélio, foi muito rápido, entendeu? Foi uma tarde lá, que houve a votação e, ele já de noite nomeou o Hélio.

O próprio Hélio Lourenço de Oliveira (2016, p. 28) demonstra essa estratégia em seu livro de memórias: “O conselho havia tomado conhecimento da demissão do reitor em exercício pela manhã e votaram na tarde do mesmo dia. Sem tempo para pressões ou grandes conchavos”.

Não apenas o trâmite apressado ajudou a eleger Hélio Lourenço, mas era de interesse do próprio Abreu Sodré diminuir a influência de Gama e Silva. Os dois se enfrentavam politicamente desde a eleição para vice-reitor de 1967, na qual o nome de Lourenço de Oliveira também estava na disputa, porém, acabou vencendo o nome escolhido por Gama e Silva, Mário Guimarães Ferri (OLIVEIRA, 2016).

Valendo-se de conexões políticas próximas ao governador e fazendo o processo correr rapidamente, Hélio Lourenço foi eleito vice-reitor, em 1968. Essa estratégia de agilizar o processo se fez necessário, posto que Hélio Lourenço era considerado um “radical” pelo regime militar, o que o levaria à cassação, em 1969. A imagem de “radical” fica patente na fala do conselheiro Antônio Adamastor Corrêa:

Acho que ele [Hélio Lourenço] foi favorável [à integração da Faculdade de Educação Física na USP]. O Hélio Lourenço era outro indivíduo de nível muito bom, nível alto e “tal”, mas ele, naquela época... problemas políticos... Ele era **de um grupo mais radical**, não é? [...] eu me dava muito bem com o Buzaid, com o... me dava com o Gama e Silva, não é? E eu participei na Universidade, fazendo companhia pró-Buzaid... (Gnecco, v. 2, p. 36. Grifo nosso).

No decorrer das sessões após a vitória de Hélio Lourenço de Oliveira, os debates se mantiveram amplos e minuciosos. A dinâmica das sessões pouco se alterou, ou seja, os temas continuaram a ser debatidos ponto a ponto, todos os conselheiros argumentavam, propunham, votavam e manifestavam apoio ou oposição ao que era aprovado. A nomeação de Hélio Lourenço não foi, portanto, um divisor de águas no Conselho. Sua verdadeira importância se deu ao fato de o reitor utilizar sua posição e seu prestígio para proteger o quanto pôde, em tempos cada vez mais radicalizados e opressivos, a autonomia e independência do Conselho Universitário em seu trabalho de reforma. Diferentemente da fase

anterior em que, com a doença de Mário Ferri e suas constantes ausências, a presidência do Co era bastante inconstante, o reitorado de Lourenço foi marcado por sua presença ativa.

O primeiro tema do reitor em exercício foi a constituição dos Institutos. Recolocou-se um dos aspectos mais polêmicos da reforma: estabelecer as duas categorias de institutos, um voltado para a formação básica e científica, outro para a formação dos profissionais; a equiparação de todos os institutos, inclusive nas nomenclaturas, para que os alunos entre eles pudessem transitar livremente, dando forma à universidade integrada tal como era idealizada.

A princípio, a discussão seria novamente adiada, principalmente diante da oposição de Oswaldo Fadigas Fontes Torres<sup>144</sup>, diretor da Poli. Contudo, o conselho preferiu inverter os processos, passando a propor e a votar um esboço para a constituição dos institutos nos departamentos da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, para depois decidir se seria consolidada sua divisão entre institutos básicos e profissionais.

Além do diretor da faculdade de engenharia, levantou-se contra a divisão proposta e a mudança de nome o diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, João Alves Meira, acusando a possibilidade de a medida descaracterizar a unidade da Universidade de São Paulo, ao dividir suas faculdades tradicionais<sup>145</sup>. Os diretores das faculdades profissionais, na defesa da manutenção de sua estrutura, entendem a USP como sendo constituída em primeiro lugar por suas unidades, ou seja, Direito, Engenharia e Medicina. Entretanto, a oposição mais contundente ao projeto de divisão se deu pela intervenção da diretora da EE, Maria Rosa Sousa Pinheiro:

Reformar é melhorar e construir. Consertar o que está errado. Reformar não significa destruir o que está feito. Não se reforma destruindo, pedra por pedra, o que existe, com o objetivo de levantar um hipotético edifício<sup>146</sup>.

Diante da oposição, o professor da FM-RP, Eduardo Moacyr Krieger propôs que fossem constituídas duas comissões para estudar a possibilidade da divisão entre os institutos. A estratégia nesse momento parece ter sido a de

---

<sup>144</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 20 out. 1968, livro 34, 616ª sessão, p. 5.

<sup>145</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 22 out. 1968, livro 34, 617ª sessão, p.2.

<sup>146</sup> *Ibid*, pp. 2-3.

ganhar tempo; foi definido o esboço da constituição de alguns institutos na Cidade Universitária, mas, diante do acirramento do confronto, aprovam-se as Comissões Especiais e se passa ao tema dos *campi* do interior. Após as deliberações sobre os *campi* do interior, o trabalho foi travado pela falta de clareza quanto à definição de instituto e ao que seria necessário para constituir um *campus*. O impasse levou ao adiamento da pauta e a constituição de mais uma comissão especial para esse assunto<sup>147</sup>.

O Conselho passou, novamente, a examinar a polêmica divisão da universidade em institutos profissionais e básicos. A Comissão Especial que elaborou o relatório sobre os institutos profissionais teve como coordenador o conselheiro Telêmaco Van Langendonck, professor da Politécnica, uma faculdade profissional. O relatório dividia a universidade em dez institutos profissionais, ao que o conselheiro Lucio Penna de Carvalho Lima, professor da FFCL, posicionou-se de maneira contrária, como representante de um instituto básico: “A proposta da Comissão foge ao espírito da reforma universitária. É excessivamente liberal. A proposta da Comissão é simplista: resume-se numa lista de nomes e conserva as Faculdades”<sup>148</sup>.

Lucio Penna destacou a estratégia dos representantes das faculdades profissionais, qual seja, buscar fragmentar ao máximo os institutos, para que as estruturas de poder já consolidadas das faculdades tradicionais não fossem afetadas, na eventualidade de a reforma estabelecer os institutos. A ideia era a manutenção, principalmente, das faculdades de Medicina, Politécnica e Direito, de modo a que não se dissolvessem na nova estrutura.

Havia sobre a mesa quatro propostas de organização dos institutos profissionais. Dentre elas, a dos conselheiros Lucio Penna de Carvalho Lima, Paschoal Ernesto Américo Senise, professor do Instituto de Química, Paulo Carvalho Ferreira, professor do Instituto de Biologia e José Ferreira Fernandes, FM-SP, foi a mais radical, porque buscava aglutinar as Faculdades de Direito, Medicina e Politécnica com outras, diminuindo o isolamento e diluindo o poder dessas unidades na estrutura universitária. Seriam constituídos apenas cinco

---

<sup>147</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 04 nov. 1968, livro 35, 620ª sessão, p.10.

<sup>148</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 05 nov. 1968, livro 35, 621ª sessão, p. 5.

institutos: Instituto de Direito, Economia e Administração; Instituto de Engenharia e Tecnologia; Instituto de Arquitetura e Urbanismo; Instituto de Ciências da Saúde (onde estariam os cursos de medicina, enfermagem, saúde pública e odontologia) e Instituto de Ciências Veterinárias<sup>149</sup>.

É sintomático que, dos proponentes, apenas o conselheiro José Ferreira Fernandes pertencesse a uma faculdade profissional, sendo os demais oriundos de unidades básicas, nenhum deles ocupando o cargo de direção. Outro ponto radical se refere aos nomes, pois a proposta intentava uniformizar todas as unidades, substituindo os termos escola e faculdade por instituto, o que teria como efeito constituir uma universidade unificada, em que cada aluno pudesse construir seu currículo entre os institutos, o que era impossível em uma estrutura de faculdades autônomas. A proposta foi bombardeada pelos diretores das faculdades profissionais afetadas, em grande medida, utilizando-se de argumentos parecidos:

Antônio Adamastor Corrêa diz que, inicialmente, falando em nome da Faculdade de Odontologia, é contrário à proposta do Conselheiro Lucio Penna de Carvalho Lima e outros. [...]. É favorável à proposta da Comissão<sup>150</sup>.

Maria Rosa Sousa Pinheiro, com a palavra, diz que quando foram estudados os Institutos de Ribeirão Preto, foi contra a inclusão da Enfermagem na Medicina [...]. Enfermagem não é Medicina<sup>151</sup>.

Alfredo Buzaid diz que, quanto à Faculdade de Direito, [...]. É autônoma. Não pode integrar-se nos campos da Economia e da Administração, como uma proposta preconiza, eis que na realidade, existem diferenças substanciais que o impedem<sup>152</sup>.

Em resposta, o conselheiro Antônio Barros de Ulhôa Cintra colocou-se frontalmente contrário a esses argumentos, que, segundo ele, buscavam forçar a manutenção da estrutura universitária:

Antônio Barros de Ulhôa Cintra, com a palavra, diz estar perplexo com as discussões havidas em plenário e com a definição de certas Escolas, que consideram a sua estrutura de tal forma organizada e distinta das demais que não pode ensejar maior integração. Em seu sentir, o entrosamento de duas Escolas, em um Instituto, não significa a perda de sua personalidade<sup>153</sup>.

---

<sup>149</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 05 nov. 1968, livro 35, 621ª sessão, p. 7.

<sup>150</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>152</sup> *Ibid.*

<sup>153</sup> *Ibid.*, pp. 9-10.

O diretor da Faculdade de Medicina, porém, defendeu que tanto a proposta da Comissão Especial quanto todas as outras eram “inaplicáveis”<sup>154</sup>. Segundo o conselheiro, havia um “entrosamento de todas as disciplinas da Medicina, tanto básicas como profissionais”<sup>155</sup>, o que inviabilizaria qualquer reformulação das faculdades profissionais em sua totalidade. Se retomarmos a tentativa fracassada do conselheiro de tornar a Faculdade de Medicina, geograficamente separada da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, em *campus* independente, resta claro que sua intenção era impedir qualquer possível alteração do status de sua unidade no conjunto universitário.

Ao fim, o conselheiro Lucio Penna de Carvalho Lima retirou sua proposta. Indo à votação o projeto da Comissão Especial, quando novamente o diretor da Politécnica, Oswaldo Fadigas Fontes Torres, pediu votação nominal.

A proposta da Comissão, de dividir a universidade em dez institutos, foi vitoriosa por 21 a 17, tendo a lista de nomes e votos transcrita em ata<sup>156</sup>. Os diretores das mais importantes faculdades profissionais, Alfredo Buzaid, Oswaldo Fadigas Fontes Torres, João Alves Meira e Antônio Adamastor Corrêa, votaram favoravelmente à proposta da Comissão, uma vez que, como o conselheiro Paulo Carvalho Ferreira afirmou: “a se manter a proposta de dez Institutos, não haverá evolução em relação à situação atual”<sup>157</sup>. O que se viu foi, afinal, a manutenção da fragmentação que caracterizava a Universidade de São Paulo, portanto, uma vitória das faculdades tradicionais profissionais, como afirmou Celeste Filho (2013, p. 213):

Ao radicalizar a distinção entre Instituto Básico – destinado à pesquisa – e Instituto de Formação Profissional – incumbido de formar completamente um profissional – e ainda preservar a estrutura intacta da maioria das unidades da USP, até com seu nome tradicional, os diretores da Faculdade de Direito, da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e outros membros do Conselho Universitário estavam descartando aprofundar o modelo tentado na UnB. A reforma da mais importante universidade brasileira iria se resumir na substituição das cátedras pelos departamentos e no desmembramento da FFCL em Institutos Básicos.

---

<sup>154</sup> Ibid, p. 11.

<sup>155</sup> Ibid.

<sup>156</sup> Ibid, p. 18.

<sup>157</sup> Ibid, p. 12.

A Comissão Especial para definir a construção dos institutos na Cidade Universitária teve seu parecer lido, votado e aprovado na sessão de 03 de dezembro<sup>158</sup>. O relatório listava as propostas para os institutos, seus departamentos e o número de docentes, para então serem analisados os institutos básicos<sup>159</sup>.

Os conflitos entre o regime militar, os grupos mais conservadores da USP e os estudantes tornaram-se mais intensos após os embates da rua Maria Antônia. Na sessão de cinco de novembro<sup>160</sup>, o diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Ariosto Mila, leu o parecer do fórum paritário da FAU, assinado por docentes e discentes.

Professores e alunos que representam o Fórum, em sua última reunião regimental, decidiu manifestar-se perante os últimos acontecimentos que envolveram os estudantes e a Universidade de São Paulo. Este Conselho, composto de professores e estudantes em condições paritárias, não pode deixar de manifestar-se, protestando contra a guerra declarada contra os estudantes brasileiros, como se fosse possível construir a cultura nacional, original e independente, sem a contribuição da juventude, impedindo-a de manifestar-se sobre os problemas que afligem o povo brasileiro, tanto quanto os atingem como camada deste mesmo povo. A FAU, empenhada na defesa de um clima de trabalho de ampla significação social, num esforço conjugado de professores e alunos interessados no desenvolvimento cultural do Brasil, sente, no presente momento, frente às violências praticadas contra a Universidade de São Paulo, uma agressão obscurantista que atinge a população brasileira em seu todo, do mesmo modo que mutila conquistas árduas de nossa cultura e procura truncar as possibilidades de planejar livremente os nossos destinos. O aniquilamento, mesmo parcial, destas conquistas, reflete bem um outro projeto – o de destruir os nossos esforços de emancipação. Há uma crise na estrutura universitária brasileira. Reconhecemo-la todos nós que vimos empregando ingentes esforços para aperfeiçoar nossas estruturas de ensino. Reconhecem-na os organismos dirigentes da universidade que não se poupam em propor meios e modos de conjura-la, nem sempre orientados no sentido mais justo, e descomprometido com as metrópoles imperialistas desejosas de orientar em seu proveito qualquer esforço nacional novo que conduza à superação do estado de subdesenvolvimento que nos caracteriza. Discutir democraticamente estes caminhos, afastar as tendências alienantes, é um dever de todos, dever que os estudantes brasileiros têm mostrado compreender em suas manifestações. Os que não têm vocação para

<sup>158</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 3 dez. 1968, livro 35, 627ª sessão, p. 11.

<sup>159</sup> Como as atas registram apenas discussões sobre ajustes de localização de departamentos entre os institutos, farei referência apenas aos institutos e às páginas onde estão registrados, para que trabalhos futuros possam localizar o tema nas atas do período: Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação (*Atas do Conselho Universitário da USP*, 3 dez. 1968, livro 35, 627ª sessão, p. 11); Instituto de Física (Ibid, p. 14); Instituto de Letras, Artes e Comunicação (Ibid, p. 17. Neste momento foi dividido em Instituto de Letras e Instituto de Comunicação e Artes); Instituto de Geofísica e Astronomia (*Atas do Conselho Universitário da USP*, 9 dez. 1968, livro 35, 628ª sessão, p. 1); Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Ibid, p. 15).

<sup>160</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 05 nov. 1968, livro 35, 621ª sessão, p.1.



compreender a originalidade delas, aliam-se às correntes obscurantistas e antidemocráticas, que não vacilam em adotar métodos cuja violência repugna ao nosso caráter. A repressão calculada contra a liberdade de reunião e o interesse dos estudantes em conhecerem e precisarem os rumos das transformações necessárias, se alinham como uma agressão a mais. A “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” e “Economia” da USP foram invadidas por grupos militares e paramilitares, depredadas pelo obscurantismo, e tudo se passa como se pudesse ficar de acordo com a demolição pura e simples da estrutura universitária, como se pudesse existir uma universidade sem estudantes, uma universidade para pagar salários a uma minoria proprietária do ensino superior. A FAU está identificada com a dificuldade e o esforço que os professores e estudantes da USP vêm desenvolvendo para responder a essas violências. A unidade entre professores e alunos é hoje maior do que ontem. Ela se forja nestas lutas, no reconhecimento de quais as forças que, aliadas aos demais trabalhadores da cultura, sabe-nos cabe-nos afastar como obstáculos ao livre desenvolvimento do saber. E é unidos que nos manifestamos, a partir deste conselho paritário. Protestamos contra a inércia que os organismos dirigentes da Universidade vem demonstrando, quando se omitem, quando concorrem para dissolver, num absenteísmo menos inocente, a autonomia da Universidade, seus privilégios de condutora do desenvolvimento científico, artístico e tecnológico da nação brasileira. Protestamos contra a repressão do direito do estudante, de reunir-se e opinar como cidadãos que são, sobre a conduta de seus destinos, que são também parte dos destinos do povo. Somos por uma Universidade nova, livre e democrática, ardentemente comprometida com investigar os caminhos melhores para a luta contra as contradições de subdesenvolvimento e dependência, que tem feito a história da cultura brasileira.<sup>161</sup>

Não obstante a posição adversa às “forças obscuras” que permitiram a violência aos alunos e ao prédio da Faculdade de Filosofia, o manifesto se voltou ao Conselho Universitário, em primeiro lugar, por sua omissão quanto à defesa dos alunos, sendo conivente com a violência e, por conseguinte, deixando de lado sua independência; em outro aspecto, pela escolha em não dialogar com a comunidade universitária a respeito da reforma, mais preocupada que estaria com os salários. O diretor da FAU comunicou ao Conselho que a Congregação da Faculdade de Arquitetura não havia reconhecido esse manifesto, expondo assim a divisão entre a paritária e a Congregação. A união entre professores e alunos, afinal, gerava o maior temor entre os docentes mais conservadores (CELESTE FILHO, 2006, p. 7).

Não há, na ata, reação ao texto, como se a resposta do Conselho tivesse sido o mais absoluto silêncio. Quando a UnB foi invadida, o Co havia elaborado uma manifestação polêmica, em que usara a palavra “barbárie” para se referir aos atos policiais, sendo difícil crer que não houvesse resposta a um manifesto

---

<sup>161</sup> Ibid, p.1-3.

contundente como o do Fórum da FAU, sobre um acontecimento que atingiu diretamente os estudantes da USP. Resta-nos especular se de fato o Co ficou em silêncio, ou se as respostas foram registradas pela caneta sem tinta do esquecimento.

Na sessão de 18 de novembro<sup>162</sup>, foi transcrito o projeto de outra Comissão Especial a respeito da estrutura administrativa dos departamentos. O texto apresentava a constituição de uma Assembleia de Departamento, de representação paritária entre docentes e alunos, com poder consultivo e capaz de enviar propostas à Congregação. Em um contexto de conflito entre o regime e alta hierarquia do poder na USP contra estudantes politicamente mais ativos, a proposição era polêmica, como expressou o diretor da ESALQ, conselheiro Eurípedes Malavolta: “Por outro lado, manifesta-se [o conselheiro] contrariamente à Assembleia do Departamento, que considera inútil. Ou será órgão anódino ou de pressão sobre o Departamento”<sup>163</sup>. O temor do conselheiro era de que um órgão com participação igualitária de alunos e professores poderia fugir ao controle dos docentes do alto escalão, tonando o movimento estudantil mais poderoso dentro da USP e, por conseguinte, capaz de fazer maior pressão.

Coube à conselheira Elza Salvatori Berquó, professora da FHSP, fazer a primeira defesa da assembleia paritária, para além do âmbito departamental, ao propor uma assembleia de toda a universidade:

Relativamente à Assembleia do Departamento, acha [a conselheira] que é um órgão muito importante, eis que o Conselho do Departamento e a direção precisam ser assessorados por um órgão que ausculte o corpo docente e discente do Departamento, circunstância extremamente importante na vida universitária. E pergunta à Comissão: por que foi omitida a Assembleia ao nível do Instituto? E a Assembleia ao nível de toda a Universidade? A Universidade de São Paulo deve estar, a todo o momento, com as antenas ligadas, a fim de sentir as aspirações de todos os que participam da comunidade universitária<sup>164</sup>.

Reforçando sua oposição, o conselheiro Eurípedes Malavolta alegou-se favorável à supressão do item, ao afirmar que os membros da USP já estavam representados pelo Conselho de Departamento, que não era paritário e nem poderia ter a participação de todos os docentes, como estipulava a assembleia.

---

<sup>162</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 18 nov. 1968, livro 35, 622ª sessão, p.2.

<sup>163</sup> *Ibid*, p. 5.

<sup>164</sup> *Ibid*, p. 6.

Lucio Penna de Carvalho Lima, professor do IB, concordou e acrescentou que não seria possível sustentar a multiplicidade de assembleias, em razão do grande número de departamentos. Nisso, foi rebatido pelo conselheiro Eurípedes Simões de Paula, ao afirmar ser

a favor da Assembleia do Departamento, que poderá congrega todos os professores; é democrática. Fala de reuniões desse tipo, realizadas no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (onde, inclusive, pode haver 2 ou 3 professores e 800 alunos); todos trazem os seus problemas e suas ideias e muita coisa boa é aproveitada e aplicada<sup>165</sup>.

O conselheiro foi apoiado por Elza Salvatori Berquó, Rodolfo dos Santos Mascarenhas, da FHSP, e Eduardo Moacyr Krieger. André Ricciardi Cruz, professor da FFCL, disse ser de oposição às Assembleias Departamentais, expondo ser inócuo o trabalho fragmentado e defendendo que se criasse a Assembleia Universitária, de formação paritária. Dessa forma, colocou a questão em outro patamar, posto que uma Assembleia de Departamento ainda manteria certa independência das unidades das quais os departamentos fariam parte, todavia, uma assembleia de âmbito universitário reforçaria a centralização e o enfraquecimento das antigas faculdade e escolas. A fala de André Ricciardi instiga uma longa defesa, pelo reitor em exercício, Hélio Lourenço de Oliveira, que pediu licença para se pronunciar como conselheiro<sup>166</sup>. Inicialmente contrário à participação paritária em alguns órgãos da universidade,

entretanto, diz que foi se convencendo de que a participação de alunos há de ser admitida de modo mais amplo possível e que, simbolicamente, ela deveria ser em número igual [ao docente]. [...]. Entretanto, quanto mais na base mais específicos são os problemas e problemas devem, evidentemente, concentrar-se naqueles que estão preparados para resolvê-los. Mas na medida em que se caminha para os níveis mais altos, órgãos desse tipo podem existir, não para cuidar de problemas específicos, mas que fiquem no plano de pronunciamentos mais gerais, onde cada um dos membros deve agir como um cidadão, como um universitário. Todos teriam condições, em tal órgão, de contribuir com o oferecimento de sugestões gerais para a Universidade, e, aqui, a participação dos alunos tem que ser reconhecida. [...]. Na hipótese, porém, o que se propõe é uma Assembleia com caráter paritário, com pronunciamentos no início e no final do ano. Afirma que votará a favor de um órgão paritário, mas não ao nível de Departamento, face ao que procurou sintetizar<sup>167</sup>.

<sup>165</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 19 nov. 1968, livro 35, 623ª sessão, pp. 3-4.

<sup>166</sup> Uma das duas únicas vezes que fará isso em seu mandato.

<sup>167</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 19 nov. 1968, livro 35, 623ª sessão, pp. 4-5.

Com votação de 19 a 11, todavia, a proposta de supressão da constituição da Assembleia de Departamento foi aprovada<sup>168</sup>. Apesar da derrota, os conselheiros Pedro Wongtschowski<sup>169</sup>, representante discente e aluno da Poli, e Samuel Henrique Nobre, representante discente e aluno da FD, recolocaram o assunto, propondo a criação de uma Assembleia do Campus, a ser constituída por “a) todos os membros dos Conselhos de Departamento do ‘campus’. b) estudantes eleitos por seus pares para completar a representação paritária”<sup>170</sup>. A ideia era a de criar um órgão consultivo, estrategicamente seguindo o que defendera o reitor em exercício na sessão anterior. Ademais, a proposta dava ao órgão um poder simbólico muito grande para pressionar o Co.

l) Assembleia Ordinária. a) reunir-se-á no início do ano letivo para: a) eleger seu presidente; b) elaborar um relatório de conjuntura contendo propostas gerais da política universitária ao nível de “campus” a ser seguida, nos setores de ensino, pesquisa e administração no ano em curso. Tal relatório, será obrigatoriamente enviado ao Conselho de “campus” e à Assembleia Universitária; c) reunir-se-á no fim do ano letivo para analisar o relatório do Conselho de “campus” e da Assembleia Universitária, confrontando-os<sup>171</sup>.

O conselheiro Eurípedes Malavolta, que havia apoiado a supressão do projeto de Assembleia de Departamento, colocou-se favorável a essa proposta, unindo-se aos conselheiros Rodolfo dos Santos Mascarenhas e Rubens Lima, respectivamente professor da FHSP e diretor da EESC. O diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, José Moura Gonçalves, afirmou que “não receia a paridade em Assembleia, quer seja órgão consultivo, quer se trate de órgão deliberativo”<sup>172</sup>. Elza Salvatori Berquó, em seguida, defendeu a proposta:

[A conselheira] diz que gostaria de destacar a importância de um órgão onde grande parte dos corpos docente e discente estaria representada. Numa Assembleia onde haverá grande número de alunos e de docentes para apresentar sugestões, estas não serão consideradas imposições. Pede ao Conselho que resolva dar aos estudantes a participação que eles reivindicam, para que também possam discutir os problemas importantes para a Universidade de São Paulo<sup>173</sup>.

---

<sup>168</sup> Ibid, p. 5.

<sup>169</sup> Os discentes dispunham de duas cadeiras no Conselho Universitário, porém, no período analisado, há uma enorme instabilidade, seja no lugar do representante, seja na frequência de comparecimento. Apenas Pedro Wongtschowski teve participação assídua e ativa nos trabalhos. <sup>170</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 25 nov. 1968, livro 35, 624ª sessão, p. 2.

<sup>171</sup> Ibid, p. 2.

<sup>172</sup> Ibid, p. 3.

<sup>173</sup> Ibid.

Indo além, o conselheiro Eurípedes Malavolta declarou que não via sentido em uma Assembleia do Campus ser paritária, propondo que todos os docentes e discentes dela participassem. Foi apoiado por Antônio Barros de Ulhôa Cintra, que relembrou um fórum que havia convocado quando reitor, em 1963, congregando mais de seiscentas pessoas, em sua maioria alunos, o que “foi de grande valia e deu ótimos resultados”<sup>174</sup>. Estava, portanto, de acordo com a proposta de Malavolta, apoiada por Luiz Ferreira Martins, vice-diretor da FO-Ba.

Segue-se a deliberação, sem registro de oposição à instituição da Assembleia do Campus, girando em torno de aspectos da proposta, mas não contra ela. Ao colocar em votação a instituição da assembleia, a conselheira Elza Salvatori Berquó pediu votação nominal. Foi esta a primeira vez, no período analisado, que esse instrumento foi requerido por alguém que estivesse a defender um projeto que afrontava o regime militar, sempre dedicado às restrições dos espaços ocupados pelos estudantes.

A votação foi de 31 votos a um<sup>175</sup> a favor da Assembleia do Campus, sendo o único voto contrário do conselheiro Laerte de Almeida Moraes, professor da FEA. A proposta que defendia a participação de todos os docentes e discentes foi rejeitada por 22 contra nove<sup>176</sup>, e foi aprovada, por 26 a cinco, a constituição de igual número de docentes e discentes na composição da Assembleia<sup>177</sup>.

Na sessão seguinte, a Comissão encarregada de estruturar a Assembleia de Campus aprovada apresentou sua proposta<sup>178</sup>. A representação igualitária seria composta por docentes eleitos em cada instituto do *campus*, e um igual número de estudantes. A proposta manteve como função da assembleia reunir-se no início do ano para construir propostas de projetos e planejamentos e, ao fim do ano, para elaborar um relatório sobre o que foi feito.

---

<sup>174</sup> Ibid, p. 4.

<sup>175</sup> Ibid, p. 6.

<sup>176</sup> Ibid, p. 7.

<sup>177</sup> Ibid.

<sup>178</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 26 nov. 1968, livro 35, 625ª sessão, p. 2.

José Carlos Moreira Alves, professor da FD, se colocou de maneira adversa. Segundo o conselheiro, a lei federal proibia a participação de estudantes em um número maior que um quinto dos membros, em qualquer conselho de universidade ou instituto isolado. Os argumentos dos conselheiros favoráveis à paridade se sustentava no fato de que a Assembleia do Campus não tinha caráter deliberativo, tratando-se apenas de um órgão consultivo. Com isso, a Assembleia foi aprovada e foi mantida a participação igualitária de professores e alunos.

Antes de pautar o tema dos institutos, o reitor decidiu retomar o assunto das assembleias na USP, porque, logo após a aprovação da Assembleia de Campus, o conselheiro Samuel Henrique Nobre, representante discente, propôs a criação de uma Assembleia Universitária. Pedro Wongtschowski, outro representante discente, havia em sessão anterior questionado se todos os órgãos decisórios da USP teriam a representação máxima estipulada por lei, de um quinto dos membros, o que o reitor em exercício respondeu afirmativamente. Diante disso, tendo sido aprovada a Assembleia do Campus, com representação igualitária de docentes e discentes, Samuel Henrique propôs a criação de uma assembleia de âmbito universitário. Se não fosse possível ampliar a representação estudantil nos espaços decisórios, a estratégia seria ampliar o espaço discente nos órgãos consultivos.

A Assembleia Universitária era pensada segundo o modelo da Assembleia do Campus, apenas ampliando o âmbito de seu trabalho. Mesmo sem poder deliberativo, essas assembleias seriam um espaço dotado de poder para pautar os debates, principalmente por seu maior tamanho e visibilidade, diferentemente do espaço isolado e elitista do Conselho Universitário. Essa proposta foi aprovada unanimemente<sup>179</sup>.

A aprovação no Conselho Universitário da criação da Assembleia Universitária, com caráter de representação paritária, é a última importante decisão sob a reitoria de Hélio Lourenço de Oliveira, às vésperas da edição do AI-5. Era a criação do órgão de representação igualitária entre docentes e estudantes tão incisivamente reivindicado pelo movimento estudantil e por parte dos professores da USP. (CELESTE FILHO, 2013, p. 220).

---

<sup>179</sup> Ibid, p. 9.

Essa proposta será, entretanto, retirada do estatuto no reitorado de Alfredo Buzaid, sem grandes resistências por parte dos conselheiros, o que denota ter havido uma mudança drástica no ambiente do Conselho Universitário, após a cassação do vice-reitor Hélio Lourenço de Oliveira.

A Assembleia do Campus seria o primeiro órgão oficial, na estrutura da USP, com força para pautar os temas de relevo, com representação equivalente entre docentes e discentes. Representou o projeto de construir uma universidade, e não um conjunto de faculdades. A unificação, que ariscava retirar o poder das faculdades tradicionais – o que explica parte da oposição de seus representantes – era a base do ideal de uma Universidade de São Paulo integrada, e a principal estrutura que conduziria esse projeto passou a ser debatida no início de dezembro<sup>180</sup>, quando se iniciou a construção do Conselho Pleno.

A despeito da aprovação unânime do texto que afirmava ser o Conselho Pleno o órgão deliberativo máximo da universidade, ainda era necessário definir qual seria a representação mais importante, a dos *campi* ou a dos institutos. O conselheiro Eduardo Moacyr Krieger, por exemplo, alegou que a representação no Conselho Pleno deveria ser feita por representantes dos *campi*, colocando os institutos em um mesmo nível, todos abaixo do *campus* e este, por sua vez, abaixo do Conselho Pleno. Nesse posicionamento, André Ricciardi Cruz, professor da FFCL de Ribeirão Preto, deixou explícita a necessidade de haver a submissão dos novos institutos a uma hierarquia mais rígida:

Se a representação do Instituto, no Conselho Pleno, for considerada ao mesmo nível que a de “Campus”, será propiciada oportunidade para que o Instituto levante questões como se fosse descentralizado ou tivesse autonomia didática, científica e administrativa. A representação no Conselho Pleno, realizada por “Campus”, deve ser adotada, respeitada, destarte, a hierarquia já aprovada pelo Conselho Universitário. Relativamente à atual representação e à futura Universidade, já reestruturada, é óbvio que a diferença é muito grande: a atual é realizada por Faculdade, representantes de uma Universidade fragmentada em blocos; e, se interpreta bem o real espírito da reforma, a futura representação deve ser por “campi”, representantes de uma Universidade integrada. Não deve ser consagrada nos novos Estatutos e representação fragmentária de Instituto; o que, implicitamente, poderá acontecer, se se admitir o Diretor do Instituto como um dos representantes necessários e obrigatórios dos “campi”<sup>181</sup>.

---

<sup>180</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 2 dez. 1968, livro 35, 626ª sessão, p. 2.

<sup>181</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 2 dez. 1968, livro 35, 626ª sessão, pp. 4-5.

Ainda que conselheiros como José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira Filho, representante do IAO, afirmassem que retirar as representações dos institutos seria perder a “autenticidade”<sup>182</sup> da universidade, a representação por *campus* foi aprovada por 19 votos contra 11. Essa matéria é representativa dos projetos de universidade em disputa: uma visão unificada e verticalizada, retirando poderes das partes, contra um projeto mais conservador, mantendo a força das faculdades e seus diretores.

Houve, no entanto, uma concessão: entre o grupo de representantes que cada *campus* enviaria ao Conselho Pleno, uma parte teria necessariamente de ser composta por diretores de Institutos. Mesmo com essa concessão, a hierarquia que visava diminuir a autonomia das faculdades tradicionais foi parte importante da reforma até esse momento empreendida.

### **III. 5. A invasão da USP e a busca por continuar a reforma**

O dia 17 de dezembro<sup>183</sup> é um dos registros mais emblemáticos do ano de 1968. Ao início da ata, há uma nota do Secretário Geral:

Tendo em vista os motivos que levaram a presente Sessão a ser iniciada fora do horário normal e a sofrer algumas interrupções em seu transcurso, não foi possível à Secretaria Geral caracterizar, precisamente, o momento em que muitos dos Senhores Conselheiros se encontravam no plenário; salientando, porém, que o número legal para que a Sessão se instalasse somente ocorreu depois da primeira interrupção<sup>184</sup>.

Logo após o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, a força de intervenção da ditadura militar ganhou respaldo legal e esse aspecto se refletiu no acontecimento da sessão, na forma da a invasão de soldados do Exército e da Polícia Militar na Cidade Universitária, com a ocupação do Conjunto Residencial da USP. A operação foi feita sem aviso prévio e sem o pedido formal do reitor em exercício, como exigia o Estatuto da Universidade de São Paulo. Nas palavras de Hélio Lourenço de Oliveira (2016, pp. 32-3) sobre o episódio:

Encarrego um secretário de comunicar-se telefonicamente com todos os membros do conselho, [...] insistindo em nome da reitoria para que comparecessem apesar e, principalmente, em virtude mesmo da

---

<sup>182</sup> Ibid, p. 5.

<sup>183</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 17 dez. 1968, livro 35, 631ª sessão.

<sup>184</sup> Ibid, p. 1.



situação anormal que estava criada. [...]; o diretor da Faculdade de Direito, [...], não estava presente, nem no momento, nem no resto do dia. Aquele não era seu lado? Dei às minhas palavras, na direção da sessão, o significado de um protesto [...]. Essa atitude em defesa da autonomia da universidade, que estava sendo arranhada naquele momento, foi um gesto subversivo?

Além da suspeita levantada sobre o diretor da Faculdade de Direito, Alfredo Buzaid, Hélio Lourenço segue com suas memórias (p. 36):

Da reitoria não haveria de partir nenhum gesto interpretável como uma legitimação pela universidade da ocupação de uma parcela de seu *campus* (pela mesma razão também não compareci à exposição do material recolhido no CRUSP e considerado subversivo, à qual o governador e alguns secretários estiveram presentes, e para a qual a reitoria também recebeu convite). Mas constou-me que o meu sucessor (com a intenção, talvez, de corrigir o meu 'deslize') apressou-se em visitar o coronel em seus domínios.

A invasão se deu como consequência do acirramento dos conflitos com os movimentos estudantis e da expansão das atividades das guerrilhas. Além disso, a ocupação ocorreu, não por coincidência, logo após a estruturação das assembleias igualitárias, da concretização da estrutura de institutos básicos e profissionais e do enfraquecimento das faculdades tradicionais em favor da centralidade universitária, portanto, de uma reforma que estava desbordando da que era desejada pelo regime e por seus aliados.

A operação militar teve como objetivo não apenas desestruturar o movimento estudantil baseado no CRUSP, mas, principalmente, aproximar do Conselho Universitário a sombra do regime na forma de seus soldados e expor a força do governo federal, cuja capacidade de ocupação se estendia sobre qualquer espaço, a despeito do Estatuto ou da autonomia universitária.

A sessão transcorreu com uma série de interrupções, que se expressam nas lacunas das atas. Contudo, o Co esteve em sessão permanente e em prontidão, contando com um terço de seus membros, sendo um símbolo de que a USP continuaria em pé, mesmo após a ocupação militar, como alegou o reitor em exercício. Hélio Lourenço, depois de ter se retirado para se encontrar com o governador Abreu Sodré (que não quis atendê-lo, pois estava "indisposto"<sup>185</sup>), informou o que pudera apurar da situação:

Em síntese, podia informar que os eventos na Cidade Universitária eram atribuídos a uma determinação do Ministério da Guerra, que tinha por escopo proceder a investigação no Conjunto residencial, face a

---

<sup>185</sup> Ibid, p. 3.

indícios – entre outros – da existência de material subversivo naquelas dependências e bem assim de elementos estranhos à classe estudantil.<sup>186</sup>

Não eram necessárias mais justificativas, ou mesmo indícios de um perigo iminente, para que ações como essas fossem executadas por forças policiais. A questão universitária não era mais apenas um “caso de polícia”, como vinham sendo tratados os movimentos estudantis ou sindicais, mas a universidade passou a ser um caso de guerra, razão pela qual a invasão fora feita pelo Exército, e coordenada pelo Ministério do Exército.

Posicionaram-se contra a invasão, e em favor da autonomia da universidade, os conselheiros Rubens Lima Pereira, diretor da EESC, Elza Salvatori Berquó, professora da FHSP, Wanderley Nogueira da Silva, diretor do Instituto de Saúde e Serviços Sociais, Eduardo Moacyr Krieger, representante dos professores assistentes, Eurípedes Malavolta, diretor da ESALQ, Rodolfo dos Santos Mascarenhas, professor FHSP, e José Francisco de Camargo, diretor da FEA<sup>187</sup>. O reitor em exercício fez um longo pronunciamento:

Cumpre-me dizer algo além das informações que pude obter e transmitir a este plenário. Ainda que definidos os objetivos da operação militar que se executou hoje na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, é evidente que o que entendemos por autonomia da Universidade foi ignorado. O acesso à Reitoria esteve obstando ao Reitor; os Conselheiros foram impedidos de se reunirem para a Sessão programada; aos funcionários e aos operários das obras não foi permitido chegar a seus locais de trabalho. Foi para mim contingência chocante, esta manhã, ter de dirigir-me a uma autoridade militar, no “Campus” desta Universidade, para solicitar se levantasse o bloqueio do mesmo e em particular o deste edifício central. [...], sou, entretanto, dominado pela convicção de que devemos ser os últimos a aceitar que a autonomia da Universidade não mais existe; só assim permaneceremos em sua defesa, do que dela restar, se não dela como preferiríamos entendê-la. Em face de um episódio, não deixemos de compreender a Universidade como a instituição permanente que é, e indispensável, com sua liberdade de ensinar e pesquisar, ao desenvolvimento da sociedade e da Nação. Exige-se de nós, neste momento, a ponderação e a prudência capazes de preservar a Universidade, evitando-se o aprofundamento do agravo. Quanto ao problema do CRUSP, especificamente, esta Reitoria o tinha bem presente; a uma alta autoridade estadual que há cerca de um mês oficiara manifestando suas apreensões, tive a oportunidade de responder nos seguintes termos: “Ponderei os termos de seu ofício de 1º do corrente, e compreendo as preocupações de V. EX<sup>a</sup>..[sic] Conto, ao mesmo tempo, com sua compreensão em relação às minhas.

---

<sup>186</sup> Ibid.

<sup>187</sup> Ibid. Com esse registro, não sugiro que os conselheiros que não se posicionaram tivessem sido favoráveis à invasão, mesmo porque a sessão foi esvaziada por diversos motivos; outros conselheiros podem ter se sentido contemplados nas falas dos colegas ou mesmo intimidados diante de uma possível represália do governo federal.

Preocupa-me o Conjunto Residencial da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira como a comunidade que é, de cerca de 1500 estudantes, criada pela Universidade. Meu problema é integrá-la no corpo a que pertence e do qual realmente nunca se sentiu parte legítima. Os primeiros atos claramente dirigidos nesse sentido tiveram a compreensão dos estudantes do Conjunto Residencial da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira como comunidade que é, de cerca de 1.500 estudantes, criada pela Universidade e, entretanto, vivendo muito à margem e à revelia dessa Universidade. Meu problema é integrá-la no corpo a que pertence e do qual realmente nunca se sentiu parte legítima. Os primeiros atos claramente dirigidos nesse sentido tiveram a compreensão dos estudantes do Conjunto residencial, cujos representantes estão trabalhando com a nova administração da Universidade para resolver seus próprios problemas. Progredir em sua solução é criar condição para a tranquilidade da Universidade, no momento um componente muito importante da tranquilidade geral. Confio nesse processo, que será gradual, à custa de atuação persistente”.<sup>188</sup>

O discurso reforça a hipótese de que a cassação de Hélio se deveu mais ao seu posicionamento a favor da autonomia e contra as ações perpetradas pelas forças governamentais, do que pela natureza de seu projeto para a reforma, ou, ainda por seu posicionamento ideológico, ademais bastante liberal. Além disso, contaram para a desconfiança das forças do regime sua disposição para o diálogo, inclusive com os tidos como inimigos do regime, em posição consolidada no apoio que dera às assembleias paritárias.

Voltando à sessão analisada, os conselheiros Luiz Ferreira Martins, vice-diretor da FO-Ba, e João Alves Meira, diretor da FM-SP, posicionaram-se contrariamente a qualquer manifestação de protesto à ocupação. Não é possível dizer se isso se deveu por concordância com o ato ou como tática para evitar maiores tensões com o governo federal, mas o conselheiro Paulo de Toledo Artigas concordou com a invasão do CRUSP, posto que, segundo o diretor da Faculdade de Odontologia de Bauru, a ação estava de acordo com o AI-5:

No **incidente** hoje ocorrido, quando o CRUSP foi revistado por tropas do Exército e paralisadas as atividades da Universidade, ocorrências essas levadas a efeito inopinadamente e sem que delas tivesse conhecimento a Reitoria, foi ignorada a autoridade do Magnífico Reitor e quebrada a autonomia da Universidade de São Paulo. Não obstante, reconheço que a situação nacional é anormal e que um ato institucional dando amplos poderes ao Governo constituído, foi há pouco promulgado. Se tal ato, lavrado, pelo que consta, por ilustre professor da Universidade de São Paulo, o atual Ministro da Justiça, está em vigor, razões amplas devem existir para que tenha sido promulgado.

---

<sup>188</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 17 dez. 1968, livro 35, 631ª sessão, p. 3-4.

Tal ato dá condições ao Governo para impedir desordem e subversão. E isso mediante medidas de exceção [grifo nosso].<sup>189</sup>

Artigas se posicionou contrariamente a qualquer reação do Conselho Universitário, posto que a invasão não apenas tinha respaldo “legal”, como era um importante instrumento de luta contra a “desordem” e “subversão”. Eduardo Moacyr Krieger (2021), em entrevista, afirmou que “quem realmente era absolutamente contra [a reforma liderada por Hélio Lourenço] era o Buzaid, da Faculdade de Direito, o Artigas e o Martins lá de Bauru, o Ferri, o irmão do Mário, que era representante da veterinária, junto com o Paiva”. Isso talvez explique por que Luiz Ferreira Martins e Paulo de Toledo Artigas se opuseram a qualquer protesto por parte do Conselho Universitário.

Mesmo nesse cenário, os representantes discentes propuseram uma nota de repúdio contra a ocupação. Os estudantes J. C. Barriguelli, José Miguel Martins Veloso, aluno da FFCL, e Pedro Wongtschowski, aluno da Poli, assim se expressaram:

O Conselho Universitário, órgão máximo da Universidade de São Paulo, vem a público denunciar o ato de força impetrado contra esta Universidade, mais particularmente contra o Conjunto residencial da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, quando tropas do Exército, além de outras forças policiais, ocupam o “campus”, desalojando e detendo grande número de estudantes; quando estas mesmas tropas impedem a entrada no referido “campus” do Magnífico Reitor, Conselheiros, Professores, Estudantes e Funcionários, quando aquilo de que se mais preza dentro do espírito universitário, e dentro da própria concepção de liberdade é quebrada: A autonomia Universitária. Desta forma, esse Conselho, com bases na sua autonomia e além disso baseado nas declarações dos direitos do Homem, exige: - Que se libertem todos os estudantes detidos. Que se de reintegração de posse do Conjuntos Residencial, livre de qualquer controle de tropas federais ou estaduais. Que se mantenha através das autoridades competentes, Conselho e Reitor (demais órgãos), a autonomia da Universidade. [grifo do original]<sup>190</sup>

Alguns conselheiros sugeriram mudanças no texto, como a substituição do termo “exige” e “libertem todos os estudantes” por termos menos agressivos ou abrangentes, mas a declaração acabou sendo derrotada por 17 votos a 14. O conselheiro Pedro Wongtschowski pediu que a votação fosse nominal, e vale registrar que os três professores que viriam a ser cassados<sup>191</sup> votaram, mesmo

<sup>189</sup> Ibid, p. 6.

<sup>190</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 17 dez. 1968, livro 35, 631ª sessão, p. 5-6.

<sup>191</sup> A saber, Hélio Lourenço de Oliveira, Elza Salvatori Berquó e Jon Andoni Vergareche Maitrejean.

que com ressalvas, a favor da manifestação. Na sequência, Eduardo Moacyr Krieger apresentou proposta alternativa, bem mais amena, e que foi aprovada unanimemente:

O Conselho Universitário reconhece que houve quebra da autonomia universitária e consigna o seu protesto. Por outro lado, o Conselho Universitário manifesta sua certeza de que o Magnífico Reitor fez e fará todas as gestões possíveis no sentido de restaurar a autonomia da Universidade de São Paulo, indispensável à sua existência.<sup>192</sup>

Essa sessão foi a última do ano, retomando-se os trabalhos a 13 de janeiro<sup>193</sup>, sem, contudo, que a situação da ocupação tivesse se alterado:

Nos dias que se seguiram, tornou-se patente que a ocupação militar dos edifícios do CRUSP se prolongaria [...]. Sem deixar de ser uma lesão, o fato não interferiria com as funções vitais da universidade [...]. Assim, assumi comigo mesmo uma posição de compromisso: continuar no posto, considerando o CRUSP uma porção sequestrada, não integrante da universidade, enquanto ali persistisse a situação anômala. Isso evitaria, por algum tempo ainda, que a universidade passasse às mãos de quem poderia abri-la toda à ocupação. [OLIVEIRA, 2016, p. 33]

Nota-se, pelas atas, que a estratégia foi prosseguir como se nada houvesse acontecido. Os trabalhos são retomados, tendo como primeiro assunto a construção do Conselho Superior de Ensino (CSE), formado por técnicos em ensino e avaliação. Na nova estrutura, o CSE estaria acima das Câmaras Curriculares, de âmbito interno aos *campi*. Esse Conselho conectaria toda a estrutura que, a princípio, parecia fragmentada, entre institutos básicos e profissionais, que seriam ligados por uma engenharia composta por Câmaras Curriculares e Conselho Superior de Ensino. A Câmara Curricular foi assim definida por Adolpho Ribeiro Netto, membro da Comissão Especial criada para pensá-la:

Em face de decisões anteriores do Conselho, as matérias consideradas básicas passaram a constituir o conteúdo de determinados Institutos; permaneceram, porém, as matérias chamadas profissionais, formando outros Institutos. Havia, portanto, necessidade da existência de organismos que mantivessem a vinculação da parte básica com a parte profissional. Tal organismo é a Câmara Curricular.<sup>194</sup>

A Câmara Curricular era o eixo central da reforma, conforme gestada nesse momento. Partindo da estrutura que dividia a universidade em institutos

<sup>192</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 17 dez. 1968, livro 35, 631ª sessão, p. 7.

<sup>193</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 13 jan. 1968, livro 36, 632ª sessão.

<sup>194</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 10 dez. 1968, livro 35, 629ª sessão, p. 2.

básicos e institutos profissionais, a Câmara faria o papel de costurar os seus laços na USP, para formar a *Universidade integrada*. Após deliberações detalhadas sobre seus aspectos, a Câmara Curricular foi aprovada sem que houvesse manifestações contrárias à sua existência, tampouco a seu papel central na reforma, aspectos que contrastam com o fato de esse órgão ter sido desmontado no estatuto que se fez aprovar no reitorado de Buzaid.

Fica patente nesse grande projeto a forte entrada dos técnicos e dos especialistas (CARLLOTO, 2014) na conformação da estrutura gestora da universidade. O Conselho Superior seria um dos pilares da nova USP, e sua composição se daria, em grande medida, por técnicos das áreas de ensino e avaliação. Esses técnicos teriam como função principal analisar o mercado de trabalho e formular currículos modernos e construídos para atender às demandas do mercado de trabalho, organizando, para isso, o trabalho das Câmaras Curriculares.

A proposta do Conselho Superior de Ensino foi feita pela conselheira Elza Salvatori Berquó, com uma estrutura que pouco diferia da que era pensada no ambiente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, por técnicos do governo federal para a reforma do ensino superior, ou da que propunham os estrangeiros em consultoria. Essa estrutura acabou sendo aprovada, com poucas alterações.

Na sequência, o Co retomou a construção dos institutos: Instituto de Matemática, Estatística e Ciências da Computação<sup>195</sup>; Instituto de Química<sup>196</sup>; Instituto de Geociências e Astronomia<sup>197</sup>; Instituto de Filosofia, História e Ciências Sociais<sup>198</sup>; Instituto de Psicologia<sup>199</sup>. Nesse momento, as dificuldades da divisão básico *versus* profissional tornam-se evidentes. O conselheiro José Francisco de Camargo, diretor da FEA, defendeu que a disciplina de estatística demográfica permanecesse na Faculdade de Filosofia, e não fosse alocada no

---

<sup>195</sup> Ibid, p. 7. E pp. 11-2.

<sup>196</sup> Ibid, p. 8. E pp. 13-4.

<sup>197</sup> Ibid. E pp. 12-3.

<sup>198</sup> Ibid, p. 14-7.

<sup>199</sup> Ibid, p. 15-7. Neste caso, o Co criou o Instituto de Psicologia, que não figurava em nenhuma proposta anterior.

Instituto de Matemática, como se aventava. Da mesma maneira, o conselheiro Oswaldo Fadigas Fontes Torres, diretor da Poli, afirmou ser contrário à perda da disciplina Estatística dos quadros da Politécnica<sup>200</sup>. Ao ser votado, por 27 votos contra um, a disciplina Estatística ficou na Faculdade de Filosofia.

Definir para onde iriam as disciplinas básicas extrapolava o âmbito meramente pedagógico, pois representava a quebra do isolamento das faculdades tradicionais. Era, sobretudo, uma decisão difícil, pois como saber se estatística estaria melhor na Matemática ou nas Ciências Sociais; a Bioquímica, na Biologia, Farmácia ou Medicina? Tal decisão demandava compreender o que definiria um instituto universitário completo.

Relativamente às dúvidas suscitadas em plenário quanto a composição dos vários Institutos, podemos informar: a) A divergência quanto a destinação das cadeiras de Mecânica resultou de uma diferença nos critérios adotados pelas duas comissões. A que estudou o problema dos Institutos predominantemente básicos, agrupou-as considerando, principalmente, as atividades científicas, afinidades do pessoal docente, enquanto que a Comissão dos Institutos predominantemente profissionais agrupou-as considerando a matéria a ser lecionada. O impasse parece-nos poder ser resolvido, adotando-se este último critério [...].<sup>201</sup>

A despeito das dificuldades, cada argumento foi debatido e, quando necessário, votado. Desse ponto em diante, o foco do Co passou a ser erigir os institutos, pautando-se pela divisão: básicos *versus* profissionais. Muitas vezes, os confrontos colocavam usuais aliados em lados opostos, como é o caso da pesada crítica feita pelo conselheiro Orlando Marques de Paiva.

A ata registra uma longa fala do diretor da Faculdade de Veterinária<sup>202</sup> afirmando que a maneira com a qual as matérias estavam sendo redistribuídas havia “destruído” a Faculdade de Medicina Veterinária. Segundo o conselheiro, “enquanto aqui se **luta**, vez por outra, para deter uma disciplina, a Faculdade de Medicina Veterinária, a rigor, pleiteia sua sobrevivência”<sup>203</sup> [grifo nosso]. Após descrever uma série de matérias que em tese deixariam a Veterinária, fazendo com que, segundo Orlando Marques, essa faculdade ficasse inviável, reiterou: “A Faculdade de Medicina Veterinária reiterará e enriquecerá pronunciamentos

---

<sup>200</sup> Ibid, p. 10.

<sup>201</sup> Ibid, p. 6.

<sup>202</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 14 jan. 1968, livro 36, 633ª sessão, pp. 1-3.

<sup>203</sup> Ibid, p. 3.

anteriores, que não de convencer este Conselho Universitário e garantir-lhe tratamento igual ao proporcionado à Faculdade de Direito”.<sup>204</sup>

O diretor da Veterinária expôs uma diferença na correlação de forças entre as faculdades. Os termos “luta” e “sobrevivência”, invocados por Orlando Marques, resumem a disputa acirrada por maiores porções de matérias, o que se traduz, no âmbito universitário, em maior número de professores, alunos, estrutura, verba e influência.

Nesse embate, o diretor da Faculdade de Medicina lançou-se à guerra, lendo uma longa manifestação feita pela Congregação da Faculdade de Medicina, em que afirmava que “A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo é uma unidade perfeitamente estruturada”<sup>205</sup>, donde se entende que é impossível tanto a perda de disciplinas básicas quanto sua ida para a Cidade Universitária. Após uma série de argumentos acerca da “perfeita” estrutura de sua unidade, João Alves Meira reitera o poder da tradição, que, na USP, lhe conferiu uma força maior, assim como havia expressado Orlando Marques.

Continuando o esforço de frear a reforma, o conselheiro Metry Bacila, professor da FV-SP, destacou que

a reestruturação **não deve ser extremamente radical**. O patrimônio cultural, didático e científico da Faculdade de Medicina é tão impressionante que se estranha o desejo de muda-lo. Solicita ao Conselho Universitário permissão para que as Congregações deem a sua opinião e a fórmula que entendam deva melhor se ajustar ao seu destino. Não vê razão para não se permitir às Congregações da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Medicina Veterinária, que são especializadas naquele grupo de ensino, que digam como deve ser a sua estruturação.<sup>206</sup>

Se a reforma pretendia constituir uma Universidade integrada, com a possibilidade de constituir currículos flexíveis, os debates se encaminhavam para limitar seu alcance a algumas faculdades e proteger outras, empenhando-se por uma reforma conservadora. O conselheiro Luiz Ferreira Martins, vice-diretor da FO-Ba, advogou que o Co precisava tomar uma decisão: “manter uma filosofia já definida da reforma, que é a da integração da parte básica das

---

<sup>204</sup> Ibid.

<sup>205</sup> Ibid, p. 6.

<sup>206</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 14 jan. 1968, livro 36, 633ª sessão, p. 8.



diferentes Faculdades nos Institutos Básicos, ou rever tudo o que já decidiu a respeito”<sup>207</sup>. O conselheiro Ulhôa Cintra, professor da FM-SP, afirmando ter sido contrário ao parecer da congregação de Medicina, deixou claro o ataque que a reforma estava recebendo: “Nesta altura dos acontecimentos, uma ameaça muito séria pesa sobre a reforma universitária. [...]. Nada é feito sem luta”<sup>208</sup>. Novamente é evocada a metáfora da luta, na qual cada diretor de unidade empunhava armas na busca por proteger suas possessões.

A batalha principal girou em torno do Instituto de Bioquímica, para o qual diversas disciplinas básicas da Veterinária e da Medicina seriam transferidas. O reitor colocou em votação se as disciplinas básicas deveriam ou não sair de suas faculdades de origem, com aprovação de 26 votos contra cinco<sup>209</sup>, o que representou uma derrota para as faculdades profissionais afetadas. O conselheiro Eduardo Moacyr Krieger (2021) ajuda a entender esse placar, na entrevista que me concedeu:

Quando o Hélio assumiu o Conselho passou a se reunir semanalmente, acho que dois dias por semana e tal e havia várias Comissões trabalhando, cada uma apresentava ao Conselho o resultado e era discutido e nós tínhamos maioria. A gente aprovava a reforma facilmente, a minoria... fazia uma oposição, mas não tinha possibilidade de impedir as votações. Então, isso permitiu que em nove meses a gente montasse um novo Estatuto para a USP.

Essa “minoria” passou a acumular derrotas nas votações, com perdas de disciplinas e espaços de poder na universidade. A reforma desafiava a dita tradição da USP conforme se consolidava e, ao criar as assembleias igualitárias, as câmaras curriculares, a paridade entre institutos e a divisão entre básicos e profissionais, acirrava ainda mais as oposições, dentro e fora da universidade.

A sessão de 11 de fevereiro<sup>210</sup>, por conseguinte, iniciou os trabalhos de organização dos institutos profissionais. O primeiro caso a ser analisado após o relatório da Comissão foi a Faculdade de Direito, que seria transformada no Instituto de Ciência Jurídica. Os conselheiros Alfredo Buzaid e José Pinto Antunes, da Faculdade de Direito, respectivamente diretor e representante da Congregação, posicionaram-se de forma contrária às alterações.

---

<sup>207</sup> Ibid.

<sup>208</sup> Ibid, p. 9.

<sup>209</sup> Ibid, p. 10.

<sup>210</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 11 fev. 1968, livro 36, 635ª sessão, p. 4.

Buzaid alegou que, juridicamente, a Faculdade de Direito era uma fundação, tendo mantido esse *status* mesmo após ter sido incorporada à USP, e que, portanto: “não pode ser alterada a denominação da Faculdade de Direito, sem a anuência expressada da vontade unânime de sua Congregação”<sup>211</sup>. Complementa, então, José Pinto Antunes, professor da FD:

Não podemos concordar com a organização departamental relativa, especialmente, àquelas partes em que se tenta excluir do nosso ‘currículum’ as disciplinas Economia Política e Ciência das Finanças, transferindo-as para outros Institutos da nossa Universidade<sup>212</sup>.

A estratégia executada pelos conselheiros da Faculdade de Direito era desmontar a proposta da Comissão Especial em seus dois principais aspectos: a uniformização dos nomes dos institutos e a perda de disciplinas básicas. Era necessário não apenas se opor às propostas da reforma, mas justificar a “superioridade” do trabalho feito pela Faculdade de Direito. Seguindo a fala de Pinto Antunes:

E isto [retirar as disciplinas básicas] seria trancar o nosso ensino naquilo que constitui a principal missão, quase bisseccular da nossa Academia – preparar, pelo ensino das Ciências do Estado, os homens públicos para o Brasil. Advogados e leguleios podem fazê-los as escolas de bairro ou as espalhadas em quase todos os vilarejos brasileiros, mas estadistas do porte de Rio Branco, Rui Barbosa e de quase todos os Presidentes civis do Brasil, é tarefa que, historicamente, nos cabe preparar pelo ensino básico daquelas disciplinas de cujo ensino nos querem excluir.<sup>213</sup> [grifo do original].

Se a FD teria esse privilégio por sua história, o conselheiro Telemaco Van Langendonck, professor da Poli, defendeu que o mesmo tratamento fosse dado à Politécnica, ou seja, as prerrogativas de manter seu nome e sua estrutura intactos<sup>214</sup>. Novamente, Antônio Barros de Ulhôa Cintra colocou-se em contrário, justificando terem elas o poder de destruir a reforma, e pedindo que fossem examinadas e votadas detidamente. Assim sendo, a proposta de manter as disciplinas básicas na Faculdade de Direito foi derrotada por 20 a 15. Na sequência, Buzaid fez uma nova proposta, de que não fosse alterado o nome da

---

<sup>211</sup> Ibid, p. 5.

<sup>212</sup> Ibid, pp. 5-6.

<sup>213</sup> Ibid, p.6.

<sup>214</sup> Ibid, p. 7.

faculdade, e que duas disciplinas básicas, a saber, Economia Política e Medicina Legal, permanecessem no Direito, tendo sido ambas aprovadas<sup>215</sup>.

Difícil medir, portanto, se foi uma derrota ou uma vitória para a reforma o fato de algumas matérias básicas terem sido alocadas em outros institutos, enquanto outras permaneceram onde se encontravam. No caso do Direito, é evidente que a tentativa de homogeneizar a USP através de seus institutos também caiu, mantendo essa unidade com seu nome e suas matérias, portanto, isolada. Na sequência, também a Escola Politécnica logrou manter algumas de suas disciplinas básicas, além de seu tradicional nome<sup>216</sup>.

Outro que se levantou na busca por proteger seu espaço foi o diretor da Faculdade de Medicina, João Alves Meira. Contrapondo-se à virtual perda das disciplinas básicas, declarou:

Julgo que a reforma da USP deve ser aproveitada para aperfeiçoar, aprimorar e corrigir o que precisa ser corrigido, sem, entretanto, comprometer uma organização no que ela tem de fundamental e representa uma conquista adquirida por uma grande experiência na educação médica. A F.M.U.S.P. posso afirmar, tem se mantido na vanguarda e acompanhado o progresso da ciência médica<sup>217</sup>.

A luta do diretor da Faculdade de Medicina, nesse caso, não tangia à questão do nome, que até esse momento mantinha-se alterado para Instituto de Ciências Médicas. Seu ponto é a perda de disciplinas básicas. Essa perda já havia sido concretizada na criação do Instituto de Bioquímica, mas João Alves Meira propôs um substitutivo, de nova estrutura para a Faculdade de Medicina, com inúmeras alterações quanto à proposta da Comissão. Dentre as alterações estava a criação de novas disciplinas básicas. Após ser examinada pelos pares, a proposta das novas disciplinas foi aprovada<sup>218</sup>.

Os institutos de Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Saúde da Comunidade e Ciências Farmacêuticas foram todos aprovados nessa mesma sessão, sem alterações substanciais em relação ao projeto da Comissão Especial.

---

<sup>215</sup> Ibid, p. 8.

<sup>216</sup> Ibid, p. 16.

<sup>217</sup> Ibid, p. 19

<sup>218</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 25 fev. 1968, livro 36, 637ª sessão, p. 10.

Com o prosseguimento da reforma, o Conselho se defrontou com a lei 464, de 11 de fevereiro de 1969. O vice-reitor em exercício pediu que o Co ficasse atento, para que a reforma se mantivesse de acordo com o Decreto<sup>219</sup>. Segundo Carlotto (2014), a lei 464 é uma expressão do pensamento modernizante de eficiência neoliberal, que então se impunha às universidades nesse período. Seu ideal estava presente, não apenas na estrutura do projeto desenvolvido no Conselho Universitário da USP, como nas propostas do governo federal. Em seu artigo 2º, está assim definido:

Será negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecida isolado de ensino superior quando, satisfeitos embora os mínimos requisitos prefixados a sua criação **não corresponda às exigências do mercado de trabalho**, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional [grifo nosso].

Não há, entre os conselheiros, nenhuma crítica à ideia de elevar o “mercado de trabalho” como baliza fundante de um instituto. O projeto de reforma construído pelo Co, sob a liderança Hélio Lourenço de Oliveira, não era de forma alguma um revolucionário, ou de orientação comunista. Era, em vez disso, uma reforma que dialogava intimamente com o que estivera em gestação no Grupo de Trabalho Federal, com os especialistas do Conselho Federal de Educação, e mesmo com o governo militar.

Nessa mesma sessão<sup>220</sup>, o reitor em exercício apresentou um detalhado cronograma da preparação do texto do estatuto. Hélio Lourenço esclareceu que todas as propostas aprovadas foram submetidas à secretaria da reitoria para a elaboração do texto a fim de que, após concluído, pudesse ser colocada para a aprovação do Conselho. Nesses momentos finais, são postos em votação temas como a estrutura administrativa da USP<sup>221</sup>; a organização do *campus* de Ribeirão Preto<sup>222</sup>, a incorporação e estrutura do Instituto de Educação Física<sup>223</sup> (GNECCO, 2005); a formatação do novo Instituto de Psicologia<sup>224</sup>. O que fica patente, é a inquestionável amplitude e liberdade das reflexões defendidas por

---

<sup>219</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 08 abr. 1968, livro 36, 640ª sessão, p. 7.

<sup>220</sup> *Ibid*, p. 8.

<sup>221</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 14 abr. 1968, livro 36, 641ª sessão, p. 8.

<sup>222</sup> *Ibid*, p.17.

<sup>223</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 15 abr. 1968, livro 36, 642ª sessão, p. 2.

<sup>224</sup> *Ibid*, p. 9.

Hélio Lourenço de Oliveira durante o seu reitorado, algo expressado por outros conselheiros, seja em entrevistas para este trabalho, seja em outras entrevistas e textos. A sessão do dia 15 de abril foi praticamente focada em discutir propostas de modificações das decisões que já haviam sido aprovadas. A dinâmica de deliberar e votar minuciosamente cada proposição e cada emenda perpassou a gestão de Hélio Lourenço, assim como fora na anterior.

Na sessão de 25 de abril<sup>225</sup>, o reitor em exercício levou à votação o texto do estatuto, elaborado por uma Comissão Especial composta pelos conselheiros Antônio Adamastor Corrêa, diretor da FO, Eduardo Moacyr Krieger, professor da FM-RP, Elza Salvatori Berquó, professora da FHSP, José Carlos Moreira Alves, professor da FD, José Francisco de Camargo, diretor da FEA, Lucio Penna de Carvalho Lima, professor do Instituto de Biologia, e Pedro Wongtschowski, representante discente<sup>226</sup>.

Os conselheiros aprovaram unanimemente o texto<sup>227</sup>, partindo, logo depois, para a última rodada de propostas de votações. Retomando o assunto da nomeação de algumas unidades tradicionais, decidiu-se pela seguinte composição das nomenclaturas: nome novo, dois pontos, e o antigo. A Faculdade de Direito, por exemplo, tornou-se “Instituto de Ciências Jurídicas: Faculdade de Direito”, o mesmo acontecendo com o Instituto de Ciências da Engenharia: Escola Politécnica e Instituto de Odontologia: Faculdade de Odontologia. Diante da decisão, o conselheiro Alfredo Buzaid, diretor da Faculdade de Direito, fez uma dura fala, em oposição, afirmando ser ilegal a alteração do nome de sua unidade.

O escrutínio das emendas estende-se até a sessão seguinte<sup>228</sup>, que abre com a notícia das primeiras aposentadorias compulsórias de docentes, após o AI-5. Os professores Jayme Tiomno, Florestan Fernandes e João Baptista Vilanova Artigas perderam seus cargos na Universidade de São Paulo. Hélio

---

<sup>225</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 25 abr. 1968, livro 37, 643ª sessão.

<sup>226</sup> Essa comissão teve apenas a atribuição de escrever as propostas aprovadas pelo Conselho Universitário, sem nada alterar ou adicionar, o que a faz ser diferente da comissão que seria criada na gestão Buzaid. Além disso, na Comissão escolhida pelo Hélio Lourenço há equilíbrio entre membros de unidades básicas e profissionais e a presença de um representante discente.

<sup>227</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 25 abr. 1968, livro 37, 643ª sessão, p. 2.

<sup>228</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 29 abr. 1968, livro 36, 644ª sessão.

Lourenço, na ocasião, enviou um apelo para que o Ministro da Educação e Cultura reconsiderasse as aposentadorias compulsórias. Na ata, a cassação e a ação de Hélio Lourenço foram registradas em poucas linhas, sem que se mencionassem as falas de conselheiros sobre o assunto, e seguiu-se com as deliberações a respeito da reforma.

Voltando ao Conselho a discutir a representação igualitária entre discentes e docentes nas Assembleias do Campus<sup>229</sup>, leu-se na sessão o artigo 38, da Lei 5.540:

O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, bem como em comissões instituídas na forma dos Estatutos e regimento. [...] § 3º - A representação estudantil não poderá exceder de um quinto do total dos membros dos colegiados e comissões.

Os conselheiros Eurípedes Malavolta e Luiz Ferreira Martins, passaram, então, a se manifestar contra a representação igualitária instituída na Assembleia do Campus. Todavia, a Comissão Jurídica da USP emitiu um parecer afirmando ser possível exceder de um quinto o número de discentes, posto que a assembleia era um órgão consultivo e não deliberativo<sup>230</sup>, argumento reforçado pelo representante dos estudantes, Pedro Wongtschowski. Ficou decidida, portanto, a manutenção da igualdade de representação. O relatório da Comissão Jurídica foi aprovado por 13 votos contra 12, indicando a divisão do Co acerca do assunto, tendo os conselheiros Antônio Adamastor Corrêa e Maria Rosa Souza Pinheiro, respectivamente diretores da FO e EE, defendido a ilegalidade da representação igualitária. Com essa votação, o texto permaneceu inalterado nesse particular, seguindo para a deliberação do Conselho Estadual de Educação.

### **III. 6. A cassação dos membros do Conselho Universitário**

A sessão de 07 de maio<sup>231</sup> ocorreu após a cassação de diversos docentes da USP, na esteira do Ato Institucional nº 5. Dentre os professores aposentados

---

<sup>229</sup> Ibid, p. 8.

<sup>230</sup> Ibid, pp. 9-11.

<sup>231</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 07 mai. 1969, livro 36, 645ª sessão.

estavam três membros do Co: o reitor em exercício Hélio Lourenço de Oliveira, Elza Salvatori Berquó e Jon Andoni Vergareche Maitrejean, professor da FAU.

O projeto sustentado por Hélio Lourenço para a reforma da USP não era muito diferente daquele que os técnicos do governo federal propunham. O vice-reitor era favorável à extinção das cátedras, como a Lei 5.540 veio impor; buscou constituir uma universidade cujo currículo fosse voltado para a pesquisa, como era a defesa histórica da SBPC, bem como lutou para que a USP mantivesse os olhos voltados para o mercado de trabalho cada vez mais exigente e em constante modificação, aspecto sustentado pelos técnicos do Grupo de Trabalho federal. Outrossim, nunca se colocou contra as leis 5.540 e 464 e, na realidade, buscou, após suas promulgações, manter a reforma condizente com essas orientações, por obediência aos marcos legais e porque, em grande medida, elas estavam de acordo com suas próprias convicções.

Não há uma única fala de Hélio Lourenço, registrada em ata ou em qualquer documento público que possa ser interpretada como “esquerdista”, ou que expressasse contrariedade às linhas mestras do governo federal no campo educacional. Até mesmo as diretrizes aventadas pela Aliança para o Progresso influenciaram Hélio Lourenço, uma vez que boa parte de sua formação se deu nos EUA, assim como as inovações que implementou no ensino de clínica na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto foram inspiradas nas universidades americanas, o que lhe rendeu, inclusive, o financiamento da Fundação Rockefeller (OLIVEIRA, 2016).

Em resumo, se o projeto de universidade do conselheiro Hélio Lourenço de Oliveira não se opunha ao do governo federal, sua cassação foi motivada pela luta que travou em favor da autonomia universitária, assim como pela contraposição ao conservadorismo dos diretores de faculdades tradicionais e pela busca por criar oportunidades e espaços mais democráticos de diálogo, como foi o caso da assembleia paritária.

Hélio descobriu a força simbólica que seu nome adquirira dentro da universidade, mas viu-se no centro de um pesado jogo político. Sabia também que algumas de suas atitudes poderiam ter contribuído para a animosidade manifesta de Gama e Silva. Uma delas, suspeitava, fora um episódio de 1964, logo após a tomada do poder pelos militares, quando se recusara a apoiar uma moção de desagravo do conselho universitário ao ainda reitor Gama e Silva. A moção visava apoiar a

posição do reitor, que negava as notícias da existência de terrorismo cultural na USP (OLIVEIRA; PRADO, 2017, p. 123).

Segundo Oliveira e Prado, já no início do regime militar, Hélio, como membro do Conselho Universitário, colocou-se em evidência por não assinar a moção de desagravo ao poderoso reitor e futuro Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva. Somaram-se a isso mais dois aspectos, um interno e outro externo à USP. O interno se deu no âmbito de uma disputa na Faculdade de Medicina, que opunha professores mais progressistas, baseados na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da qual Hélio Lourenço era um dos principais expoentes, contra um grupo mais conservador, com base na Faculdade de Medicina de São Paulo. Essa disputa levou o grupo mais conservador a se apropriar dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) instalados na USP por Gama e Silva para cassar oponentes e diminuir resistências:

O representante do Ministério Público afirma que [...]: “dois grupos se digladiavam na Faculdade de Medicina da USP. Em posições antagônicas, tanto no setor científico como no político. Um, eminentemente conservador, via, nos outros, atividades subversivas. E por quê? Porque estes outros não se conformavam com a estagnação da vida universitária num regime considerado retrógrado. Pugnavam por reformas que visavam integrar a universidade no que julgam ser sua finalidade. E esse movimento, naturalmente, fez escola” (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2018, p.54).

No campo externo, Hélio foi tragado pela disputa política entre o governador Abreu Sodré e o próprio Gama e Silva. Segundo Oliveira e Prado (2017), Abreu Sodré buscava se desvincular da pressão política vinda da “linha dura” no poder em Brasília, e Gama e Silva intentava ampliar sua influência no estado de São Paulo. Quando, em 1967, ocorreu a eleição para vice-reitor, que objetivamente iria eleger o reitor em exercício, dado o afastamento de Gama e Silva para ocupar o ministério, iniciou-se uma competição entre os dois políticos pelo controle da universidade que, no estado, era um importante polo de poder.

Abreu Sodré e Gama e Silva disputavam espaço na arena política em São Paulo e essa disputa se transformou em uma ácida queda de braços entre o Palácio dos Bandeirantes e o Ministério da Justiça, cujo motivo foi a inclusão do nome de Hélio [Lourenço de Oliveira] na Lista tríplice composta pelo conselho universitário e enviada ao governador. Na véspera da reunião do conselho, o reitor Gama e Silva havia cuidado de compor uma chapa com nomes de sua confiança e, em jantar em sua casa, apresentou-a para 22 conselheiros que constituiriam maioria na reunião do dia seguinte. Alguns desses conselheiros, porém, sentiram-se constrangidos por essa pressão e não atenderam ao pedido, possibilitando a inclusão de Hélio na lista. (OLIVEIRA; PRADO. 2017, p. 122)



Gama e Silva venceu essa disputa, elegendo um aliado, o conselheiro e diretor da Faculdade de Filosofia Mário Guimarães Ferri. Contudo, Hélio despontou como um opositor à força política do grupo de Gama e Silva na USP, não apenas porque poderia representar um aliado ao governador Abreu Sodré na disputa por diminuir a força de Brasília em São Paulo, mas um aliado de Antônio Barros de Uihôa Cintra, ex-reitor da USP, secretário de educação de São Paulo e importante figura do grupo que fazia oposição à influência do regime militar, representada na figura de Luís Antônio da Gama e Silva. Hélio Lourenço passou a ser, portanto, uma das pessoas identificadas como inimigas da “revolução” e de seus aliados, tendo se tornado um dos alvos da máquina persecutória do regime:

As insinuações eram passadas a jornais do Rio e de São Paulo. Coisas assim: “Causou certo suspense nos meios militares de São Paulo a inclusão do nome do sr. Hélio Lourenço da Oliveira na lista tríplice da qual sairá o novo vice-reitor da Universidade de São Paulo” (Correio da Manhã, 15-4-1967); “Setores duros do II Exército declaram-se constrangidos com a inclusão do professor Hélio Lourenço na lista tríplice para a escolha do futuro vice-reitor da Universidade de São Paulo. Afirmam que o professor tem um passado subversivo...” (Diário de São Paulo, 19-4-1967) (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP, 2018, p. 42).

Esse “constrangimento”, sentido pelo II Exército, era fruto da estratégia de taxar os inimigos do regime como “subversivos” ou “radicais”. Não por acaso, o próprio Hélio Lourenço de Oliveira (2016, p. 18) relata que “na oportunidade, [em que exercia a reitoria em sua substituição], sendo mencionado meu nome, S. Sa. apressou-se em declarar que se tratava de elemento ‘particularmente perigoso’”. Essa representação de que Hélio Lourenço era “particularmente perigoso” aparece também na entrevista dada pelo conselheiro Antônio Adamastor Corrêa, bastante vinculado ao regime, afirmando que o vice-reitor cassado “era de um grupo mais radical” (GNECCO, 2005, p. 36).

Ao ser caracterizado como inimigo, Hélio Lourenço torna-se um “esquerdista”, em um informe da Secretaria Pública de São Paulo dirigida ao DOPS, datada de 11 de janeiro de 1971, portanto, após a cassação de seu cargo. No documento, relata-se um “elevado número de elementos esquerdistas que estão no exterior, gozando os benefícios de ‘Bolsas de Estudo’” (Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, 1971), sendo que um deles era Hélio Lourenço de Oliveira. A pecha de comunista era, aliás, utilizada largamente

como forma de colar um alvo, quer nos pretensos inimigos do regime, quer nos desafetos pessoais do acusador. Em entrevista, o professor Eduardo Moacyr Krieger afirmou que

todos nós éramos chamados de comunistas, né? Eu, várias vezes que viajei, eu tive que... os caras me chamavam e tal, para eu poder passar o passaporte e tal... quer dizer, eu estava também eu acho que fichado como comunista (KRIEGER, 2021).

Pedro Wongtschowski (2021), aluno da Politécnic e representante discente no Conselho, assim se manifestou sobre a figura de Hélio Lourenço e as razões de sua cassação:

Bom, o Hélio pela posição de liderança que ele ocupava, tá certo? Pelo prestígio pessoal dele, pela posição de liderança dele. Essa é minha interpretação, entendeu? Quer dizer... essas listas [de nomes para serem cassados e/ou perseguidos] funcionavam na base do interesse pessoal, a questão ideológica era de menor relevância. Então provavelmente o Buzaid, ou alguém que tinha grande influência no regime, ou o Gama e Silva e tal, pensou: vamos cortar as assas desse cara, vamos cassar esse cara, porque ele é nosso inimigo. Eu acho que não havia propriamente uma questão ideológica, jamais soube que o Hélio Lourenço tinha qualquer tipo de... de vocação comunista ou... sei lá, ou que angariava jovens, ou que pertencia a algum partido político. Duvido. Eu acho que aí era uma questão de motivação política, no pior sentido da palavra. Quer dizer, eu preciso diminuir o número de... as lideranças contra o regime. As lideranças contra o regime por que? Porque eram liberais, tá certo? Eram contra as cassações, eram favoráveis a autonomia da universidade. Então, eu acho que o Hélio Lourenço é isso, só isso. [...]. Então é assim, o diretor quer se vingar de um inimigo interno ou de alguém que ameaça seu poder, ele arruma um jeito de falar com um amigo que é general ou de falar com o Buzaid porque esse cara está perturbando lá na FAU, por exemplo, entendeu? E... eu acho que funcionava um pouco assim, [...] o Hélio Lourenço, tenho certeza de que não era [de algum movimento de esquerda], era a questão mesmo de cassar uma liderança que equivalia a um inimigo político dentro da estrutura política da universidade, nada a ver com ideologia. Então, a minha interpretação é que a maioria dessas cassações eram desse tipo [...].

A cassação do reitor em exercício foi, portanto, uma resposta às disputas pelo poder na universidade e no âmbito político estadual. Hélio Lourenço passou a ser identificado como parte da oposição democrática ao regime. Suas vinculações políticas e seu indiscutível empenho pela autonomia universitária levaram a que sua figura se tornasse “subversiva” diante dos olhos dos aliados à ditadura.

Tornando sua posição mais insustentável, o vice-reitor se mostrou favorável, em certos aspectos, aos estudantes e suas liberdades de expressão e mobilização. Em um boletim do Serviço Nacional de Informação, na sessão

“Atividades Subversivas”, há o seguinte registro acerca dos estudantes presos no Congresso de Ibiúna:

Nota distribuída ontem pelo Palácio dos Bandeirantes informa que o novo reitor da Universidade de São Paulo, prof HÉLIO LOURENÇO DE OLIVEIRA, em seu primeiro despacho com ABREU SODRÉ, solicitou ao governador a soltura dos estudantes presos. O prof. HÉLIO LOURENÇO ofereceu, ainda, a colaboração da Reitoria da USP no sentido de proporcionar assistência aos estudantes detidos, colaborando para tranquilizar seus familiares. (Serviço Nacional de Informação de São Paulo, 1968, grifo do original)

Era como se o reitor em exercício usasse a USP para abrigar “subversivos”. Esse posicionamento favorável ao movimento estudantil ficou registrado, em outro documento de 15 de janeiro de 1969, quando o Coronel chefe da Segunda Seção do Segundo Exército pediu informações sobre Hélio ao DOPS. Na área “Dados Conhecidos” está escrito “que o referido professor demonstra simpatia por estudantes esquerdistas” (relatório do Departamento de Ordem Política e Social, 1968). Junta-se a isso o seu empenho em criar uma assembleia com representação igualitária entre alunos e professores na USP, que, mesmo não tendo poder decisório, teria capacidade de pressionar o Conselho Universitário.

Seu reitorado reitoria desafiou as faculdades tradicionais, buscando uma estrutura menos hierarquizada, em que a universidade fosse pensada de forma mais igualitária, chamando contra si forças muito próximas da ditadura militar no poder. Segundo Eduardo Moacyr Krieger (OLIVEIRA, 2016, p. 58):

As reações à reforma, e que colaboraram para que ocorressem as aposentadorias, incluindo-se a do vice-reitor prof. Hélio Lourenço, provinham de duas fontes: os ‘conservadores’, que não se conformavam com as alterações previstas e os ‘oportunistas’, ansiosos para ocupar cargos e posições de mando na universidade. Estes eram os mais ativos e há fundadas suspeitas de que eram influenciados por Brasília.

Por fim, o secretário da reitoria, Fábio Prado, fez um relato sobre o dia em que a cassação de Hélio Lourenço foi anunciada (OLIVEIRA; PRADO, 2017, pp. 142-44):

Às dezenove horas lembrei-me de ouvir a Hora do Brasil. Pedi um pequeno rádio de pilha [...]. Apareceu um, emprestado pelo Afonso, zelador do prédio. Liguei. O locutor estava justamente lendo a lista, em ordem alfabética, de docentes da USP. Já se encontra na altura da letra “c”. E os nomes iam desfilando, um a um, na sequência trágica: “Caio Prado Júnior, Elza Berquó, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso”. E, logo mais: “Hélio Lourenço de Oliveira”. Estava consumada a violência, a óbvia injustiça, irreversível, insuscetível de

qualquer tipo de consideração, inclusive por parte do Poder Judiciário, proibido pelo AI-5 – ato que, com suas lentes embaçadas e unhas ácidas, nutria-se de almas e de cérebros – de apreciar a legalidade e legitimidade de tais cassações. A realidade acabava de transpor a fronteira da expectativa.

[...] entrei na sala do reitor. Fechei a porta atrás de mim. Naquele dia, naquele momento – quando as sombras do fim da tarde, além das enormes janelas, já tornavam cinzenta a paisagem da Cidade Universitária, coube-me o encargo histórico, penoso, de transmitir ao homem superior, tranquilo, altaneiro, a notícia de sua cassação. Eu estava chocado. Conte-i-lhe o que há cinco minutos escutara no rádio. Naquele momento, apenas eu e ele na sala. O homem superior, tranquilo e altaneiro ouviu em silêncio. Não disse uma palavra de protesto, não fez qualquer gesto de aborrecimento. Falou apenas: “Então, nada mais tenho a fazer aqui. Vou retirar algumas coisas pessoais da gaveta e, em seguida, partir”. Fui, portanto, pelas especiais circunstâncias, a primeira pessoa que comunicou a Hélio Lourenço a notícia dramática. Começou, com gestos lentos e calmos, a recolher seus objetos. Quase nada: uma agenda, alguns papéis pessoais. Expressei-lhe minha profunda revolta. Ajudei-o a separar suas coisas, impressionado com sua tranquilidade. Hélio Lourenço não fez uma censura ao ato brutal, que, mutilando-o, o retirava à força de seu convívio com o ambiente universitário que tanto amava, ao qual dedicara, com tanta dignidade, toda sua vida.

[...] A notícia se espalhou e uma sucessão de chamadas passou a ser dirigida ao gabinete. Alguns professores foram até lá abraçá-lo. A sala ficou cheia. Hélio abraçava os amigos, com um sorriso digno e comedido, oferecendo gestos de carinho, nunca de reclamação ou revolta. Naquela noite, mais do que em qualquer outra ocasião, senti que estava na presença de uma pessoa extraordinária.

Por volta das 10 horas da noite, a dolorosa reunião terminou. Hélio se recusou a usar o veículo oficial, já que “não poderia usufruir qualquer benefício decorrente do cargo de reitor”...

Encerrava-se, de maneira traumática e sombria, um capítulo da história da Universidade de São Paulo. E Hélio Lourenço partiu, entre os escombros de sua vida que acabava de ser desmoronada.

## CAPÍTULO IV. REFORMA CONTROLADA

### IV. 1. Alfredo Buzaid, o novo reitor em exercício

A sessão após a cassação foi presidida por Alfredo Buzaid, que tem como primeira decisão colocou em votação a lista tríplice para definir o ocupante da cadeira de vice-reitor. No primeiro turno, ficou assim a lista de votos: Oswaldo Fadigas Fontes Torres com 22, Alfredo Buzaid com 21, Rodolfo dos Santos Mascarenhas com 20, Paschoal Ernesto Américo Senise com 19, Telemaco de Macedo Van Langendonck com 18, João Alves Meira com 17, além de outros com poucos votos. Os dois primeiros candidatos ficaram aptos a figurar na lista tríplice.

Há uma forte mudança na correlação de forças. No pleito que havia eleito Hélio Lourenço, Alfredo Buzaid conseguira poucos votos, mas neste recebeu o suficiente para ficar em segundo lugar. Na votação seguinte, o conselheiro Paschoal Ernesto Américo Senise ocupou a terceira posição na lista<sup>232</sup>. O que não está transcrito nas atas, entretanto, é a costura política tentada pelos conselheiros que buscavam proteger a autonomia da universidade diante do assédio do governo federal e seus partidários ao CO. Eduardo Moacyr Krieger revela essa costura:

Quando houve a aposentadoria do Hélio Lourenço e alguns membros do Conselho, nos pareceu que a resposta melhor que a USP daria, para aquela aposentadoria, era nossa... Fazermos uma lista tríplice, com nomes que... Não é? Que tivessem comprometidos com o espírito do que nós estávamos discutindo, vamos chamar assim, uma pureza da Universidade na USP e fechar [a lista tríplice]. E a gente soube de imediato, que havia um candidato já, forte, orientado pelo... próprio reitor Gama e Silva, que era o nome do Buzaid. Então, todo o esforço e toda a luta para... a eleição, era esta, uma lista tríplice, em que o Buzaid entraria, ou não. Isso foi toda... Ih!,, então, foram momentos mais dramáticos possíveis, voto a voto e tal, parecia que realmente havia chances de se compor uma lista de nomes ótimos, mas sem o Professor Buzaid. Mas, no dia, realmente, não deu outra, ele entrou, [...] e, que o Gama e Silva tinha ganho a parada, entendeu? [...]. Já havia suficiente pressão de... Brasília, para... se ele entrasse na lista, ele seria o vice-reitor. (GNECCO, 2005, pp. 113-4).

A estratégia falhou, e Alfredo Buzaid conseguiu entrar na lista tríplice, permitindo a Gama e Silva, de Brasília, exercer a influência necessária para eleger o segundo colocado da lista para ocupar a reitoria interina da USP.

---

<sup>232</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 07 mai. 1968, livro 36, 645ª sessão, p. 4.

Rodolfo Costa Machado (2016, p. 70) exprime como seguiu o ambiente no Conselho Universitário após a cassação de Hélio Lourenço de Oliveira, Elza Salvatori Berquó e Jon Andoni Vergareche Maitrejean:

Com a aposentadoria do vice-reitor da USP Hélio Lourenço de Oliveira pela ditadura, baseada nos amplos poderes conferidos pelo Ato Institucional n. 5 ao executivo federal do estado bonapartista, durante o governo Costa e Silva assumiu interinamente a reitoria “o professor Alfredo Buzaid, o mais íntimo dos colaboradores do professor Gama e Silva, e não se ouviu mais sequer um murmúrio de protesto por parte da cúpula universitária” diante das cassações de direitos políticos de professores, alunos e funcionários uspianos.

Passou a pairar a ameaça de cassação sobre todo e qualquer membro do Co que se levantasse para opor-se ao regime. O medo de ser cassado, exilado, ou mesmo de desaparecer, teve um efeito anestésico na última instância decisória da Universidade de São Paulo. Em entrevista, Eduardo Moacyr Krieger (KRIEGER, 2021), tratou do perigo que rondava a USP:

Guilherme Cruz: Sim, mas digo... quando o Buzaid é eleito reitor, essa posição era tão poderosa a ponto de conseguir mudar o que já havia sido decidido?

Eduardo Moacyr: Era! Era! Era poderosa, porque todo mundo sabia que poderia ser aposentado a qualquer momento. Havia temor naquela época, você pergunta se a gente tinha medo... não sei se se pode dizer medo, mas todo mundo sabia que estava correndo risco, porque ninguém tinha garantia pessoal nenhuma, eles podiam aposentar quem eles quisessem, entendeu? Não havia nenhuma justiça para julgar e etc., era arbitrário e acabou.

Em outra entrevista, Eduardo Moacyr expressou melhor a mudança na correlação de forças dentro do Conselho Universitário após as cassações:

A cassação de Hélio, ela... modificou, foi esse balanço de força... de, digamos, da Universidade mais poderosa do que as próprias unidades, deu um pouco de uma volta para as unidades mais poderosas de que a Universidade. [...]. Mas naquela época, existiam os, digamos, bem definidos, de um lado e outro. E sempre existe uma boa porcentagem de... gente que está no meio, tá certo? E que é simpático a quem está no poder. Então, o que houve, foi uma mudança de poder. Então, mudou de um lado para o outro e, os do meio foram para o outro lado. É isto! Então, para mim é muito simples, isso aí, não é? Vamos chamar assim: um terço era para um lado, um terço para o outro, um terço estava no meio, tá certo? Quem está com o poder, tinha dois terços. Era isto! Então, o Hélio Lourenço tinha dois terços, perdeu o poder, dois terços foram para o outro lado. Assim, perdia todas as votações, dali em diante... Até o último dia da reforma, todas as coisas eram aprovadas, não é? Conforme a maioria... Quer dizer, todas as coisas, no sentido de... dentro do plano da Reforma... Depois veio, vamos chamar assim, a reação à Reforma: “B”. Aí, a Reforma B tinha sempre a... Nós é que éramos derrotados em todas as votações, aqueles que tinham ganho na... primeira. Isso faz parte da vida, não é? (GNECCO, 2005, v. 2, p. 108)

Essa mudança da posição de “um terço” dos conselheiros em direção ao poder ficou evidente nas votações. Decisões como a criação da Assembleia Universitária e a atribuição de poder às Câmaras Curriculares haviam sido aprovados no reitorado de Hélio Lourenço, e, após a cassação de apenas três membros, em um universo de 40, essas medidas foram rejeitadas.

A respeito da atuação de Alfredo Buzaid na presidência das sessões do CO, Pedro Wongtschowski afirmou que

o Buzaid era aquela caricatura do ditador, entendeu? Então, com o Buzaid, ao que me lembro, as reuniões eram muito curtas, ninguém se metia a besta, ninguém... porque ele era autoritário, ele cortava e não deixava falar (WONGTSCHOWSKI, 2021).

O ato autoritário de silenciar um conselheiro é apontado também por Senise, quando relatou o ambiente de controle exercido por Buzaid:

Todos nós... dizíamos que estávamos debaixo de um “rolo compressor”. O professor Buzaid, já tinha a tática dele de cortar a palavra, de achar que a coisa estava resolvida, não é? Isso eu não me importo em dizer, porque eu mesmo tive a palavra cortada, mesmo, aliás, procurando fazer intervenções... com muito cuidado... e muita prudência (GNECCO, 2005, v. 2, p. 205).

Em suma, o Ato Institucional nº 5 e a reitoria de Alfredo Buzaid criaram na USP uma espécie de amarra, um “rolo compressor” capaz de atropelar a autonomia universitária e o debate, cortando tanto a palavra quanto a presença de membros da universidade.

Antes de se tornar diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1966, foi um atuante membro da Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo, juntamente com Miguel Reale e Luís Antônio da Gama e Silva, tido uma expressiva atuação na AIB de São Paulo, apoiando abertamente seu líder máximo, Plínio Salgado (MACHADO, 2019). Posteriormente, Buzaid atuou, na Faculdade de Direito, em apoio ao golpe de 1964, o que lhe permitiu pavimentar uma meteórica carreira à vice-reitoria da USP e aos cargos de Ministro da Justiça e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O que interessa ressaltar aqui, todavia, é o momento do pré-golpe de 1964. Mais especificamente, a participação de Buzaid – (na) e da FDUSP – na conspiração contra o presidente trabalhista João Goulart. Assinale-se apenas que a FDUSP, na figura de eminentes professores como Miguel Reale, Luís Antônio da Gama e Silva, o próprio Buzaid, entre outros, integrou a conspiração contra Goulart (MACHADO, 2019, p. 290).

Sua trajetória de ativa participação com o golpe de 31 de março de 1964 também o postulava como um intelectual da ditadura militar. Como diretor da Faculdade de Direito pôde participar, desde 1966, do Conselho Universitário. Posteriormente, em 1969, conquistou o segundo lugar na lista tríplice apenas após o AI-5 e a cassação do vice-reitor. Segundo Eduardo Moacyr (KRIEGER, 2021),

Eu acho que o que muda é o tempo, quer dizer... eh... quando foi a segunda eleição, já tinha uma reforma aprovada e muita gente contra a reforma, então queriam alguém que fosse antirreforma. Então foi isso que deu a possibilidade do Buzaid ser escolhido, porque era, seguramente, um dos mais conservadores que o Conselho tinha, um homem autoritário e era o ideal para a antirreforma. Então eles votaram nele, né? O Gama deve ter organizado a votação. O dia da eleição foi uma coisa dramática, porque havia pressão, contrapressão, era uma coisa... porque nós tínhamos os três candidatos muito bons, e nós tínhamos maioria antes, mas perdemos e eles conseguiram colocar o Buzaid, em segundo lugar. E acabou sendo escolhido no mesmo dia.

Ainda sobre Alfredo Buzaid, sua visão “antirreforma” não era absoluta. O estatuto até então construído tinha como um de seus pilares a instituição de uma universidade moderna, eficiente, pautada pelo mercado de trabalho e por um corpo docente formado por aprovados em concursos de provas e títulos. Buzaid não era contrário a esses valores, que coadunavam com a sua visão do direito. Segundo Rodolfo Machado (2016, p. 75),

a ideologia de Buzaid, desse modo, perfilhou a “análise do direito brasileiro, encarando o regime federativo sob dois prismas fundamentais, a) o do *desenvolvimento econômico*, b) e o da *segurança nacional* (BUZAID, 1971, p. 16). “A esse novo tipo, que promove o desenvolvimento econômico com o máximo de segurança coletiva, ousamos denominar *federalismo de integração*”, que “representa o triunfo do bem-estar de toda a nação” (BUZAID, 1971, p. 16), portanto, supostamente acima das classes sociais e de seus interesses político-econômicos (Grifo do original).

Para Buzaid, essa concepção tomou forma na Universidade de São Paulo, cujo currículo deveria ser voltado para o mercado de trabalho, sendo a missão do ensino superior fornecer mão de obra de qualidade para o desenvolvimento econômico. Esse aspecto, contudo, era pensado a partir de uma economia amarrada a um Estado forte, pautado pela Segurança Nacional, sendo a própria universidade uma ferramenta dessa estrutura. Em outras palavras, a autonomia universitária não cabia em sua equação. A eficiência no funcionamento de um sistema, seja a universidade, seja o próprio Estado, estava



atrelada, para Buzaid, à seleção de uma elite intelectual, como supostamente ocorreria no judiciário.

O judiciário, nessa visão buzaidiana, seria o “governo dos melhores” aludido pelo ideólogo, na medida em que “o ingresso na magistratura se realiza mediante concurso de provas e títulos”, “não é constituído por magistrados eleitos pelo voto popular” (BUZOID, 1970, p. 20). Eis aí, saúda Buzaid, “o cuidado de selecionar tais representantes do povo”, com “promoção por merecimento e antiguidade”, “podendo o estado afastar aqueles que se tornaram indignos da representação”. Em uma palavra, eis aí a louvada “racionalização do poder jurídico”, que “não nasceu por acaso nem por engano” (BUZOID, 1970, p. 21). “O concurso de provas e títulos” configuraria, pois, “um dos meios de selecionar os melhores para o exercício da função” no judiciário, que deveria servir de exemplo “realizador” dos poderes legislativo e executivo. (MACHADO, 2019, p. 308).

O que Buzaid chamava de “governo dos melhores” tinha implicações abertamente autoritárias, segundo Rodolfo Machado (2016, p. 76):

A racionalização buzaidiana implicaria, pois, a interdição do sufrágio universal e o enaltecimento da *nobreza* concursada de operadores da administração da justiça de estado. Contra os votos e as *massas*, os concursos de provas e títulos. Contra a razão das massas, aquela dos técnicos, reiterando-se o tom excludente da política judicial e de estado preconizada pelo ideólogo bonapartista Buzaid (grifo no original).

Em suma, os aspectos constituintes de uma universidade “eficiente”, pensada por um corpo dentre os melhores técnicos disponíveis, visando a um desenvolvimento econômico convergiam com o pensamento buzaidiano. Segundo Rodolfo Machado (2019, p. 325) por sua visão da economia, “Buzaid serviu como cogestor à *ditadura do grande capital* e mesmo que imbuído da regressividade integralista, promoveu a ditadura militar recrudescida como agente propulsor do capitalismo brasileiro”.

O que tornou a gestão e as ideias defendidas por Alfredo Buzaid muito diferentes das de seu antecessor foi o modo de pensar o que seria uma “universidade moderna”. Para Hélio Lourenço, através da reforma que ajudou a aprovar, o foco estava contido em uma universidade absolutamente integrada, com institutos equivalentes, divididos em profissionais e básicos, e tendo uma forte participação da comunidade universitária, incluindo professores de baixa hierarquia e alunos, e, principalmente, uma autonomia universitária forte e inquestionável. Buzaid, por outro lado, pautou sua luta por manter as faculdades tradicionais com seu alto grau de individualidade e, mesmo que a atenção ao mercado de trabalho fosse igualmente uma máxima, a autonomia universitária

não estava em seu horizonte. A universidade era vista por ele como um instrumento do governo, igualmente gerido por técnicos e especialistas, em que a participação deliberativa dos discentes era indesejável. Buzaid, como reitor em exercício, abriu as portas da universidade para as forças de controle e repressão da ditadura, de modo que “as contratações de docentes a partir de 1969 passaram a ser examinadas por agentes de segurança que durante um longo período se instalaram na própria reitora” (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2018, p. 119).

#### **IV. 2. A reforma da reforma sob Alfredo Buzaid**

Logo ao assumir a reitoria, o CEE emitiu seus relatórios sobre o estatuto que havia sido construído e enviado pelo vice-reitor cassado Hélio Lourenço. Na maquinaria montada pelo regime militar para controlar a reforma da USP, além da invasão e ocupação do CRUSP, das cassações e da eleição de Alfredo Buzaid era necessário dar ao novo reitor em exercício poderes “legítimos” de controlar a reforma antes de sua aprovação definitiva. Dessa forma, foram os três relatórios do CEE que emprestaram o verniz de legitimidade ao processo de controle da reestruturação da USP.

O documento do Conselho Estadual de Educação foi composto por três pareceres, escritos por Miguel Reale, Carlos Pasquale e Laerte Ramos de Carvalho. Como afirmou Eduardo Moacyr, o relatório não apontava críticas substanciais, nem propunha alterações profundas ao estatuto. Segundo Celeste Filho (2013, p. 231),

Miguel Reale e Laerte Ramos de Carvalho são enfáticos ao declarar que, apenas em nome da inovação, não se deveria colocar em risco as faculdades profissionais. Segundo os dois, a integração universitária não deveria servir de pretexto para que as escolas profissionais perdessem a sua caracterização específica e, até mesmo, as suas tradicionais denominações. Somente Miguel Reale declara que é ilegal a organização paritária prevista nos Estatutos da USP, no que se refere à Assembleia Universitária.

O parecer de Miguel Reale faz uma longa defesa das atribuições do CEE, a partir do conjunto de leis que lhe dão estrutura. O conselheiro buscou justificar

o poder do CEE de “rever e emendar”<sup>233</sup> os estatutos das universidades para que pudessem ser aprovados. Ainda que da Lei n. 5.540/68, que disciplinava a regulação de estatutos universitários pelo Conselho Estadual, constasse, no artigo 5º, que cabia ao CEE apenas “aprovar os Estatutos e o Regimento-Geral que disciplinam a organização e o funcionamento das Universidades estaduais”, segundo a leitura do relator, em verdade a lei “queria dizer” que

como se vê, é ampla e eminente a competência do CEE com referência ao ensino superior, não só quanto à “aprovação” (e quem diz “aprovar” diz “rever e emendar”, pois a aprovação não se reduz a simples operação de recusa ou veto, nem é feita tal distinção na lei)<sup>234</sup>.

Segundo Reale, quando a lei diz “aprovar”, isto significava também “rever e emendar”. Contando com a legitimidade de jurista, além de ex-reitor da USP, Miguel Reale dava ao CEE o poder de intervir nos estatutos universitários, mesmo que isso não constasse explicitamente da lei.

O parecer de Carlos Pasquale se inicia com uma introdução acerca da importância da autonomia universitária, especialmente, da autonomia financeira. Na sequência, formula um questionamento e três sugestões ao CO. O questionamento pedia ao Conselho Universitário que explicasse por que a USP se constituiu como uma federação de *campi* e não como uma única universidade circunscrita a um espaço geográfico, ou seja, à cidade de São Paulo. As sugestões foram que do nome da universidade constasse a palavra “Estadual”; que o estatuto contivesse um projeto específico para o funcionamento dos vestibulares e que a universidade deveria ter a sua própria fundação gestora das provas.

O último parecer, assinado por Laerte Ramos de Carvalho, faz uma longa digressão sobre a história da universidade no Brasil e sobre a Lei de Diretrizes e Bases, de 1961. Logo depois, passa a analisar os primeiros passos da reforma universitária, remontando o começo dos anos 1960, com as primeiras propostas e leis. Tudo isso para desaguar em uma análise elogiosa do Memorial Ferri e seu relator, Roque Spencer Maciel de Barros, além de analisar a lei 5.540/68.

---

<sup>233</sup> Utilizo os relatórios do CEE tal como estão registrados no Livro 38 das Atas do Conselho, pertencentes aos arquivos da Universidade de São Paulo; portanto, a paginação constante é referente ao referido livro 38.

<sup>234</sup> Página 346 do Livro 38 das Atas das Sessões do Conselho Universitário da USP.

O parecer busca legitimar o processo reformista pelo qual passavam as universidades brasileiras, a USP em particular, e tomar um partido nesse processo. Quando retomou o Memorial Ferri e, em especial, seu relator, o autor procurou ressaltar um processo anterior à reitoria de Hélio Lourenço de Oliveira, momento em que Mário Guimarães Ferri, aliado de Gama e Silva, era o reitor em exercício. Propõe-se a tratar o relatório do CEE e a posterior reformulação da proposta do estatuto, que seria liderada por Alfredo Buzaid, como etapa “natural” do processo de reforma, refutando qualquer afirmação de que se tratava de uma intervenção e uma deturpação do estatuto que fora aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário, antes das cassações promovidas pelo governo. Eduardo Moacyr, então representante dos professores assistentes confirma, em retrospectiva, essa engenharia de controle da reforma:

[O AI-5] foi o instrumento que permitiu a eles tomarem o poder na USP, foi isso. Foi muito interessante porque o Buzaid foi eleito em maio de 69 e veio do Conselho Estadual de Educação, [...] que mandaram [sic] de volta o Estatuto. A gente nem imaginava que o Conselho Estadual tivesse alguma coisa que ver com o Estatuto da USP, mas tinha. Foi para lá e eles fizeram um parecer dizendo que a USP tinha que responder por que tinha uma estrutura que era uma federação de *campi*, por que a carreira universitária era aberta, esses eram os dois principais elementos. E o Buzaid pegou esse dado, eles já tinham maioria, nomeou uma comissão que era absolutamente contra a versão anterior e apresentaram um novo Estatuto (KRIEGER, 2021).

A hipótese levantada por Eduardo Moacyr é que a lista de nomes para a cassação, o acordo para colocar Buzaid na lista tríplice, o relatório do CEE e a criação de uma Comissão Especial fizeram parte de uma estratégia para derrotar a oposição dentro do CO, reafirmar o controle da ditadura militar e frear traços considerados subversivos do Estatuto inicialmente aprovado.

Com os relatórios finalizados e enviados ao reitor em exercício, a sessão 648<sup>0235</sup>, iniciou-se com a definição sobre os próximos passos da reforma. Nela, Alfredo Buzaid apresentou sua proposta quanto ao calendário a ser adotado:

a) autorizar o Reitor a nomear uma Comissão para o estudo das emendas, sugestões e recomendações, elaborando no prazo de 15 dias um projeto definitivo que acomode o projeto do Estatuto da Universidade às deliberações do Conselho Estadual de Educação, sem que isso represente concordância integral às sugestões do referido conselho. [...] b) elaborado o projeto, a Reitoria fará a sua distribuição, acompanhada de cópia dos pareceres que foram votados no Conselho Estadual de Educação, para que os Srs. Conselheiros, a partir de 1º de setembro, e pelo prazo de oito dias, enviem as suas

---

<sup>235</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 11 ago. 1969, livro 38, 648ª sessão.

sugestões e emendas à Reitoria. c) vencido esse prazo, a Comissão se manifestará sobre as emendas até o dia 16 de setembro. d) o Conselho Universitário se reunirá extraordinariamente nos dias 22, 23 e 24 de setembro, para discutir e votar o projeto apresentado pela Comissão e as emendas oferecidas pelos Srs. Conselheiros<sup>236</sup>.

O reitor anunciou que iria constituir uma Comissão Especial para “adequar” o estatuto ao que fora sugerido pelo CEE, “sem que isso represent[ass]e concordância integral”, e antes de o Conselho ter acesso ao relatório emitido pelo CEE. A estranheza dessa decisão foi apontada pelo conselheiro Rubens Lima Pereira, o qual afirmou ser necessário que todos tivessem acesso prévio ao relatório do Conselho de Educação. A isso, o reitor respondeu que o enviaria aos conselheiros. A Comissão Especial foi constituída por Eurípedes Simões de Paulo, como presidente; Laerte de Almeida Moraes, relator; Paulo de Toledo Artigas; Orlando Marques de Paiva e Antônio Guimarães Ferri, todos os três, diretores de unidades profissionais e receosos dos caminhos que o estatuto havia tomado, visto suas manifestações contrárias à reforma durante o processo. Observe-se, como era de se esperar, a ausência de representantes discentes. A atribuição e a composição da comissão foram parte da estratégia do vice-reitor de desmontar, com aura de legalidade, o estatuto então aprovado. Segundo Eduardo Moacyr:

G. C.: Interessante. E o Buzaid... depois que teve o relatório do Conselho Estadual de Educação, ele cria uma Comissão Especial, fechada, que vai reavaliar todo o Estatuto votado, não foi? O senhor se lembra como foi esse mecanismo que o Buzaid criou?

E. M.: O mecanismo que eles fizeram foi o seguinte, eles reescreveram o Estatuto, não responderam absolutamente nada. Tanto que eu deixei gravado na ata do Conselho o meu voto contra o novo Estatuto, dizendo de que não fizeram o que deveriam fazer, que era responder o que o Conselho Estadual tinha questionado. Não! Eles fizeram uma nova reforma, o Laerte Ramos [na verdade o professor se confunde, o conselheiro era Laerte de Almeida Moraes] acho que era o coordenador da Comissão, escolheram a dedo os membros da Comissão. E aí deram para o Conselho um pacote completo, e já... assim eles tinham a maioria e aí aprovaram (KRIEGER, 2021).

Essa leitura dos eventos foi compartilhada por Paschoal Senise:

Isso foi o que arquitetaram, não é? O Buzaid nomeou uma comissão em que estava o Eurípedes [Simões de Paula], mas o Eurípedes não deve ter tido força para se impor. O Eurípedes, aliás, era sempre uma pessoa conciliadora... Essa comissão... acho que foi nomeada para fazer aquilo que foi feito. Quer dizer, o que as faculdades... que tinham a tarefa de formar profissionais quisessem. (GNECCO, 2015, v. 2, p. 206, grifo do original).

---

<sup>236</sup> Ibid, p. 2.

Outro aspecto da estratégia autoritária para impor decisões foi espremer o prazo de votação para que não houvesse tempo hábil de reflexão e debate no Conselho Universitário, fazendo com que o texto definido pela reitoria fosse aprovado quase automaticamente. O prazo de apenas oito dias para a leitura do parecer da Comissão Especial e para a proposição de emendas era exíguo, como afirmou o conselheiro Enéas Salati<sup>237</sup>, professor de São Carlos, ao que sugeria um tempo mínimo de quinze dias. Buzaid e o diretor da Faculdade de Economia, José Francisco de Camargo, defenderam o prazo de oito dias, alegando que corria-se o risco de a reforma não ser implantada ainda em 1970.

As votações sobre o novo estatuto iniciaram-se em 29 de setembro<sup>238</sup>. No texto do relator da Comissão Especial havia a intenção de reafirmar que a Comissão, criada pelo reitor em exercício e referendada pelo CEE, detinha o poder de rever o Estatuto. Segundo o próprio conselheiro, Laerte de Almeida, a Comissão teve como missão

rever toda a matéria [ou seja, o texto do Estatuto], no sentido lato do verbo, de emendar e compor, de reagrupar coisas que se haviam dissociado, de introduzir elementos novos necessários à harmonização de conceitos conflitantes, de, enfim, conferir organicidade e eficácia à estrutura emergente do confronto e da qual o texto seria mera expressão [...]<sup>239</sup>.

É evidente que a Comissão Especial detinha uma força quase ilimitada de ingerência sobre o estatuto, e não foi por acaso que o relator lembrou que tais poderes foram atribuídos pelo reitor e pelo presidente do CEE. A capacidade de “introduzir elementos novos”, dessa forma, estava sob o arbítrio de uma comissão majoritariamente constituída por conselheiros “antirreforma”, na adjetivação de Eduardo Moacyr.

Com efeito, o estatuto aprovado por Hélio Lourenço de Oliveira foi revisto, emendado, reagrupado e acrescido. Essa ingerência se refletiu, por exemplo, na ampliação do número de membros do Co e na criação de um órgão bastante poderoso, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade. Também houve mudanças em questões menores, como a

---

<sup>237</sup> Ibid, p. 3.

<sup>238</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 29 set. 1969, livro 38, 650ª sessão.

<sup>239</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, Anexo 1º, livro 38, p. 114-115.

modificação de nomenclaturas das carreiras docentes. O conselheiro Paschoal Ernesto Américo Senise assim expressou esse poder de ingerência:

Outro assunto importante é o da pós-graduação. Esse capítulo não foi sequer mencionado pelo Conselho Estadual de Educação. De sorte que a decisão da Comissão de modifica-lo deixo-o [ao conselheiro] de certa forma perplexo<sup>240</sup>.

Seguindo práticas autoritárias para controlar a reforma, Alfredo Buzaid propôs um Projeto de Resolução, espécie de roteiro para os trabalhos da sessão. Segundo essa resolução, cada conselheiro teria, independentemente de quantas emendas houvesse proposto, um tempo de quinze minutos para defendê-las. Do conjunto de propostas, apenas uma poderia ter destaque e ser votada individualmente, enquanto outras deveriam ser unidas às propostas de emendas dos conselheiros e votadas como uma só.

Esse processo de votação em bloco, sem uma análise minuciosa dos conselheiros, fez com que a Comissão tivesse mais poder para defender o estatuto que havia redigido, blindando-o de alterações por parte dos conselheiros, retirando, assim, o poder do Co. Esse processo é bastante diferente do que, segundo as atas, dava-se durante a presidência de Hélio Lourenço, ou mesmo anteriormente, quando as votações se estendiam em longas e detalhadas discussões. Em suma, a composição da Comissão Especial, o tempo exíguo para trabalhar, o poder e a liberdade da Comissão para manipular o texto, bem como a dinâmica restritiva da votação favoreceram a redução drástica do poder decisório dos conselheiros, atribuindo ao reitor em exercício e a sua Comissão Especial poderes quase absolutos sobre a reforma.

Em contraposição ao Projeto de Resolução de Buzaid, o conselheiro Oswaldo Fadigas Fontes Torres, diretor da Politécnica, propôs uma dinâmica mais próxima aos moldes do formato anterior:

a) Discussão e a votação serão feitas capítulo por capítulo; b) ao se iniciar cada capítulo, a Comissão Revisora fará um relatório e a justificativa das alterações feitas ao projeto já aprovado pelo Conselho; c) em seguida, será dada a palavra aos Conselheiros que se inscreverem, com tempo limitada para falar sobre o capítulo em debate; d) passar-se-á, então, à votação do capítulo<sup>241</sup>.

---

<sup>240</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 29 set. 1969, livro 38, 650ª sessão, p. 7.

<sup>241</sup> *Ibid*, p. 3.

Diferentemente da proposta de Buzaid, a proposta de Fadigas Fontes Torres permitiria que cada conselheiro pudesse falar uma vez por capítulo. Além disso, a Comissão Especial seria obrigada a justificar cada uma de suas alterações, o que não estava previsto. Em apoio ao diretor da Politécnica, o conselheiro Lucio Penna de Carvalho Lima, professor do Instituto de Biologia, afirmou que “teria sido fácil ao Conselho decidir a matéria se a Comissão tivesse se restringido apenas às sugestões do Conselho Estadual de Educação. Na verdade, discutir-se-á, agora, um novo Estatuto”<sup>242</sup>. Fazendo coro, os conselheiros Jacob Renato Woiski, professor da FM-RP, e Enéas Salati formularam “críticas ao texto do novo Estatuto, afirmando não conter o mesmo nada daquilo que aqui se votou durante nove meses”<sup>243</sup>. Diante das críticas, o relator da Comissão, Laerte de Almeida Moraes, buscou se justificar, reafirmando que o poder da Comissão emanava da reitoria e do CEE:

O que a Comissão pretendia, acima de tudo, é um documento leal, visando aos **interesses da Universidade**, um documento que leve em conta os desajustamentos e as oposições entre o Conselho Universitário e o Conselho Estadual de Educação. Destarte, o que deseja dizer é que não havia outra alternativa; não havia outra alternativa porque não se tratava apenas de uma adaptação, que seria tarefa de escriturário não de uma Comissão, mas tratava-se de um trabalho tendente a conciliar o texto, tanto quanto possível, com as propostas do Conselho Estadual de Educação [grifo nosso]<sup>244</sup>.

Além do fatalismo da defesa, donde se depreende que a Comissão estava “fadada” a alterar profundamente o texto original, ressalta-se que, para o relator, a Comissão Especial tinha o dever e o poder de representar os “interesses da Universidade”, e dessa forma o Conselho Universitário passou a ser esvaziado de seus poderes no processo da reforma, tornando-se mero órgão “escriturário” a serviço da reitoria.

Havia, porém, os que apoiavam o vice-reitor e o seu projeto. O conselheiro Luiz Ferreira Martins, vice-diretor da Faculdade de Odontologia de Bauru, defendeu a necessidade de o novo estatuto ser votado o quanto antes, pois a proposta de Oswaldo Fadigas poderia levar a uma “discussão estéril”<sup>245</sup>. Em

---

<sup>242</sup> Ibid, pp. 3-4.

<sup>243</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 29 set. 1969, livro 38, 650ª sessão, p. 4.

<sup>244</sup> Ibid, p. 4.

<sup>245</sup> Ibid, p. 4.



apoio, Eurípedes Malavolta, diretor da ESALQ, concordou com as mudanças propostas pela Comissão Especial, defendendo que os conselheiros já haviam tido a chance de enviar suas emendas à Comissão, e reforçando, portanto, a proposta de Buzaid<sup>246</sup>.

Como aponta Eduardo Moacyr Krieger, após as cassações, a balança de poder mudou, fazendo com que o Projeto de Resolução de Alfredo Buzaid, que restringia enormemente o espaço de debate, fosse aprovado por 21 votos a 17. Em resposta, o representante discente, Pedro Wongschowski, fez uma longa crítica ao texto do novo estatuto, manifestando seu voto contrário:

Voto contra por entender que o espírito com que foi feita a última versão dos Estatutos – talvez seja mais prudente dizer a mais recente – não é condizente com a intenção de fazer uma verdadeira reforma universitária. A Universidade – toda ela – está a exigir uma reforma. Mas não esta. Esta que consagra privilégios, que restitui – de maneira discreta, mas concreta – a cátedra, que despreza a colaboração estudantil, que teme dar a palavra e a decisão a docentes jovens. Voto contra, coerente com a opinião estudantil pela reforma universitária. Voto contra esta tentativa de acabar com a reforma da Universidade. Voto contra este caminho de retrocesso em que se quer forçar a Universidade de São Paulo<sup>247</sup>.

Na sequência da sessão, cada conselheiro passou a defender o conjunto de suas propostas de emenda, estando em ata apenas a qual emenda o conselheiro se referia, mas não os seus argumentos. O trabalho seguiu com o pedido de destaque de cada conselheiro, para que fossem votados à parte. A seguir, o relator Laerte de Almeida passou a analisar cada uma das emendas<sup>248</sup>, acatando ou rejeitando-as. Em sua fala, o conselheiro expressou que a “missão” da Comissão Especial foi definir quais aspectos do Estatuto “pudessem representar o pensamento do Conselho”<sup>249</sup>, e seguiu afirmando que “a norma precípua que guiou a Comissão foi a da prevalência absoluta dos interesses da Universidade de São Paulo”<sup>250</sup>.

---

<sup>246</sup> Ibid, p. 5.

<sup>247</sup> Ibid, pp. 5-6.

<sup>248</sup> Os argumentos dos conselheiros não estão transcritos em ata, com um destaque pouco maior ao que era dito pelos conselheiros mais claramente alinhados ao regime, todavia, quando o relator da Comissão Especial fez suas considerações, a fala foi registrada.

<sup>249</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 29 set. 1969, livro 38, 650ª sessão, p. 13.

<sup>250</sup> Ibid.

Após a sua fala, iniciaram-se as votações, seguindo o processo proposto por Alfredo Buzaid. Nessa parte da sessão não poderia haver mais discussões sobre o estatuto, o que levou a um protesto do representante discente:

O Conselheiro Pedro Wongtschowski diz que um grupo de Conselheiros apresentou emenda sobre o Conselho Central de Coordenação, sendo rejeitada pela Comissão, que incluiu o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade. Assim, protesta pelo fato de não poder apresentar nesta oportunidade, emenda ao texto relativo aos artigos sobre o C.E.P.E, impossibilidade que já existia antes, face ao desconhecimento da criação de tal órgão. O reitor declara que o protesto constará em ata<sup>251</sup>.

O trecho denota o ambiente de artimanhas que se instalou no Conselho Universitário. Ainda que estratégias de controle dos processos em conselho pudessem ser comuns mesmo antes do reitorado de Alfredo Buzaid, a proporção, a intensidade e a toda a arquitetura criada para controlar a reforma demonstram o volume de poder adquirido pelo vice-reitor e seus aliados sobre o processo de reforma, mediante a combinação de atos violentos e normativos do regime e das instituições em seu apoio.,

Dando início à votação, primeiramente foi votado o texto, de maneira global e sem considerar as emendas. O conselheiro Oswaldo Fadigas Fontes Torres, diretor da Poli, pediu para que os nomes dos votantes constassem em ata. O novo estatuto foi aprovado por 24 votos a 17<sup>252</sup>. De todos os diretores, somente os da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, João Moura Gonçalves, do Instituto de Saúde Pública, Wanderley Nogueira da Silva e da Politécnica, Oswaldo Fadigas Fontes Torres, votaram contra o texto<sup>253</sup>.

Após essa votação, a ata registrou apenas as declarações de voto contrárias ao texto do novo Estatuto. Lucio Penna de Carvalho Lima expressou, subscrito por Paulo Carvalho Ferreira, Marcello de Moura Campos, Oswaldo Fadigas Fontes Torres e Paschoal Ernesto Américo Senise, o seguinte:

Voto contra a aprovação global do novo Estatuto, elaborado pela Comissão designada pelo Magnífico Reitor, por discordar totalmente do critério adotado pela mesma que não se limitou a adaptar o projeto elaborado anteriormente por este Colendo Conselho às sugestões do Conselho Estadual de Educação. Introduziu aquela Comissão

---

<sup>251</sup> Ibid, p. 19.

<sup>252</sup> Ibid, pp. 19-20.

<sup>253</sup> Houve conselheiros que votaram contra e que adiante se tornariam diretores, como Enéas Saliti. Naquela ocasião, porém, não ocupavam o cargo de direção.

modificações profundas de mérito, não contempladas no parecer do Conselho Estadual de Educação e, muitas vezes, em total desacordo com a resolução anteriormente aprovadas pelo Conselho Universitário<sup>254</sup>.

#### Segundo Eduardo Moacyr Krieger:

Voto contra o projeto da Comissão, em bloco, a fim de coerentemente reafirmar uma convicção: o trabalho original do Conselho Universitário (nove meses de exaustivos estudos) com pequenas modificações, mas, principalmente, com plenas justificativas nos pontos abordados pelo Conselho Estadual (o que nunca foi feito até o momento) deveria ser submetido àquele conselho para reexame<sup>255</sup>.

Por fim, o protesto dos representantes discentes Pedro Wongtschowski, Sergio Enrique Mindlin e José Miguel Martins Veloso:

Votamos contra o projeto apresentado pela Comissão, em virtude de não encontrar-se [sic] nele o espírito que caracterizou a posição estudantil, e – parcialmente – este Conselho no início de seus trabalhos. Ainda mais como protesto à nova estrutura aprovada para esta Universidade, que não é mais do que uma nova representação da estrutura que já existia e que não lhe alterou os pontos fundamentais. Votamos contra porque este Estatuto representa o esboramento das aspirações de toda a Universidade, de seu corpo docente e discente. O que é de se lamentar é que este Conselho se debate com questões inconsequentes, sem levar em conta o real interesse da Universidade<sup>256</sup>

A seguir, passou-se à votação das emendas dos conselheiros aceitas pela Comissão. Cada conselheiro, individualmente ou em grupo, apresentou seu conjunto de emendas, e os demais poderiam pedir destaque para uma que seria, por conseguinte, votada em separado. Todas as emendas que não tivessem seus pedidos de destaque seriam agrupadas em um único bloco, e desse bloco a Comissão poderia aceitar algumas, estando o critério em suas mãos: as propostas que rejeitasse seriam descartadas, e as que aceitasse seriam agrupadas novamente, para serem votadas como um único conjunto. Portanto, o que se vota é o conjunto das propostas aceitas pela Comissão Especial e os destaques dados pelos conselheiros, o primeiro em um único bloco, o segundo, destaque a destaque.

As emendas aprovadas e votadas em bloco tiveram a aprovação do Conselho, sem que o placar fosse transcrito; logo em seguida, foram votados os

---

<sup>254</sup> Ibid, p. 20.

<sup>255</sup> Ibid.

<sup>256</sup> Ibid, pp. 20-21.

destaques. O reitor em exercício, na sessão seguinte<sup>257</sup>, propôs que fosse votado o texto do novo estatuto, com as emendas aprovadas. Sendo aprovado por unanimidade<sup>258</sup>, não teve declarações de voto registradas em ata.

Ao fim, estava concretizada a reforma controlada da maior universidade do país. Da invasão militar ao *campus*, cassação do reitor em exercício, criação de uma Comissão com plenos poderes de manipulação do texto aprovado pelo Co, até o esvaziamento desse órgão, o regime militar e seus aliados conseguiram estabelecer um forte domínio sobre a reforma universitária e colocá-la sob o seu controle. Em entrevista concedida para este trabalho, o Eduardo Moacyr Krieger (2021) fez a seguinte leitura do estatuto aprovado:

Ficou muito interessante, porque é um Estatuto híbrido, as Faculdades tinham “perdido” as áreas básicas, tá certo? Mas voltou o poder das congregações, porque eles acabaram com as Câmaras Curriculares, aquela estrutura de que a USP era, digamos, o centro didático e... e para organizar os currículos, tudo desapareceu, eles realmente voltaram a dar poderes às Congregações. Mas a lei já tinha criado os Institutos básicos, então ficou uma coisa sem pé nem cabeça. As Faculdades poderosas, as Congregações poderosas, sem querer muito diálogo com os Institutos básicos que davam o currículo básico. Aquela estrutura de Câmaras Curriculares, e a Comissão de Ensino das Faculdades foram um dos pontos principais da antirreforma, entendeu? E você pode me perguntar: e essa reforma que a gente imaginou e aprovou, daria certo? O próprio Hélio sabia que seria muito difícil de implantar, mas havia na USP de parte dos professores, de parte dos alunos, uma vontade enorme de implantar essa reforma, porque ela daria uma flexibilidade muito grande para a USP ter, digamos, uma Câmara Curricular para dialogar com as Faculdades, mas ela é que organizaria os currículos. Poderia então fazer currículos para profissões de três, quatro anos, etc. e outros currículos para o pessoal que ia para as faculdades... mas a universidade é que passava a ter, digamos, o quinhão maior de autoridade, era... praticamente o aluno entrava na universidade, na área básica e só depois ir para as áreas profissionais e o que foi aprovado é que o aluno entra para a área profissional e a Faculdade nem quer muito diálogo com os Institutos que vão dar a parte básica, né?

Ainda sobre o novo Estatuto, Paschoal Senise (GNECCO, 2005, v. 2, p.204) afirmou que “o espírito da integração universitária não foi entendido, não é? Então, as pessoas ficaram muito presas às suas próprias escolas, ou à antigas Faculdades”, e a reforma precisou ser barrada, pois

com a reforma do Hélio e, mesmo a do Ferri, se lembro bem, as Congregações iam perder muito do seu poder. A coisa ficava mais nos departamentos, e nas coordenações de cursos. [...] Eles tiveram um

<sup>257</sup> *Atas do Conselho Universitário da USP*, 13 out. 1969, livro 39, 651ª sessão, p. 1.

<sup>258</sup> *Ibid*, p. 3.

receio enorme dessa perda. Então, mantiveram a força das Congregações (p. 205).

Paschoal Senise criou uma imagem bastante fidedigna do processo de reforma, ao afirmar que havia um “rolo compressor” sobre o Co. Havia sido nove meses de intenso e minucioso trabalho para que, depois do AI-5 e de diversas cassações, o texto do estatuto fosse capturado por uma obscura Comissão Especial, cujos membros foram escolhidos por Buzaid, que o dilacerou, criando outro em poucas semanas, sem que tivesse havido suficientes tempo e liberdade para o debate.

Logo após a aprovação do novo estatuto, Buzaid foi recompensado pelo regime, ao ser empossado como Ministro da Justiça. O cargo de reitor da USP foi dado ao segundo colocado na lista tríplice – que, no momento, não pertencia ao Conselho Universitário – Miguel Reale, também professor da Faculdade de Direito, da qual também fora diretor; ex-reitor da USP e que, como membro do Conselho Estadual de Educação, havia contribuído decisivamente para consumir a reforma controlada. Como Luiz Antônio Cunha (1988, p. 317) afirmou,

com a modernização do ensino superior, pretendia-se colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privada “multinacional”. [...] Como contrapartida da modernização e do reiterado discurso sobre a autonomia universitária, procurou-se submeter as universidades públicas [...] a um mais rígido controle governamental – do MEC e dos órgãos de espionagem, como o Serviço Nacional de Informações.

## CONCLUSÃO

A USP perdeu uma grande oportunidade. O que eu nunca perdoei é que nós poderíamos ter ganho a eleição [para vice-reitor após a cassação do Hélio Lourenço], em maio, com a nossa lista tríplice... que era muito boa. Claro, íamos responder ao Conselho Estadual e coisa assim e nós teríamos a reforma aprovada.

Eduardo Moacyr Krieger

O novo Estatuto da Universidade de São Paulo entrou em vigor em 16 de dezembro de 1969, pelo decreto de número 52.326, substituindo o que vigorava desde 1962 (Instituído pelo decreto 40.346 de 07 de julho de 1962). O processo todo, até desaguar no texto final, foi eivado dos mais diversos conflitos, a começar pelo fato de o Conselho Universitário ter-se reunido no momento em que a chamada “linha dura” se estabelecia no poder, com a eleição, em 1967, de Arthur da Costa e Silva (CHIRIO, 2011), e que teve, a partir do ano de 1968, seu mais intenso enrijecimento.

O texto aprovado sob a reitoria de Alfredo Buzaid foi especialmente resultado de um movimento ilegítimo, mas permitido pela legislação da época (MANSAN, 2014): um golpe, em grande medida consentido pelos membros do conselho, que, por medo de possíveis represálias, por concordância e conivência, por indiferença ou mesmo por impossibilidade de lutar naquelas circunstâncias, fez com que não apenas diversos docentes da universidade, inclusive seu reitor em exercício, fossem cassados, mas também que fosse abortada uma reforma estruturada em amplo debate democrático.

A reforma da Universidade de São Paulo se desenvolveu no transcorrer de sessões extraordinárias do Conselho Universitário, nos anos de 1968 e 1969. Foi o resultado de uma cultura reformista, que já vinha se desenvolvendo desde a reitoria de Antônio Barros de Ulhôa Cintra, no início dos anos 1960, somada à pressão do governo federal para uma ampla reestruturação de todo o ensino superior.

Nas sessões do Co, para além da defesa de ambições pessoais legítimas, de docentes que buscavam melhores salários e prestígio nos meios acadêmico

e profissional, diferentes projetos de universidade estiveram em disputa, principalmente os que dividiram as unidades mais voltadas para a pesquisa e ensino básico em oposição às unidades profissionais mais tradicionais, com suas diferentes visões para os destinos da USP.

Esse confronto acabou marcando o desenrolar da reforma, como demonstro neste trabalho, e ficou impresso no estatuto final, em diversos pontos. No estatuto aprovado no reitorado de Hélio Lourenço<sup>259</sup>, todas as unidades passaram a ser chamadas de institutos, o que reforçou a nova estrutura de maior homogeneização entre as partes integrantes da USP, estando tais institutos estruturados pelo Conselho Superior de Ensino e pelas Câmaras Curriculares, repartindo-se em básicos e profissionais.

No estatuto aprovado no reitorado de Alfredo Buzaid<sup>260</sup>, esse arranjo desaparece, e são retomadas as antigas nomenclaturas *faculdade* e *escola*, como na Faculdade de Direito, na Escola Politécnica, entre outras. A estrutura organizada pelo CSE foi assim desfeita, o que restituiu maior independência às unidades, inclusive, para que mantivessem os cursos básicos em faculdades profissionais.

As mudanças de um estatuto para outro revelam a força com que o regime, juntamente com seus apoiadores no Conselho, pôde interferir na reestruturação da Universidade de São Paulo. Um dos exemplos está no artigo 7º, do estatuto de Hélio Lourenço, que estruturava os requisitos básicos para a constituição de um *campus* novo, bem como todo o Capítulo IV, do Título II, que listava os *campi* da USP e suas estruturas e definia as condições mínimas de existência e para a criação de novos *campi*. Tudo isso foi excluído do texto de Buzaid, que manteve apenas a menção aos *campi* do interior.

A própria estrutura administrativa da USP, ao serem comparados os estatutos, foi enormemente modificada, sobretudo no que se refere ao papel do reitor. O documento de Buzaid foi costurado de modo a diminuir a força do

---

<sup>259</sup> A única versão do estatuto de Hélio Lourenço que encontrei está registrada na ata da reunião de 07 de maio de 1969, sessão 645º, documento nº II.

<sup>260</sup> Ressalto que analiso a versão final do texto de Alfredo Buzaid, ou seja, a que foi estabelecida após a aprovação das propostas dos conselheiros. No entanto, essas propostas só foram à votação mediante permissão do Conselho Especial; todas eram, ou meramente tópicas, ou voltadas a retroceder ao texto original, nesses casos, defendendo os frutos do trabalho anterior.

próprio Conselho Universitário, manter a independência das unidades e, ao mesmo tempo, fortalecer as prerrogativas do reitor, que no estatuto aprovado na gestão de Lourenço, haviam sido, em boa parte, transferidas para o Co.

Inicialmente, a diferença se encontra no número de órgãos e poderes atribuídos à reitoria e ao reitor. Enquanto na primeira versão à reitoria cabia cinco órgãos<sup>261</sup>, na segunda, outros três foram adicionados<sup>262</sup>, acréscimos que nem mesmo foram discutidos no Co, apenas sendo votados no momento de aprovação do texto em sua integralidade.

A maior mudança, entretanto, foi nas atribuições do reitor, que ampliou seu poder executivo, passando a ter competência para interferir mais intensamente tanto no Co quanto nas unidades e departamentos. No estatuto de Hélio, o reitor detinha 13 atribuições, no de Buzaid, são 22. Dentre os acréscimos, cito os incisos: VI – Nomear o Prefeito da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira<sup>263</sup>; VII – Nomear, por escolha em lista tríplice, o Diretor e Vice-Diretor das Unidades e dar-lhes posse<sup>264</sup>; VIII – Designar os Diretores dos Museus<sup>265</sup>; XVIII – Convocar a eleição da representação discente no Conselho Universitário; XXI – Presidir **quaisquer** reuniões universitárias a que compareça.

Outra mudança está na interpretação da figura do reitor. Enquanto no texto de Hélio, o reitor é visto como um organizador dos trabalhos do Conselho Universitário, sem direito ao voto ordinário, exceto em situações de empate, no estatuto de Alfredo Buzaid, no parágrafo 1º, artigo 13, o reitor tem tanto o voto ordinário quanto o de desempate.

---

<sup>261</sup> Gabinete do reitor, Secretário Geral, Consultoria Jurídica, Grupo de Planejamento Setorial, Coordenadoria da Administração Geral.

<sup>262</sup> Coordenadoria de Atividades Culturais, Coordenadoria de Saúde e Assistência Social e Prefeitura da Cidade Universitária.

<sup>263</sup> O órgão Prefeitura da Cidade Universitária e o cargo de prefeito não existiam no estatuto de Hélio. No estatuto de Buzaid não há especificação sobre suas funções.

<sup>264</sup> No estatuto de Hélio Lourenço, em seu artigo 62, os diretores de institutos, como haviam sido denominadas as unidades, seriam eleitos pela própria Congregação, em votação interna. Foi no segundo estatuto que a lista tríplice e a ingerência do reitor foi instituída.

<sup>265</sup> Na primeira versão do estatuto, parágrafo 2º, artigo 18, o diretor e o conselho dos museus seriam definidos pelos departamentos afins. Não havia menção ao reitor.



Na primeira versão do estatuto, presidida pelo Hélio Lourenço de Oliveira, a administração seria exercida por três órgãos, a saber, Conselho Pleno, Conselho Superior de Ensino e Reitoria. As atribuições eram divididas de forma bastante didática: à reitoria caberia exercer o papel executivo; ao Co questões orçamentária e patrimonial, traçar as diretrizes da universidade e emendar o estatuto, coordenar os concursos e provimentos de cargos, incorporação de novos institutos e *campi*, dentre outros; já ao Conselho Superior de Ensino caberia, segundo o artigo 70, “orientação, coordenação, supervisão e revisão periódica do ensino”, para tanto, esse conselho seria composto de representantes das Câmaras Curriculares de cada *campus*, para organizar currículos integrados e “promover o entrosamento entre a Universidade de São Paulo e o mercado de trabalho”, como estabelece o inciso III do artigo 77.

Na versão de Alfredo Buzaid, praticamente tudo foi modificado, apenas a reitoria foi mantida, em parte, da mesma forma. De resto, o Conselho Pleno volta a ser Conselho Universitário, o Conselho Superior de Ensino desaparece, junto com suas Câmaras Curriculares, sendo substituído pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA) e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade (CEPESC).

De início, o artigo 13 define a constituição do Co, já seguindo a tônica do novo estatuto, que buscou desfazer o poder que os *campi* adquiriram em detrimento das faculdades, escolas e institutos. No novo estatuto não há representante de *campus*, sendo substituído por um representante de cada Congregação.

No texto de Hélio, em seu inciso IX, artigo 35, estabelecia-se a participação de apenas dois representantes das “classes produtoras”, mas na versão definitiva foram acrescentados incisos que permitiam a representação de um representante da Federação das Indústrias de São Paulo, um representante da Federação de Comércio, um representante da Federação de Agricultura, um representante da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo e um representante das Autarquias Associadas. Também foram retiradas do Co algumas atribuições administrativas, por exemplo, o poder de deliberar sobre “instituição, modificação e extinção de modalidades de funções autárquicas”, inciso VIII.

Seguindo as profundas alterações coordenadas por Buzaid, o CTA passou a ter atribuições consultivas e deliberativas, sendo constituído por representantes das unidades eleitos por seus membros, além de um décimo de discentes. O artigo 18 estabelece as atribuições do CTA, que absorveu diversos poderes do Conselho Superior de Ensino e outros que inicialmente eram do Co. Por exemplo, caberia ao CTA “promover o entrosamento entre a Universidade e o mercado de trabalho”, atribuição que cabia ao CSE, bem como também, segundo o inciso X, “deliberar sobre a alienação de bens móveis da Universidade”, algo que competia ao Co. Sendo que a função de decidir sobre as questões autárquicas e remuneratórias, retiradas do Conselho Universitário, passaram também para a alçada do CTA.

Para finalizar, a estrutura administrativa desenhada por Buzaid e pelo Conselho Especial por ele criado, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviço à Comunidade também gozava de função consultiva e deliberativa, contendo exatamente a mesma composição do CTA. O CEPESC foi constituído pelas Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, aglutinando funções administrativas, como exposto no inciso VII, do artigo 23: “estabelecer, anualmente, o número de vagas para cada currículo”, além da coordenação dos vestibulares. Entretanto, ao Conselho de Ensino também cabia, pelo inciso II “organizar os currículos globais de formação profissional, fixando o elenco das disciplinas obrigatórias e optativas”.

Em síntese, o CEPESC, assim como o CTA, foram construídos para herdarem atribuições do extinto Conselho Superior de Ensino e do próprio Conselho Universitário, esvaziando-o.

Em resumo, essas modificações profundas refletem dois processos então em andamento: a manutenção de estruturas de poder historicamente consolidadas na USP, tais como a independência e influência das faculdades tradicionais e de seus respectivos diretores; a intenção de a reforma de Buzaid reproduzir o que a Maria Carlotto (2014) definiu como o avanço do pensamento gerencial e autoritário, delineado no estatuto definitivo, principalmente quando esse amplia a força da reitoria e, principalmente, dá mais capacidade de domínio de órgãos técnicos em detrimento de espaços deliberativos e políticos, como o Conselho Universitário.

Outro ponto que ressaltar é que as paredes da sala onde o Co se reunia eram bastante porosas, permitindo a entrada de ideias conservadoras ou progressistas, influências como as do governo federal e estadual e, da mesma forma, aceitando ou resistindo aos gritos dados por estudantes que se mobilizaram na luta por pautas, tanto da categoria, quanto por demandas nacionais, sobretudo no combate ao regime militar.

Em relação aos discentes, o objetivo do estatuto de Alfredo Buzaid visava à diminuição dos espaços de mobilização e pressão que os alunos haviam conquistado no estatuto de Hélio Lourenço. Bastaria dizer que foram excluídos do novo texto os artigos 56 ao 60, que versavam sobre a Assembleia do Campus, aspecto fundamental ao projeto mais progressista, que visava a integrar professores e alunos, que nelas teriam representação paritária. Ademais, todos os órgãos deliberativos com participação de alunos passaram de um quinto de representação para um décimo<sup>266</sup>, bem como houve a mudança do artigo 155, que anteriormente definia representação paritária na Assembleia Universitária, passando a ser de apenas um décimo de alunos.

Tudo isso foi possível por meio de uma arquitetura usada pelas forças mais conservadoras dentro da USP, juntamente com os militares no poder, para barrar os avanços tidos como “subversivos”, tais como a atribuição de uma maior participação discente e a procura por desmontar uma estrutura fragmentária e desigual existente entre as unidades, que permitia um maior poder para as faculdades tradicionais, principalmente a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito.

Quanto ao tempo de trabalho, chama a atenção que o estatuto de Hélio Lourenço foi confeccionado em nove meses, tempo em que diversos projetos foram submetidos à análise dos conselheiros, desde os mais conservadores, em busca da menor alteração possível da estrutura universitária, aos mais progressistas, lutando para erigir a chamada “universidade integrada”, havendo até quem defendesse conciliações entre essas possibilidades. A primeira versão se tornou possível mediante um enorme esforço político, intelectual e,

---

<sup>266</sup> Nesse caso, foi uma sugestão de mudança do relatório da Comissão Especial, proposta pela diretora da Enfermagem Maria Rosa Sousa Pinheiro e aceita em votação no Conselho.

principalmente, democrático de quem conduziu sua preparação. Já o estatuto de Alfredo Buzaid, foi confeccionado por uma Comissão Especial, constituída *ad hoc* por apenas cinco membros, e que foi capaz de enviar o novo texto para aprovação do Co em apenas quinze dias. A seu favor, a Comissão teve uma base consolidada, formada do estatuto anterior.

O estatuto de Hélio Lourenço continha 193 artigos, já o documento final, contava com 39 artigos a menos, diferença que se explica pela incidência de muitas alterações na estrutura e ordem dos artigos, na escrita do texto, seja por trechos acrescentados ou suprimidos, os quais possivelmente estariam prontos, ou quase prontos, antes mesmo da constituição da Comissão Especial. Como não há registro dos trabalhos feitos pelos cinco conselheiros escolhidos por Buzaid, não é possível confirmar essa hipótese.

Quanto às diferenças, evidenciadas em falas de vários conselheiros, o principal argumento que deu base à oposição ao estatuto de Buzaid foi a ausência de legitimidade das alterações. A revisão do texto de Hélio Lourenço, em tese, foi necessária porque o Conselho Estadual de Educação não havia aprovado o Estatuto, como exigia a lei 5.540/68. As questões levantadas pelo CEE, em resumo, eram sugestões e um questionamento, qual seja: por que a USP estava se organizando, não como uma universidade, mas como uma federação de universidades? Bastava responder ao questionamento ou, no máximo, alterar a forma com que os *campi* haviam sido organizados, para que o estatuto pudesse não ser interpretado como constituidor de uma federação de universidades. Considerando esse fato, também levantado por Eduardo Moacyr Krieger, as alterações profundas parecem ter sido perpetradas sem outros motivos a não ser o de frear mudanças indesejadas, anteriormente aprovadas, a fim de dar à reforma um feitiço bem mais conservador.

Luiz Antônio Cunha (1988) desenha, ao início de sua obra, o conflito entre os caminhos pelos quais a universidade buscou se definir, seja a partir do modelo francês, seja pelo modelo alemão, dentre tantos outros possíveis. A Universidade de São Paulo, da mesma forma, traçou seu caminho, desde a fundação das faculdades isoladas, algumas desde o império, como a Faculdade de Direito, até a união das unidades já existentes em 1934.

A USP passou não apenas por reformas e estatutos, mas também por quase toda a conflituosa história da política republicana: do autoritarismo fascista do Estado Novo, do período democrático pré-1964, que viu uma intensa industrialização e conseqüente alteração na sociedade brasileira, passando pelos vinte e um anos de ditadura militar até chegar aos dias de hoje como uma das principais universidades do país. Por toda essa história, a USP foi um importante polo de poder político-intelectual, seja no âmbito estadual ou federal e, assim sendo, um espaço de disputas entre os intelectuais que nela trabalhavam e as forças políticas que dela buscavam seus quadros, como foi o caso dos ministros da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva e Alfredo Buzaid, ambos da Faculdade de Direito.

Isso posto, os rumos tomados pela universidade sempre são resultados do confronto de seus professores, alunos e funcionários na legítima busca por mais espaço, verbas, prestígio, ou mesmo para dar existência a alguma concepção de universidade. Somam-se a isso as forças externas, o poder do governador de escolher o reitor, a sempre importante questão orçamentária, a teia legislativa e suas diretrizes, bem como a ascensão da lógica do mercado como um norte para a construção dos currículos.

Meu trabalho se pautou em mostrar essa arquitetura de influências, disputas e acordos que conformaram a universidade e seus rumos. A reforma proposta por Hélio Lourenço de Oliveira, não obstante a forte semelhança com diversas pautas do regime militar, principalmente na questão do mercado, desbordou-se do projeto autoritário que vigorava no momento, assim como permitiu que estudantes e professores tidos como subversivos ganhassem mais voz e influência.

Ao articular apoios internos, uma intrincada rede de leis e o controle rigoroso de órgãos técnicos, como o Conselho Estadual de Educação, o governo federal pôde reorganizar as forças políticas dentro do Co e estabelecer um projeto mais condizente com suas diretrizes para a governança. Entretanto, a despeito das cassações e da conseqüente “reforma controlada”, o projeto capitaneado por Hélio Lourenço não foi plenamente abandonado, e foi assim que as faculdades tradicionais perderam parte de seu isolamento e disciplinas

básicas, as quais foram acrescentadas aos institutos científicos criados pela reforma.

Em suma, este trabalho, ao debruçar-se nas atas das sessões do Conselho Universitário durante a reforma, teve o objetivo de iluminar a sala em que as reuniões aconteciam, dando voz a conselheiros que tiveram grande importância, além de demonstrar que o estatuto aprovado no fim de 1969 não foi fruto apenas de um debate entre intelectuais, mas o resultado do choque e da acomodação de inúmeros vetores de poder, com seus mais diversos projetos e intenções.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. São Paulo: ed. Edusp, 2019.

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Rafael Oliveira da; BANDEIRA, Tainá da Silva. **A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior**. 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. **Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma**. São Paulo: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1974.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP (São Paulo). **O controle ideológico na USP (1964-1978)**. São Paulo: Edusp, 2018.

ATCON, Rudolph. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/DESU, 1966.

BONTEMPI Jr, Bruno. **As sessões solenes da Faculdade de Filosofia: rituais da comunidade intelectual uspiana**. Estudos Ibero-Americanos, [S.L.], v. 34, n. 2, p. 168-187, 1 dez. 2008. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864x.2008.2.4510>.

\_\_\_\_\_. **Escola politécnica de São Paulo: produção da memória e da identidade social dos engenheiros paulistas**. História da Educação, [S.L.], v. 19, n. 46, p. 223-242, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/53403>.

\_\_\_\_\_. **A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa**. 2001. 295 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Educação: História e Filosofia da Educação, Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e regionalismo em dois inquéritos sobre o ensino superior brasileiro nos anos 1920.**, [S.L.], n. 65, p. 35-50, set. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.53219>.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **A vanguarda brasileira: a juventude no discurso da revista editora do brasil s/a (1961-1980)**. 2010. 353 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

BRINGEL, Breno. **O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos do brasil**. Eccos: Revista Científica, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 97-121, jun. 2009.

CARLOTTO, Caria Caraméz. **Universitas semper reformada?: a história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social.** 2014. 581 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CELESTE FILHO, M. **A Constituição da Universidade de São Paulo e a Reforma Universitário da Década de 1960.** São Paulo: Editora Unesp, 2013

\_\_\_\_\_. **A Reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 4, n. 1 [7], p. 161-188, 14 fev. 2004.

\_\_\_\_\_. **Universidade de São Paulo concebida em 1968 por seus professores, alunos e funcionários.** Revista Brasileira de História da Educação, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 200-233, jan. 2017. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v17n1.857>.

\_\_\_\_\_. **A Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1968 e a reforma da Universidade de São Paulo.** IV Congresso Brasileiro de História da Educação - Anais - A Educação e seus sujeitos na História, Goiânia - GO: Universidade Católica de Goiás, 2006.

CHAVES, Reginaldo Sousa. **CPC da UNE: engajamento, romantismo revolucionário e literatura (1961-1964).** Politeia: História e Sociedade, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 274-290, 19 jan. 2021. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edições UESB. <http://dx.doi.org/10.22481/politeia.v19i2.7422>.

CHIRIO, Maud. **A "primeira linha dura" do regime militar: trajetórias de oficiais do exército nos anos 60 e 70.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-15.

COELHO, Frederico. **Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal nas décadas de 1960 e 1970.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada.** Rio de Janeiro: Ed Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. **Autonomia universitária: teoria e prática: teoria e prática.** 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100614121406/2Cunha.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

DURHAM, Eurice R. **A autonomia universitária: extensão e limites.** Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0503.pdf>. Acesso em 28/05/2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968.** Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p.



17-36, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40602006000200003>.

\_\_\_\_\_. **Da cátedra universitária ao Departamento:** subsídios para discussão. 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964:** o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERRI, Lucia Maria Gomes Corrêa; SCHMIDT, Ivone Tambelli; ANDRADE, Ricardo Sant'Anna de; BARROS, Helena Faria de. **Autonomia universitária:** da história à busca da conquista numa universidade privada. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Educere, 2013. p. 528-541.

FETIZON, Beatriz Alexandria de Moura. **Subsídios para o estudo da Universidade de São Paulo**. 1986. 959 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

FRAUCHES, Celso da Costa. **A PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU:** a lei e as normas do mec. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Brasília, p. 1-27, out. 2014.

GATTI Jr, Décio. **A pedagogia tecnicista no contexto brasileiro do golpe militar de 1964:** o projeto educacional do instituto de pesquisa e estudos sociais (1961-1972). Cadernos de História da Educação, Uberlândia, v. 9, n. 1, p. 45-63, maio 2010.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GNECCO, José Roberto. **Reforma Universitária e a USP:** a integração da escola de educação física em 1969. 2005. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de História da Educação e Historiografia, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira; SOUZA, Marilsa Miranda de; PITA, Crislaine Aparecida; ZANELATO, Ítalo Ariel. **Educação e a ditadura civil militar:** as reformas educacionais e a teoria do capital humano (1964-85) (education and military civil dictatorship. Revista Eletrônica de Educação, [S.L.], v. 14, p. 4424147, 29 out. 2020. FAI-UFSCar. <http://dx.doi.org/10.14244/198271994424>.

HAGEMeyer, Rafael Rosa. **Caminhando e cantando:** O imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968. São Paulo: Edusp, 2016.

KELNIAR, Vanessa Carla; LOPES, Janete Leige; PONTILI, Rosangela Maria. **A teoria do capital humano: revisitando conceitos.** In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 8., 2013, Campos Mourão. Anais [...]. Campos Mourão: Epct, 2013. p. 1-12.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985).** 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/educacao36/materia01/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69.** Texto Para Discussão: IE/UNICAMP, Campinas, v. 99, p. 1-34, set. 2000.

MACHADO, Rodolfo Costa. **Conspiração, golpe de estado e ditadura bonapartista: Alfredo Buzaid e o livro da verdade (1970).** Verinotio: Revista online de Filosofia e Ciências Humanas, [s. l.], v. 21, p. 63-92, abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Contrarrevolução permanente, antiliberalismo e anticomunismo: as raízes ideológicas do bonapartismo de Alfredo Buzaid, o jurista ditatorial (1965-74).** Verinotio: Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 287-330, nov. 2019.

MANSAN, Jaime Valim. **A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988).** Revista Brasileira de Educação, [S.L.], v. 22, n. 70, p. 826-850, jul. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017227041>.

\_\_\_\_\_. **Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1985).** Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 30, n. 2, p. 1-17, fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988).** 2014. 366 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. **As origens da pós-graduação nacional (1960-1980).** Revista Brasileira de Sociologia - Rbs, [S.L.], v. 6, n. 13, p. 9-26, 27 jul. 2018. Sociedade Brasileira de Sociologia. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.256>.

MARTINS, Maria do Carmo. **Da doutrina à regra: repensando o conselho federal de educação e a definição do discurso sobre a educação.** Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins, v. 2, n. 1, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/63686>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MENDES, R. A. S. **As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965.** Locus: Revista de História, [S. l.], v. 10, n. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/locus/article/view/20600>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MERHEB, Rodrigo. **O som da revolução**: uma história cultural do rock (1965-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. **Darcy Ribeiro e UnB**: intelectuais, projeto e missão. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, [S.L.], v. 25, n. 96, p. 585-608, 26 jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002500939>.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil**: o público e o privado. Campinas: Ed Autores Associados, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Editora 34, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. **Cultura política e ditadura**: um debate teórico e historiográfico. Revista Tempo e Argumento, [S.L.], v. 10, n. 23, p. 109-137, 20 abr. 2018. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018109>.

\_\_\_\_\_. **Os olhos do regime militar brasileiro nos campi**: as assessorias de segurança e informações das universidades. Topoi (Rio de Janeiro), [S.L.], v. 9, n. 16, p. 30-67, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x009016002>.

\_\_\_\_\_. **Universidades, ditadura e cultura política**. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 69-89, 28 out. 2014. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.13460>.

\_\_\_\_\_. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 368 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MÜLLER, Angélica. **O “acontecimento 1968” brasileiro**: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. Revista de História, [S.L.], n. 180, p. 1-21, 19 jan. 2021. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.168586>.

\_\_\_\_\_. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. 138 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos; CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Seguindo a canção**: engajamento político e indústria cultural na trajetória da música popular brasileira (1959-1969). 1999. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.

NUNES, Alynne Nayra Ferreira. **Conselho Estadual de Educação de São Paulo**: os caminhos legislativos para a legitimidade democrática. Os caminhos legislativos para a legitimidade democrática. 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/18042460/Conselho\\_Estadual\\_de\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_S%C3%A3o\\_Paulo\\_os\\_caminhos\\_legislativos\\_para\\_a\\_legitimidade\\_democr%C3%A1tica](https://www.academia.edu/18042460/Conselho_Estadual_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_de_S%C3%A3o_Paulo_os_caminhos_legislativos_para_a_legitimidade_democr%C3%A1tica). Acesso em: 29 jun. 2021.

OLIVEIRA, Hélio Lourenço. **USP**: 1968-1969. São Paulo: Edusp, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Brandt de; PRADO, Regina. **Hélio Lourenço de Oliveira**. São Paulo, Edusp, 2017.

PINTO, Virgílio Noya. **Escola de Comunicações e Artes**. Estudos Avançados, [S.L.], v. 8, n. 22, p. 503-506, dez. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141994000300074>.

POCHMANN, Marcio. **Estado e capitalismo no Brasil**: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. Educação & Sociedade, [S.L.], v. 38, n. 139, p. 309-330, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176603>.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura política. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

\_\_\_\_\_. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Unesp, 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed Vozes, 1986.

ROTHEN, José Carlos. **Os bastidores da reforma universitária de 1968**. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 103, p. 453-475, ago. 2008.

SANTOS, Alexsandro do Nascimento. **Origens da Faculdade de Educação da USP**: o departamento de educação da FFCL (1962-1969). 2015. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Jordana de Souza. **A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar**. Revista Aurora, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 101-108, dez. 2019. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/1982-8004.2009.v3n1.1224>.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.). **Maria Antônia**: uma rua na contramão. São Paulo, Nobel, 1988.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973a.

\_\_\_\_\_. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973b.

SILVA, Dayane Soares da. **"Informar para prevenir. Agir para reprimir"**: a repressão política dopsiana ao movimento estudantil universitário de São Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968-1978). 2019. 177 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TELES, Gabriel. **Movimento estudantil e a luta de classes**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 11., 2018, Campinas. Anais [...]. Campinas: Cemarx, 2018. p. 1-10.

THOMÉ, Luciano. **Contracultura**: o conceito, sua história e seus problemas. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 13., 2016, Santa Cruz do Sul. Anais [...]. Santa Cruz do Sul: ANPUH-RS, 2016. p. 1-11.

VALLE, Maria Ribeiro do. **Lutas estudantis e ditadura militar**: as invasões da UnB e 1968. *Crítica Marxista: IFCH/UNICAMP*, Campinas, v. 47, p. 75-89, set. 2018.

VENTURA, Zuenir. **1968**: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VILARINO, Ramon Casas. **A MPB em movimento**: música, festivais e censura. São Paulo: Olho d'água, 1999.

VILLARES, Rafael de Souza. **O nacional-popular no teatro do CPC da UNE**: a visão de Oduvaldo Vianna filho, Carlos Estevam Martins e Ferreira Gullar. In: CONGRESSO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES CÊNICAS, 6., 2010, Campinas. Anais [...]. Campinas: Abrace, 2010. p. 1-4.

ZUARDI, Antônio Waldo. **A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e a Reforma Universitária**: o sonho de 1968. *Revista de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto*, v. 2, n. 42, p. 167-171, maio 2009.

## FONTES

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Atas 592 a 600, livro nº 33, 1968.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Atas 601 a 619, livro nº 34, 1968.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Atas 620 a 631, livro nº 35, 1968.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Atas 632 a 642, livro nº 36, 1969.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Atas 643 a 646, livro nº 37, 1969.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Atas 647 a 650, livro nº 38, 1969.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Atas 651 a 655, livro nº 39, 1969.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL, 1968. Documento digitalizado e disponível no site da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto através do link <http://rcm.fmrp.usp.br/wp-content/uploads/sites/190/2017/07/Doc-ii.pdf> acessado em 13/02/2022.

KRIEGER, Eduardo Moacyr. Entrevista de Eduardo Moacyr Krieger concedida ao autor. 07 de dezembro de 2021.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO, 1971. Documento digitalizado e disponível no site da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto através do link <http://rcm.fmrp.usp.br/wp-content/uploads/sites/190/2017/07/Doc-vii.pdf> acessado em 13/02/2022.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO DE SÃO PAULO, 1968. Documento digitalizado e disponível no site da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto através do link <http://rcm.fmrp.usp.br/wp-content/uploads/sites/190/2017/07/Doc-i.pdf> > acessado em 13/02/2022..

WONGTSCHOWSKI, Pedro. Entrevista de Pedro Wongtschowski concedida ao autor. 23 de setembro de 2021.

## ANEXOS

### **Professores, alunos e suas instituições<sup>267</sup>**

Achille Bassi - Professor de engenharia de São Carlos.

Admar Cervellini – Representante da congregação da Escola Superior de Engenharia “Luiz de Queiroz”.

Adolpho Ribeiro Netto – Faculdade de Veterinária.

Alfredo Buzaid – Diretor da Faculdade de Direito.

André Ricciardi Cruz – Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.

Antônio Adamastor Corrêa– Diretor da Faculdade de Odontologia

Antônio Barros de Ulhôa Cintra – Faculdade de Medicina São Paulo.

Antônio Guimarães Ferri – originário da Medicina veterinária tornou-se diretor da faculdade de comunicações e artes.

Ariosto Mila – Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Eduardo Moacyr Krieger – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e Representante dos livre-docentes.

Elza Salvatori Berquó - Faculdade de Saúde Pública.

Enéas Salati – Professor da USP de São Carlos.

Erwin Theodor Rosenthal – Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Eurípedes Malavolta – Diretor da Escola superior de agricultura “Luiz de Queiroz”.

Eurípedes Simões de Paula – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

Glete de Alcântara – Escola de enfermagem de Ribeirão Preto.

---

<sup>267</sup> Os professores e alunos listados não são todos os que compareceram nas reuniões dentro do período deste trabalho, nossa seleção se pautou pelos que mais compareceram e participaram dentro dos debates. Outro ponto, nos documentos e registros da USP não contém, muitas vezes, os cargos ocupados pelos professores que participaram das sessões do CO, portanto optamos por colocar as unidades de origem e, quando existiu a informação, indicar o respectivo cargo.

Goffredo da Silva Telles – Faculdade de Direito.

Hélio Lourenço de Oliveira – Representante da congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

João Alves Meira – Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo.

José Carlos Moreira Alves – Faculdade de Direito

Jon Andoni Vergareche Maitrejean – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

José Cláudio Barriguelli - Estudante

José Ferreira Fernandes - Faculdade de Medicina.

José Francisco de Camargo – Diretor da Faculdade de Economia e Administração.

José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira Filho – Instituto de Astronomia e Geofísica.

José Miguel Martins Velloso – Representante dos estudante Instituto de Matemática.

José Moura Gonçalves – Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Júlio Garcia Morejon – Representante da Congregação da Escola de Comunicações Culturais.

Laerte de Almeida Moraes – Faculdade de Economia e Administração

Lucio Penna de Carvalho Lima – Instituto de Biologia.

Luiz Ferreira Martins – Vice-diretor da Faculdade de Odontologia de Bauru.

Maria Rosa Sousa Pinheiro – Diretora da Escola de Enfermagem.

Mario Guimarães Ferri – Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Martha Vannucci – Representante dos Institutos, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Metry Bacila – Professor da Faculdade de Veterinária.

Morency Arouca – Escola de Engenharia de São Carlos.

Orlando Marques de Paiva – Diretor da Faculdade de Veterinária.

Oswaldo Fadigas Fontes Torres – Diretor da Escola Politécnica.



Paschoal Ernesto Américo Senise – Instituto de Química.

Paulo Carvalho Ferreira – Professor do Instituto Bioquímica.

Paulo de Toledo Artigas – Diretor da Faculdade de Odontologia de Bauru.

Pedro Wongtschowski – Representante dos estudantes Politécnicos.

Reynaldo Schwindt Furlanetto – Faculdade Odontologia.

Rodolfo dos Santos Mascarenhas – Faculdade de Higiene e Saúde Pública.

Rubens Lima Pereira – Diretor da Escola de Engenharia de São Carlos.

Telêmaco Van Langendonck – Escola Politécnica.

Victor Froilano Bachmann de Mello – Vice-diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Wanderley Nogueira da Silva – Diretor do Instituto de Saúde e Serviços Sociais.

## Entrevista com Pedro Wongtschowski<sup>268</sup>

Guilherme Cruz (G. C.): A minha primeira pergunta é saber um pouco quando foi que o senhor entrou na USP? E para fazer qual curso exatamente?

Pedro Wongtschowski (P. W.): Eu... Eu na realidade entrei na USP em 1965. Eu fiz um curso secundário em uma escola... em um curso que então se chamava Curso Colegial. Eu fiz em uma escola pública à noite. Chamava-se Escola Estadual Professor Macedo Soares, ficava na Barra Funda. Ih... por que eu trabalhava durante o dia, então eu só podia estudar à noite. Então os três anos do curso colegial eu fiz em uma escola estadual noturna.

G. C.: Na época em que as escolas públicas eram de qualidade...

P. W.: Não! Na época em que as escolas públicas eram um lixo, eram absolutamente péssimas. Esta escola pública pelo menos, ainda mais o noturno era muito ruim. E ficava também em uma região... que já naquela época era uma região meio abandonada... a Barra Funda. Ih... Mas o fato é que eu estudei lá três anos e não aprendi rigorosamente nada. Então quando eu terminei o curso eu fui fazer vestibular e... fiz dois vestibulares na época, acho que eram separados. Não existia a FUVEST que é coisa mais moderna. Eu fiz vestibular para Física e para a Escola Politécnica. E não passei na Poli e passei na Física. Então eu me matriculei na física em 1965...eh... isso, em 1965 eu comecei a cursar física. Na USP, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

G. C.: E ainda era na Maria Antônia?

P. W.: Não, a Física já era na Cidade Universitária. Então eu comecei a estudar física e ao final desse meu primeiro ano eu resolvi voltar a prestar vestibular na Poli e aí entrei na Poli. Então o que eu fiz... eu passei meu curso de física para a noite e estudava de dia na Poli. E concluí os dois cursos. Me formei na física, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras um ano antes, por que eu cheguei antes do que me formei na Poli em engenharia. Então eu fiz duas faculdades, mas a minha vida política, como eu estava no noturno

---

<sup>268</sup> A entrevista está publicada mediante consentimento livre e esclarecido do depoente, firmado em 04 de outubro de 2021, estando este documento em minha posse.

em física, a minha vida política se deu mesmo na Escola Politécnica, já quando eu comecei a participar do movimento estudantil. E na época você tinha um... você tinha basicamente a esquerda que dominava o movimento estudantil... No caso da Poli quem dominava principalmente era a Ação Popular, a AP... eh... a esquerda se dividia, tinha os comunistas, os maoístas, então... existia também uma certa influência católica da JUC [Juventude Universitária Católica] na época. Então eu... eu comecei a participar lá do movimento estudantil na Poli, porque na Poli tinha... foi se formando nessa época um grupo que tentava tirar o grupo da esquerda do grêmio Politécnico... ih... e nós conseguimos isso. Eu não me lembro exatamente em que ano, deve ter sido 1967 ou 68, foi eleito como presidente do Grêmio Politécnico um amigo meu até hoje chamado Francisco Éboli. E foi a primeira vez que a Escola Politécnica... porque o seu antecessor é o Clóvis de Barros Carvalho que você talvez conheça de nome, ele fez uma carreira brilhante. O Clóvis foi chefe da Casa Civil do Fernando Henrique Cardoso e depois foi ministro acho que do desenvolvimento econômico ou coisa assim também do FHC. O Clóvis não conseguiu fazer o seu sucessor, ele era desse grupo ligado à Ação Popular, não conseguiu fazer sucessor e o sucessor foi o Francisco Éboli num movimento que... eu diria hoje numa espécie de socialdemocrata, tá certo?

G. C.: A chapa tinha algum nome?

P. W.: Não me lembro, acho que não, eram os candidatos, não tinha partidos né, a AP também não era oficial, a gente sabia que fulano tinha vínculo com a AP, mas não... eram só nomes né. Então o Francisco Éboli foi presidente do grêmio da Poli. Ele foi sucedido depois pelo Sérgio Mindlin e... e depois do Sérgio Mindlin eu fui candidato à presidente do grêmio politécnico e perdi. Então isso deve ter sido em 68 ou 69... deve ter sido 69. Então 67 Francisco Éboli, 68 Sérgio Mindlin e 69 eu fui candidato e fui derrotado. Então em 68, eu acho, ou 67 não me lembro bem, eu fui presidente do centrinho... na Poli cada curso de engenharia tem o seu próprio centro, né? Na engenharia química, eu sou engenheiro químico, chamava-se AEQ, Associação de Engenharia Química. E eu fui presidente da AEQ eu acho que em 67. Então com essas participações... e nessa época também se criou uma organização na área de engenharia chamada... eu não me lembro bem do nome... Estadual dos Estudantes de

Engenharia... tinha esse E como primeira letra... não me lembro do nome... não sei o que Estadual dos Estudantes de Engenharia do Estado de São Paulo e eu fui também secretário geral ou coisa que o valha dessa instituição. Então eu já tinha... eu já dirigia o jornal Poli Campus, que era um jornal lá do *campus*... lá da Poli. Então eu já tinha uma certa participação quando surgiu essa oportunidade de ser membro do Conselho Universitário. Eu confesso que não sei exatamente como é que eu fui parar lá, mas foi indicação da Poli... do grêmio da Poli. O grêmio da Poli por alguma razão tinha... eu acho que eram três cadeiras... você deve saber disso melhor do que eu hoje... mas eram três representantes discentes...

G. C.: Eram dois e um suplente.

P. W.: Dois e um suplente... então... por alguma razão a Poli tinha um direito, conquistou esse direito não sei bem como. Então o grêmio politécnico, dirigido então ou pelo Francisco Éboli ou pelo Sérgio Mindlin, acho que pelo Francisco Éboli, me indicou para essa posição. Eu não sei se foi via DCE [Diretório Central dos Estudantes]... o meu companheiro de... os outros dois, o titular e o suplente não iam com frequência e tinham uma participação extremamente passiva, desinteressada, eram de partidos de esquerda mais radical. Então não tinham... não tinham participação e não tinham influência. Enquanto eu, por ser visto como uma pessoa mais... mais moderada, eu tinha uma boa circulação com o... o... digamos com essa ala mais liberal do... porque aí vocês estamos no regime militar, certo? Então você tinha a linha do Buzaid, do Gama e Silva e tal, ambos absolutamente alinhados com o governo. E havia uma área mais liberal, do qual o Krieger fazia parte, por exemplo. E... e o Conselho... eu não lembro quantos membros tinha o Conselho Universitário à época, você deve saber isso também melhor do que eu...

G. C.: Girava entorno de 42 membros.

P. W.: 42, então é um número relativamente pequeno, então os dois votos dos representantes discentes eram importantes no jogo político. Então eu era um pouco paparicado pelo... pelo... eu era um pouco assim um líder da bancada, digamos assim, da bancada de dois votos que seja. Então eu participava um pouco das conversas quando se discutia por exemplo lista tríplice e tal. Eu tinha

uma certa presença, um certo destaque. E é por isso que o Hélio Lourenço me convidou... pediu para eu ser membro dessa comissão que redigiu o Estatuto da USP. Então, eu não me lembro bem com clareza, mas havia essas duas linhas. Uma alinhada ao... ao Buzaid e Gama e Silva, digamos os mais conservadores adeptos ao regime militar e a linha mais liberal, pela autonomia da universidade... e que... eh... que por exemplo, ao que me lembro conseguiu colocar o Hélio Lourenço como vice-reitor, né? Transformando ele em reitor depois que o Gama e Silva foi para o ministério, né? O Hélio Lourenço era uma pessoa dessa linha mais... mais liberal no Conselho Universitário. Aí você pergunta nas suas perguntas, você diz “você tem um voto”... não me lembro... não me lembro das circunstâncias... eh... havia de fato uma certa... eu acho que havia uma certa... eu estou tentando interpretar, você tem que... você tem que levar as minhas palavras com um pouco de cautela...

G. C.: Claro.

P. W.: ... por causa do tempo, né. Mas eu me lembro assim, um pouco, havia as escolas tradicionais, as mais tradicionais, Direito... a Faculdade de Direito, a Escola de Engenharia e a Faculdade de Medicina, que eram as principais, né? Elas queriam manter a sua independência e a sua autonomia. Enquanto que os outros queriam justamente destruir um pouco a isonomia por baixo, certo? Quer dizer, vamos ser todos iguais mesmo que medíocres. Então havia um pouco essa... essa disposição, mas ao final... eu não me lembro dessa votação em específico, mas ao final prevaleceu... que dizer, essa ideia qual era? Era que essas... essas instituições fossem absolutamente autossuficientes, as Escolas, coisa que acabou não acontecendo. Quer dizer, prevaleceu a ideia dos Institutos, então vai lá, no Instituto de Física... eu tive aulas na Escola Politécnica, se eu não me engano com o professor Goldenberg, que era do Instituto de Física. Então Física I, Física II era dado pelo pessoal do Instituto de Física... eh... Química Geral era dado pelo pessoal do Instituto de Química e assim por diante, então essa integração passou a existir na... nas Escolas, né? Nas Escolas tradicionais. Então, eu não me lembro bem dessa... dessa votação. Agora, eu era estudante da Escola Politécnica, então provavelmente já existia... é possível que eu possa ter dado um voto meio que “para defender a Poli” ou coisa que o valha. Então... mas eu não lembro em detalhes.

G. C.: Sem problemas, uma coisa que o senhor falou...

P. W.: Outra coisa que você pergunta é por que o meu nome não aparece com frequência na... nas atas, né? Nas atas do Conselho...

G. C.: Sim, isso em 68, porque em 69 o senhor aparece bastante. Mas em 68, por uns dois ou três meses não aparece nenhum aluno e não tem registro de fala... quando tem aluno não tem registro de nenhuma fala deles. Em 68 especificamente.

P. W.: Não tem aluno falando ou não tem aluno presente?

G. C.: Em 68 as duas coisas. Dentro daquele ano teve por três meses seguidos não teve nenhum aluno presente e no resto do ano praticamente não tem nenhuma fala registrada desses alunos.

P. W.: É, eu não... eu não lembro. É que, eu era aluno, certo? Então eu tinha prova, certo? Então eu tinha aulas que eu matava com frequência, mas eu não matava todas. Então eu tinha aulas, tinha provas, tinha que estudar, tinha que fazer trabalhos. Então... eh... e também tem a questão do noviciado, quer dizer, o Conselho Universitário era assim... uma reunião de sábio, né, as grandes figuras da universidade e tal. Então, eu me sentia um pouco intimidado obviamente. Como eu sempre fui uma pessoa meio tímida, né, muito reservada, muito... eu não... quer dizer, para mim [sic] ter sido candidato à presidência do grêmio da Poli foi uma coisa muito difícil, entendeu? Para enfrentar a campanha eleitoral e ir de classe em classe, fazer discursos e tal... eh... então eu era muito tímido e muito reservado, eu tinha dificuldade de fazer isso. Então provavelmente as faltas devem ser por obrigações discentes, tá certo? As não presenças, né... e a... e as não manifestações também um pouco por causa do noviciado... de enfrentar aquela... eh... não havia um ambiente que favorecesse, né, você tinha que levantar a mão... Magnífico Reitor... naquele tempo se chamava... não se se hoje ainda se trata assim, mas naquela época tinha que se referir ao reitor como Magnífico Reitor e era uma coisa um pouco cuidadosa. Então eu não me metia muito nas discussões e nos debates. Mas talvez em 69 eu já tivesse sei lá... mais acostumado com o clima, com o ambiente...

G. C.: Mais corajoso, por que o senhor tem falas bem duras. Principalmente quando assume o Buzaid, o senhor tem falas bem duras sobre o projeto que ele colocou.

P. W.: Sim!

G. C: Mas eu queria colocar... eu queria só voltar a uma coisa. O senhor disse que havia outros conselheiros discentes que eram de uma ala mais radical da esquerda. Como essa ala mais radical dos estudantes via a reforma? E como os outros estudantes da Poli, por exemplo, viam essa reforma?

P. W.: Olha... de novo, a minha lembrança é que viam com enorme desinteresse, entendeu? Então... eh... quando eu tentava conversar com os alunos sobre reforma universitária... não era um assunto... urgente, não era um assunto... porque, veja, a época era uma época ideologicamente muito carregada, né? Então as questões eram outras de... de capitalismo, de socialismo, né? Uma discussão muito mais ideologizada, digamos... em geral. E a Poli em particular, sempre foi tradicionalmente uma instituição de pouco interesse político e na física eu ia a noite, cansado do dia da Poli e do dia do trabalho político, que eu fazia também né, como presidente da AEQ. Então era um trabalho muito grande... na física eu ia assistir aula, ponto [sic]. Eu não participava... que era uma instituição muito mais politizada e a Poli não, nunca foi e acho que em nenhuma época e ao que me consta nem hoje. É o jeitão do engenheiro, ne? O estereótipo corresponde um pouco à verdade. Então nessa época, a questão da reforma universitária... ela não era um assunto de debate, de discussão. Você ia... ai discutir, mas os temas eram outros. Então, o fato é o seguinte, eu não me sentia... Executivo! Agora me lembrei, o nome dessa instituição que existia na época era Executivo Estadual dos Estudantes de Engenharia e eu fui secretário geral... Então, eu tinha muitas ocupações e esses temas eu praticamente não tinha com quem discuti-los. A Poli fez... eu não tenho certeza, em 68 ou 69, fez um movimento muito interessante chamado Fórum Politécnico. Foi um acordo que o grêmio politécnico fez com a direção da Escola... eu também não consigo me lembrar... acho que o diretor era Fadigas, Oswaldo Fadigas Fontes Torres, já falecido. Eu acho que era o Fadigas o diretor da Escola nesse tempo. Nós fizemos um acordo, o grêmio fez um acordo com o Fadigas e a Poli parou uma semana, sem aulas, só para discutir a reforma da

universidade, o ensino de engenharia, as disciplinas da Poli. Era uma discussão... chamava-se Fórum Politécnico, se você, de novo, não encontrar referências eu talvez consiga encontrar alguma coisa em casa. Foi um trabalho muito bem feito, muito bonito, durante uma semana alunos e professores pararam as aulas e discutiram sobre universidade, sobre engenharia, sobre desenvolvimento econômico no Brasil, sobre indústria... eh... e eu acho que também reforma universitária, acho que esse tema também estava... eh... no escopo ai dessas discussões.

G. C.: E tinha participação dos professores e alunos nesse Fórum, certo?

P. W.: Dos professores, dos alunos e uma organização conjunta da direção da Escola e do grêmio politécnico. Uma coisa assim completamente atípica, numa época em que o... a representação estudantil era fartamente dominada pela esquerda e que não tinha nenhum interesse nas questões estudantis específicas... e essa deve ter sido uma das razões pela qual essa chapa foi eleita duas vezes, foi que... a gente falava de ensino na Poli e eles falavam de Cuba, Estados Unidos, capitalismo. E o aluno da Poli não tinha lá grande interesse por essa agenda político-econômica e ideológica o que levou à eleição pela primeira vez... o candidato derrotado pelo Francisco Éboli chamava-se Davi Casemiro Moreira e está por ai também, de vez em quando eu ouço falar dele. E não foi eleito, quem foi eleito justamente foi o Francisco Éboli... eh... então... esse era um pouco do clima. Então você me perguntava como os estudantes reagiam à questão da reforma, eu digo que tinha muita dificuldade de encontrar interlocutores. Eu me lembro, por exemplo, nessa minha ocasião no Conselho Universitário de duas circunstâncias específicas, uma que, segundo o Estatuto Universitário na época, quando você criava uma nova faculdade... uma nova Unidade, o nome técnico, né? Enquanto ela não tivesse um certo número de professores catedráticos, antes de mudar para professor titular, eliminando a cátedra. Enquanto você não tinha um certo número de catedráticos ela não tinha condição de criar congregação e para fazer às vezes de congregação o Conselho Universitário nomeava uma Comissão que fazia às vezes de Congregação da nova Unidade ainda não autônoma por não ter o número de titulares o suficiente. E nessa época foi criada a ECA, a Escola de Comunicações e Artes e como a Congregação sempre tem um representante



discente essa Comissão também precisava de um representante discente e de novo, como só tinha dois representantes discentes no Conselho Universitário e complicado no trato e também... sabe, me lembro até a questão da aparência, sabe aquele cara totalmente...

G. C.: Deslocado...

P. W.: Deslocado, sei lá... eu não me lembro dos detalhes, mas imagino que ia de sandália, sabe essas coisas? Então é... era uma pessoa assim... que você olha e dizia assim... eh... então ai...

G. C.: E imagino o Conselho Universitário, todo mundo indo super bem vestido...

P. W.: Isso!

G. C.: Falando Vossa Magnificência...

P. W.: E aí então era só eu que era o indicado, precisava de um aluno que sabia se portar, que levantava a mão para falar, que tinha uma educação um pouco mais formal, né? Eu sou filho de alemães... então... as coisas sempre foram mais formais, né? E era da Poli também, que era uma instituição mais quadradinha. Então lá fui eu representar... fui membro dessa Comissão, que fazia às vezes da Congregação da ECA. Então... acabava sobrando muita coisa para mim... e como eu nunca recusei trabalho e eu me divertia, achava essas coisas interessantes e tal. Então eu fui dessa comissão da ECA, dessa Comissão que redigiu o Estatuto da USP, então eu era muito... muito presente e ativo. E como era as negociações e discussões? Eu participava um pouco, mas na prática mesmo, no final eu... os professores lá faziam os conchavos, as reuniões e no final, um ou dois eram encarregados para “espera ai, precisamos dos votos dos estudantes”, então alguém provavelmente dizia: “pode deixar que eu falo com o Pedro”, certo? Aí me chamavam lá, me diziam... me explicavam o que que era e eu adería, e aí eu convencia o outro representante a... a votar junto, certo? E aí ele votava.

G. C.: Uma coisa que eu gostaria de saber era... porque havia esses conchavos que não estavam na sessão, que eram feitos em *off*, fora da sessão, mas uma coisa que eu não consigo ver pelas atas é como era a dinâmica dos

debates dentro da sessão... todo mundo falava ao mesmo tempo, havia... como eram organizados esses debates, como funcionava essa dinâmica?

P.W.: Olha, eu não lembro bem... o pouco que eu lembro era, primeiro... as pessoas, quer dizer o debate ele era um pouco burocrático... cada um já tinha sua posição para cada assunto mais ou menos estabelecido, entendeu? Então não havia assim grandes debates acadêmicos, conceituais ou filosóficos com pontos de vista e tal. O trabalho do Conselho Universitário é majoritariamente um trabalho chato, um trabalho burocrático, administrativo. Tem que aprovar... sei lá... o orçamento, tem que aprovar o curso não sei o que, o regulamento. Então é um trabalho chato mesmo, um trabalho extremamente formalista... quer dizer... as pessoas ficam imaginando que o conselho universitário ficava debatendo os destinos da universidade, filosofia do ensino... essas coisas e não é verdade, até hoje isso não é verdade, né? Essas... esses grupos se dedicam setenta por cento a essas questões formais, que são relevantes, importantes, alguém tem que decidir essas coisas. Então tinha lá as Comissões, como existe até hoje, Comissão de Orçamento, Comissão Jurídica... não sei como se chamava, jurídica, legal, sei lá. Então tinha as diversas Comissões e os processos passavam pelas Comissões e as Comissões relatavam para o voto do Conselho Universitário. Então é uma coisa chata, formal, burocrática, entendeu? Então tem o professor que pediu afastamento e não sei o que, que queria uma licença, ou referendar um concurso de professor associado. Então era um... tinha que passar para o regime de tempo integral, então eu suponho que as atas mostrem isso... quer dizer, o grosso do trabalho era um trabalho administrativo, burocrático, formal e eu acho que as discussões genuínas aconteciam muito mais nas Comissões, na Comissão do Orçamento, na Comissão Legal ou Jurídica, Comissão de Pós-Graduação, Comissão... eu acho que era muito mais nesses fóruns e raramente um parecer de uma Comissão dessas era derrubado pelo Conselho Universitário. Ai o fulano então relatava o processo número tal e tal, fazia lá um histórico, ai todo mundo votada, de vez em quando alguém vinha e fazia uma pergunta para esclarecer, mas não era uma coisa... eh... vamos dizer assim excitante, entendeu? O trabalho excitante se dava no corredor, na véspera, as questões mais... não se dava muito em

plenário, ao que eu lembre, entendeu? Ao que eu lembre não se dava muito no plenário.

G.C.: Só para emendar com a resposta do senhor, quais eram os conselheiros com os quais o senhor mais tinha contato?

P. W.: Eh... eu teria que pegar a lista dos conselheiros, você tem a lista uma lista aí a mão?

G. C.: A mão agora...

P. W.: Porque assim eu não me lembro. Me lembro do Krieger, que era jovem, muito ativo, articulador e tal, certamente eu falava muito com o Krieger. Eh... eu falava bastante com o Fadigas, que acho que era o diretor da Escola Politécnica, porque eu tinha vindo da Poli né... eh... mas eu, realmente eu me lembro assim de alguns “inimigos”, por exemplo o Ferri, Antônio Guimarães Ferri, que era um sujeito alinhado ao regime militar, né? E um sujeito malandro, mal-intencionado, operador, sabe? Mentia descaradamente...

G. C.: Interessante.

P. W.: Um sujeito... então, eu teria que pegar os nomes para tentar me lembrar assim... então se você depois me mandar essa lista eu posso tentar recuperar um pouco os que eu me lembro que eram os mais ativos...

G. C.: Eu na verdade acho que tenho a lista aqui comigo...

P. W.: Então vamos lá! Aproveitar o ensejo.

G. C.: Então, naquele período, nós tínhamos o Achille Bassi, da São Carlos.

P. W.: Não lembro.

G. C.: O Admar Cervellini, da física.

P. W.: Ele é da física ou da ESALQ [Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós]?

G. C.: Eu encontrei na pesquisa como sendo da física.

P. W.: Acho que não, acho que o Admar Cervellini era do... eu acho que era do Centro de Engenharia Nuclear lá de ESALQ. Que mais.

G. C.: Adolpho Ribeiro Netto, da veterinária.

P. W.: Não lembro.

G. C.: O Alfredo Buzaid, do direito.

P. W.: Sim.

G. C.: O Antônio Adamastor Corrêa...

P. W.: Que é da odontologia?

G. C.: Ele era da odonto, isso.

P. W.: Isso, mas também não lembro muito dele não.

G. C.: O Antônio Barros de Ulhôa Cintra.

P. W.: Também não lembro.

G. C.: Antônio Chaves, do direito.

P. W.: Não sei quem é.

G. C.: Aí tem o Guimarães Ferri que o senhor acabou de falar.

P. W.: Sim! Esse era um sujeito muito ativo, muito articulador e tal e... claramente alinhado ao regime militar. Quem mais.

G. C.: O Ariosto Mila, da FAU.

P. W.: Também não lembro.

G. C.: A Elza Salvatori, da saúde pública.

P. W.: Elza Berquó?

G. C.: Isso, Elza Salvatori Berquó.

P. W.: Isso! Essa era uma mulher muito ativa, que foi cassada inclusive depois.

G. C.: O Eurípedes Malavolta.

P. W.: Esse sim, da ESALQ, esse era um cara muito ativo. Quem mais.

G. C.: O Eurípedes Simões de Paula.

P. W.: Ele era da FFLCH [sic], da Faculdade de Filosofia?

G. C.: Isso, ele era inclusive da história.

P. W.: Isso. Quem mais.

G. C.: O senhor se lembra algo dele desse período?

P. W.: Não, não lembro.

G. C.: A Gleite de Alcântara, da enfermagem.

P. W.: Não lembro.

G. C.: O Goffredo da Silva Telles, do direito.

P. W.: Também não lembro.

G. C.: João Alves Meira, da medicina.

P. W.: Também não lembro.

G. C.: Agora o nome é difícil, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, era da FAU e também foi cassado.

P. W.: Não lembro.

G. C.: O José Ferreira Fernandes, da química.

P. W.: O Ferreirinha, esse era um sujeito extremamente ativo e esse era um dos meus interlocutores principais. Conhecido como Ferreirinha.

G. C.: O José Francisco de Camargo, da FEA.

P. W.: Não, não me lembro.

G. C.: José Luiz de Almeida Nogueira Junqueira Filho.

P. W.: Da Poli, né?

G. C.: Eu encontrei ele vinculado à Astronomia e Geofísica.

P. W.: Eh... eu me lembro dele com o pessoal da Poli, mas não me lembro de nada dele não.

G. C.: Um que foi seu colega como representante discente, José Miguel Martins Velloso, que era aluno da matemática.

P. W.: Esse provavelmente é um dos que eu me refiro que não tinha postura, mal comportamento e tal, acho que era ele.

G. C.: Julio Garcia Morejon, da ECA.

P. W.: Não lembro.

G. C.: Um outro, que também foi colega do senhor por um curto tempo, o Kunio Suzuki.

P. W.: Não lembro.

G. C.: Lúcio Penna de Carvalho Lima, da química.

P. W.: Não lembro.

G. C.: Luís Ferreira Martins, da veterinária.

P. W.: O Martins eu lembro dele, também muito ativo, articulador, lembro dele.

G. C.: Mas o senhor sabe se ele tinha algum alinhamento com o regime ou não?

P. W.: Não, não ao contrário, era da oposição.

G. C.: Marcelo de Moura Campos, da química.

P. W.: Marcelo de Moura Campos, eu o conheci, fui inclusive aluno dele, eu acho que ele era um sujeito mais cuidadoso, mas eu suspeito que mais alinhado ao regime militar também. Um cara conservador, carola.

G. C.: Maria Rosa Souza Pinheiro, da enfermagem.

P. W.: Enfermagem, também me lembro que ela era muito ativa, mas também não me lembro que lado ela estava também não.

G. C.: Provavelmente pelas propostas ela talvez fosse mais alinhada ao regime, ela tinha uma visão bem dura. O Mario Guimarães Ferri.

P. W.: O Mário Guimarães Ferri, esse era regime militar na veia.

G. C.: Eu ia perguntar isso... ainda que em 68 ele participou muito pouco por conta de problemas físicos, né?

P. W.: Não lembro bem disso.

G. C.: Orlando Marques de Paiva, da veterinária.

P. W.: Orlando Marques de Paiva depois foi reitor, né? Me lembro vagamente dele também, mas não me lembro muito... acho que era um cara meio isento, meio neutro. Mas ele foi reitor justamente em uma hora que precisava de algum assim mais... mais equilibrado, mais fora dos grupos de poder.

G. C.: E aí mais ou menos para saber os lados, o Oswaldo Fadigas Fontes Torres estava... ele mais ou menos tinha algum alinhamento?

P. W.: O Fadigas era do lado mais liberal do... da USP. E um homem muito poderoso, porque ele era o... não me lembro se era presidente ou coordenador, não me lembro, da Comissão de Orçamento, que era a Comissão mais poderosa do Conselho Universitário e o Fadigas era acho que o coordenador dessa comissão. Era um cara temido, respeitado.

G. C.: O Paschoal Ernesto Senise, da química.

P. W.: Paschoal Senise, esse eu conheci também, mas era um sujeito assim... muito austero, muito... eu acho que também... não sei, eu suspeito que também de um lado mais liberal, pela minha lembrança.

G. C.: Paulo Toledo Artigas.

P. W.: Conheço de nome, mas não me lembro dele.

G. C.: Rodolfo dos Santos Mascarenhas.

P. W.: Não lembro.

G. C.: Rubens Lima Ferreira.

P. W.: Também não.

G.C.: Samuel Henrique Nobre, que era do direito.

P. W.: Isso! Esse eu me lembro, um cara de esquerda, sem dúvida.

G. C.: Esse também tem um sobrenome difícil, Telêmaco Van Langendonck

P. W.: Telêmaco Van Langendonck, era da Politécnica. Mas eu não me lembro das posições dele. Mas eu suspeito que mais pró regime.

G. C.: Outro que também era da Poli, Tharcisio Damy de Souza Santos.

P. W.: Tharcisio Damy de Souza Santos, definitivamente regime militar, adepto, aliado e tal.

G. C.: E o último, Wanderley Nogueira da Silva.

P. W.: Também não lembro. Agora, eu tenho quase certeza de que se você falar com o Krieger que participava das articulações no detalhe, eu acho que ele vai... e ele tem, de novo, faz dois anos que eu não falo com ele, aposto que ele vai primeiro te receber com prazer, ele é um professor, acadêmico e tal, e segundo, eu suspeito que ele vai saber isso com muito mais qualidade e precisão do que eu. Porque, de novo, eu era estudante, olhando aquilo e tal e me chamavam na hora de votar, entendeu? E ele não, ele era articulador, conhecia os grupos. O Krieger pode ser a sua salvação.

G. C.: É, eu imagino, me colocando na época, com a idade do senhor eu tinha que fazer prova também, difícil você ficar pensando nas questões da reforma com prova para fazer.

P. W.: Pois é, mas por exemplo na reforma, eu me lembro de um momento, eu não sei se isso era da reforma ou não... eh... existia a Escola de Educação Física, eu acho que não era ligado diretamente à reforma. A Escola de Educação Física, que não pertencia à Universidade de São Paulo, que era uma instituição pública, eu não me lembro ligada a quem, e a Escola de Educação Física resolveu se mobilizar e fazer uma campanha para entrar na USP, porque entrar na USP era tudo de bom, tá certo? Então eles queriam ser parte da Universidade de São Paulo, e a única coisa que eu me lembro, é que



um dia eu resolvi visitar a Escola de Educação Física, para conhecer, para saber o que eles faziam, como funcionava e tal e até para me posicionar no Conselho Universitário se eu era a favor se eu era contra... eh... eu fui recebido como um rei, essa é uma lembrança que eu tenho. Porque você acha que algum membro do Conselho Universitário ia se dar ao trabalho, esses notáveis todos, Senise, Malavolta, eram todos figuras... para estar no Conselho Universitário, eram figuras expoentes, políticos, intelectuais nas suas áreas de conhecimento...

G. C.: Era uma aristocracia, né?

P. W.: Era uma aristocracia, aristocracia acadêmica, elite acadêmica. Você acha que alguém ia se mexer para ir à Escola de Educação Física perguntar por que eles queriam entrar na USP, o que eles faziam? E eu fiz isso. Então... eu devo ter ligado para a diretora, disse que queria ir e tal, queria conhecer. Então... e eu era um voto, afinal de contas eu era um voto, estudante ou não eu era um voto. Então eu me lembro do espanto quando eu cheguei lá, e tinha lá uma comissão para me receber, para me ciceronear, me senti importantíssimo, me senti até um pouco constrangido, entendeu? Aquele... e aí eu perguntei: me diga uma coisa, por que esse auê todo? E eles disseram, muito simples, porque você é o único membro do Conselho Universitário que resolveu vir aqui escutar a gente, então nós ficamos emocionados que algum membro do Conselho Universitário resolveu nos escutar. Então eu fui e... e depois eu não me lembro se nessa ocasião... a Escola de Educação Física é hoje parte da USP.

G. C.: Foi na reforma... a decisão de integrar foi feita na reforma.

P. W.: Então eu fui... essas coisas a gente guarda depois de cinquenta anos depois... você ainda guarda essas coisas. Você sabe quem desses conselheiros sobreviveu, porque eu sobrevivi porque eu tinha vinte anos na época. A maioria desses professores na época era professores titulares, etc. então tinham sei lá, quarenta, cinquenta anos de idade, isso faz cinquenta anos atrás, portanto noventa por cento deles devem ter falecido, é o curso normal das coisas. O Krieger é uma exceção, primeiro que ele tem 92, 93 anos de idade, e segundo porque na época você disse que ele era representante dos associados, né? Então no início da carreira. Então, se hoje ele tem noventa e pouquinho, ele tinha 35 ou coisa que o valha, estava no começo da carreira dele e... mas eu

acho que praticamente todos os que não eram nem os estudantes, nem os representantes das carreiras iniciais teriam hoje praticamente cem anos.

G. C.: O que eu sei é que a professora Elza está viva, mas eu não consigo contato com ela e tem um outro professor da época que também está vivo, mas ele já está muito senil, então não conseguiria. E os outros discentes eu não consegui achar o contato, um desapareceu nos porões da ditadura, e os outros eu não consegui achar em lugar nenhum algum contato com eles. Não sei que destino tiveram. Eu não tinha nenhuma relação... você vê, nem os nomes eu me lembro, desse Samuel que você falou eu me lembrei do nome, do outro nem do nome. E eu nunca tive contato nenhum, porque insisto, eu era de uma linha, digamos, social democrata, e eles eram radicais de esquerda, um era maoísta...

G. C.: E eles praticamente não iam nas sessões...

P. W.: Entendeu? Então eles não... eles detestavam aquilo, não gostavam daquele... e eu gostava de ir ao Conselho, quando eu podia, né.

G. C.: Entendo. Quando estava na reitoria do Hélio e do Buzaid, que veio depois, o senhor se lembra de alguma mudança no Conselho? O que representou essas duas reitorias na dinâmica do Conselho, o senhor se lembra?

P. W.: Olha, não com precisão, mas assim... a minha lembrança é assim, o Hélio Lourenço era um sujeito fantástico, um sujeito do bem, um sujeito aberto, um sujeito inteligente, um sujeito que promovia o debate. Então tinha um clima, um ambiente de conversa, de debate, de entendimento. Um ambiente mais leve, mesmo em uma época conturbada obviamente. O Buzaid... o Buzaid era aquela caricatura do ditador, entendeu? Então, com o Buzaid, ao que me lembro, as reuniões eram muito curtas, ninguém se metia a besta, ninguém... porque ele era autoritário, ele cortava e não deixava falar. Então eram dois climas absolutamente diferentes. Então, com o Buzaid era tudo na base do voto, e... essa é minha lembrança, entendeu? Enquanto que com o Hélio havia a conversa, o bate-papo das pessoas, as pessoas rodavam lá no intervalo, nos lanchinhos, né? E o Buzaid era uma coisa muito autoritária, muito centralizadora.

G. C.: Essa coisa de cortar o microfone que o senhor falou o Eduardo Krieger, em outra entrevista, fala exatamente a mesma coisa. Que o Buzaid cortava às vezes a fala, isso é muito interessante,

P. W.: Pois é, o Buzaid tinha esse cacoete... essa natureza autoritária intrínseca.

G. C.: E aí, no Conselho, apenas três foram cassados, que é o Hélio, a Elza e o Jon Andoni Vergareche. Por que só esses três dentro de um universo de tantos outros, o senhor consegue pensar por que foram esses três?

P. W.: Bom, o Hélio pela posição de liderança que ele ocupava, tá certo? Pelo prestígio pessoal dele, pela posição de liderança dele. Essa é minha interpretação, entendeu? Quer dizer... essas listas funcionavam na base do interesse pessoal, a questão ideológica era de menor relevância. Então provavelmente o Buzaid, ou alguém que tinha grande influência no regime, ou o Gama e Silva e tal, pensou: vamos cortar as assas desse cara, vamos cassar esse cara, porque ele é nosso inimigo. Eu acho que não havia propriamente uma questão ideológica, jamais soube que o Hélio Lourenço tinha qualquer tipo de... de vocação comunista ou... sei lá, ou que angariava jovens, ou que pertencia a algum partido político. Duvido. Eu acho que aí era uma questão de motivação política, no pior sentido da palavra. Quer dizer, eu preciso diminuir o número de... as lideranças contra o regime. As lideranças contra o regime por que? Porque eram liberais, tá certo? Eram contra as cassações, eram favoráveis a autonomia da universidade. Então, eu acho que o Hélio Lourenço é isso, só isso. Os outros dois eu não sei, pode ser ou isso no âmbito da faculdade, tá certo? Então é assim, o diretor quer se vingar de um inimigo interno ou de alguém que ameace seu poder ele arruma um jeito de falar com um amigo que é general ou de falar com o Buzaid porque esse cara está perturbando lá na FAU, por exemplo, entendeu? E... eu acho que funcionava um pouco assim, talvez, em alguns casos o cara... sei lá... escrevia para jornais de esquerda, ou tinha alguma atividade política. Mas eu suspeito, sobre a Elza Berquó, que era uma pessoa... assim mais marcadamente de esquerda ideológica... tenho essa impressão. Já o Hélio Lourenço, tenho certeza de que não era, era a questão mesmo de cassar uma liderança que equivalia a um inimigo político dentro da estrutura política da universidade, nada a ver com ideologia. Então, a minha interpretação é que a

maioria dessas cassações eram desse tipo, talvez no caso da Elza tivesse um componente ideológico que ela fosse, sei lá, membro do Partido Comunista, ou membro de algum movimento ou... sei lá... alguém pegou correspondência dela denunciando o Brasil no exterior, eu não sei. Eu acho que as motivações eram muito mais paroquiais, do que ideológicas.

G. C.: Isso é bem interessante. Na minha tese eu tento levantar a hipótese de que o projeto de reforma do Hélio e do regime não eram tão diferentes. Então o motivo não era esse e nem o posicionamento ideológico do Hélio, mas era uma forma de controlar a universidade, porque o Hélio era muito autônomo...

P. W.: Exatamente, está rigorosamente certo. Minha interpretação é a mesma, ele queria autonomia para a universidade, ele queria discussão, debate e tal. E o Buzaid queria que o Ministro da Educação mandasse na USP, ou o governador do Estado. Então... essas lideranças... o Hélio era jovem, então essas lideranças tinham que ser capadas em benefício do interesse político, político no sentido interno, político da USP, poder da USP, manter a USP sob controle dessa turma, Gama e Silva, Buzaid e outros... o Ferri e outros do mesmo tipo.

G. C.: E depois das cassações, o senhor se lembra se houve alguma mudança dentro do Conselho, algum sentimento, alguma coisa que mudou depois das cassações?

P. W.: Eu me lembro que nesse dia eu estava no Conselho, fizemos um tipo de sessão permanente. Mas não me lembro dos detalhes. A universidade acho que estava sitiada pelo exército e a gente conseguiu passar... mas eu não... eu não lembro. Mas eu acho que não, o que houve foi um desânimo muito grande, houve uma... você vê acontecendo aqui, inclusive as pessoas começam a imaginar: serei o próximo, certo? Então as pessoas ficam mais cautelosas, mais tristes, mais... então eu acho que houve sim... especialmente o Hélio Lourenço, como ele era reitor e tal, vice-reitor em exercício, acho que foi uma coisa muito ruim. Eu não me lembro quem foi o sucessor do Hélio como vice-reitor...

G. C.: Foi o Buzaid.

P. W.: Buzaid. Então talvez esse fosse o objetivo mesmo, colocar o Buzaid. Acho que quem colocou o Hélio lá na lista foi o Buzaid para se livrar de um inimigo interno.

G. C.: E pensando nisso, existia alguma forma de pressão do governo estadual, do Abreu Sodré, ou mesmo do governo federal dentro do CO? Alguma forma de pressão, de intimidação.

P. W.: Não que eu percebesse ou que soubesse. Eu nunca fui procurado pela ala do governo, porque meio que davam de barato que o estudante é um caso perdido, entendeu? Então eu nunca... eu não me lembro, quer dizer, claramente o Ferreirinha, esse outro da química que você citou, me procuravam, o Krieger, me procuravam e mantinham uma conversa comigo para me manter fiel lá com os dois votos que a gente tinha, tá certo? Mas eu não me lembro de ter sido procurado por alguém que tentasse fazer minha cabeça, alguém ligado ao regime, porque eu acho que eles não perdiam tempo, os estudantes eram dados como caso perdido e eles esquecem dos estudantes. Então eu não me lembro disso, eu suspeito que essas coisas eram mais sutis, entendeu? Tinha mais a ver com a carreira, com o curso, com o orçamento da USP, uma aprovação de projetos das pessoas. Mas é uma mera suspeita. Então eu não sabia disso.

G. C.: E por que o senhor, ou o Krieger, ou o Ferreirinha não foram cassados nessa leva?

P. W.: Olha... Os estudantes... não tem sentido cassar um estudante, primeiro; segundo, eu... certamente o DOPS, sei lá quem, o serviço de informação, sabiam que eu não era uma pessoa perigosa, tá certo? Eu não era... ao contrário, eu era de um movimento mais central, mais socialdemocrata na Poli e tal. E eu suponho que se eles tivessem um mínimo de competência eles sabiam que eu não era ligado à AP, nem à JUC, nem aos movimentos... sei lá, mais radicais, maoístas, sei lá o que existia na época. Eu não era um cara de esquerda. Então eu nunca representei ameaça nenhuma. E além do que eu era estudante, portanto irrelevante, então eu acho que não... e depois de novo, você cassa um professor não um estudante. Inclusive eu me lembro que quando a gente organizou o tal do Fórum Politécnico, que foi uma experiência muito

interessante, eu acho que quase inédita na USP, eu me lembro que o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, chamava-se... não lembro o nome todo dele, Meireles... Hélio Meireles... não me lembro, era o Secretário de Segurança Pública do Abreu Sodré, né? E era professor da Faculdade de Direito, e ele escreveu uma carta para o grêmio politécnico, cumprimentando o grêmio pela tal organização do Fórum Politécnico, uma carta... honesta, de um professor da Faculdade de Direito... quer dizer, ele viu aquilo, deve ter pensado: por que a Faculdade de Direito não faz a mesma coisa? E escreveu essa carta, cumprimentando o grêmio politécnico pela realização do Fórum. Você não imagina o trabalho que essa carta nos deu, porque ele mandou essa carta e deve ter tornado ela pública em seguida. A esquerda inteira caiu em cima do grêmio dizendo: está vendo! Está provado que são coniventes com a ditadura, com os torturadores. Essas coisas, né? Então nós tivemos que dar uma resposta dura para o Meireles e demos uma resposta dura... não sem antes, arrumar um emissário que fosse dizer para ele: o Meireles, fica frio, você vai receber uma resposta dura, mas se a gente não der uma resposta dura, a gente vai apanhar tanto. Então ele recebeu lá o emissário, não me lembro como foi isso e dissemos: olha você está matando... inviabilizando o pessoal do grêmio politécnico porque toda a oposição vai começar a associar ao regime. Então eu me lembro que fizemos uma carta dura, respondendo algo tipo: veja a natureza do regime, quem fala com a USP é o cara da Segurança Pública, mostrando que a universidade não é do interesse do cara da Educação. Então, inventamos lá toda uma argumentação para melhorar um pouquinho nossa situação interna.

G. C.: Eu imagino o tamanho da pressão que não foi quando vocês receberam essa carta do secretário.

P. W.: É, com a carta todo mundo: está vendo, não disse que eles eram de direita, esses caras são da ditadura. Então, porque era difícil você ter uma posição de... que hoje seria um centro democrático. Era difícil manter essa posição em um regime muito polarizado. Porque era um período de disputas entre diversas alas da esquerda para decidir quem era o dono do DCE. Na Poli teve essa respiração durante dois mandatos, que depois acabou também, eu não fui eleito e aí já voltou o cara da Ação Popular na Poli.

G. C.: O senhor consegue se lembrar como foi o dia da cassação do Hélio?

P. W.: Não me lembro, a gente, na época, escutava pelo rádio, né? E eu acho... se não me engano muito, eu fui para a Cidade Universitária e tive uma dificuldade para entrar, tive que mostrar que era do Conselho Universitário para poder entrar e fiquei lá no Conselho Universitário por horas, em uma espécie de reunião permanente. Mas são lembranças imprecisas.

G. C.: Quando o Hélio é cassado, entra o Alfredo Buzaid e cria uma Comissão Especial quase que para impor um novo Estatuto. Tanto que quando esse novo Estatuto sai, ele é quase que imposto para você conselheiros votarem, o senhor fez uma fala muito dura, afirmando isso, que eles estavam impondo um novo Estatuto, que estava sendo jogado fora todo o debate anterior. O senhor se lembra disso?

P. W.: Não... não lembro, mas não deixa de ser uma demonstração de coragem naquela época...

G. C.: Muita.

P. W.: Veja, o Estatuto... essa Comissão que discutiu o Estatuto eu me lembro das reuniões, que ia nos *campi* que ia em Piracicaba, São Carlos, Ribeirão, íamos lá fazer reunião, debates com a comunidade de lá. Isso eu me lembro vagamente, mas esse discurso meu eu não lembro. E se você me mandar esse trequinho eu agradeceria.

G. C.: Vou mandar sim. E por último, tem mais alguma coisa que o senhor se lembra daquela época que você acha que é importante estar no meu trabalho?

P. W.: Não, acho que falamos tudo.

## Entrevista com Eduardo Moacyr Krieger<sup>269</sup>

Guilherme Cruz (G. C.): Só para manter o registro, minha ideia é saber do senhor suas memórias e impressões dos acontecimentos da reforma nos anos de 68 e 69. O senhor acabou tendo um protagonismo enorme, o senhor foi o primeiro a levantar com mais força a questão da necessidade de se pensar logo na reforma, porque ainda estavam tendo vários debates e tal. E esse protagonismo do senhor acaba praticamente não aparecendo na bibliografia e isso chamou muito a minha atenção. Então para começar, eu gostaria de saber do senhor qual foi o cargo que o senhor teve que te permitiu participar do CO, do Conselho?

Eduardo Moacyr (E. M.): Eu fui representante dos professores assistentes da USP.

G. C.: E esse era um cargo eletivo, né?

E. M.: Isso, eletivo. Era eleito pelos colegas. Eu tinha uma participação grande na ADUSP que era a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, e através da ADUSP eles me candidataram para o Conselho Universitário.

G. C.: E nessa época o senhor já tinha alguma atuação política, de alguma maneira?

E. M.: Eu sempre participei, em Ribeirão Preto, das discussões sobre a estrutura da faculdade, tá certo? E participava da SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência] para discutir a política de ciência e tecnologia no país, em suma, sempre me vi envolvido com o que se chama política universitária.

G. C.: Naquela época, quais os conselheiros que participaram do debate, em 68 e 69, que o senhor se lembra?

E. M.: Eu fiz uma lista aqui, e vou ler para você: de Ribeirão Preto os representantes eram o Moura Gonçalves e André Cruz; de Bauru veio o Artigas e o Martins; da Faculdade de Medicina o Meira e o Ulhôa Cintra; da Odontologia

---

<sup>269</sup> A entrevista está publicada mediante consentimento livre e esclarecido do depoente, firmado em 30 de outubro de 2021, estando este documento em minha posse.



o Adamastor; da Higiene Elza Berquó e Mascarenhas; da Filosofia Eurípedes Simões da Paula; eu não me lembro de todos, quando eu dou um... são dois representantes, né? De Piracicaba Malavolta e Cervellini; do Direito o Buzaid; da Poli o Oswaldo Fadigas; da Química o Senise e da representação docente o Ferreira Fernandes, também tinha a Vannuci, que representava o Instituto de Oceanografia, que já tinha uma representação no Conselho; e tinha os estudantes também representando a bancada... digamos dos alunos também.

G. C.: E o senhor se lembra mais ou menos os posicionamentos políticos em relação, por exemplo, quem era mais favorável ao regime militar, quem era mais contrário. Havia... isso era um pouco claro, ou não?

E. M.: Havia, porque o reitor era o Gama e Silva e ele foi convidado pelo regime militar para ser Ministro da Justiça, mas de lá ele influenciava muito a USP, tanto que o Hélio Lourenço foi eleito em primeiro lugar em uma lista para ser vice-reitor e eles barraram a indicação dele. Depois, em outubro de 1968 o Mario Ferri, que era o vice-reitor em exercício, adoeceu e o Conselho rapidamente elegeu o Hélio em primeiro lugar e o Ulhôa Cintra que era representante da Congregação da medicina, e também Secretário de Saúde do governador Sodrê, no mesmo dia levou o nome do Hélio para o Sodrê e no mesmo dia ele aprovou, não deu tempo para Brasília vetar o nome do Hélio.

G. C.: Interessante.

E. M.: E o Conselho então tinha gente que ouvia o Gama e Silva lá de Brasília e os outros que eram independentes, que não tinham nada que ver com Brasília e que se preocupavam com a Universidade de São Paulo.

G. C.: Por que, por exemplo, o Pedro Wongtschowski, eu fiz a entrevista com ele, na época ele era representante discente, e ele conta que, por exemplo, o professor Antônio Guimarães Ferri era alguém claramente favorável ao regime, que tentava ali trazer uma certa ligação mais clara da USP com o regime. Havia também esses posicionamentos, não é?

E. M.: Sim! O Ferri realmente era favorável ao Gama e Silva, mas aí ele adoeceu e teve que renunciar, daí elegemos o Hélio. A reforma já tinha começado na USP sob a direção do Ferri, mas ia muito lentamente. Aí em

outubro de 1968, quando o Hélio assumiu, aí a coisa realmente progrediu e em nove meses, até abril de 69, a gente aprovou a reforma. Quer dizer, a gente aproveitou a oportunidade que o regime militar tinha promulgado a lei 5.540 que realmente acabava com a cátedra, criava os Institutos com os departamentos básicos e tal, tá certo? Isso era na lei, e é muito interessante que o Roque Spencer de Barros, que foi um dos relatores dessa lei federal, também trabalhou no Memorial Ferri, que foi, digamos a base dos documentos que o Conselho Universitário usou para a reforma, e lá estava tudo realmente que o pessoal conservador não queria, que era a abolição da cátedra, a criação dos Institutos básicos, tirar então toda a parte básica das Faculdades, e a reforma, digamos, discutiu detalhes, que dizer... o que nós fizemos foi pegar esses elementos e discutir para hoje, inclusive com a complexidade da USP que tem faculdades fora São Paulo. Então o regime que a gente adotou foi criar uma estrutura de *campus*, e isso funcionava para São Paulo, funcionava para São Carlos, funcionava para Piracicaba, funcionava para Bauru, e Ribeirão Preto, eram esses *campi*, porque para poder funcionar essa estrutura de Institutos básicos, tá certo? Que tinham que ter ligação com a parte profissional exigia realmente uma nova estrutura em que a Universidade passava a ter uma importância muito maior, ela ia unificar, digamos, a área básica, e o aluno entraria para a área básica e só depois iria para a área profissional, tá certo? Então era uma estrutura com grande flexibilidade e isso foi uma das coisas que o pessoal do Conselho Estadual de Educação pegou, dizendo que não era uma universidade, era uma federação de universidades, com diferentes *campi*, entendeu? E foi a dica para mudar toda a estrutura, o Hélio foi aposentado e o Buzaid foi eleito.

G. C.: Uma das coisas que eu tenho muita dificuldade, porque minha fonte são as atas das reuniões do Conselho Universitário, e as atas são muito resumidas, muitas vezes o secretário diz: o conselheiro tal argumentou a favor ou contra. Mas muitas vezes não fica escrito o que ele disse. Uma das coisas que eu gostaria que o senhor puxasse um pouquinho é como eram os debates? Havia debates muito acalorados, ou eles sempre eram mais comedidos.

E. M.: Eh... quando o Hélio assumiu o Conselho passou a se reunir semanalmente, acho que dois dias por semana e tal e havia várias Comissões trabalhando, cada uma apresentava ao Conselho o resultado e era discutido e

nós tínhamos maioria. A gente aprovava a reforma facilmente, a minoria... fazia uma oposição, mas não tinha possibilidade de impedir as votações. Então, isso permitiu que em nove meses a gente montasse um novo Estatuto para a USP. Mas em abril de 69 houve a aposentadoria do Hélio, do Maitrejean, da Elza Berquó e do Paulo Mendes da Rocha, tá certo? Você não mencionou no seu documento, mas o Paulo Mendes da Rocha também foi aposentado...

G. C.: Mas ele estava no Conselho?

E. M.: Estava no Conselho, estava. Representando a Arquitetura. Ele era muito favorável à reforma. Às vezes ele me dizia: olha, não entendo muito o que vocês estão propondo, mas deve estar certo e vou apoiar. Então havia uma frente de pessoas que queriam uma universidade mais científica, mais profissional, em que a carreira universitária fosse preferencialmente em carreira exclusiva, tá certo? E havia os conservadores que... por uma razão, digamos, de mentalidade e de tradição eram oposição, principalmente nas faculdades tradicionais, Medicina, Direito, Poli, mas não deixavam de apoiar, tá? A Poli era o Fadigas, na Medicina tinha o Ulhôa Cintra, que era muito favorável à reforma, tá certo? Quem realmente era absolutamente contra era o Buzaid, da Faculdade de Direito, o Artigas e o Martins lá de Bauru, o Ferri, o irmão do Mário, que era representante da veterinária, junto com o Paiva. Aliás, a veterinária sempre foi um foco de... resistência, entendeu? E sempre a favor do Gama. Tinha o Artigas, o Martins, o Paiva, o Ferri, todos muito ativos, tá certo?

G. C.: Interessante. Uma coisa que o senhor comenta, é que quando é aposentado o Mario Guimarães Ferri, tem uma eleição rápida, o Hélio é eleito para a lista tríplice e já é mandado para o governador...

E. M.: E no mesmo dia sai a nomeação.

G. C.: A nomeação né? Vocês tiveram que fazer quase que uma... uma estratégia de guerrilha ali, para ele ser nomeado...

E. M.: Inclusive o Hélio estava em Porto Alegre em um Congresso, nem estava no Conselho...

G. C.: Ele inclusive disse que ficou sabendo da nomeação pelo jornal.

E. M.: Sim! Ele tinha grande prestígio, entendeu? Ele representava a Congregação de Ribeirão Preto.

G. C.: Sim. A minha dúvida professor é por que o regime tinha tanta resistência com o Hélio? Que é alguém que não era um comunista, não era nada disso, da onde saia tanta resistência?

E. M.: Não! Não! É porque o Hélio não tinha nenhuma relação com o Gama e Silva e queria uma universidade absolutamente independente. E nós poderíamos ter mantido essa universidade independente se nós, em maio de 69, quando houve a nova eleição após a aposentadoria do Hélio... eh... o Conselho permitiu a entrada do Buzaid em segundo lugar. Nós tínhamos uma chapa que era perfeita, ninguém podia dizer nada, era o Senise, da Química, o Fadigas, da Poli, e o Mascarenhas da Higiene. Eram pessoas absolutamente respeitadas na Universidade, sem nenhuma... digamos críticas de posições políticas. Mas eles conseguiram colocar o Buzaid, entendeu? Em segundo lugar e ele foi eleito no mesmo dia, né? Porque aí o Gama já tinha posto o Sodré... enquadraram o Sodré, entendeu?

G. C.: Porque o próprio Eurípedes Malavolta... ele chama, em uma entrevista que ele dá, ele chama o Hélio de radical, tanto que ele fala: o Hélio tinha um problema de ser radical, ele era uma pessoa muito inteligente, mas tinha o problema de ser muito radical. E eu não consigo entender da onde sai isso.

E. M.: Não! O Hélio era, primeiro, um profissional de grande respeito, ele era um professor de clínica médica, era chefe do Departamento de Clínica Médica em Ribeirão Preto, que era um dos maiores departamentos, praticamente todas as disciplinas de clínica estavam no departamento. Era um líder, um homem sensato, muito inteligente, tá certo? E um homem muito digno, ele sabia, várias vezes me disse: não dá Krieger, se levar essa reforma a diante eles vão me aposentar. Ele sabia que ia ser aposentado, sabia. Mas não desmourejou nem nada, ele levou adiante. Então era um homem muito, muito especial.

G. C.: O senhor se lembra do dia 13 de dezembro de 68? Do AI-5, como foi? Onde o senhor estava?

E. M.: Não, isso aí eu não me lembro muito não. É claro que eu... eu, digamos, tomei conhecimento e para nós foi um choque danado, entendeu? E foi o instrumento que permitiu a eles tomarem o poder na USP, foi isso. Foi muito interessante porque o Buzaid foi eleito em maio de 69 e veio do Conselho Estadual de Educação, vou até te dar os nomes dos que assinaram o relatório... Foi o Miguel Reale, o Carlos Pasquele e o Laerte Ramos, que mandaram de volta o Estatuto. A gente nem imaginava que o Conselho Estadual tivesse alguma coisa que ver com o Estatuto da USP, mas tinha. Foi para lá e eles fizeram um parecer dizendo que a USP tinha que responder por que tinha uma estrutura que era uma federação de *campi*, por que a carreira universitária era aberta, esses eram os dois principais elementos. E o Buzaid pegou esse dado, eles já tinham maioria, nomeou uma comissão que era absolutamente contra a versão anterior e apresentaram um novo Estatuto. E ficou muito interessante, porque é um Estatuto híbrido, as Faculdades tinham “perdido” as áreas básicas, tá certo? Mas voltou o poder das congregações, porque eles acabaram com as Câmaras Curriculares, aquela estrutura de que a USP era, digamos, o centro didático e... e para organizar os currículos, tudo desapareceu, eles realmente voltaram a dar poderes às Congregações. Mas a lei já tinha criado os Institutos básicos, então ficou uma coisa sem pé nem cabeça. As Faculdades poderosas, as Congregações poderosas, sem querer muito diálogo com os Institutos básicos que davam o currículo básico. Aquela estrutura de Câmaras Curriculares, e a Comissão de Ensino das Faculdades foram um dos pontos principais da antirreforma, entendeu? E você pode me perguntar: e essa reforma que a gente imaginou e aprovou, daria certo? O próprio Hélio sabia que seria muito difícil de implantar, mas havia na USP de parte dos professores, de parte dos alunos, uma vontade enorme de implantar essa reforma, porque ela daria uma flexibilidade muito grande para a USP ter, digamos, uma Câmara Curricular para dialogar com as Faculdades, mas ela é que organizaria os currículos. Poderia então fazer currículos para profissões de três, quatro anos, etc. e outros currículos para o pessoal que ia para as faculdades... mas a universidade é que passava a ter, digamos, o quinhão maior de autoridade, era... praticamente o aluno entrava na universidade, na área básica e só depois ir para as áreas profissionais e o que foi aprovado é que o aluno entra para a área profissional e a Faculdade nem quer muito diálogo com os Institutos que vão dar a parte básica, né?

G. C.: O problema dessa reforma, digamos assim, é que ela tirava o poder das Faculdades tradicionais, né?

E. M.: Ah sim! Esse era o ponto principal, as Congregações perdiam muito do poder, né? Os currículos teriam que ser organizados nas Câmaras Curriculares da universidade. Não estava ainda previsto na reforma, mas era evidente que depois isso seria implantado é que o aluno realmente entraria na universidade e só depois, por uma série de... de medidas que seriam estudadas, ele iria para a parte profissional, daria uma flexibilidade enorme para a Universidade de São Paulo, tá certo? E isso em 1970, 69, quer dizer, nós perdemos aí cinquenta anos.

G. C.: Seria um pioneirismo. Uma das coisas que fico na dúvida é... porque dos professores cassados do Conselho, temos além do Hélio, a Elza, o Maitrejean e o Paulo Mendes como o senhor pontuou, o senhor consegue se lembrar por que especificamente esses professores foram cassados? O que eles tinham, o que os levou a serem cassados? Porque o Maitrejean praticamente não aparece nas atas, ele não tem uma atuação no CO.

E. M.: Eles não escondiam que tinham, digamos uma... uma preferência pela parte social, uma parte, digamos, “de esquerda”, mas não eram absolutamente comunistas. O Paulo Mendes da Rocha era filho de um dos diretores da Poli, quer dizer, uma família tradicional, mas ele era um revolucionário... em parte... quer dizer ele queria a reforma, entendeu? Ele achava que podiam as coisas serem aperfeiçoadas. A Elza Berquó era muito dinâmica, era uma das pessoas mais atuantes no Conselho Universitário em relação à reforma, entendeu? Mas também não creio que tivesse atuação política partidária. Todos nós éramos chamados de comunistas, né? Eu, várias vezes que viajei, eu tive que... os caras me chamavam e tal, para eu poder passar o passaporte e tal... quer dizer, eu estava também eu acho que fichado como comunista. Aliás, você pergunta por que eu não fui aposentado? Eu era peixe pequeno, não é? E representante dos professores assistentes, eu acho que o Gama não quis mexer no pequeno, não é?

G. C.: Não valia a pena a briga, né?

E. M.: Não! Não!

G. C.: E uma das coisas que o senhor coloca é que na eleição que elegeu o Hélio como vice-reitor, foram três turnos. No primeiro, o Buzaid conseguiu três votos, e depois ele não conseguiu mais nenhum. Só que, logo depois do AI-5, tirando três professores do CO, ele já conseguiu uma série de votos... muito professores que não tinham votado nele passaram a votar... eu imagino, o que que muda aqui?

E. M.: Eu acho que o que muda é o tempo, quer dizer... eh... quando foi a segunda eleição, já tinha uma reforma aprovada e muita gente contra a reforma, então queriam alguém que fosse antirreforma. Então foi isso que deu a possibilidade do Buzaid ser escolhido, porque era, seguramente, um dos mais conservadores que o Conselho tinha, um homem autoritário e era o ideal para a antirreforma. Então eles votaram nele, né? O Gama deve ter organizado a votação. O dia da eleição foi uma coisa dramática, porque havia pressão, contrapressão, era uma coisa... porque nós tínhamos os três candidatos muito bons, e nós tínhamos maioria antes, mas perdemos e eles conseguiram colocar o Buzaid, em segundo lugar. E acabou sendo escolhido no mesmo dia.

G. C.: Uma das teses que eu tento montar no meu trabalho é que o regime teve formas de impor projetos à USP de maneira direta, por exemplo a invasão do CRUSP. O senhor consegue recordar que outras maneiras, digamos assim “indiretas”, o regime conseguia tentar impor as suas ideias, as suas reformas na USP?

E. M.: Bom, acho que o principal veículo que eles tinham eram os conselheiros que eram a favor da... do Gama e eram contra a reforma, eram minoria e ficavam meio quietos, mas quando surgiu a oportunidade do Gama aposentar o Hélio eles tomaram conta de novo né...

G. C.: Mas o reitor tinha tanto poder assim, professor?

E. M.: O Gama? Tinha! Tinha porque ele usava o AI-5, né?

G. C.: Sim, mas digo... quando o Buzaid é eleito reitor, essa posição era tão poderosa a ponto de conseguir mudar o que já havia sido decidido?

E. M.: Era! Era! Era poderosa, porque todo mundo sabia que poderia ser aposentado a qualquer momento. Havia temor naquela época, você pergunta se

a gente tinha medo... não sei se se pode dizer medo, mas todo mundo sabia que estava correndo risco, porque ninguém tinha garantia pessoal nenhuma, eles podiam aposentar quem eles quisessem, entendeu? Não havia nenhuma justiça para julgar e etc., era arbitrário e acabou. E o Gama sabia usar isso, eu cheguei a conviver uns meses com o Gama ainda reitor... eh... ele era muito jeitoso, muito simpático, muito jeitoso, mas era um homem determinado.

G. C.: O senhor se lembra qual era a dinâmica sob a reitoria dele, na época... nas reuniões, como ele se portava como reitor, nas sessões?

E. M.: Aí tem uma coisa interessante que... que vale a pena você explorar. Houve uma eleição para reitor, uns anos antes, e o candidato [sic] naquela época era o Ademar de Barros, o candidato dele era o Zeferino Vaz, que tinha criado Ribeirão Preto e depois ele vai... vai ter uma função importante na UNICAMP. E o Conselho fez uma... uma, digamos, frente única liderada até pelo Fernando Henrique, que era o representante dos ex-alunos, para barrar o nome do Zeferino. E conseguiram. E conseguiram porque conseguiram o voto do Gama e Silva. Na época foi o Fernando Henrique que negociou com o Gama e Silva a entrada do Gama e Silva na lista, para fecharem contra o Zeferino Vaz. Quando o Ademar recebeu a lista e não estava o Zeferino ele disse: bom, a USP não quer o Zeferino então eu vou botar o gaminha lá, entendeu? Uma espécie de vingança...

G. C.: Como um castigo, né?

E. M.: É! Então, eu não sei o quanto é de verdade nisso, mas... é o Fernando Henrique tinha uma capacidade política naquela época... já tinha, né? E ele envolveu o pessoal de Ribeirão Preto, eu me lembro que ele andou em vários lugares para conseguir votos para barrarem o Zeferino.

G. C.: Ele fundou a UNICAMP, não foi?

E. M.: O Zeferino foi o primeiro diretor lá de Ribeirão, quer dizer, Ribeirão foi criada em 1952, e ele foi indicado... ele era da veterinária... vê aí! É um ninho de políticos... foi a veterinária. O Zeferino fez uma grande obra em Ribeirão Preto, ele era... era um bom administrador. Eu sempre digo que... para ilustrar a capacidade política do Zeferino, ele conseguiu, com apoio da classe médica de



Ribeirão Preto, não convidou nenhum médico de Ribeirão Preto para a faculdade, porque ele dizia que era uma faculdade diferente, todo mundo em dedicação exclusiva, e era mesmo. Ele criou pela primeira vez no Brasil a dedicação exclusiva para a área clínica, os clínicos e os cirurgiões eram de dedicação exclusiva na universidade de Ribeirão Preto. Na área básica já tinha na Medicina de São Paulo, mas na área profissional foi uma novidade no Brasil. Ele era um bom administrador. Campinas também ele... ele fez também o... a Física, e outros setores tecnológicos de Campinas fez bastante... ele tinha uma boa visão. Mas era um homem autoritário e isso que o pessoal... os docentes não queriam ele, porque ele era muito autoritário. Aliás foi essa característica... o autoritarismo que permitiu a ele fazer todas essas reformas dele, né?

G. C.: Interessante. E o Buzaid... depois que teve o relatório do Conselho Estadual de Educação, ele cria uma Comissão Especial, fechada, que vai reavaliar todo o Estatuto votado, não foi? O senhor se lembra como foi esse mecanismo que o Buzaid criou?

E. M.: O mecanismo que eles fizeram foi o seguinte, eles reescreveram o Estatuto, não responderam absolutamente nada. Tanto que eu deixei gravado na ata do Conselho o meu voto contra o novo Estatuto, dizendo de que não fizeram o que deveriam fazer, que era responder o que o Conselho Estadual tinha questionado. Não! Eles fizeram uma nova reforma, o Laerte Ramos acho que era o coordenador da Comissão, escolheram a dedo os membros da Comissão. E aí deram para o Conselho um pacote completo, e já... assim eles tinham a maioria e aí aprovaram.

G. C.: O senhor se lembra do dia da aprovação do último Estatuto?

E. M.: Foi uma decepção enorme... quer dizer, nós éramos os derrotados. Um trabalho de nove meses foi absolutamente deixado de lado e criado um novo Estatuto em poucos meses. Foi um rolo compressor naquela época.

G. C.: E para finalizar professor, o senhor tem mais alguma coisa... alguma memória ou pensamento que o senhor acha que poderia ajudar no meu trabalho?

E. M.: Não, eu acho que o seu trabalho deveria focar de que houve um estudo de um Estatuto durante nove meses, foi aprovado, foi para o Conselho Estadual de Educação, nem nós sabíamos que precisava ir, e lá, então, fazem algumas perguntas, volta para a universidade... para o Conselho e nessa época o Conselho era diferente, não é? E aí faz uma nova reforma. E é assim que está praticamente funcionando até agora. E perdeu-se uma oportunidade de se ter uma USP, digamos, com uma flexibilidade maior, uma estrutura que era muito mais racional, né? De ter as áreas básicas estando, digamos, nos primeiros anos e compondo os currículos com as Comissões de Ensino das Faculdades. E claro que a abolição da cátedra e a criação dos departamentos e institutos, isso tudo era... era lei, nós só copiamos, né? O que se fez foi procurar adotar e aí, como eu disse para você, nós teríamos que... para fazer funcionar essa história das ligações dos Institutos básicos com as Faculdades a gente tinha que criar as Câmaras Curriculares com as Comissões de Ensino, então era uma estrutura que tinha que ser geograficamente respeitada. Então tinha São Paulo, Ribeirão, Bauru e Piracicaba que tinham as faculdades locais que tinham também que ter alguma coisa parecida, entendeu? E eles pegaram isso aí como uma coisa que não era... digamos legalmente defensável, e essa dica serviu para... eu acho que foi tudo armado. O Reale depois vai ser reitor.

G. C.: O Buzaid vai se tornar Ministro da Justiça e o Miguel se torna reitor.

E. M.: É! E o Laerte que estava lá também dando parecer... acho que ele foi o cérebro do novo Estatuto, então foi isso. A USP perdeu uma grande oportunidade. O que eu nunca perdoei é que nós poderíamos ter ganho a eleição, em maio, com a nossa lista tríplice... que era muito boa. Claro, íamos responder ao Conselho Estadual e coisa assim e nós teríamos a reforma aprovada.

G. C.: E essa estrutura de reforma nunca mais voltou a ser uma possibilidade na USP, né?

E. M.: Não! Não! O pessoal até procurou esquecer, botar debaixo do tapete, porque... fizeram uma injustiça enorme com o Hélio e com os outros professores, entendeu? Então ninguém mais... eh... eles cederam à pressão,

né? Eu vi gente que antes era do nosso lado dizer: olha, não dá, não aguentamos mais, o momento é de terror, temos que ceder para salvar a USP.

G. C.: O senhor se lembra de quem... das pessoas que tiveram essa ideia?

E. M.: Isso aí eu... eu me reservo de não comentar. Porque a maioria já morreu e tal, de maneira que é melhor a gente deixar isso para a história, né?

G. C.: Claro. Professor, eu agradeço muito sua ajuda.